

NILTON PAULO PONCIANO

**FRONTEIRA, RELIGIÃO, CIDADE:
O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO
SÓCIO-ESPACIAL DE FÁTIMA DO SUL/MS (1943-1965)**

ASSIS,

2006

NILTON PAULO PONCIANO

**FRONTEIRA, RELIGIÃO, CIDADE:
O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO
SÓCIO-ESPACIAL DE FÁTIMA DO SUL/MS (1943 – 1965)**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Sidinei Galli

ASSIS,

2006

NILTON PAULO PONCIANO

**FRONTEIRA, RELIGIÃO, CIDADE:
O PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO
SÓCIO-ESPACIAL DE FÁTIMA DO SUL/MS (1943 – 1965)**

COMISSÃO JULGADORA

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM HISTÓRIA

Presidente e orientador:.....

Segundo examinador:.....

Terceiro examinador:.....

Quarto examinador:.....

Quinto examinador:.....

Assis, SP, de , de 2006

Para Orozimbo e Jesuína, por ter me mostrado o significado do belo
Para Amadeu Amadori (*in memoriam*), personagem desta História

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer inicialmente a meus pais pelo carinho, conforto e resistência nos momentos de ansiedade, angústia e preocupação durante o tempo de preparação da tese. Agradeço a Marcos, por ter “vigiado” o tempo e “cobrado” os prazos a que me propus, apesar de não entender muito bem porque tudo isto. Meus sobrinhos João Luis, Rafael, Gustavo e João Pedro, que entenderam a minha ausência nestes quatro anos.

Um agradecimento especial a algumas pessoas que auxiliaram esta pesquisa: Dra. Ana Carolina e Dra. Katy Braun, pelo apoio incondicional desde as primeiras frases do projeto. Denise Aparecida no auxílio das transcrições dos depoimentos e nas idas e vindas dos arquivos e bibliotecas. Luiza Vasconcelos, pela dedicação de ler os primeiros rascunhos e contribuir com sugestões. Pe. Pierre por facultar o acesso a fontes primárias importantíssimas. Patrícia Queiroz, terna companheira de curso que vertia os dias de Assis menos cansativos e, a Joana Prado, parceira do curso e das tardes de *happy hour*.

Não poderia deixar de agradecer, ainda, os migrantes que aceitaram narrar pacientemente suas experiências de vida, seu cotidiano, suas lutas e dores, combustível essencial para a formação deste lugar. Estes depoimentos revelaram a força do camponês no processo de ocupação e colonização da fronteira agrícola.

Agradeço, ainda, à Universidade Federal da Grande Dourados, especialmente os professores Paulo Címó e Benícia de Oliveira que me acompanharam ao Centro de Documentação daquela IES em feriados e finais de semana, além das contribuições teóricas e, também, porque foi ali que tudo começou.

Deixo para o final, a pessoa que é responsável diretamente pelos acertos desta pesquisa, pessoa que inspirou e auxiliou no meu crescimento profissional e pessoal, com seu exemplo de ser humano e profissional. Devo a Sidinei Galli as contribuições, as orientações e os caminhos presentes neste trabalho.

No século XIX, a burguesia agrária tivera a competência de propor e executar a engenharia social e política de um sistema econômico em que havia inclusão de todos. Criou-se a realidade de uma pobreza que não entrava em conflito com a dignidade da pessoa porque não comprometia suas instituições básicas de referência, como a família, o trabalho familiar, a comunidade, a religião. A pobreza não comprometia a dignidade das pessoas nem corria suas esperanças

.....
No final dos anos 50, torna-se evidente um novo modelo de sociedade, o de que cada um é o que tem. Nesse novo modelo, desaparece a esperança, utopia de raiz conservadora, como fundamento dos processos de interação social e de participação política (MARTINS, 2002, p.172-73).

PONCIANO, Nilton Paulo. **FRONTEIRA, RELIGIÃO, CIDADE**: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial da cidade de Fátima do Sul/MS (1943-1965). Assis – São Paulo, 2006. Tese (doutorado em História), Universidade Estadual Paulista – UNESP.

RESUMO

Esta pesquisa examina o processo de organização sócio-espacial da cidade de Fátima do Sul, MS, de 1943 a 1965, enfatizando neste, o papel de uma das instituições religiosas mais importantes do Ocidente, a Igreja Católica do Brasil. Partindo da política de colonização do Brasil Central, planejada e executada pelo Estado Novo, intitulada – Marcha para Oeste –, analisando as intenções e os efeitos deste projeto para a região do extremo sul de Mato Grosso, *locus* da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, em 1943, procurou-se reconstruir historicamente a contribuição da Igreja Católica, a partir da ação desta instituição no cotidiano dos migrantes daquele período. Nesta análise, privilegiou-se o olhar para a participação da Igreja Católica na organização da cidade de Fátima do Sul, que se localiza no interior da Colônia e sua contribuição na formação da identidade local. Este estudo focaliza, assim, a ação dos padres católicos na constituição desta cidade, baseando-se na perspectiva histórico-antropológica e na observação em micro-análise. Buscou-se, para desenvolver esta análise, um mosaico de documentos escritos (oficiais e não-oficiais), depoimentos orais e fontes iconográficas, por considerar que para se estudar as práticas da Igreja Católica é necessário ir além dos documentos escritos oficiais, uma vez que estes apresentam, geralmente, lacunas entre a proposta teórica e a prática. A partir da análise destas fontes e combinando um referencial teórico que discute o papel do capital e do trabalho no processo de desbravar e colonizar o interior brasileiro, argumentar-se que a Igreja Católica participou ativamente do processo de colonização e organização sócio-espacial da cidade em estudo, conferindo a esta uma ordem, um nome e uma identidade.

Palavras-chave: Fátima do Sul; Igreja Católica; Colonização; Fronteira Agrícola.

PONCIANO, Nilton Paulo. **FRONTIER, RELIGION, CITY**: The role of Catholic Church in the process of social-space organization in the city of Fátima do Sul - MS, from 1943 to 1965. Assis – São Paulo, 2006. Tese (doutorado em História), Universidade Estadual Paulista – UNESP.

ABSTRACT

This research examines the process of social-space organization in the city of Fátima do Sul - MS, from 1943 to 1965, emphasizing the role of one of the most important institutions of the occident, the Brazilian Catholic Church. Starting of the politicizes of colonization of the Central Brazil, planned and executed by Estado Novo, entitled – Marcha para Oeste - analyzing the intentions and the effects of this project on the area of south Mato Grosso, "locus" of the implantation of the Dourados national agricultural colony, in 1943, tried to reconstruct historically the contribution of the Catholic Church, from the action of this institution in the daily of the migrants of that period. In this analyze, the Catholic Church was privileged in the participation in the organization of the Fátima do Sul city, which is located inside the colony and its contribution in the formation of the local identity. This study focus, thus, the Catholic priests action in the constitution of this city, basing on the historical-anthropological perspective and in the observation in micro-analysis. It was looked to develop this analysis, a mosaic of wrote documents (official and non official), oral reports and iconographic sources, for considering that to study the practices of the Catholic Church is necessary to go over the official wrote documents, once these present, generally, gaps between the theoretical and practice proposal. From the analysis of these sources and combining a theoretical referential that discuss the paper of the capital and the work in the process to explore and colonize the Brazilian interior, to argue that the Catholic church participated actively in the colonization process and social-space organization of the city in study, checking to this one order, one name and one identity.

key words: Fátima do Sul; Catholic Church; colonization; agricultural frontier.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	10
LISTA DE ABREVIATURAS	11
LISTA DE TABELAS	12
INTRODUÇÃO	13
1 O ESTADO NOVO E A COLONIZAÇÃO DO INTERIOR BRASILEIRO: notas sobre a ocupação do Centro-Oeste na primeira metade do século XX	31
1.1 Aspectos Históricos da Revolução de 1930	31
1.2 Das Incertezas do Regime Político ao seu Recrudescimento: os anos 1930	38
1.3 A crise do Estado Novo: Contradições de uma Ditadura	48
1.4 O Estado Novo e suas Políticas de Modernização do País	53
1.5 O Papel da Cultura Política Estado-Novista no processo de legitimação do conceito de Modernização	61
1.6 A “Marcha para Oeste” e os Bandeirantes do Século XX: o Projeto de Colonização do Estado Novo	69
1.7 A Construção do Mito “Trabalhador Moderno” no desenvolvimento do plano “Marcha para Oeste”	75
2 MOVIMENTOS DE SOCIABILIDADES NA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS	81
2.1 Registro Historiográfico a Respeito da Colônia Agrícola Nacional de Dourados	81
2.2 A Conquista da Terra na Fronteira do Sul de Mato Grosso: a chegada do migrante 	86
2.3 Por um Projeto de Modernização do Interior do Brasil: a indiscutível presença do camponês	92
2.4 A Colônia Agrícola Nacional de Dourados nos anos 1950: a Sociabilidade do Migrante	98

3 A IGREJA DA NEOCRISTANDADE NA FRONTEIRA AGRÍCOLA DO EXTREMO SUL DE MATO GROSSO	116
3.1 Aspectos Históricos da Igreja Católica no Brasil: Período Colonial e Imperial	116
3.2 A Igreja Católica e a Ditadura Vargasista	127
3.3 A Presença da Igreja Católica na Fronteira Agrícola do Brasil Central: um Olhar Sobre a Colônia Agrícola Nacional de Dourados	136
3.4 A Prática Pedagógica Católica de Moralização na Colônia Agrícola Nacional de Dourados	144
4 A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE FÁTIMA DO SUL E A “MISSÃO” DA IGREJA CATÓLICA: inter-relações necessárias?	152
4.1 Componentes Estruturais e Conjunturais da Cidade de Fátima do Sul	152
4.2 As Lutas Político-Sociais no Processo de Formação de Fátima do Sul	155
4.3 A Atuação da Igreja Católica no Cotidiano de uma cidade em Formação	172
4.4 A Igreja Católica e a Organização Sócio-espacial de Fátima do Sul	189
CONCLUSÃO	201
DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	210
Fontes Primárias Manuscritas	210
Fontes Orais	212
Fontes Secundárias	212
Referências	215
Bibliografia Consultada	221

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa da Colônia Agrícola Nacional de Dourados	109
Casa edificada pela administração da CAND	110
Casa edificada pela iniciativa dos colonos	111
Padre em visita à capela no interior da CAND	112
Missionários católicos em atividade no interior da CAND	113
Padre desenvolvendo atividade caritativa na sede da CAND	114
População participando das obras da Igreja Católica	115
Mato Grosso do Sul: divisão em municípios	154
Divisão Territorial do município de Fátima do Sul	155
Malha urbana de Fátima do Sul	199

LISTA DE ABREVIATURAS

PD – Partido Democrático

PRP – Partido Republicano Paulista

MMDC – Movimento Miragaia, Martins, Draúzio, Camargo

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

INCE – Instituto Nacional de Cinema Educativo

CNC – Conselho Nacional da Cultura

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

DEIPs – Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda

EUA – Estados Unidos da América

CAND – Colônia Agrícola Nacional de Dourados

INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás

SOMECO – Sociedade de Melhoramento e Colonização

DTC – Divisão de terras e Colonização

LEC – Liga Eleitoral Católica

SAC – Sociedade do Apostolado Católico

CAN – Colônia Agrícola Nacional

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Decretos da criação das Colônias Agrícolas Nacionais80

**TABELA 2 – População residente, por situação do domicílio e sexo no Brasil
1940-1996164**

**TABELA 3 – Criação dos Municípios no Estado de Mato Grosso entre os meses de
novembro e dezembro de 1963166**

INTRODUÇÃO

Ângela de Castro Gomes chama a atenção, em seu texto “História e Historiadores¹”, para o fato de que todo trabalho tem sua história. Este não é diferente; nasceu das discussões sobre o papel da cultura no processo de constituição da sociedade moderna, com colegas pesquisadores da área de Literatura, em especial as professoras Gicelma e Valéria; do encontro sempre profícuo com o professor Sidinei Galli, que alertava para a necessidade dos pesquisadores observarem atentamente a relação que há entre o secular e o religioso no processo de constituição de uma sociedade ou de um Estado, a “velha” discussão sobre o processo de formação de Portugal; e a própria ligação que este pesquisador tem com o tema pesquisado. As observações de pessoa simples que, estudando, procurou compreender, verticalmente e cientificamente, a sociedade que o envolve, que o formou, e que o constitui.

O sul-mato-grossense é adepto de contar histórias. Histórias de Silvino Jacques, Laquicho², Marechal Rondon, Getúlio Vargas, Jânio Quadros e outras personalidades estão presentes no imaginário das pessoas comuns, assim como suas próprias histórias de vida. No contar e recontar dos “causos”, das lendas, das histórias políticas e dos conflitos, sob uma árvore frondosa, com sua cuia de tereré, nas longas tarde de verão, encontra-se presente, também, a vivência dessa gente, suas dificuldades de gente simples, suas dores.

Neste lembrar e relembrar da memória, homens e mulheres sul-mato-grossenses concebem sua história e percebe-se que os autores/narradores não delimitam uma fronteira entre a história dos “grandes homens” e a história de “gente simples”. O que se nota, nestes discursos, que há uma linearidade textual que abarca, em um único processo, desde a ação do estadista, do bandoleiro ou do moribundo, à ação dos seres humanos que vivem de forma comum, que agem socialmente de forma comum, ou, como diria o poeta, de homens e mulheres que levam “uma vida besta”.

Dois aspectos são dignos de nota nestas histórias: primeiro, a necessidade de demonstrar que a História é construída, também, no dia-a-dia dos homens e mulheres que caminham na

¹ Cf. GOMES, A. de C. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

² Silvino Jacques e Laquicho são personagens que fazem parte do imaginário da região. Ver IBANHES, Brígido. *Silvino Jacques, o último dos bandoleiros*. Campo Grande, MS: UFMS, 1997 e BIASOTTO, Wilson Valentin. *Até aqui o Laquicho vai bem: os causos de Liberato Leite de Farias*. Campo Grande, MS: UFMS, 1988.

multidão, que trabalham, que sonham, que votam, que se frustram; segundo, que há, nessas narrativas, um fluxo contínuo, sem recortes, que ilustra o passado a partir da experiência de vida do sujeito-narrador, interpretando a história como um fenômeno do qual ele é o epicentro.

Eis aqui uma questão cara para os historiadores que procuram analisar o cotidiano como um fator importante nas relações das estruturas sociais, uma vez que a disciplina de História, como qualquer área de conhecimento que investiga a ação social do ser humano, opera por descontinuidade, elaborando um processo de seleção dos acontecimentos, das conjunturas, das estruturas, dos modos de viver, na tentativa de explicar como era a vida dos seres humanos no passado. Se, como observa Verena Alberti³, a narração dos sujeitos que fazem história por meio de sua ação é capaz de restabelecer um contínuo do passado, é porque, nesta narrativa, o entrevistado experimenta a possibilidade de reviver esse passado dando um sentido ao presente. Entretanto, também registra Alberti que na História não há possibilidade de restabelecer o vivido. O que é possível aos historiadores é elaborar uma reconstrução da História a partir de fragmentos do passado contidos nas narrativas destes sujeitos, ordenada pelo discurso do entrevistado, de maneira a possibilitar um sentido.

Dessa forma, pode-se pensar a História como uma rede de interações cujo centro está em toda parte por não haver nela um centro, um “motor” como sugere Agnes Heller⁴. Assim, o centro da História está no lugar em que o historiador o localizar, uma vez que ele trabalha com o todo, ao contrário, por exemplo, das ciências físicas, que trabalham com alguns aspectos de determinado fenômeno, os quais são necessários para explicá-lo⁵.

Registre-se, também, que o trabalho histórico prende-se a todo o processo de construção de um fenômeno, à sua conjuntura, na perspectiva de reconstruí-lo, recompô-lo, levando em consideração que sua prática é não seccionar os acontecimentos, mas conceituá-los a partir de uma lógica conjuntural.

Contudo, acreditamos não ser possível explicar uma mobilidade social como um fenômeno geral, que impõe sua lógica própria aos comportamentos dos indivíduos ou grupos de todas as esferas sociais e, a partir desta lógica, constituir historicamente a sociedade em estudo.

³ Cf. ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2004.

⁴ Cf. HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

⁵ VEYNE, P. 1995.

Além do mais, a identidade de uma classe, de um grupo social, de uma coletividade, só pode ser compreendida se levarmos em consideração suas trajetórias e experiências individuais e sociais⁶.

Essa explanação serve como base de sustentação teórica à questão central da presente pesquisa, que consiste em compreender o papel da Igreja Católica na lógica da significação das experiências vividas pelos migrantes que chegaram à Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) no início da doação de terras, em sua peculiaridade, destacando seus aspectos singulares, por não compartilhar com a tese de que a sociedade pode ser explicada com base na descrição estatística das propriedades comuns. Considera-se, nesta pesquisa, a significação da experiência dos atores sociais, com o objetivo de identificar, nas teias de suas relações, a atuação destes sujeitos na construção de seu caminhar histórico.

Para tanto, cabe salientar que não compartilhamos da idéia de que é suficiente, para o trabalho do historiador, apenas revelar a linguagem dos sujeitos que pretende estudar. O presente trabalho propõe-se a reconstruir por meio das relações de interdependência dos atores sociais e suas instituições, o papel da Igreja Católica na construção da identidade da sociedade em estudo. Assim, necessário será pensar na questão de como se constrói o sentido histórico em uma sociedade.

Acredita-se que, para compreender a construção do sentido em uma sociedade necessário será analisar seu sistema simbólico, sua cultura⁷, uma vez que esta confere um poder político, um poder de dominação, como observa Sergio Miceli⁸.

A conceituação de cultura trabalhada nesta pesquisa abrange as construções simbólicas que definem o modo de vida de uma determinada sociedade. Portanto, nosso olhar para a cultura destina-se a enfatizar a relação entre sistema simbólico e sistema de dominação, considerando que o presente estudo privilegia a análise dos sistemas econômicos e políticos, como base para o surgimento de uma cultura política institucionalizada, uma vez que a cultura revela à sociedade um mundo “natural”, organizado por meio das estruturas das relações sócio-econômicas, o que possibilita a conservação das forças dominantes.

⁶ Cf. REVEL, J. Jogos em escalas. 1998.

⁷ Sobre o conceito de cultura aqui apresentado, ver as obras “A Interpretação das Culturas” de Clifford Geertz (1998) e “A Noção de cultura nas Ciências Sociais” de D. Cuhe (1999).

⁸ Cf. MICELI, S. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

Assim, convém salientar que nossa pesquisa irá privilegiar o vivido a partir de documentos escritos, imagens e narrativas de quem viveu o processo estudado, para observar como a cultura e, neste caso específico, a cultura religiosa, determinou uma ordem moralizante que definiu o comportamento social, os costumes, os padrões morais e a organização sócio-espacial da cidade de Fátima do Sul, bem como, analisar a participação da igreja nos jogos políticos como instituição que defende interesses seculares.

As fontes deste estudo abrangem, pois, o Livro Tombo da Igreja Matriz de Fátima do Sul; suplementos literários, como o da comemoração de 25 anos da presença dos palotinos na CAND, ou ainda o da comemoração de 50 anos dos palotinos nesta região; as entrevistas com moradores residentes atualmente na zona urbana da cidade ora estudada e que são remanescentes dos anos 1950, período do início da ocupação desta região.

As fontes escritas ofereceram o norte do caminhar histórico desta pesquisa e as entrevistas serviram para elucidar espaços em que a documentação escrita apresentava-se de forma nebulosa, pouco clara, corroborando, assim, na riqueza de detalhes do cotidiano desses homens e mulheres que desenharam essa história.

Alguns documentos oficiais, como as leis produzidas pela Câmara Municipal de Fátima do Sul, que se encontram no arquivo da referida Câmara; o processo organizado pelos políticos locais para a obtenção da emancipação política deste município, arquivado no Instituto Memória em Cuiabá, MT; documentos produzidos pelos administradores da CAND, tais como relatórios, projetos, requerimentos, editais, Decretos, arquivados no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul, também foram importantes no desenvolvimento deste trabalho, pois contribuíram para a apreensão das relações existentes entre o sagrado e o profano no processo de formação do núcleo urbano em estudo.

Existe, ainda, um conjunto de fontes jornalísticas encontradas no arquivo do jornal O Progresso, cujo conteúdo serviu para compreendermos as discussões políticas ocorridas no estado naquele período, bem como, e principalmente, concebermos as práticas cotidianas nas relações de trabalho e nas relações religiosas que ocorriam entre os camponeses⁹, Igreja Católica e administração da CAND no início dos anos 1950.

⁹ Esta pesquisa utiliza o termo camponês ao fazer referência aos homens e mulheres que deram origem à colonização desta região por considerá-lo mais adequado e aberto etimologicamente, podendo ser apreendido como o agente

Assim, procurou-se compreender a formação de uma cidade a partir de um mosaico de fontes que possibilitaram a reconstrução histórica de Fátima do Sul, por meio de um exercício historiográfico cujo principal objetivo, como já mencionado, foi perceber o papel da Igreja Católica no processo de formação dessa cidade, ou melhor, apreender, nas relações cotidianas dos migrantes, como a Igreja Católica contribuiu com o Estado no projeto de colonização implantado pelo Estado Novo, que se tornou realidade no final da década de 1940 e início da seguinte.

Acredita-se que para alcançar este objetivo, algumas categorias devem ser elucidadas nesta introdução, tais como: fronteira agrícola, já que o projeto de colonização dirigida, criado pelo governo Vargas, procurava atingir estes espaços e integrá-los a outras regiões mais desenvolvidas economicamente; e religião, uma vez que esta está presente tanto nos rincões do país, como na cúpula do poder político nacional durante a primeira metade do século XX no Brasil.

A presente pesquisa aborda um modo de vida característico de um tempo histórico que se encontra submerso no tipo de sociedade denominada sociedade capitalista moderna. Esta sociedade pode ser caracterizada, grosso modo, a partir do desenvolvimento do conhecimento científico – aperfeiçoamento de um método sistematizado e racional em várias áreas do conhecimento, da arte à medicina, da geometria ao direito – e, também, a partir de um sistema econômico racional – sistema capitalista – o que significa uma busca do ganho baseado no controle. Para a sociedade capitalista moderna, a busca do ganho é uma constante, mas isto acontece por meio de uma empresa capitalista racional, que vive na expectativa de lucros pela atividade da troca, que é ajustada por um cálculo em termos de capital.

Portanto, dois aspectos essenciais da sociedade capitalista moderna podem ser identificados: a organização racional do trabalho livre e a organização industrial racional voltada para o mercado regular. O resultado deste tipo de organização social pode ser percebido na separação dos negócios da moradia dos trabalhadores e no surgimento de uma contabilidade racional. Porém, o epicentro da representação da sociedade capitalista moderna é a organização capitalística do trabalho, da qual surgem duas categorias próprias do mundo moderno ocidental: a burguesia e o proletariado.

social proveniente do campo, da terra, da zona rural. No entanto, cabe destacar que José de Souza Martins (1998) registra a peculiaridade do campesinato brasileiro em relação à sua origem, o que será observado no terceiro capítulo deste trabalho.

O sociólogo inglês Anthony Giddens¹⁰, formulou uma explicação para compreender a sociedade capitalista moderna que convém observar algumas notas.

Para Giddens a sociedade moderna deve ser percebida como sinônimo da civilização industrial; ele apresenta como sendo traços característicos desta última, a idéia de que o mundo se transforma a partir das intervenções humanas, ou seja, a partir da formação de instituições econômicas complexas, destacando a economia de mercado e a produção industrial; o surgimento de um Estado nacional; e o desenvolvimento da concepção política de democracia de massa. Para esse pensador, tais características definem a sociedade moderna como dinâmica e que vive para o futuro, em detrimento do passado e do presente.

Giddens chama nossa atenção para o fato de que a sociedade moderna é resultado de um sistema econômico capitalista, e que este é sua principal força de mudança, entretanto, o sociólogo lembra, entre outros aspectos, que há outras esferas sociais que contribuem para a compreensão desta sociedade. Entre estas, estão o Estado, o poder militar e a indústria. Estes quatro tipos especiais de organização mantêm entre si uma relação de dependência, bem como de certa autonomia.

Segundo Giddens, a sociedade moderna, fruto de um tempo histórico, pode ser pensada como a sociedade que superou seu passado, i.e., que não está mais presa ao passado, às tradições, hábitos e rotinas e identifica-se a partir da diferença, da substituição do que é velho pelo novo. Entretanto, isto não significa que Giddens esteja desprezando a importância das tradições para a sociedade moderna do século XX. O que este sociólogo enaltece em sua explanação sobre as características desta sociedade é que o mundo moderno apresenta uma peculiaridade própria em relação às suas tradições, na medida em que estas se misturam entre si, tornando-se flexíveis, adaptáveis, “plásticas” e proporcionando um estilo de vida em que se entrecruzam diversas culturas. Nessa reflexão, percebe-se que a sociedade moderna não eliminou a tradição do seu modo de vida, apenas a situou como contexto alternativo de conhecimento, de valor, de moralidade.

Essa discussão é fundamental para Giddens, uma vez que, quando se observa a transformação da função da tradição de uma sociedade à outra, ou seja, que a tradição na sociedade pré-moderna exerce papel social diferente em relação ao papel da tradição para a

¹⁰ GIDDENS, A. 2000.

sociedade moderna, nota-se, nessa transformação, a distinção entre as formas de sociedades pré-moderna e moderna.

Dessa forma, Giddens chega ao que ele denomina de “modernidade reflexiva”, que é identificada pelo alto grau de “reflexividade social” de uma sociedade. Isto quer dizer, de maneira geral, que as condições de vida na sociedade contemporânea são o resultado da ação de homens e mulheres que criam, por sua interferência, seus riscos e suas oportunidades no mundo, sua perpetuação e sua destruição.

Nas sociedades pré-modernas, a natureza representava limites externos à ação humana, e homens e mulheres eram dependentes, em grande parte, destas forças; porém, na “modernidade reflexiva”, a natureza apresenta-se modificada, saturada da ação humana. Qualquer aspecto da natureza da sociedade contemporânea não escapa da influência tecnológica e social do ser humano: da produção da carne à reprodução humana, dos rios poluídos ao aquecimento global do planeta, o ser humano vive em ambientes criados por meio de sua ação, ou, como observa Giddens¹¹, o ser humano contemporâneo vive em ambiente que, antes de representar algum limite externo à sua ação, está impregnado desta.

Essa ação do ser humano, que abrange todas as esferas da vida, repercute nas relações entre homens e mulheres no interior da sociedade moderna. Se, nas sociedades anteriores, a identidade social levava em consideração para se constituir a tradição, o lugar e a linha genealógica, na modernidade, estes fatores não representam mais a identidade social, uma vez que, nessa sociedade, a identidade deslocou-se para um sistema cultural globalizado, privilegiando o individual em relação ao coletivo; isto é o que Giddens chama de “projeto reflexivo individual¹²”.

Assim, a sociedade da modernidade, i.e., a sociedade que tem como característica um modo de vida identificado pelos pensadores como moderno, por identificar-se como uma sociedade racional, tecnológica, científica, com instituições sociais complexas, com um sistema econômico baseado na troca e em um mercado regular, propiciou uma experiência de vida digna deste tempo.

¹¹ Idem, *passim*.

¹² Idem, *passim*.

Essa questão levou alguns historiadores a repensar seu trabalho. Segundo o historiador José Carlos Reis¹³, a revolução cultural ocorrida na Europa ocidental, entre os séculos XIII a XVIII, constituiu um novo tempo histórico, denominado modernidade, caracterizado pela racionalização da cultura ocidental, em oposição à tradição do universalismo cristão de salvação, base de sustentação da sociedade feudal. Neste “novo tempo novo”, a legitimidade da ação humana estava centrada na racionalização sistemática do modo de vida de homens e mulheres. Assim, esse novo conceito de sociedade – moderna –, refletia, para os historiadores, uma nova consciência do sentido histórico¹⁴.

A sociedade moderna, segundo Reis, pode ser identificada a partir de três aspectos próprios desse tempo: 1.º - o surgimento do “Estado Burocrático”, que formou uma nova ordem política; 2.º - a formação de uma “ética do trabalho e de empresa capitalista”, que constituiu uma nova ordem econômica; 3.º - o surgimento de uma concepção social de moral baseada na “não fraternidade-religiosa”. Estes aspectos peculiares desta nova sociedade que estava em formação entre os séculos XIII a XVIII representavam uma revolução cultural, ocorrida no Ocidente, que pode ser identificada a partir de uma consciência secularizada e que constituiu o caráter do novo ser humano (cidadino, racional, burguês) que estava emergindo na Europa ocidental e que conquistaria o mundo.

Entretanto, este caráter do novo ser humano, que seria entendido como a mentalidade do mundo moderno, é visto por alguns historiadores como uma consciência ocidental não-contínua, não-linear, e, sim, fragmentada, uma vez que o novo ser humano, dos séculos XIII ao XVI¹⁵, tem objetivos conflitivos, tais como o prazer terreno e a salvação pós-morte. E este conflito é a causa primeira da perda da unidade da consciência do homem moderno, uma vez que, neste, não há a consciência unitária do mundo que era garantida às sociedades anteriores pela religião; é somente no século XVIII, com Kant, que reaparece a idéia de uma história universal do homem moderno,

¹³ REIS, J. C. **História e teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro : Ed. FGV, 2003.

¹⁴ Idem, 2003.

¹⁵ No texto: *História da história: Civilização ocidental e sentido histórico*, José Carlos Reis (2003) analisa a modernidade a partir de duas fases, a primeira que vai do século XIII ao XVI, período que o ser humano rompe com o universalismo cristão e inaugura um presente secularizado; a segunda que surge a partir do século XVIII, que representa o retorno à idéia de história universal, baseada sobretudo, na utopia racional kantiana.

uma consciência una do mundo, com base em uma sociedade intramundana, iluminista e racional¹⁶.

De maneira geral, José Carlos Reis sugere que foi a cultura greco-romana – discursiva e expansionista –, presente na gênese da sociedade moderna, que propiciou a perda da unidade religiosa da consciência humana nos séculos XIII a XVI, cultura essa que foi a base de sustentação social das sociedades pré-modernas, o que acabou resultando em uma revolução cultural que rearticulou o tempo histórico. Assim, na modernidade, irrompeu o “tempo humano contraditório”, entre o retorno à tradição religiosa cristã e a necessidade humana de conquista do mundo e do tempo, revelando, nesta contradição, a primazia da ação humana racional e fragmentada do homem ocidental. A partir dessa contradição, a harmonia social se daria por meio da construção de uma sociedade moral, cujos valores sociais teriam suas bases na imanência e não na transcendência.

Dessa forma, após vários conflitos religiosos, guerras, revoluções, governos tiranos e, conseqüentemente, o fim do “desencantamento do mundo”, a humanidade volta a pensar, a partir do século XVIII, em uma história única e linear, em uma história universal, baseada na reunificação do mundo pelos próprios homens, consubstanciada na construção de uma sociedade moral¹⁷, que legitimava a história universal não mais baseada na fé, mas na realidade instaurada pelo próprio homem, sujeito “singular-coletivo”, por meio da racionalidade.

Destarte, a modernidade ganha novos contornos e é marcada por uma nova perspectiva, qual seja: a busca do novo, do futuro, do progresso, que foi representado como o lugar da humanização, levando a história a ser interpretada como ação humana, como criação do próprio homem em busca de um futuro utópico.

Partindo dessas considerações, pretende-se compreender o conceito de sociedade moderna construído no Brasil durante o século passado, especificamente durante a primeira metade do século XX, por entendermos que há reflexos dessa política na construção do “Brasil Moderno”. Porém, acreditamos que há, também, nesse período, peculiaridades que escapam dos moldes apresentados pelos autores anteriormente citados, uma vez que estes observaram um outro espaço para suas construções teóricas, i.e., outras realidades.

¹⁶ Cf. REIS, J. C. Op. Cit. 2003.

¹⁷ KANT, E. citado por REIS, J. C. 2003.

Assim, é possível sugerir que a política republicana brasileira sempre esteve fascinada pelo conceito do “moderno” europeu ou, pelo menos, a elite pensante da política brasileira. Podemos citar a influência do pensamento positivista na Proclamação da República, em 1889, e as idéias de um Estado forte, na Revolução de 1930, como exemplos da influência do pensamento moderno europeu na política brasileira do final do século XIX e início do século XX.

Entretanto, vale ressaltar que importantes pensadores da História do Brasil chamam a atenção para o fato de que estes e outros acontecimentos da história política brasileira estavam em desacordo com amplas camadas da população, tanto que, como comenta José Murilo de Carvalho¹⁸ a respeito da Proclamação da República, surgiu uma “resistência” às idéias européias de modernidade, por parte do povo, em relação ao fim da Monarquia e surgimento da República. Isto, no mínimo, sugere que, no Brasil, o conceito de modernidade deve passar por um processo de revisão de alguns de seus princípios, fazendo surgir peculiaridades próprias da sociedade brasileira no tocante à construção do conceito dessa categoria.

Um estudo brilhante de João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Antonio Novais¹⁹, que analisou a modernidade brasileira, de 1945 à década de 1980, intitulado “Capitalismo tardio e sociabilidade moderna”, procurou demonstrar, a partir de um conjunto de elementos deste período aspectos que possibilitaram apreender as várias esferas da realidade brasileira e, conseqüentemente, as características próprias deste tipo de sociedade no Brasil.

O estudo de Mello e Novais trata das mutações na sociabilidade²⁰ manifestadas na vida cotidiana dos brasileiros e brasileiras do século XX em relação às transformações econômicas, políticas, sociais e éticas, ocorridas naquele período. Os autores afirmam que, entre as décadas de 1950 e 1970, surgiu no país uma economia moderna, com novos padrões de consumo e produção. As companhias de aço, as hidrelétricas, as indústrias petroquímicas e farmacêuticas, as indústrias de alumínio, de cimento, entre outras, modernizaram-se em sua forma de produzir e de competir.

¹⁸ CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 2. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1987.

¹⁹ MELLO, J.M. C. de; NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

²⁰ O termo sociabilidade é empregado, neste trabalho, para designar as relações próprias da existência social. São os modos de vida que ligam os seres humanos em uma sociedade. Segundo Gurvitch, “São os fatos mais simples da realidade social.” (GURVITCH *apud* VÁZQUEZ, 1987, p. 1134).

Além disso, surgiu um sistema rodoviário que interligava todo o país; surgiram as indústrias de eletrodomésticos e, junto com estas, vieram os alimentos industrializados, as mudanças no sistema de comercialização, nos hábitos de higiene e limpeza, no vestuário feminino e masculino e, concomitantemente, mudanças no padrão de beleza do homem e da mulher.

Essas mudanças foram acompanhadas por um contraste maior entre o que acontecia no campo e na cidade, i.e., entre um modo de vida citadino e, conseqüentemente, “superior” de existência, por ser moderno, e o modo de vida rural, que marcava o ritmo contrário à modernidade. Esse modo de vida rural, segundo Mello e Novais²¹, sofrera mudanças em sua estrutura social – que era baseada na família conjugal, parentes, compadres e vizinhos –, a partir da década de 1960, com a “modernização selvagem da agricultura”.

Tais fatores nortearam a identificação desse período, por Mello e Novais, como sendo uma “sociedade em movimento”. Movimento caracterizado pela migração de nordestinos e mineiros para São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso (incluindo aqui a região do futuro Mato Grosso do Sul), Goiás, Amazonas, Maranhão e Pará. Movimento de um modo de vida para outro, do modo de vida rural, identificado pela família, religião e tradição, para o modo de vida citadino, individualista e competitivo. Movimento da fronteira agrícola, movimento da estrutura social, da ascensão de um emprego a outro, de uma classe a outra, e movimento da organização do Estado, que foi identificado a partir da racionalização, da burocratização, da centralização e do planejamento.

Entretanto, todos esses movimentos foram acompanhados por um valor simbólico concebido a partir do conceito de “progresso”, que era representado pela imitação dos padrões de comportamento e estilo de vida dos países desenvolvidos da Europa ocidental e dos Estados Unidos da América, no tocante, principalmente, à política e à economia²², fazendo surgir, assim, um conjunto de valores próprios da sociedade moderna brasileira, baseado no “*Hommo economicus utilitário*”, como sugere Mello e Novais, e na concepção de trabalhismo que, grosso

²¹ MELLO, J.M. C. de; NOVAIS, F. A. Op. Cit. 1998.

²² É preciso destacar que as artes foram a exceção a este modelo de importação,. Esta é a única manifestação genuinamente brasileira que ganha força de expressão no Brasil do início do século XX. Como ápice deste movimento, que procurou dar voz aos aspectos sócio-culturais brasileiros, está o movimento artístico da Semana de Arte Moderna, ocorrido em São Paulo em 1922.

modo, foi a base do discurso do nacionalismo, do discurso da construção da nação e do discurso da constituição de uma nova civilização brasileira.

Paradoxalmente, esse tipo de sociedade colocava à margem uma grande quantidade de populações rurais as quais, economicamente, não estavam vinculadas ao que se poderia identificar como um modo de vida característico da sociedade do “progresso”, populações estas que, historicamente, viveram a vagar nas fronteiras agrícolas do país.

Vários aspectos poderiam compor uma explicação para o deslocamento dessa parcela da sociedade para as regiões limítrofes, entre elas sua gênese histórico/cultural e seu papel nos quadros da macro-política estatal.

A origem do campesinato brasileiro, como bem sugere Martins²³, é distinta, peculiar e não pode ser pensada como análoga à dos camponeses latino-americanos. O campesinato brasileiro do século XX tem sua composição formada a partir de uma diversidade de grupos sociais, e isto dificulta considerar os trabalhadores do campo, no Brasil, até mesmo como campesinos, por não serem todos descendentes de uma única origem, o campo.

Percebe-se, nessa origem, a presença dos índios, dos mestiços, dos colonos estrangeiros, dos brancos pobres, dos negros libertos, dos ex-fazendeiros decadentes economicamente, cada qual com suas peculiaridades culturais e étnicas, o que tem proporcionado um desenho híbrido de perspectivas sociais e políticas, de modos de vida, de experiências históricas, que faz com que o estudo localizado destas seja, não somente oportuno, como, também, necessário, para compreendermos o sentido histórico que homens e mulheres construíram em um tempo e espaço singular.

Aliado a isto, o desenvolvimento, no Brasil, de uma política econômica estatal que propiciasse o desenvolvimento de relações modernas no campo, favorecendo a criação de novos mecanismos de reprodução da força de trabalho e, ao mesmo tempo, extinguisse as relações de trabalho arcaicas e ultrapassadas que estavam “prejudicando” o desenvolvimento do sistema econômico brasileiro, esteve presente desde a Lei de Terras de 1850 que, segundo Martins, foi instituída para criar o trabalho compulsório nas grandes fazendas de café no século XIX e, concomitantemente, expandir a fronteira agrícola para o Oeste de São Paulo, ocupando, assim,

²³ MARTINS, J. de S. O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, Vozes, 2003.

terras de alta qualidade a partir de uma relação de trabalho complexa e originariamente brasileira: o colonato²⁴.

Registre-se, que José de Souza Martins nos lembra que este tipo de relação de trabalho é identificado a partir de três modalidades de trabalho em uma só. Havia um tipo de trabalho que era identificado a partir do cuidado com o cafezal, com a limpeza das plantas, realizadas duas ou três vezes ao ano e paga em moeda, além da permissão, ao lavrador, para plantar lavouras de subsistência (milho, feijão, arroz) entre as fileiras do cafezal. Havia a colheita, na qual se realizava outro tipo de relação de trabalho, em que o trabalhador recebia em moeda pelo volume de café colhido ou o trabalhador recebia o café colhido em regime de parceira com seu empregador. E, ainda, havia outro tipo de relação de trabalho, como aquele que acontecia nas lavouras de café do interior paulista, que era o trabalho que os lavradores davam gratuitamente às fazendas, na limpeza e conservação das estradas, na limpeza dos pastos, no conserto das cercas, entre outros afazeres do campo.

Considera-se oportuno observar que, na primeira metade do século XX, ou, mais especificamente, a partir dos anos 1930, o deslocamento de parcela de trabalhadores rurais para as regiões limítrofes – fronteira agrícola –, estava mais relacionado a uma “relação autárquica de produção”, como a que ocorria com os imigrantes europeus no sul do país, do que a uma relação de colonato. Isso se justifica devido à necessidade de inserir esta parcela da sociedade nos quadros de uma política de recuperação econômica do país frente à crise do café, e, posteriormente, na produção de bens agrícolas para atender às demandas urbana e industrial.

Assim, o avanço do sistema-econômico-moderno-estado-novista contribuiu decisivamente para a expansão da fronteira agrícola brasileira e, em última instância, deslocou parcela da sociedade brasileira para os espaços territoriais em que ainda não havia uma relação de produção capitalista e um modo de vida “moderno”; nesse processo, aconteceu a migração de brasileiros pobres de várias etnias para as fronteiras do Centro-Oeste e Norte do Brasil, principalmente entre os anos 1930 e o início da década de 1960.

Essas observações a respeito da expansão da fronteira agrícola são corroboradas pelas idéias de Mello e Novais²⁵, quando os autores argumentam que foi o desenvolvimento

²⁴ Idem, *passim*.

tecnológico da agricultura, a partir dos anos 1950, um dos fatores que impulsionou a fronteira agrícola para o Norte do Paraná, Oeste de Goiás e Sul de Mato Grosso. Aos trabalhadores rurais, que em sua grande maioria eram formados por posseiros, parceiros, pequenos proprietários, assalariados temporários, entre outros, todos pobres, restou, nesta época, como alternativa, aventurar-se na busca de sua terra distante ou migrarem para grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. E, no caso de colocar-se em movimento na busca de um pequeno pedaço de terra, deslocavam-se para o interior do Brasil, na ânsia de se tornarem proprietários e de se integrarem, sem tomarem consciência, de um conjunto de fatores que impulsionavam a economia brasileira para a industrialização e urbanização.

Desse modo, o conceito de fronteira com o qual este texto trabalha desvincula-se da preocupação que a categoria “fronteira” tem com a divisão territorial de um Estado e aproxima-se mais das preocupações sociológicas que este termo encerra, i.e., do movimento econômico em expansão no interior do país. Retomando a análise sempre atual de Martins²⁶, sobre a ocupação territorial do interior do Brasil do século XX, cabe observar que, para os pobres, o sentido de fronteira está relacionado à busca de um espaço de terra que o grande proprietário ainda não tenha ocupado; para os ricos, o sentido de fronteira está relacionado a um território a ser conquistado.

Assim, a presente pesquisa compreende a categoria fronteira como um recurso discursivo do Estado Novo para a integração das regiões distantes – Centro-Oeste e Norte do Brasil –, à sua política de modernização do sistema econômico brasileiro e, também, como função social, na absorção das populações marginais.

Isto posto, cabe lembrar, ainda, que o conceito de fronteira neste trabalho é dinâmico e temporal, e deve ser interpretado, também, como retórica do Estado, o qual, entre os anos de 1937 a 1945, teve como pressuposto o deslocamento da massa de excluídos das regiões que estavam adequadas ao sistema econômico para frentes de expansão econômica e conseqüente ocupação territorial dos espaços considerados, pelo discurso oficial, como “espaços vazios”.

²⁵ MELLO, J.M. C. de; NOVAIS, F. A. Op. cit. 1998.

²⁶ MARTINS, J. de S. a vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, F. A. (Coord). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Destarte, a expansão da fronteira agrícola entre os anos 1930 e 1960 do século passado, a conhecida campanha “Marcha para Oeste”, apresentava-se como uma tentativa do Estado em acomodar, em “regiões vazias”, um número extenso da população rural brasileira, que ficara à margem do tipo de trabalhador que a sociedade moderna exigia.

No entanto, como veremos nesta pesquisa, acredita-se que a fronteira agrícola procurou garantir a sobrevivência desses migrantes pobres e, desta feita, contribuiu para a constituição de um universo social complexo e singular a partir do encontro das diversidades étnicas e culturais desses sujeitos históricos.

Esse encontro pode ser considerado como o fator dinâmico da sociabilidade nos campos fronteiriços, e pode ser a mais forte característica das sociedades que se formam nesses espaços, uma vez que, neles, se mescla culturalmente o tradicional e o novo, formando um contexto cultural híbrido, em que se destaca como elemento aglutinador, a religião.

Nessa perspectiva, como deve ser então compreendida a religião?

A partir das considerações de William E. Paden²⁷, em sua obra “Interpretando o sagrado”, é possível sugerir que a religião é um mosaico de possibilidades de interpretações. Assim, esta categoria, para Paden, pode ser interpretada sob vários ângulos, o que acaba por criar uma linguagem dissonante. Isto serve tanto para as teorias religiosas como para as acadêmicas, que interpretam a religião de um ponto de vista unilateral, levando em consideração apenas uma posição sobre a mesma, constituindo, assim, uma perspectiva “monoposicionada”, o que contribui, consideravelmente, para a mistura desordenada das interpretações sobre religião no processo de formação do mosaico. Paden ainda lembra que, devido à proliferação desses pontos de vista, necessário será, para analisar esta categoria, observá-la sob um ângulo ampliado e distante²⁸.

Portanto, para se pensar a religião, deve-se, primeiramente, perceber o contexto em que ela é interpretada, posto que cada interpretação, cada construção de sentido para esta categoria

²⁷ PADEN. W. E. **Interpretando o sagrado**: modos de conceber a religião. São Paulo: Paulinas, 2001.

²⁸ Segundo Paden (2001), o distanciamento e a ampliação do ângulo para se estudar a religião é uma característica do pensamento contemporâneo, o qual procura compreender a sociedade e suas instituições a partir de uma visão, de um ponto de vista, sempre situada, no tempo e no espaço, e não mais como detentora de uma verdade absoluta. Essa perspectiva criou a gênese de uma pluralidade de diversidades, i. e., a perspectiva de perceber a visão das diversas interpretações sobre religião, e oferece a possibilidade de não apenas perceber o mundo, mas perceber como as diversas esferas da sociedade percebem o mundo.

representa sempre um horizonte limitado. Paden nos lembra, ainda, que cada abordagem sobre religião apresenta seu contexto, seu público, seu lugar, e estes a vêem de forma parcial, apreendendo tão somente os aspectos que sirvam à sua perspectiva.

De maneira geral, pode-se pensar então, nesse caso, que trabalhar epistemologicamente com religião é trabalhar com diferentes pontos focais, com diferentes possibilidades de interpretação e, dependendo do olhar que o pesquisador dará ao conjunto de dados e informações que coletou, é que se construirá um sentido para seu olhar. Assim, se a religião é uma questão social, o olhar do pesquisador procurará focalizar esse aspecto em sua interpretação; se é um espírito de caridade ou de devoção a Deus, o olhar do pesquisador construirá outras categorias de dados.

Nesta pesquisa, procurou-se trabalhar a religião como um fenômeno social, expressão da vida coletiva, o qual faz parte do cotidiano da sociedade em estudo²⁹, sendo não mais que uma criação da sociedade humana; assim, a religião passa a ser entendida como a expressão de valores coletivos de uma sociedade, como produto e instrumento de uma cultura.

Logo, o que importa, para o presente estudo, é observar como se deu a participação da religião no processo de constituição de Fátima do Sul, especificamente, à religião católica. Acreditamos que, nesse processo, torna-se imprescindível destacar os valores religiosos que formam a visão de mundo do catolicismo presente na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), os quais contribuíram, significativamente, para a formação de uma sociedade e de uma concepção moral que refletiram nas diversas esferas sociais.

O ponto de partida para essa análise foi a observação feita por Martins³⁰, que analisa em sua obras as contradições sociais da sociedade moderna como a diferenciação social, a migração,

²⁹ Reduzindo-se a escala de observação para a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) e observando-a em um período determinado (1943-1965), é possível sugerir que essa sociedade apresenta uma característica que difere das observações apontadas por José de Souza Martins em seu texto *A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira*, sobre as sociedades que se formam em áreas de fronteiras, uma vez que, segundo o brilhante sociólogo, “A Igreja institucionaliza a mediação do sagrado e fica ‘fora’, portanto, do cotidiano da sociedade de fronteira, pois é, essencialmente lugar social do não-cotidiano, da festa e do tempo cósmico, qualitativo e cíclico” (MARTINS, 1998, p.710). Entretanto, a partir de observações elencadas nos capítulos III, IV e V deste trabalho, observa-se que a Igreja tinha, além das funções que Martins denomina como “mediação do sagrado”, as funções de educar, “civilizar”, “disciplinar” a sociedade a partir do seu cotidiano, como, por exemplo, ensinar hábitos de higiene pessoal, entre outros.

³⁰ Várias obras de Martins discutem as contradições sociais da sociedade moderna brasileira do século XX, entre elas podemos citar “O sujeito oculto” (2003), “subúrbio” (2002a) e “A sociedade vista do abismo” (2002b).

a questão agrária, e nesta análise, enfatiza a atuação das Igrejas com uma das instituições, além dos sindicatos e partidos políticos, que contribuiu para a formação cultural dos sujeitos pertencentes a estas situações sociais.

Outro aspecto, diz respeito ao seu método de análise, que parte das experiências e da visão de mundo dos sujeitos pesquisados, ou seja, de homens e mulheres que pertencem aos âmbitos dos problemas sociais da sociedade moderna do século XX, como vítimas, para compreender as estruturas e contradições desta sociedade, i.e., para desvelar as contradições da sociedade contemporânea³¹.

A importância em se estudar a religião, está, pois, no sentido de que é através dela que é possível compreendermos a conduta humana nas diferentes sociedades, i.e., compreender as ações sociais – as quais sofrem influências das expressões de suas organizações religiosas – que oferecem unicidade à realidade histórica.

Portanto, esta pesquisa parte do pressuposto de que o fenômeno religioso está associado à política subliminar do Estado, e o comportamento da instituição religiosa aqui estudada reflete os interesses de autoridades seculares. Assim, o que se procura compreender é a tendência de institucionalização da religião católica na CAND e como essa política acabou por constituir uma sociedade com características próprias.

A religião será vista, neste trabalho, como um fenômeno social que participou do processo de legitimação de categorias burocráticas e hierárquicas na formação do núcleo urbano de Fátima do Sul, cuja função foi compatibilizar os códigos comportamentais da sociedade em estudo, os quais estavam em sintonia com os preceitos religiosos católicos.

Para alcançar esse propósito, este trabalho está estruturado em quatro capítulos, precedidos de uma introdução, destinada a situar a linha interpretativa da análise aqui proposta e apresentar notas introdutórias a respeito de alguns conceitos, seguidos de algumas considerações finais, as quais têm como objetivo recapitular e destacar aspectos relevantes mencionados no desenvolvimento dos capítulos.

³¹ As obras “O sujeito oculto”, “A sociedade vista do abismo” e “A chegada do estranho”, são apenas alguns dos trabalhos de José de Souza Martins que analisa os “excluídos” na perspectiva de um sujeito ativo, que, mesmo pertencentes às camadas sociais que os levam a uma desumanização, há nestas uma multiplicidade de experiências humanas, que se tornam necessárias para compreendermos a constituição da sociedade moderna brasileira em sua complexidade.

O primeiro capítulo apresenta os conflitos ocorridos no Brasil durante a década de 1930. Outrossim, nele são analisados os acontecimentos de 1929 até a chegada ao poder de Getúlio Vargas e sua complexa aliança política, para identificar os aspectos que impulsionaram Vargas a tomar, como política de governo, uma linha centralizadora, revogando a política liberal da Primeira República, bem como a Constituição de 1891. O ponto central discutido no capítulo foi a mudança na macro-política brasileira ocorrida nas primeiras décadas do século XX, de uma política liberal e agrário-exportadora, para uma política centralizadora e industrial. São analisados, ainda, aspectos da política econômica do Estado Novo, dando ênfase à política trabalhista, na tentativa de demonstrar que nas décadas de 1930 e 1940 do século passado ocorreram no Brasil mudanças substanciais na regulação do trabalho pelo Estado, bem como, mudanças na forma de governar o país, uma vez que houve uma concentração de poderes na figura do presidente e, conseqüentemente, uma maior participação do Estado na economia.

O segundo capítulo discute a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, desde sua criação, em 1943, através do Decreto-Lei 5.941, até o período em que deu origem a vários núcleos urbanos, em uma tentativa de recompor a trajetória dos migrantes que chegaram à CAND no início dos anos 1950. A discussão do capítulo parte da análise do modo de vida desse migrante, suas dificuldades, sua conduta moral, e a participação da religião em seu cotidiano, procurando reconstruir, historicamente, sua sociabilidade, a qual acaba por constituir a identidade desta região. O objetivo maior desse capítulo foi compreender, a partir de uma escala de observação localizada, os colonos em movimento no interior da CAND.

No terceiro capítulo, a análise está voltada para a presença da Igreja Católica na CAND. Inicia-se com uma reconstrução da história da Igreja Católica no Brasil, com o objetivo de conhecer o modelo de igreja que havia aqui na primeira metade do século XX e que se fazia presente no interior da Colônia nos anos 1950. A preocupação central deste capítulo consiste em analisar a história da Igreja Católica no interior da CAND, observando sua participação no cotidiano da Colônia, na tentativa de compreender a função social da Igreja nesta fronteira agrícola.

O último capítulo aborda o papel da Igreja Católica na formação da cidade de Fátima do Sul, desde o início desse povoamento, que se chamava Vila Brasil – no início dos anos 1950 –, até 1965, quando esse núcleo urbano passa a se chamar Fátima do Sul. A questão central que vai

nortear todo esse capítulo está relacionada à apreensão do papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul.

Em síntese, o objetivo geral do presente trabalho é contribuir para a reflexão sobre o processo de colonização do Sul de Mato Grosso, ocorrida entre os anos 1940 a 1960 do século XX, procurando apresentar aspectos relevantes para a compreensão histórica dos problemas que esta colonização apresenta, atualmente, para os pesquisadores das diversas áreas do conhecimento humano.

1 O ESTADO NOVO E A COLONIZAÇÃO DO INTERIOR BRASILEIRO: notas sobre a ocupação do Centro-Oeste na primeira metade do século XX

1.1 Aspectos Históricos da Revolução de 30

Quando em maio de 1930, surge, no céu da capital da República, o dirigível *Graf Zepellin*, este aparece como insígnia de novos tempos, como o futuro que estava a sobrevir. Nas palavras de Pilagallo, “[...] símbolo de tudo que considerava moderno, o Graf Zepellin bem que poderia servir de marco para o fim de um ciclo no Brasil¹”.

Apesar da expressão “fim de um ciclo” parecer demasiadamente forte e pouco clara, principalmente ao levar em consideração que a Revolução de outubro de 1930 apresenta diversas interpretações historiográficas², o imaginário desse dirigível certamente refletia a esperança por algo novo que circundava as esferas política e econômica do Estado brasileiro, ocasionada pelos acontecimentos da década passada.

O modelo político vigente da Primeira República centrava-se nos conflitos intra-oligárquicos criados pela forma de governo instituída na Constituição de 1891 e equacionados a partir do pacto político de 1898 pelo então Presidente da República, Campos Sales³.

A Constituição da Primeira República baseava-se em um modelo liberal – fortemente influenciado pelo modelo norte-americano – e procurava garantir a autonomia dos estados em relação ao governo federal. Vislumbrava-se, na Primeira República, a tentativa de instituir um regime político formalmente democrático, o que se tornou possível a partir do supracitado Pacto Político de 1898⁴, momento em que se alcançou a estabilidade política desejada desde a Proclamação da República.

¹ PILAGALLO, O. **A história do Brasil no século 20 (1920-1940)**. São Paulo : Publifolha, 2000, p.8.

² Sobre este assunto, verificar o texto das historiadoras Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto, intitulado *A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930* (2003).

³ Cf. FERREIRA, M. de M.; PINTO, S.C.S. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003.

⁴ Segundo Hélio Vianna, em sua obra *História do Brasil* vol. II, 1970, p. 232, o pacto político de 1898 baseou-se no seguinte: “A fim de obter o apoio dos representantes dos Estados no Congresso Nacional, estabeleceu Campos Sales a denominada ‘Política dos Governadores’, que consistia no seguinte: o governo prestigiaria o reconhecimento dos Deputados e Senadores federais indicados pelos governantes dos Estados ou pelos partidos políticos neles

Segundo Marieta Ferreira e Surama Pinto, o Pacto Político de 1898, também conhecido como política dos governadores, almejava

[...] confinar as disputas políticas no âmbito de cada estado, impedindo que conflitos intra-oligárquicos transcendessem as fronteiras regionais, provocando instabilidade política no plano nacional; chegar a um acordo básico entre a União e os estados; e pôr fim às hostilidades existentes entre o Executivo e o Legislativo, controlando a escolha dos deputados⁵.

Entretanto, o que se observa a partir desse pacto é que tal sistema político gerou instabilidades ocasionadas pela conjuntura política que articulava, precariamente, uma interdependência entre governo federal e grupos dominantes nos estados. O primeiro sustentando o domínio do segundo em suas regiões e, por sua vez, o segundo votando no Congresso os interesses do primeiro.

Esse esquema de funcionamento da política brasileira da Primeira República, se, por um lado, minimizou os conflitos entre grupos oligárquicos rivais, acabou gerando uma forma de governo que ficou marcada pelo valor desigual que os estados da federação passaram a ter em âmbito nacional. Estados como São Paulo e Minas Gerais adquiriram um espaço maior no cenário político do país, criando níveis de influência da oligarquia estadual no governo federal. Assim, conforme Ferreira e Pinto, “[...] havia oligarquias de primeira e segunda grandezas, além dos chamados estados satélites⁶”.

Contudo, a partir da década de 1920, esse sistema político passou a demonstrar sua fragilidade, fazendo surgir cisões irreconciliáveis entre as oligarquias que davam sustentação ao regime.

E, em meio à crise política que acompanhou a Primeira República, uma crise econômica mundial assolou o país neste mesmo período – a quebra da bolsa de valores de Nova York, em outubro de 1929 – e representou uma crise a mais para o presidente Washington Luís, uma vez que sua política econômica estava centrada na estabilização da moeda. Essa crise mundial

dominantes, e estes, em troca, o apoiariam em todos os assuntos relativos à política geral do país. Esse regime vigorou, com algumas exceções ocorridas por influência do senador Pinheiro Machado, no governo do Marechal Hermes da Fonseca, até 1930 [...]”.

⁵ FERREIRA, M. de M.; PINTO, S.C.S. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003, p.390.

⁶ Idem, p.392

reduziu drasticamente o preço da saca do café, levando à falência a política econômica brasileira – sistema de conversibilidade da moeda brasileira⁷ – aumentando o desemprego urbano, com fechamento de algumas fábricas que faliram, assim como o desemprego rural ocasionado pela crise agrícola, devido aos baixos preços do café no mercado internacional.

Neste contexto, ocorre a eleição para presidente da República em março de 1930 e o resultado foi a vitória do candidato apoiado pelo governo federal, Júlio Prestes, com ampla margem de votos⁸.

Entretanto, passada a disputa eleitoral de março de 1930, e os grupos envolvidos neste processo conhecendo seu resultado, tudo levaria a imaginar que o rumo da política brasileira retornaria ao seu curso normal, buscando antes a “ordem” que o “caos”.

Registre-se que frente à possibilidade de revoltas armadas como forma de contestação do resultado do pleito de março daquele ano, os velhos dissidentes que se aglutinavam em torno da *Aliança Liberal*⁹ estavam propensos a resgatar a velha política republicana. Raimundo Faoro registra, em sua obra, a preocupação que os membros mais antigos da oposição de Washington Luiz e Júlio Prestes tinham com o futuro da aglutinação política, quando comenta: “[...] para os ortodoxos doutrinários, como o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, se houvesse

⁷ Para aprofundar o estudo sobre a crise do café em 1929, ver a obra de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* (1986).

⁸ Segundo Ferreira e Pinto, Júlio Prestes recebeu cerca de um milhão de votos, contra 737 mil dados a Getúlio Vargas (FERREIRA; PINTO, 2003, p. 404). Para Walter Costa Porto, citado por Pilagallo (2003), Júlio Prestes teve 59% dos votos, ao passo que, para o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, também citado por Pilagallo, o candidato do governo teve 57,7%. Entretanto, em relação à votação ocorrida em março de 1930, deve-se observar atentamente, não a diferença irrisória de números, que em nada altera o resultado das eleições, mas a ressalva feita por Boris Fausto, qual seja: a de que “[...] os recursos imperantes, condenados verbalmente pela Aliança, foram utilizados também por ela. As ‘máquinas eleitorais’ produziram votos em todos os Estados, inclusive no Rio Grande do Sul...” (FAUSTO, 2003, p. 321).

⁹ A Aliança Liberal representou as articulações políticas em torno de uma candidatura de oposição ao candidato à presidente da República apoiado pela situação. Para Boris Fausto: “A Aliança Liberal constitui-se como uma frente regional, abrangendo a ampla maioria dos representantes políticos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, a que veio juntar-se o Partido Democrático de São Paulo. Quanto à Paraíba, as lutas oligárquicas internas levaram um setor de certo peso a apoiar o governo. Aparentemente, nascia assim uma nova cisão regional, de maior importância do que as anteriores, mas integrada no velho estilo das disputas sucessórias da Primeira República.” E complementa o autor: “Como se sabe, a Aliança tratou de não romper os limites do sistema, com o qual a maioria de seus chefes estava comprometida” (FAUSTO, 1997, p. 418).

revolução, seria uma revolução antes que o povo a fizesse, isto é, em lugar do povo, em nome da ordem¹⁰”.

Pilagallo também relata a preocupação que os velhos “coronéis” da *Aliança Liberal* tinham com a questão da “ordem”:

Borges de Medeiros tentou dar a questão por encerrada três semanas depois da eleição. Numa entrevista que se tornaria histórica, o líder gaúcho declarou “Não vejo absolutamente como remediar males, se eles existem, com um mal ainda maior como seria uma revolução”. Getúlio Vargas partilhava da opinião de seu criador. Quanto a João Pessoa, tinha verdadeira ojeriza pelos revolucionários. “Prefiro dez Júlio Prestes a uma revolução”, dizia ele¹¹.

Entretanto, setores jovens da Aliança Liberal não se deram por vencidos com a derrota imposta pelas urnas e buscaram uma solução pelas armas: são os chamados por Boris Fausto de “tenentes civis”. Sobre o posicionamento político destes jovens, Boris Fausto comenta que a diferença de idéias no interior da Aliança Liberal passa mais pela diferença de idade do que de ideologia. Essa camada de jovens políticos surgiu durante a década de 1920, e nomes como Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves, Virgílio de Melo Franco, Francisco Campos, todos descendentes de famílias tradicionais, começaram a apontar no cenário político brasileiro.

Assim, os descontentes com o resultado da eleição de março de 1930 buscaram uma aproximação com os integrantes do movimento tenentista da década de vinte, que tinham experiência em revoltas armadas e prestígio no exército brasileiro. Essa aproximação não se deu sem muitas discussões. Pensar que, entre os civis, estavam nomes¹² que, no passado recente, havia sido perseguidores algozes do movimento tenentista, fazia com que seus integrantes relutassem em compor um acordo, o que era recíproco também por parte dos civis. Osvaldo Aranha, ao escrever para Borges de Medeiros, deixa clara sua preferência pela “ordem”:

Felizmente a hora da confusão passou e a nossa marcha, bem orientada e coesa, caminha sem desertores e vacilações para um porto seguro [...] Houve um pouco de relutância e

¹⁰ FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 12. ed. São Paulo : Ed. Eudsc, 1997, p.683.

¹¹ PILAGALLO. Op., Cit., p.50.

¹² Segundo Boris Fausto, os inimigos dos tenentes da década de vinte que compunham a *Aliança Liberal* eram: Artur Bernardes, antigo presidente do Brasil e, portanto, símbolo da velha República; João Pessoa, promotor de justiça militar e acusador dos tenentes rebeldes; e Osvaldo Aranha, gaúcho que se destacou na luta contra os mesmos tenentes no Rio Grande do Sul (FAUSTO, 2003).

de alvoroço [...] já agora, não há mais lugar senão no quinhão que nos cabe, de responsabilidade e sacrifício dentro da família republicana¹³.

Aparadas as arestas de ambos os lados, um acordo foi selado entre tenentes e civis, com exceção da expressão maior do movimento tenentista, Luís Carlos Prestes, o qual se manifestou publicamente contra, alegando que esta luta não representava os interesses dos brasileiros, pois não passava de uma luta maior entre o imperialismo britânico e o norte-americano pelo controle da América Latina. Em manifesto de maio de 1930, dirigido à “Nação Brasileira”, Luís Carlos Prestes faz um balanço da política do período e deixa transparecer sua opção ideológica:

A Revolução brasileira não pode ser feita com o programa anódino da Aliança Liberal. Uma simples mudança de homens, um voto secreto, promessas de liberdade eleitoral, de honestidade administrativa, de respeito à Constituição e moeda estável nada resolvem, nem podem interessar à grande maioria da nossa população, sem o apoio da qual qualquer revolução que se faça terá o caráter de uma simples luta entre as oligarquias dominantes¹⁴.

Prestes estava demonstrando – o que posteriormente ficaria estampado publicamente – que essa revolução, construída no seio dos quadros da velha política oligárquica, não representava os interesses de todos os brasileiros; esta era apenas uma luta entre divergentes de uma mesma classe e, assim, não seria revolucionária.

Dessa forma, os apelos para Prestes ingressar na luta não foram convincentes e ele se posicionou contrário a ela, o que acalmou os revoltosos. Outrossim, a morte de Siqueira Campos – líder da Aliança Liberal –, em maio de 1930, também foi um golpe para os planos dos “revolucionários”.

No entanto, um fato novo reacendeu os ânimos dos revoltosos, qual seja: o assassinato do antigo candidato a vice-presidente de Getúlio Vargas, João Pessoa, que ocorreu em 26 de julho de 1930, no Recife, e que despertou a perspectiva revolucionária dos descontentes que estava adormecendo, fazendo-a reaparecer com força, alterando o curso dos acontecimentos¹⁵.

¹³ MEDEIROS, apud, FERREIRA, M. de M.; PINTO, S. C. S.; op., cit., p.406.

¹⁴ PRESTES, apud, FERREIRA, M. de M.; PINTO, S. C. S. Op. Cit., p.405.

¹⁵ O motivo do assassinato de João Pessoa, segundo as historiadoras Marieta Ferreira e Sumara Pinto, foi passional; as autoras comentam que: “Embora as razões do crime tenham sido **passionais, não políticas**, ele foi transformado em mártir do movimento que se articulava” (FERREIRA; PINTO, 2003, p. 406, destaque meu). Entretanto, para Boris Fausto, o crime tivera razões tanto passionais como políticas, mas, para a opinião pública da época, foram as razões políticas que predominaram, o que transformou João Pessoa – depois de morto – em mártir do movimento revolucionário. Segundo Fausto: “A 26 de julho, João Pessoa era assassinado em uma confeitaria do Recife por João Dantas, um de seus adversários políticos. O crime combinava razões privadas e públicas mas, na época, só se deu

A morte de João Pessoa foi explorada até as últimas conseqüências pelos opositoristas de Washington Luís e Júlio Prestes. Seu enterro, que ocorreu na capital da República, foi acompanhado pelas massas e, no bojo dessa efervescência social, as forças contrárias ao governo federal começaram a articular a conspiração, contando com a adesão de setores do exército, tais como o tenente-coronel Góes Monteiro, que passou a ter o comando geral do movimento armado.

Assim, em 03 de outubro de 1930, estourou a revolução nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul e, após dois dias de motim, Vargas publica extenso manifesto ao povo, apresentando as razões da revolta:

Trata-se de um movimento generalizado, do povo, fraternizando com a tropa, desde o Norte, o valoroso e esquecido pelos governos até o extremo sul. Amparados pelo apoio da opinião pública, prestigiados pela adesão dos brasileiros que maior confiança inspiram dentro e fora do país, contando com a simpatia das forças armadas e com a cooperação de sua melhor parte. Fortes pela Justiça e pelas Armas – esperamos que a Nação volte a entrar na posse de sua soberania, sem maior oposição dos reacionários, para evitar a perda inútil de vidas e bens e abreviar a volta do país à normalidade e facilitar a instalação de um regime de paz, harmonia e tranqüilidade sob a égide da lei¹⁶ (grifo meu).

Em 04 de outubro, foi a vez de o Nordeste desfechar seu movimento armado. Naquela região, em poucos dias, a situação tornava-se favorável aos revolucionários, os quais começaram a se preparar para invadir o estado de São Paulo. As forças revolucionárias estacionaram no estado do Paraná, em Ponta Grossa, e ali organizaram um ataque às forças militares que apoiavam o governo federal do estado economicamente mais forte do país, São Paulo. Entretanto, antes desse confronto, alguns generais do exército e um almirante da marinha¹⁷ derrubaram o

destaque às últimas, pois as primeiras arranhariam a figura de João Pessoa como mártir da revolução” (FAUSTO, 2003, p. 323). O envolvimento político no assassinato de João Pessoa está relacionado à administração deste como presidente do estado da Paraíba, quando submeteu a seu comando os coronéis do interior, por meio de sua política econômica de controle das transações comerciais, o que contrariava os interesses dos produtores do interior, os quais encontravam dificuldades em sonegar a tributação. Deste quiproquó, resultou a “Revolta da Princesa”, cidade do interior da Paraíba, onde a família de José Pereira, com o apoio da família Dantas, revoltou-se belicamente contra as forças legais do Estado. Em meio a esses acontecimentos, surge o envolvimento passional que levaria ao assassinato do vice-presidente da *Aliança Liberal*. João Pessoa apodera-se das cartas de amor que o jovem, solteiro, João Dantas trocava com a professora, e também solteira, Anaíde Beiriz e as divulga em um jornal situacionista, intitulado *A União*. Após esse episódio, Anaíde fugiu, uma vez que havia caído em desgraça, e João Dantas “limpou seu nome”, assassinando João Pessoa.

¹⁶ VARGAS, apud, CASTRO, T. **História documental do Brasil**. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1995, p.311.

¹⁷ Os generais do exército que participaram da deposição de Washington Luís foram: Augusto Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto e Leite de Castro, juntamente com o almirante José Isaias Noronha, da marinha.

presidente da República no Rio de Janeiro, a vinte e dois dias de terminar seu mandato, constituindo uma junta provisória de governo, tornando, dessa forma, desnecessário tal confronto bélico.

Segundo Boris Fausto¹⁸, assim como Ferreira e Pinto¹⁹, a pretensão da junta provisória era permanecer no poder, mas, diante das pressões dos revolucionários vindos do Sul, liderados por Getúlio Vargas, e das manifestações populares, aquela se viu obrigada a entregar o governo do país ao líder da Frente Única Gaúcha, que foi empossado como presidente da República, em 03 de novembro de 1930. Para Fausto: “A posse de Getúlio Vargas na presidência, a 03 de novembro de 1930, marcou o fim da Primeira República e o início de novos tempos, naquela altura ainda mal definidos²⁰”.

Após dar solução ao rápido impasse criado entre a junta provisória e o novo líder da nação, sendo que a primeira queria ocupar o espaço vazio que ficara com a queda de Washington Luís antes da chegada de Getúlio Vargas à capital, o novo governo vê aflorar a complexa base social e política que dava sustentação à Aliança Liberal. As duas forças originárias desta aglutinação política – a classe média, que era descendente das oligarquias agrárias e os industriais, que já compunham o governo antes da Revolução de 30 – evidenciavam a heterogeneidade política no interior da Aliança Liberal e, dessa forma, como comenta Fausto, “[...] é simplista a tese segundo a qual a Revolução de 1930 significou a tomada direta do poder por esta ou aquela classe social. Os vitoriosos de 1930 compunham um quadro heterogêneo, tanto do ponto de vista social como político²¹”.

Essas várias camadas da sociedade havia se unido em torno de uma mesma causa: derrotar um adversário comum, qual seja, os barões do café e sua política oligárquica, devido a vários fatores: A) o país estava se tornando cada vez mais urbano, ao passo que os representantes políticos da Primeira República eram, em sua maioria, da zona rural; B) o país necessitava de uma reação econômica, devido à crise cafeeira deflagrada com a quebra da bolsa de Nova York e os vícios eleitorais desenvolvidos a partir do Pacto Político de 1898, os quais foram colocados em “xeque mate” pela defesa de uma maior centralização do poder político.

¹⁸ Cf. FAUSTO, B. Op. cit. passim.

¹⁹ Cf. FERREIRA, M. de M.; PINTO, S. C. S. Op. cit. passim.

²⁰ FAUSTO, B. op., cit., p.325.

²¹ Idem, p.326.

Dessa forma, este texto compactua com as idéias de Boris Fausto sobre a Revolução de 1930²²:

Um novo tipo de Estado nasceu após 1930, distinguindo-se do Estado oligárquico não apenas pela centralização e pelo maior grau de autonomia como também por outros elementos. Devemos acentuar pelo menos três dentre eles: 1. a atuação econômica, voltada gradativamente para os objetivos de promover a industrialização; 2. a atuação social, tendente a dar algum tipo de proteção aos trabalhadores urbanos, incorporando-os, a seguir, a uma aliança de classes promovida pelo poder estatal; 3. o papel central atribuído às Forças Armadas – em especial o Exército – como suporte da criação de uma indústria de base e, sobretudo, como fator de garantia da ordem interna²³.

Assim, a revolução de 1930 tira do centro do poder estatal os tradicionais oligarcas paulistas da Primeira República e, sustentada pelas forças armadas – exército principalmente –, que davam respaldo ao aparelho de Estado, e pela aliança entre a burguesia industrial e a classe trabalhadora urbana, surgia uma nova proposta de Estado para a nação brasileira, na pessoa de Getúlio Vargas.

1.2 Das Incertezas do Regime Político ao seu Recrudescimento: os Anos 1930

Após a posse de Getúlio Vargas como governante provisório, o qual, por ironia, acabou ficando no poder por quinze anos, os problemas em torno do poder estatal começaram a aflorar. Os conflitos internos da Aliança Liberal, que estavam adormecidos em favor de um objetivo maior e um inimigo comum, não demoraram a tornar-se um contra-tempo para o chefe de governo empossado. Estes problemas podem ser identificados, grosso modo, em dois projetos políticos antagônicos, constituídos no seio da Aliança Liberal. O primeiro dizia respeito aos tenentes, que eram defensores de um modelo político centralizador e autoritário; o segundo dizia respeito aos civis, que defendiam um modelo liberal.

²² Existem diversas interpretações da historiografia brasileira sobre os acontecimentos de 1930. Sonia Regina de Mendonça, em seu texto *Estado e sociedade: a consolidação da República Oligárquica* (2000), apresenta algumas considerações sobre o posicionamento dos historiadores como Sodré, Santa Rosa, Boris Fausto, Weffort e De Decca, em relação a este assunto. As historiadoras Marieta Ferreira e Surama Pinto, em seu texto *A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930* (2003), também analisam as interpretações de Boris Fausto e De Decca; por não ser este o epicentro da presente discussão, este texto propõe-se apenas a assinalar tais obras, que analisam as tendências desse período.

²³ FAUSTO, B. Op. cit., p.327.

Entretanto, o projeto pautado sob a batuta dos tenentes saiu na dianteira como proposta política para o novo governo²⁴, como observa Faoro:

A espinha dorsal do novo modelo será o elemento militar, com o setor dinâmico dos tenentes [...] O cunho político do exército se abre na quebra dos exclusivismos estaduais e no aliciamento do povo – as camadas médias e as proletárias – em movimentos de organização do poder e da ideologia reinante. A Legião Revolucionária de São Paulo, fundada por João Alberto, depois de articulações com Juarez Távora e Osvaldo Aranha, fixa o primeiro contorno das aspirações revolucionárias, divorciadas da imediata reconstitucionalização liberal. Reclamam um Estado forte [...], capaz de combater o latifúndio, os trustes, os monopólios e o imperialismo, sobrepondo-se às classes e às massas²⁵.

Em certo sentido, se analisarmos as primeiras medidas do governo provisório, pode-se sugerir que estas servem como indícios para perceber que as idéias dos tenentes – formar um governo federal centralizado e forte o suficiente para sufocar as forças estaduais –, estavam em consonância com as idéias do próprio Getúlio Vargas. Como exemplo, basta citar que o Congresso Nacional e as Assembléias Estaduais e Municipais foram fechados no imediato pós-revolução, os governadores foram depostos, a Constituição de 1891 foi revogada e Getúlio Vargas passou a governar por meio de Decretos-Lei²⁶.

Assim, entre os civis e sua proposta de construir um Estado pautado na doutrina liberal e federalista, na limitação dos poderes da União e na reconstitucionalização do país, e os tenentes com sua política de construir um regime político forte e partidário, um Estado centralizador de cunho nacionalista e reformista, Getúlio demonstrou não ter dúvidas quanto ao rumo a ser tomado por sua política e, nessa disputa, prevaleceu o modelo de Estado inspirado nas idéias dos tenentes, os quais, por sua vez, eram representantes das idéias de Oliveira Vianna e Alberto Torres²⁷.

²⁴ Se, na conjuntura interna, a perspectiva era de governo forte e centralizado, no campo internacional, segundo Pilagallo, “[...] o mundo se encontrava ideologicamente polarizado, o que deixava pouco espaço para as idéias liberais [...] Regimes totalitários, de direita e de esquerda, dominavam o cenário político. Na Europa, o Fascismo e o Nazismo estavam em ascensão. Na União Soviética, o comunismo se consolidava. Mesmo nos Estados Unidos, o liberalismo econômico parecia condenado: o governo norte-americano esqueceu temporariamente o livre mercado e lançou o New Deal, uma intervenção do Estado para enfrentar a depressão mundial” (PILAGALLO, 2002, p. 70).

²⁵ FAORO, R. Op. cit., p.693.

²⁶ Cf. PANDOLFI, D. Os anos 1930: as incertezas do regime: In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo: o início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003.

²⁷ O pensamento de Oliveira Vianna, como representante de uma proposta para a política do Estado brasileiro, segundo Gomes, foi escolhido por várias razões. Comenta a autora: “Trata-se de um intelectual que exerceu inequívoca influência entre seus contemporâneos, que com ele concordassem em pontos significativos. Porém,

O Decreto-Lei n. 19.398, de novembro de 1930, não deixa dúvidas quanto ao caráter centralizador do novo governo, uma vez que, além de dissolver o Congresso Nacional e as Assembléias Estaduais e Municipais, como exposto anteriormente, em seu artigo primeiro, fica clara a idéia de um Estado forte e centralizado:

Art 1º – O governo Provisório exercerá discricionariamente em toda a sua plenitude as funções e atribuições não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembléia Constituinte, estabeleça esta a reorganização do país.

Complementando o artigo, seu parágrafo único registra:

Parágrafo Único – Todas as nomeações e demissões de funcionários ou de quaisquer cargos públicos, quer sejam efetivos, interinos ou em comissão, competem exclusivamente ao Chefe do Governo Provisório²⁸.

Assim, passando do discurso à ação, uma das primeiras medidas adotadas por Getúlio Vargas foi promulgar o Código de Interventores²⁹, que outorgava poderes para o presidente nomear um interventor para governar os estados da nação, alterando, com isto, o jogo nos meandros da política nacional, ao passo que diminuía, sensivelmente, o poder político local, em benefício de uma centralização e fortificação do poder político federal, considerando que esse sistema eliminava a eleição para escolher os presidentes dos estados, deixando esta função diretamente vinculada ao presidente da República.

produtor de uma das mais sólidas e duradouras interpretações sobre as causas do ‘atraso’ político do país, tendo-a acompanhado de uma não menos sólida e duradoura proposta de ‘solução’, mediante a intervenção de um Estado autoritário e corporativo. Ou seja, as idéias de Oliveira Vianna, intelectual com nítido engajamento político, foram capitais para se compreender como, nesse período, a fronteira entre o público e o privado foi explicada historicamente e recriada institucional e simbolicamente em toda a sua ambigüidade” (GOMES, 1998, p. 507). Em relação às idéias de Alberto Torre, pode-se sugerir que ele foi um dos ideólogos dos tenentes, uma vez que foi grande defensor do nacionalismo. Segundo Brittes Lemos, para Torres, “[...] o atraso nacional assentava-se na desordem que impedia o desenvolvimento. Para comprovar suas idéias, procurou em Augusto Comte o apoio para discutir com profundidade as questões que mais o atormentavam – a desordem e a anarquia da sociedade brasileira” (LEMONS, 1995, p. 129).

²⁸ BRASIL. Decreto-Lei n.19.398, de 5 de novembro de 1930. Citado por CASTRO, T. de. **História documental do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 1995, p.324.

²⁹ O Código de Interventores é considerado, pela historiadora Sônia Regina de Mendonça, como uma opção política do presidente na tentativa de controlar as oligarquias estaduais. Comenta a autora: “Tática central para a realização do controle sobre as estruturas políticas regionais [o Código de Interventores] foi a montagem de interventorias/departamentos administrativos, que interligavam as tradicionais oligarquias estaduais ao Ministério da Justiça e da Presidência. Instaladas no imediato pós-30, aprimoraram-se no Estado Novo, quando foram institucionalizadas como um sistema implantado em todo o país” (MENDONÇA, 2000, p. 339).

Com base legal no Código de Interventores, Vargas substituiu os governadores civis pelos interventores militares na maioria dos estados brasileiros, inclusive no estado mais importante da nação, São Paulo.

Naquele estado, ocorreu reação contrária, por parte de sua elite, à indicação de Vargas. O presidente interino, que contara com o apoio do Partido Democrático (PD) daquele estado para chegar ao poder, nomeou, para governar São Paulo, o pernambucano João Alberto, o que gerou uma crise entre o governo federal e o PD, uma vez que o aliado do novo governo sentiu-se desprestigiado. A pressão exercida pelos democratas levou Vargas a substituir João Alberto, em 1931. Entretanto, a crise entre São Paulo e o governo federal não se reduziu com esta decisão; pelo contrário, haja vista que, em um período menor que dois anos, São Paulo sofreu cinco substituições de interventores³⁰.

A elite política paulista ainda sonhava com o ideário liberal e com a reconstitucionalização do país; para tanto, exigia do governo federal a nomeação de um interventor civil e paulista, o que seria atendido somente após a Revolução Constitucionalista. Para substituir João Alberto, Getúlio indicou o jornalista Plínio Barreto, que, pressionado pela greve dos têxteis, acabou por desistir. Em 1932, na tentativa de amenizar a crise entre São Paulo e o governo federal, Getúlio nomeia um interventor paulista e civil, Pedro de Toledo; no entanto, este também não era um nome de consenso e a Frente Única Paulista, que havia sido fundada em fevereiro de 1932, com a união do Partido Republicano Paulista (PRP) e do PD, com o intuito de lutar pela reconstitucionalização e pela democracia liberal, começava a pensar em revolução.

Essa idéia estava aliada, também, a alguns acontecimentos políticos que estavam ocorrendo fora de São Paulo. Devido à pressão exercida por este estado, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o governo federal se vê obrigado a promulgar o Código Eleitoral, o qual trouxe algumas inovações³¹. Além disso, o episódio ocorrido no Rio de Janeiro, em que os “tenentes” não sofreram punição por parte do governo federal ao destruir o Diário Carioca – jornal antitenentista radical – e o rompimento da Frente Única Gaúcha com Getúlio Vargas, acirrou os ânimos dos paulistas em relação a uma possível revolução, com o objetivo de retomar os planos

³⁰ Cf. PANDOLFI, D. Op. Cit., passim.

³¹ Segundo Boris Fausto (2003), as inovações ocorridas com o novo código eleitoral de 1932 seriam: a obrigatoriedade do voto e seu caráter secreto; o direito do voto das mulheres; a eleição ao legislativo, que seria proporcional, garantindo a representação das minorias; e a criação da Junta Eleitoral, que passou a fiscalizar as eleições e julgar recursos.

do governo provisório. Junta-se a esses acontecimentos, o episódio que tem como epicentro as sedes dos jornais tenentistas de São Paulo e quatro rapazes³². Em um conflito de rua, estudantes depredaram a sede de um jornal varguista, de onde foram disparados tiros que acabaram matando quatro rapazes. Esse acontecimento deu origem à entidade MMDC, que ficaria encarregada de organizar o levante armado contra Getúlio e seus tenentes.

Não tardou e a revolta paulista eclodiu. Em 9 de julho de 1932, o país começa a viver uma guerra civil, demonstrando que os envolvidos nos conflitos pré-1930 não havia se amoldado às instituições políticas. Assim, conforme Pandolfi: “Insatisfeitos com a política centralizadora de Vargas e com a lentidão das medidas que restaurariam o Estado de direito, os paulistas, em armas, exigiam o fim imediato do regime ditatorial e maior autonomia para São Paulo³³”.

Essa revolução, que ficou conhecida como Revolução Constitucionalista, durou três meses e contou com a participação das massas de São Paulo, como as senhoras paulistas que participaram da campanha do “Ouro para o bem de São Paulo”, doando bens e jóias para a causa paulista; e algumas lideranças de outros estados, entre eles Bertoldo Klinger, Assis Brasil, Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Borges de Medeiros. Entretanto, pouco foi possível fazer pelos revoltosos contra as forças leais ao governo federal, que contavam com uma maioria bélica e de pessoal esmagadora. Segundo Fausto,

[...] a superioridade militar dos governistas era evidente. No setor sul, as forças do Exército contavam com 18 mil homens, além da Brigada Gaúcha, e outros contingentes menores. Os paulistas não passavam de 8.500 homens. As forças federais contavam também com munição suficiente e artilharia pesada, contrastando com a precariedade dos meios à disposição dos revolucionários. No ar, os paulistas perdiam nitidamente para a aviação do governo federal³⁴.

Após três meses de lutas, em 2 de outubro, tem-se o fim do movimento com a prisão de seus principais líderes, a suspensão de seus direitos políticos e com alguns de seus elementos exilados.

Entretanto, se, por um lado, o estado de São Paulo perdeu belicamente com a guerra civil, por outro, o movimento serviu como manobra para negociação política em um futuro imediato, haja vista que, em agosto do ano seguinte à Revolução Constitucionalista, foi nomeado

³² Os nomes dos rapazes mortos eram Miragaia, Marcondes, Dráusio e Camargo. Após esse acontecimento, juntou-se a outros agrupamentos de contestação de Vargas o MMDC, movimento que tinha como sigla a primeira letra do nome da cada membro morto na tentativa de invasão do jornal.

³³ PANDOLFI, D. Op. cit., p.25.

³⁴ FAUSTO, B. Op. cit., p.350.

por Getúlio um interventor civil e paulista para governar São Paulo, Armando Sales de Oliveira, em comum acordo com os revolucionários. Este era um membro do PD e pertencente à elite paulistana. No mesmo ano, Getúlio ainda reduziu o débito dos agricultores endividados devido à crise do café, além de comprar e destruir os estoques do produto. As instituições financeiras de São Paulo que, durante a guerra, emitiram bônus para circular como moeda, tiveram estes resgatados pelo banco do Brasil, o que evitou uma crise paulista no setor. E, num certo sentido, a maior conquista: o governo federal assumiu o compromisso de elaborar uma nova Constituição para o país.

Em maio de 1933, aconteceu a eleição para a Assembléia Nacional Constituinte. Foram eleitos, na maioria dos estados, os situacionistas, articulados com o poder central e, conseqüentemente, com os interventores. Em Minas, o Partido Republicano Mineiro, representante da oligarquia da Velha República, foi derrotado pelo Partido Progressista, que fora criado para concorrer às eleições pelo interventor Olegário Maciel. No Rio Grande do Sul, o também recém-nascido Partido Republicano Liberal, criado pelo interventor Flores da Cunha, derrotou a Frente Única Gaúcha, composta pelo Partido Republicano Riograndense juntamente com o Partido Libertador. O estado de São Paulo foi exceção à regra. O Partido da Lavoura, organizado pelo interventor federal com a finalidade de angariar os votos dos cafeicultores, não foi páreo para a “Chapa Única por São Paulo Unido”, originária da união entre o Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático³⁵.

A nova Constituição do país foi promulgada em 14 de julho de 1934; e pelo voto indireto da Assembléia Nacional Constituinte, no dia seguinte foi eleito, para presidente do Brasil, pelo período de quatro anos, Getúlio Dornelles Vargas³⁶, sem direito à reeleição.

A nova Constituição estava baseada nos princípios liberais democráticos e assegurava o regime federativo, tornando o poder legislativo superior ao poder executivo³⁷, o que não era visto

³⁵ PANDOLFI, D. Op., Cit. Passim.

³⁶ O período da elaboração da Constituição exigiu de Vargas negociação política. Segundo Pandolfi: “Um dia após a promulgação, Getúlio Vargas foi eleito indiretamente, pelos constituintes, presidente da República. Obteve 175 votos contra 59 dados a Borges de Medeiros, 4 ao general Góis Monteiro e 9 distribuídos entre os diversos outros candidatos [...] Durante os trabalhos constitucionais, grupos militares conspiraram para tentar depor Vargas e formar um conselho de generais para dirigir o país. Além de elaborar a Constituição e de eleger o presidente da República, uma das tarefas da Assembléia Nacional Constituinte era aprovar os atos do Governo Provisório. Dos 220 deputados, apenas 135 votaram a favor, evidenciando o clima de insatisfação reinante no país” (PANDOLFI, 2003, p. 28).

³⁷ PANDOLFI, D. Op., cit. Passim.

com bons olhos pelo presidente. Entretanto, essa Constituição procurou restringir a liberdade financeira dos estados em favor do governo federal; o tema sobre segurança nacional passou a ser presidido diretamente pelo presidente da República por meio do Conselho Superior de Segurança Nacional, que seria composto pelo presidente e ministros e chefes dos estados maiores do Exército e da Marinha; e previa, ainda, a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d'água.

Esse texto constitucional, que, segundo Fausto³⁸, foi inspirado na Constituição de Weimar, não representava os anseios políticos de Vargas. Seu desejo era um Estado forte e interventor e não um Estado liberal-democrático, ainda mais que esse modelo de Estado abria brechas para a ascensão política dos velhos líderes do período pré-30, além de alguns opositores exilados, que havia retornado ao país devido à anistia política de 1934. Em relação ao contexto internacional, a nova Constituição também apresentava diferenças, uma vez que a crise econômica mundial das décadas de 20 e 30 favoreceu o surgimento de governos autoritários e a derrocada do liberalismo econômico na Europa. O plano econômico do capitalismo, que estava ligado ao plano político liberal, aproximou-se do totalitarismo e do nacionalismo. Dessa forma, o capitalismo, nos anos 30, desvencilhou-se do liberalismo e passou a compor com a política autoritária, ditatorial.

A Constituição marcava para outubro de 1934 eleições indiretas para o Congresso Nacional e Assembléias Legislativas Estaduais. Esse processo eleitoral evidenciava a fragilidade da política estatal de Vargas, uma vez que, com essa eleição, muitos líderes políticos contrários ao ideário de Getúlio retornariam à ativa, sendo reconduzidos ao poder.

O ano de 1934 não apresentou a disputa política partidária como único problema a ser enfrentado pelo governo federal; questões sociais também demonstravam que havia movimentos de desagrado em relação aos rumos da política nacional. As greves realizadas nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, paralisaram os setores de transportes, comunicação e financeiro; e as campanhas fascistas, que ganhavam voz tanto contra como a favor, levaram Getúlio Vargas a propor ao Congresso, no início de 1935, a Lei de Segurança Nacional, suprimindo algumas liberdades democráticas existentes na Constituição.

A voz solidária dos anos 30 às idéias fascistas no país estava ligada intelectualmente a Plínio Salgado e alguns outros intelectuais e à organização paramilitar Ação Integralista

³⁸ FAUSTO, B. Op. cit.

Brasileira (AIB). Essa organização foi fundada em São Paulo, em outubro de 1932, e tinha como doutrina o nacionalismo, o moralismo, a supressão da pluralidade partidária, a integração total entre sociedade e Estado, o combate ao capitalismo financeiro de cunho liberal, além de combater o socialismo, o judaísmo e o liberalismo político.

Contrária a essa organização, surgiu, em março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ALN), que tinha como programa o nacionalismo, a reforma agrária, a liberdade pública³⁹ e o combate ao imperialismo e ao fascismo.

A ANL, de cunho socialista, tinha como presidente de honra, o ex-tenente Luiz Carlos Prestes que, no período da clandestinidade, após o movimento tenentista da década de 20, converteu-se ao comunismo e passou a ser um dos principais líderes do partido no Brasil. Assim, contando com importantes lideranças da época da Revolução de 30, como Miguel Costa, Herculino Cascardo, Agildo Barata, João Cabanas, Silo Meireles, a ANL inicia uma oposição ostensiva contra o governo federal. Segundo Pandolfi, essa organização foi inspirada nos modelos das frentes populares européias, formadas a partir da indicação política do VII Congresso da Internacional Comunista, que visava impedir o avanço do fascismo e do nazismo. Essa organização tinha como membros dos seus quadros comunistas, socialistas e liberais descrentes do rumo tomado pela Revolução de 30. O objetivo de derrubar Vargas e implantar um governo popular rapidamente conquistou a adesão de simpatizantes em vários estados brasileiros, surgindo, com isso, sedes da ALN em muitas cidades, no período curto de sua existência legal, uma vez que, em julho de 1935, a organização foi colocada na ilegalidade.

Entretanto, esse ato não inibiu o anseio político da organização que, em agosto do mesmo ano, começou os preparativos para uma revolta armada contra o poder político institucionalizado no país. Esse movimento foi deflagrado em novembro de 1935 e rapidamente vencido, uma vez que não contou com a adesão da sociedade, limitando-se a apenas três cidades, Natal, Recife e Rio de Janeiro.

Após esse episódio, o regime político tornou-se mais ríspido e truculento, segundo Pandolfi: “Depois da rebelião, uma forte repressão se abateu não só contra os comunistas, mas

³⁹ A luta da ALN pela liberdade pública estava relacionada à luta contra a Lei de Segurança Nacional, criada por Vargas no início de 1935 e que definiu como crimes políticos as greves, a animosidade das forças armadas, a propaganda subversiva e os partidos que tinham como objetivo subverter a ordem política e social (FAUSTO, 2003).

contra todos os considerados opositores do regime⁴⁰”. Assim, o Congresso aprovou várias medidas que limitavam sua própria liberdade em benefício da ampliação dos poderes de repressão do governo federal, a tal ponto que a polícia teve a liberdade de invadir o Congresso e prender parlamentares pelo fato de serem simpatizantes da ALN. Outros aspectos do recrudescimento político do executivo foram: a aprovação do “Estado de Sítio”, em novembro de 1935, que acabou sendo sucessivamente prorrogado até meados de 1937; a criação de um órgão que reprimia o comunismo; a ampliação do poder da polícia e seu chefe Filinto Muller; e, por fim, a criação do Tribunal de Segurança Nacional, que inicialmente foi criado para julgar os participantes da insurreição de 1935, mas acabou ficando como órgão permanente até 1945.

Em meio à turbulência social e política, estava chegando o período das eleições presidenciais e, mesmo a contragosto de Getúlio Vargas, essa questão acabou ganhando espaço no cenário político, sendo que, no início de 1937, as candidaturas à sucessão já estavam definidas. Armando de Sales Oliveira sairia pelo Partido Constitucionalista, formado pelo Partido Democrático e outros menores; José Américo de Almeida sairia como o candidato oficial, apoiado pelos estados do Norte e Nordeste, assim como pelos interventores situacionistas, com exceção de São Paulo e Rio Grande do Sul; e Plínio Salgado, apoiado pelos integralistas.

Boris Fausto⁴¹ comenta que nenhuma candidatura tinha a confiança de Getúlio Vargas, o qual, além do desejo pessoal de permanecer no poder, começava a articular uma interrupção do processo eleitoral.

A primeira articulação advém da desestabilização dos estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia, que se posicionaram contrários à prorrogação do mandato de Getúlio; assim, o governo intervém em alguns estados e no Distrito Federal, desarticulando as forças políticas estaduais no que se refere à tentativa de reação destes ao governo federal, no momento de endurecer seu regime político. A segunda articulação política de Getúlio foi o “Plano Cohen⁴²”, que facilitou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do retorno ao “Estado de

⁴⁰ PANDOLFI, D. Op. cit., p.32.

⁴¹ FAUSTO, B. Op. cit.

⁴² o “Plano Cohen” é considerado por historiadores como Boris Fausto (1997, 2003)) e Dulce Chaves Pandolfi (2003) como um plano de ficção criado pelo governo federal, cuja finalidade era aprovar o “Estado de Guerra”, que havia sido rejeitado pelo Congresso em junho de 1937. Assim, esse documento, que versava sobre uma possível insurreição comunista, foi amplamente divulgado pelo governo através do rádio e jornais, o que levou o Congresso a ceder e aprovar não só o “Estado de Guerra” como a suspensão das garantias constitucionais.

Guerra”, além de suspender as garantias constitucionais e tirar das mãos do governador do Rio Grande do Sul a Brigada Militar, tornando-a federal.

Esse período da história política do Brasil foi assim analisado por Raimundo Faoro:

O governo – a União encarnada no presidente – era senhor de todos os instrumentos de comando político: da lavoura e da indústria, cartelizadas e controladas; do operariado, sindicalizado sob as rédeas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; grande parte dos Estados, aprisionados ao Banco do Brasil e às ordens do Catete, como o governador de Minas Gerais dócil instrumento das manobras da capital federal. As classes, dissociadas internamente em grupos de pressão, desvinculadas dos partidos, aceitam, incapazes de expressão política autônoma, a rédea de cima⁴³.

Dessa forma, cada vez mais cercado de poderes para legitimar seus atos, contando com a desarticulação dos opositores e reprimindo violentamente qualquer manifestação social que “prejudicasse a ordem interna do país”, Getúlio Vargas dava passos largos para o projeto maior, qual seja: primeiro, derrubar a democracia implantada pelos liberais na Revolução de 1930 e confirmada na Constituição de 1934; segundo, redirecionar os rumos do Brasil no avanço do capitalismo dentro de uma ordem centralizada e ditatorial. E, após algumas articulações com os estados do Norte e Nordeste, com exceção à Bahia e Pernambuco, com o apoio de Minas Gerais, e com uma tímida oposição, principalmente de Armando de Sales Oliveira, Vargas dá o “golpe de misericórdia”, em 10 de novembro de 1937, na Constituição implantada há três anos, cercando com a polícia militar o Congresso Nacional e dissolvendo-o, mudando o regime político do país e permanecendo no seu epicentro.

A partir dessa data, estava implantada no Brasil uma política autoritária e centralizadora, que perduraria até 1945 e ficaria conhecida pela história como Estado Novo, por Getúlio como Estado Nacional e pelo Barão de Itararé como o Estado em que chegamos.

O golpe de estado de 10 de novembro de 1937, que deslocou do plano político brasileiro o liberalismo e colocou como bandeira do dia a centralização, é analisado pela historiografia como o resultado de um longo processo político desenvolvido durante a Velha República.

Segundo Dulce Pandolfi e Boris Fausto, o surgimento do Estado Novo estava vinculado ao desenrolar do processo político brasileiro da década de 1930, o qual se caracterizou como um processo conturbado, com disputas políticas acirradas entre doutrinas contrárias e que recebeu influência da política exterior, sobretudo do fascismo e do comunismo; nesse processo, vários

⁴³ FAORO, R. Op. Cit., p.705.

caminhos possíveis para o Estado brasileiro eclodiram e foram controlados, construindo, assim, um resultado dentre tantos que estavam abertos. Vejamos o que comenta Pandolfi: “O Estado Novo esteve longe de ser um desdobramento natural da Revolução de 30. Foi um dos resultados possíveis das lutas e enfrentamentos diversos travados durante a incerta e tumultuada década de 1930⁴⁴”. Boris Fausto, em sua obra *História do Brasil*, também argumenta que: “Seria engano pensar que o Estado Novo representou um corte radical com o passado. Muitas de suas instituições e práticas vinham tomando forma no período de 1930-1937⁴⁵”.

Para Maria Helena Capelato⁴⁶, o Estado Novo também surgiu do período de grandes mudanças no país: a década de 1930, a qual, com a Revolução de Outubro, descerraram caminhos para vários setores sociais. Comenta a autora que, das discussões em torno da natureza do Estado, surgiram propostas que defendiam o princípio de um Estado liberal e descentralizado, assim como surgiram propostas de um Estado forte e intervencionista. A partir dos acontecimentos políticos da década, o setor político, que tendia ao liberalismo e à descentralização foi cedendo espaço ao executivo, com fortes tendências ao centralismo, até que acabou minando suas próprias forças, fortalecendo a União – através de seu presidente – a liderar o golpe promotor do Estado Novo.

Comunga da mesma interpretação do golpe de 1937 a historiadora Ângela de Castro Gomes. Para ela, a Revolução de Outubro foi o primeiro passo na tentativa de mudança dos rumos da política brasileira, a qual, durante os anos 1930, passou de uma proposta liberal e democrática para uma proposta de Estado autoritária e corporativa. Segundo a autora,

Os anos que decorrem entre outubro de 1930 e novembro de 1937 são dominados por conflitos e negociações, violentos e delicados, conformadores de uma “incerteza” que só cessou quando as forças vitoriosas definiram que “entre o povo e o governo não haveria mais intermediários”⁴⁷.

⁴⁴ PANDOLFI D. Op. cit., p.35.

⁴⁵ FAUSTO, B. Op. cit., p.365.

⁴⁶ CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003.

⁴⁷ GOMES, A. de C. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, F. A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.515.

Dessa forma, percebe-se que, entre duas vias políticas possíveis a serem seguidas pela sociedade brasileira na década de 1930, o golpe de 1937 serve para evidenciar que parte da elite dirigente do Brasil optou pela centralização, personificada na pessoa de seu líder maior, Getúlio Dornelles Vargas. Assim, é possível sugerir que as características que identificam o golpe de 1937 e, conseqüentemente, o Estado Novo, o qual perdura por oito anos (1937/1945), aparecem centradas em alguns aspectos importantes tais como: 1.º – uma política autoritária e centralizadora; 2.º – uma economia com forte intervenção do Estado e ligada à industrialização urbana; e, 3.º – a construção de uma identidade nacional subjugada pelo discurso da modernização.

1.3 A Crise do Estado Novo: as Contradições de uma Ditadura

Tratar as mudanças político-institucionais estabelecidas durante o Estado Novo apenas como resultado de uma política autoritária, que visava um fim em si mesmo, i.e., garantir a ascensão de um grupo social ao poder político, econômico e cultural do país, é, no mínimo, realizar uma leitura simplista desse processo histórico, negligenciando o aspecto determinante da conjuntura estado-novista, qual seja, a edificação de um aparelho administrativo estatal que controlava, regulamentava e intervinha em vários setores sociais, organizando, sob novas bases, o processo de desenvolvimento e dominação da sociedade brasileira, absorvendo, por meio do aparelho de Estado, a maioria das relações sociais.

Nessa perspectiva, é possível notar que o Estado Novo se preocupou com as relações políticas entre a União e os estados e criou instituições de alcance nacional.

No caso das relações políticas entre União e estados a preocupação central foi o desenvolvimento de um controle sobre as estruturas políticas regionais, institucionalizadas por um sistema que enfraquecia a velha ordem política da Primeira República e articulava um jogo político que garantia a predominância da União sobre as forças oligárquicas regionais, o que concorreu para a implantação de uma política econômica pautada sob novas exigências, tanto do capitalismo interno como do internacional. Como exemplo desse jogo, destaca-se a política de interventores desenvolvida pelo Estado Novo, a qual alterou as relações entre União e estados, após o golpe de 1937.

Por outro lado, em relação às instituições de alcance nacional que contribuíram para a unificação político-administrativa da União entre os anos de 1937 e 1945, pode-se observar a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que ajudou a construir e legitimar, junto à opinião pública, o novo regime, instituído em 1937. Suas funções abrangiam desde a centralização das decisões políticas na figura do representante máximo da nação – Getúlio Vargas –, passando pelo controle dos meios de comunicação, até à divulgação de uma imagem positiva do ditador, representante do “moderno” junto às camadas populares da sociedade brasileira.

Entretanto, para Sônia Regina de Mendonça, o aspecto político mais representativo do Estado Novo é sua política trabalhista e sindical:

Pela durabilidade de seus efeitos, a marca mais específica do Estado Novo foi sua política sindical e trabalhista. A preocupação em institucionalizar as relações entre Estado, empresariado e operários assumiu, no pós-37 – em plena emergência da industrialização e da sociedade de massas –, o caráter de produção de uma verdadeira “visão de mundo”, consubstanciada no corporativismo e sua concepção orgânica do todo social⁴⁸.

Dessa forma, em certo sentido é possível sugerir que a política trabalhista estado-novista – baseada no modelo fascista europeu – tinha como perspectiva controlar a classe operária por meio de uma legislação que previa a criação de apenas um sindicato por categoria profissional e o fortalecimento dos capitalistas por meio da ampliação de seus sindicatos patronais. Acredita-se que a lei de sindicalização de 1939 transformou o sindicato em uma agência do aparelho de Estado e em um instrumento de mobilização dos trabalhadores. Além do mais, esses aspectos da legislação trabalhista foram decisivos para a base de apoio a Vargas, quando a sociedade começou a manifestar-se contrariamente ao regime ditatorial.

Tal manifestação de contestação ao governo federal, em meados da década de 1940, pode ser explicada, conjuntamente, a partir de duas possibilidades: 1.º - os acontecimentos internacionais, como a derrota na Segunda Guerra Mundial dos regimes ditatoriais fascistas; 2.º - os efeitos desses acontecimentos na política interna do Brasil, como a mobilização da sociedade a favor da liberdade política.

⁴⁸ MENDONÇA, S. R. de. Estado e sociedade; a consolidação da república oligárquica: In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. rev. Atual. Rio de Janeiro : Campus, 2000, p.341.

Segundo Boris Fausto⁴⁹, o fim do Estado Novo está relacionado mais ao quadro político internacional – Segunda Guerra Mundial –, do qual o Brasil passa a fazer parte em fins de 1941⁵⁰, do que à dinâmica interna da política brasileira. Essa participação permitiu que se abrisse um espaço na política nacional para a manifestação da oposição, que teria sido duramente reprimida pela polícia política do Estado Novo durante todo o regime⁵¹. Tal espaço refletia-se na contradição da política ditatorial do Estado Novo, que entrou na guerra para defender os países democráticos, fato que a oposição explorou abertamente, devido à incoerência de um país que estava sob a vigência de uma ditadura, enviar tropas à Europa para defender a democracia.

Para a historiadora Maria Helena Capelato, os reflexos dos acontecimentos internacionais na política interna do Estado Novo também foi fator importante na conjuntura que explica o fim deste governo. Tais reflexos não só contribuíram para enfraquecer o prestígio de Vargas, como tornaram a oposição a seu governo mais sistemática. A historiadora aborda a contradição já mencionada que há na política externa do Estado Novo, em relação à sua posição a favor dos países aliados na Segunda Guerra Mundial. Vejamos seu comentário:

O dilema enfrentado pela ditadura era o seguinte: como lutar pela democracia externamente e manter o Estado autoritário internamente. A pressão popular que exigiu a entrada do Brasil na guerra com os aliados, já dera mostras dessa tensão, que se foi agravando até o fim do conflito⁵².

Assim, a partir do início dos anos 1940, o governo torna-se mais vulnerável, abrindo espaço para as manifestações de oposição ao regime, por parte dos vários setores da sociedade.

⁴⁹ FAUSTO, B. Op. cit., passim.

⁵⁰ Acredita-se que a entrada do Brasil na Segunda Guerra não ficou limitada a meados dos anos de 1944, período do envio da Força Expedicionária Brasileira – FEB – para a Itália, cuja finalidade era lutar contra os países do Eixo. O Estado brasileiro entra na Guerra em fins de 1941 e início de 1942, período em que as tropas americanas chegam ao Nordeste; o Brasil rompe relações com os países do Eixo e assina, com os Estados Unidos, um acordo político militar.

⁵¹ Em relação à repressão aos opositores do Estado Novo, ressalte-se a participação do mato-grossense Filinto Müller. A polícia política estado-novista teve como chefe o militar de carreira Filinto Müller. Oriundo da oligarquia mato-grossense, participou dos levantes tenentistas de 1922, 1924 e da Coluna Prestes, exilou-se na Argentina e participou da Revolução de 1930. Segundo Capelato: “Como chefe da polícia política do Estado Novo, teve papel fundamental na manutenção da ordem pública e, como tal, foi responsável pela repressão aos opositores do regime. Posteriormente não só admitiu que houve tortura no Estado Novo, mas também responsabilizou-se por ela” (CAPELATO, 2003, p. 131).

⁵² CAPELATO, M. H. Op. cit. p.136.

Entre as várias manifestações de contestação ao regime ditatorial, Boris Fausto faz referência ao Manifesto dos Mineiros, que foi assinado pela elite dirigente daquele Estado – Virgílio de Melo Franco, Artur Bernardes e outros – em outubro de 1943, e que tinha como intenção demonstrar que a Revolução de 1930 havia sido desviada de seu rumo, ou seja, da linha democrática e liberal, ao mesmo tempo em que cuidava para deixar claro que não estava defendendo a volta da política existente na Velha República. Além dessa manifestação, há a demissão do Ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha. Este pede demissão de seu ministério quando a Sociedade dos Amigos da América, uma associação que reunia civis e militares para fazer oposição ao governo e defender a volta da democracia, foi fechada pelo chefe de polícia, antes que Aranha assumisse a vice-presidência da entidade. Há, também, a saída dos quadros do Estado Novo de um dos seus idealizadores, o general Góes Monteiro, que abandonou o cargo de embaixador do Brasil no Uruguai, por estar “[...] convencido de que o regime não sobreviveria aos novos tempos⁵³”.

Outra questão importante no processo de queda do Estado Novo é a manifestação dos estudantes, que criaram entidades estudantis em vários estados e passaram a manifestar-se publicamente contra a ditadura. Como exemplo, Fausto cita a passeata realizada em dezembro de 1943, pelos acadêmicos da faculdade de Direito de São Paulo, que saíram às ruas de braços dados e com um lenço na boca para simbolizar a falta da liberdade de expressão, a qual foi violentamente reprimida pela polícia. Nesse episódio, duas pessoas morreram, aumentando a onda de insatisfação da sociedade para com o Estado Novo. Aliado a estes fatos, deve-se registrar que a imprensa começou a burlar a censura, divulgando idéias oposicionistas ao regime e lançando candidato à presidência.

Para o historiador Boris Fausto, esses acontecimentos forçaram Getúlio Vargas a pensar em eleições gerais para o Estado brasileiro, baixando um Ato Adicional à Carta de 1937 e decretando novo Código Eleitoral. Por esse ato, ficava estabelecido que, em 2 de dezembro de 1945, haveria eleições para escolher o presidente da República e uma Assembléia Constituinte e, em 6 de maio de 1946, aconteceriam os pleitos estaduais.

Para a realização das eleições gerais, faltavam os partidos políticos, os quais foram criados em 1945. Entre os mais importantes estava a União Democrática Nacional (UDN), oriunda da velha tradição

⁵³ FAUSTO, B. Op. Cit., p.383.

dos partidos estaduais da Primeira República, criada em abril desse ano, que lançou como candidato Eduardo Gomes e realizou uma campanha em oposição ao Estado Novo; o Partido Social Democrático (PSD), oriundo das bases do governo, criado em junho de 1945, que lançou como candidato o General Eurico Gaspar Dutra; e em setembro do mesmo ano foi criado o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também sob os cuidados do governo federal e dos sindicatos, o qual não lançou candidato à presidência. Esses foram os principais partidos da cena política brasileira durante as três décadas seguintes⁵⁴.

Entretanto, alguns episódios políticos marcaram o ano de 1945. Entre eles, o “movimento queremista⁵⁵”, uma organização de trabalhadores e governistas que defendiam a instalação da Assembléia Nacional Constituinte com Getúlio Vargas ainda no poder e que saíram às ruas batendo panelas e defendendo a idéia de que Getúlio Vargas deveria ser candidato à presidência. O próprio Presidente havia declarado, no início de 1945, que não sairia candidato a presidente da República, o que representava, para uma parcela de trabalhadores, a perda dos ganhos sociais implantados durante o Estado Novo. Segundo Ferreira, “[...] havia o temor [dos trabalhadores] de que, com a saída de Vargas da presidência, os benefícios da legislação social fossem suprimidos, além de suspeitas e desconfianças em relação ao grupo político que se preparava para assumir o poder⁵⁶”.

Diante deste movimento popular, a oposição e os militares ficaram temerosos e passaram a questionar o processo de democratização do país, principalmente porque estavam assistindo aos acontecimentos que vinham ocorrendo na Argentina na primeira metade da década de 1940⁵⁷ e, sentindo o

⁵⁴ Cf. Idem. Passim.

⁵⁵ Sustentado na dissertação de Elza Borghi de Almeida Cabral, intitulada *O queremismo na redemocratização de 1945*, Jorge Ferreira identifica este movimento da seguinte forma: “O queremismo surgiu no cenário político da transição democrática como um movimento de protesto dos trabalhadores, receosos de perderem a cidadania social conquistada na década anterior. Inicialmente, eles projetaram na pessoa de Getúlio Vargas a única garantia de preservar as leis sociais e trabalhistas. Mais adiante, o queremismo evoluiu no sentido de reivindicar uma Assembléia Constituinte. Tratou-se da percepção de que, para além da pessoa de Vargas, havia outras formas de luta” (FERREIRA, 2003, p. 43).

⁵⁶ FERREIRA, J. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: _____; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro : civilização Brasileira, 2003, p.18.

⁵⁷ Desde a Revolução de 1943, a popularidade e a influência do coronel Juan Domingo Perón estavam em ascendência na Argentina. A proposta de Perón para seu país era promover um desenvolvimento econômico sustentado pelo Estado, o que aproximava a política peronista da política getulista. Para Fausto, esta aproximação caracteriza-se no seguinte sentido: “[...] ambos pretendiam no plano político reduzir as rivalidades entre as classes, chamando as massas populares e a burguesia nacional a uma colaboração promovida pelo Estado. Desse modo, o Estado encarnaria as aspirações de todo o povo e não os interesses particulares desta ou daquela classe” (FAUSTO, 2003, p. 387-288). Essa política, que ficou conhecida como “populista”, tem características próprias, de acordo com a condição sócio-econômica de cada país. Na Argentina, o populismo de Perón promoveu a organização sindical, cortou o interesse da classe dominante rural e organizou um apoio popular que foi imprescindível para sua vitória

movimento “queremista” tão próximo, trataram de apressar a derrubada de Getúlio Vargas, contando com a anuência dos Estados Unidos⁵⁸.

O fato que desencadeou a queda do ditador foi a substituição, pelo Presidente da República, de João Alberto, do cargo de chefe de polícia do Distrito Federal, por seu irmão, Benjamin Vargas. Esse episódio mobilizou, em repúdio, as tropas do Distrito Federal, o que forçou a renúncia de Vargas, não sem contar com a participação do exército, uma vez que foi o general Góes Monteiro quem realizou a transição do fim da ditadura Vargas para a democratização, com o presidente Dutra. Contudo, o fim do Estado Novo não significou o fim do político Getúlio Vargas; quem saiu derrotado em 1945 foi o regime político, e não seu líder. A comprovação da força de Getúlio está na eleição do general Eurico Gaspar Dutra para Presidente da República de 1946.

Assim, a presença de Getúlio Vargas na política foi além de 1945, o que torna este período da história do Brasil um tempo que repercutiu na história política brasileira de todo o século XX, por constituir um período marcado por mudanças importantes em vários setores da sociedade e que se refletiu nos rumos da modernização do Brasil durante todo esse século.

1.4 O Estado Novo e suas Políticas de Modernização para o País

Os rumos da política brasileira pós-37 coadunavam com a proposta de “modernização” do país. Modernização, para a época, era sinônimo de uma política que produzisse mudanças materiais o suficiente para o Brasil ser equiparado às nações mais desenvolvidas do mundo Ocidental. Entretanto, as mudanças internas que levariam ao desenvolvimento e, conseqüentemente ao progresso, deveriam ser conduzidas pela “ordem” e “racionalização”. Assim, o primeiro passo do governo ditador de 1937 foi colocar em vigor uma nova Constituição, que conferisse poderes quase que ilimitados ao chefe do executivo. Essa concentração de poderes levou Boris Fausto a assinalar que: “O Estado Novo concentrou a maior soma de poderes até aquele momento da história do Brasil independente⁵⁹”.

eleitoral, no início de 1946. Temendo que esse fenômeno se repetisse no Brasil, a oposição criou um fato que favorecesse a queda do ditador.

⁵⁸ Cf. FAUSTO, B. Op., cit.

⁵⁹ FAUSTO, B. Op. cit., p.366.

Partindo dessa premissa, acredita-se que o fenômeno de centralização política do Estado Novo pode ser analisado historicamente a partir de vários ângulos, entre os quais está a relação entre trabalho e governo, a qual apresentou contornos específicos no período de 1937 a 1945.

Antes de 1937, os interesses dos trabalhadores eram expressos pelos deputados no Congresso ou por alguns órgãos governamentais, pós-37, por força constitucional⁶⁰, desapareceu do cenário político brasileiro a figura do deputado e do senador como representantes classistas e o aparelho de Estado passou a representar os interesses de classes, deslocando a forma como Estado e sociedade se comunicariam.

Note-se que a racionalização do mundo do trabalho fazia parte da proposta política estado-novista, uma vez que esta deveria acontecer sob o olhar atento da “ordem”, na tentativa de evitar desajustes sociais que poderiam ser provocados por agentes “subversivos”.

Assim, a legislação trabalhista instituída durante o Estado Novo⁶¹ estabeleceu o regime de sindicato único para as categorias, controlado pelo Ministério do Trabalho; regulamentou o imposto sindical, que consistia em uma contribuição anual obrigatória para todo trabalhador – independentemente de este ser sindicalizado –, a ser paga com um dia de trabalho; e instituiu a política do salário mínimo. Essa política estava sendo pensada desde a Constituição de 1934 e, em maio de 1940, um Decreto-Lei estabeleceu, conforme as condições de cada região, as regras para sua definição. Tais regras levariam em consideração, para determinar o valor do salário mínimo, as peculiaridades regionais. Dessa forma, o país foi dividido em regiões e a capital da República, por ter um índice de vida mais elevado ficou com o valor salarial mais alto, 240 mil réis mensais⁶².

⁶⁰ Em 26 de novembro de 1930, através do Decreto n.º 19.433, Getúlio Vargas criou a secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em seu artigo 2.º, reza: “Este Ministério terá a seu cargo o estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao trabalho, indústria e comércio”. Entretanto, o assunto pertinente ao trabalho já fora motivo de regulamentação por parte de Pedro I, que procurou, em setembro de 1830, regulamentar as relações entre empregados e empregadores. O Código Brasileiro de 1850 também esboçava certa proteção ao trabalhador, em seus artigos 79 e 80. A Lei Elói Chaves, de 1923, regulamentava amparos à classe ferroviária. Um Decreto de 30 de outubro de 1926 regulamentava a concessão de férias aos trabalhadores. Segundo Terezinha de Castro (1995), a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio veio corrigir todas as medidas isoladas, anteriores a 1930. E, em 09 de agosto de 1943, passou a ser regulamentada através da publicação no Diário Oficial da União do Decreto-lei n.º 5.452 a Consolidação das Leis do Trabalho, a qual, em seu artigo primeiro, reza: “Esta Consolidação estatui as normas que regulam relações individuais ou coletivas de trabalho [...]”.

⁶¹ Segundo Maria Helena Capelato (2003), assim como para Boris Fausto (2003), a legislação trabalhista do Estado Novo foi elaborada sob a inspiração da política trabalhista italiana do período de Mussolini, denominada “Carta Del Lavoro”.

⁶² Cf. FAUSTO, B. Op. cit. 2003.

No ano de 1943, um conjunto de leis referentes ao trabalho foi sistematizado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Aspectos referentes ao salário mínimo, férias, limitação da hora de trabalho, segurança, carteira de trabalho, justiça do trabalho, tutela dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, estavam, após a CLT de 1943, regulamentados pelo Estado.

A historiografia sobre o período encontra-se dividida em relação à análise da política trabalhista. Alguns autores consideram que a atuação do Estado Novo beneficiou os trabalhadores, uma vez que apresentou avanços sociais importantes neste campo, principalmente aos trabalhadores urbanos, enquanto que, para outros, a política trabalhista de Vargas foi centralizadora e autoritária, o que cerceou a liberdade sindical, prendendo o sindicato às malhas da política estatal desenvolvida por Vargas.

Não obstante, Capelato apresenta em seu texto “O Estado Novo: o que trouxe de novo?”, uma sugestão bastante apropriada para analisarmos este período; segundo a autora:

Os dois lados devem ser levados em conta para a compreensão desse fenômeno: os benefícios da legislação social que resultaram em direitos adquiridos e proteção mínima no que se refere à exploração que até então caracterizou o mundo do trabalho são inegáveis [...] No entanto, essa política concebida do alto, sem a participação efetiva dos interessados, representou uma nova forma de controle social, mais eficaz porque recorreu a um imaginário que encontrava terreno fértil entre os trabalhadores. Ela era, também, mais adequada às novas condições internacionais da ordem capitalista porque introduziu, com a legislação social, um domínio mais direto sobre as ações dos operários⁶³.

Como se pode observar, apesar das leituras diversas por parte dos historiadores sobre a política trabalhista implantada pelo Estado Novo, um aspecto torna-se evidente: a tentativa de buscar via regulamentação e controle do trabalho, uma integração entre Estado e sociedade por meio de uma nova perspectiva do papel do Estado, qual seja, o de representante do trabalhador. Dessa forma, é possível sugerir que, se não foi no período em estudo que surgiram as políticas sociais voltadas para a população trabalhadora, haja vista que tentativas isoladas anteriormente haviam despontado, é no Estado Novo que aparece uma nova forma de regulação do trabalho pelo Estado.

⁶³ CAPELATO, M. H. O estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.121.

Entretanto, registre-se, também, que, além da política trabalhista, outra questão foi crucial para o desenvolvimento da política estado-novista: a intervenção direta da União nos estados. O presidente da República, após o golpe político, passou a deter amplos poderes, inclusive o de substituir os governadores eleitos nas últimas eleições pelos interventores indicados pelo chefe do executivo, caso o presidente considerasse que aqueles não fossem de “interesse da nação⁶⁴”.

Os interventores tinham a missão de reproduzir, nos estados, a política do governo federal, a qual, além de eliminar a presença dos interlocutores entre governo e sociedade – partidos políticos, sindicatos autônomos –, eliminou também o regime federativo, que foi implantado pela primeira Constituição republicana e ratificado na Constituição de 1934. Assim, Pós-37, somente uma bandeira sobreviveu, a bandeira nacional. As bandeiras dos estados – símbolo de sua presença nos interesses políticos e econômicos do país – foram queimadas em praça pública, no Rio de Janeiro, como demonstração simbólica do fim do sistema federativo.

Dessa forma, o Parlamento, as Assembléias Estaduais e as Câmaras Municipais foram dissolvidas pela Constituição de 37 e, enquanto tal Constituição não fosse submetida a um plebiscito nacional para ser avaliada, não haveria eleições para os cargos extintos, ficando a critério do governo federal, por meio de Decretos-Leis, gerir todas as matérias de responsabilidade do país.

Na interpretação de Boris Fausto, a responsabilidade de governar o país ficou sob a tutela direta de Getúlio Vargas, durante os oito anos de ditadura. Vejamos o que comenta o historiador: “[...] o presidente ficaria durante todo o Estado Novo com o poder de governar através dos decretos-leis, pois não se realizaram nem o plebiscito nem as eleições para o Parlamento⁶⁵”.

Com base nesse comentário, é possível sugerir que a fórmula política do Estado Novo destacou como preocupação central, transformar o presidente da República na autoridade maior da política nacional, conseqüentemente, eliminando os interlocutores entre governo e sociedade, que não fosse o próprio presidente.

⁶⁴ Durante o Estado Novo, vários foram os critérios para a escolha dos interventores: os parentes do presidente, como o genro Amaral Peixoto, que foi nomeado interventor no estado do Rio de Janeiro; os militares, que também foram nomeados, como o tenente Cordeiro de Farias, no Rio Grande do Sul; e membros de setores da oligarquia regional, como Benedito Valadares, de Minas Gerais, Agamenon Magalhães, de Pernambuco, e os três interventores do Estado Novo no estado de São Paulo, que eram representantes do setor oligárquico de seu estado (FAUSTO, 2003).

⁶⁵ FAUSTO, B. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p.366.

Partidária dessa interpretação, a historiadora Ângela de Castro Gomes⁶⁶ argumenta que a fórmula política do Estado Novo procurou converter a figura do presidente da República em autoridade máxima do país, cabendo a ele coordenar, dirigir e personalizar a política brasileira, assim como eliminar os partidos políticos e parlamentares, os quais representavam morosidade, antagonismo e lentidão, ou seja, representavam o passado que deveria ser substituído.

Entretanto, a historiadora chama a atenção para o fato de que a concentração política na figura do presidente e a eliminação dos partidos políticos e parlamentares pela Constituição de 37 não significaram o fim da representação dos vários setores sociais na formação do Estado Novo. O que se verifica foi uma mudança na forma como as várias camadas sociais passaram a serem representadas no e pelo Estado. Observa a historiadora que estas passaram a ter sua representatividade através de órgãos técnicos controlados pelo governo. Assim, a concepção de Estado, constituída pelo Estado Novo, permitiu uma organização política que, “[...] ao mesmo tempo, separava os indivíduos – agrupando-os em diversas categorias profissionais por sindicatos – os reunia pela hierarquia global e não conflitiva de uma ordem social corporativa⁶⁷”.

Registre-se, ainda, que em relação à representação da sociedade no novo governo, Boris Fausto também argumenta que esta não foi eliminada; o que ocorreu foi uma mudança na sua condução. Para o autor,

A centralização do Estado não significa que ele se descolou da sociedade. A representação dos diversos interesses sociais mudou de forma mas não deixou de existir. Até novembro de 1937, esses interesses se expressavam no Congresso através, principalmente, dos deputados classistas e, fora dele, através de alguns órgãos técnicos[...] A partir do Estado Novo, desapareceu a representação via Congresso, reforçando-se a que se fazia nos órgãos técnicos, no interior do aparelho do Estado⁶⁸.

Partindo-se dessas considerações, pode-se inferir que o conceito de “modernização” estado-novista estava sustentado na peculiar organização política do Estado Novo – que passou a ser corporativista – e na personificação da figura do presidente da República.

Contudo, a partir de uma análise conjuntural para entender historicamente o Estado Novo, convém salientar que é durante os anos trinta e quarenta do século passado – alcançando

⁶⁶ Cf. GOMES, A. de C. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, F. A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁶⁷ Idem, p. 517.

⁶⁸ FAUSTO, B. Op. cit., p.366.

seu ápice entre os anos de 1937 a 1945 –, que o Estado redefine seu papel no processo de desenvolvimento econômico do país, ou seja, é neste período que a alternativa para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil passa pelo processo de implantação da industrialização pesada, organizada pelo próprio Estado, sob o mote dos interesses nacionais.

A historiografia brasileira atual comunga da idéia de que, ao longo da década de 30, há uma nova definição do papel do Estado na economia, voltado para a implantação da indústria, o qual passou a ser visto como fator imprescindível no processo de dinamização deste setor. O que muda, na análise dos historiadores, é o olhar às políticas econômicas desenvolvidas na redefinição do papel do Estado. Alguns consideram, para sua leitura, a continuidade das práticas econômicas oriundas da Primeira República, pautadas na política econômica antiinflacionária, antiemissionista e contencionista; já outros priorizam o olhar nas transformações qualitativas da nova organização econômica, como a tentativa de manutenção do nível de emprego e o equilíbrio das contas externas por meio de uma política de crédito interna.

Entretanto, estudos mais recentes estão partindo de uma análise conjuntural da política econômica empreendida pelo Estado Novo, procurando compreender o projeto que dava sentido à mesma, priorizando o conjunto de medidas econômicas que contribuiu beneficentemente para com a burguesia industrial, deslocando, assim, seu olhar, das questões setoriais, para compreender esse fenômeno em seu conjunto.

Comungando com essa interpretação, Sonia Regina de Mendonça comenta que é inegável que um novo estilo de desenvolvimento econômico do país estava surgindo pautado, sobretudo, na ação do Estado na economia, principalmente em relação à sua política salarial, a qual, ao fixar o preço do salário mínimo, passou a substituir o mercado como instância formadora do valor da mão-de-obra, evitando, assim, o confronto entre capital e trabalho; e, também, ainda em relação a este valor, a autora observa que, ao ser fixado pelo governo, o mesmo possibilitou a redução dos gastos da indústria com a folha de pagamento, devido ao baixo valor real; igualmente, outro aspecto importante a ser destacado nesta conjuntura foi o novo papel da agricultura, tanto em relação à exportação, a qual, mesmo deixando de ser o elemento mais importante da economia, foi preservada devido às divisas que arrecadava; como internamente, a partir de incentivos à expansão de fronteiras agrícolas, o que levou ao crescimento do excedente de produtos de primeira necessidade, como arroz, feijão e milho, contribuindo para reduzir o

preço da cesta básica e favorecendo a diminuição dos custos de reprodução do trabalho assalariado.

Para Sônia Regina de Mendonça, além desses aspectos, que já evidenciam a presença do Estado na economia, há, ainda, a principal mudança do papel do Estado no período estado-novista a ser comentada, qual seja, a constituição de um Estado como “investidor produtivo”.

Os indícios desta política estão no alargamento de sua estrutura tributária, na criação de fundos específicos e na opção pela empresa pública. Na tocante à estrutura tributária e à criação de fundos, comenta Mendonça que,

Uma das primeiras iniciativas nessa direção [o Estado como investidor produtivo] foi o alargamento da estrutura tributária do Estado, com base na transferência de recursos dos estados e municípios para a União. Impostos como os de renda, de consumo e do selo ajudaram a liberá-la da dependência dos tributos sobre as transações externas. A criação de fundos específicos e vinculados veio também a constituir-se em opção para driblar um quadro de déficits crônicos gerados pela defasagem entre o projeto de industrialização esboçado e a realidade dos recursos disponíveis⁶⁹.

Em relação à criação da empresa pública, a autora argumenta que foi a “[...] alternativa encontrada internamente para financiar o novo padrão de acumulação⁷⁰”, por considerar que a conjuntura externa daquele período era desfavorável para o investimento no Brasil do capital internacional⁷¹; acredita-se que foi somente com investimento estatal e a criação de empresas de economia mista⁷² que se tornou possível desenvolver setores como ferro, aço, energia elétrica, química pesada e produção de motores. Assim, a empresa produtiva estatal favoreceu a consolidação de um núcleo capitalista no Brasil: a “burguesia industrial”.

⁶⁹ MENDONÇA, S. R. de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Campus, 2000. p.330.

⁷⁰ Idem, p.330.

⁷¹ Argumenta Mendonça que a não entrada de capital externo no Brasil não passa pela política de nacionalização implantada por Vargas, i. e., não há necessariamente uma ligação entre nacionalismo e diminuição de capital internacional na economia brasileira. Para a autora, o processo de redefinição pelo qual passava o próprio capitalismo em âmbito mundial, primeiro devido à crise de 1929 e depois devido à Segunda Guerra Mundial, sugere que foi a não disponibilidade de recursos e tecnologia que levou a uma rearticulação entre os países de economia central e os periféricos, cabendo os investimentos daqueles ao próprio centro, deixando para os periféricos o papel de produtores de matérias-primas e bens agrícolas. Assim, “[...] a industrialização brasileira viria a realizar-se nas brechas desse policentrismo e ‘à revelia’ dele, sem implicar uma escolha nacionalista como pensam muitos” (MENDONÇA, 2000, p. 332).

⁷² Este trabalho considera empresa de economia mista como um sistema em que os meios de produção da empresa pertencem parte ao Estado e parte ao capital privado. Segundo, Paulo Sandroni (19--), este sistema econômico existe em muitos países capitalistas e possibilita ao Estado direcionar a economia e deter a propriedade de empresas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país. Como exemplo, podemos citar há Petrobrás.

Registre-se, ainda, que Sônia Regina de Mendonça, mesmo sem chamar a atenção diretamente para a aproximação entre o público e o privado, deixa essa preocupação em evidência, ao estudar a política econômica implantada pelo Estado Novo.

Outra análise conjuntural sobre a economia política do governo Vargas nos anos 30 é o estudo da pesquisadora Maria Antonieta Leopoldi, intitulado: “A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência”. Nesse trabalho, a autora analisa as principais políticas econômicas de Getúlio Vargas entre 1930 a 1945, também na perspectiva de demonstrar que foram as crises econômicas do capitalismo mundial desse período que concorreram à consolidação do processo de industrialização no Brasil – denominado por Celso Furtado como “industrialização por substituição de importações⁷³”.

Segundo Leopoldi, a consolidação da industrialização no Brasil, que ocorre de forma irregular, intercalando entre anos 20, 30 e 40 do século XX declínio e crescimento, é sustentada por três pilares: 1.º) a recessão internacional, que tem como marco a quinta-feira negra de Nova York, ápice da crise econômica capitalista no final dos anos 20 e início dos anos 30, que gerou a redução das importações e propiciou o processo de substituição interna dos bens antes importados; 2.º) as políticas governamentais, que contribuíram para impulsionar o processo de industrialização interna, unindo várias camadas sociais em um mesmo projeto, tais como os industriais, os militares e a burocracia governamental; e, 3.º) o esforço do empresariado industrial, que vinha arquitetando, desde o início do século XX, um projeto político-econômico para o Estado brasileiro direcionado para o desenvolvimento da indústria, em detrimento da política agro-exportadora.

Comenta a autora que o desenvolvimento industrial do período em estudo, considerado como “o primeiro milagre econômico do século⁷⁴”, estava imbricado com o projeto estado-novista de governar; não que este fosse o fruto de um projeto anteriormente pensado e que seria o Norte para as políticas de Vargas do período, mas, sim, porque este projeto foi sendo construído a partir dos acontecimentos, em demanda de alternativas para os problemas econômicos, políticos e sociais. Vejamos o que diz Leopoldi:

⁷³ Cf. LEOPOLDI, M. A. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁷⁴ Para Leopoldi (2003), o primeiro milagre econômico do século XX dá-se entre os anos de 1933 e 1936; o segundo acontece entre os anos de 1956 e 1960, e o terceiro milagre econômico se dá entre os anos de 1968 e 1973.

A alta taxa de dinamismo do setor industrial no período se deve a uma base industrial preexistente que pôde ser ampliada a partir da conjuntura internacional em crise, que ajuda a substituição de importações. Mas, é inegável o forte impulso que vem das políticas de proteção à indústria, através das taxas tarifárias [...] e das medidas cambiais que regulam taxa de câmbio e importações. As políticas cambiais do período [...] buscaram resolver problemas do balanço de pagamento e tiveram o efeito indireto de ajudar a indústria. Além disso, o Conselho Federal de Comércio Exterior [...] manteve a restrição de importação de equipamentos para a instalação de fábricas concorrentes com as já instaladas no país até 1938. Uma linha substancial de créditos à indústria, vinda do Banco do Brasil durante a guerra, foi um enorme subsídio para o setor, especialmente num período de declínio do PIB e do produto industrial⁷⁵.

Entretanto, para a autora, a ajuda do Estado ao processo de industrialização, durante o chamado “primeiro milagre econômico”, não se restringiu a estas políticas; outras, como a regulamentação do trabalho, do sindicato e das leis previdenciárias, a organização corporativista das indústrias e a aproximação dos industriais ao chefe do executivo, contribuíram, também, para a concretização de uma aliança entre a burguesia industrial e governo federal, a qual se manteve inalterada em sua estrutura até 1945.

Percebe-se, em seu texto, que Leopoldi não fala em “empresa produtiva estatal”, mas deixa claro que foi um conjunto de elementos, em sua maior parte criado pelo Estado, como demonstra também Mendonça, que impulsionou o desenvolvimento da indústria no período e consolidou o incipiente parque industrial já existente no Brasil. Assim, a indústria pesada, como petróleo, ferro, aço e energia elétrica, vai ser o setor que mais recebe investimento do Estado para seu desenvolvimento e consolidação, apoiados pela união, muitas vezes tensa, da burocracia civil, da burguesia industrial e dos militares.

Observa-se, nas leituras das historiadoras anteriormente mencionadas, que, a partir de 1937, a política econômica do Brasil assinala favoravelmente para uma mudança em sua orientação, qual seja: a de substituir pela produção interna os bens até então importados e consolidar a formação de um parque industrial que abrangia as indústrias pesadas como aço e energia elétrica, por meio da interferência direta do Estado. Acredita-se que esta proposta política encontrou um campo fértil para sua implantação devido a dois aspectos: 1.º) a crise do capitalismo internacional, que desestabilizou a economia interna, centrada na exportação do café; e 2.º) a crise econômica interna, devida à queda das exportações dos produtos agrários, quando o balanço de pagamentos apresentou desequilíbrio crítico.

⁷⁵ Idem, 249.

É nesta dinâmica da economia mundial – relação entre economia central e periférica – que surge o espaço necessário para que, no Brasil, ocorra a mudança no rumo da política econômica, alicerçada pelo projeto de “modernização” do país.

1.5 O Papel da Cultura Política Estado-Novista no Processo de Legitimação do Conceito de Modernização

O debate em torno do conceito de modernização constituído pelo Estado Novo deve observar, além dos aspectos econômicos, o jogo desenvolvido pelo Estado no campo da cultura política para sua legitimação, o qual perpassa pela propaganda política e sua produção cultural.

Como se afirmou anteriormente, o conceito de “modernização” estava imbricado, desde a tomada do poder em 1930 por Getúlio Vargas, a uma proposta política centralizadora, uma vez que, para tirar o país do “atraso” e do “passado”, retratados pela política regionalista, era necessário construir um país “moderno”, “progressista”, retratado por um governo centralizado e forte que fosse o legítimo representante da sociedade. Para tanto, Vargas apóia-se estrategicamente na produção cultural do país, direcionando-a para a centralização política e administrativa⁷⁶.

Dessa forma, Getúlio Vargas criou uma legislação e órgãos que procuravam adequar-se aos novos rumos da política brasileira e construir uma concepção de cultura que aproximava essa categoria a categoria política.

Entre os órgãos que o governo criou, por meio de uma legislação específica para dinamizar sua política na área da cultura, estava o “Instituto Nacional de Cinema Educativo” – INCE –, implementado por força de um decreto do executivo, em 10 de março de 1936.

Foi com o argumento de que os estados e municípios necessitavam de orientação e assistência técnica da União para melhor conduzir o uso do cinema na educação popular, que o ministro da Educação à época, Gustavo Capanema, elaborou um projeto de lei – sancionado pelo Decreto n.º 21.240 de 1932 –, que previa, em caráter de urgência, a organização do INCE. Porém, apesar de argumentar a importância da criação deste órgão como instrumento pedagógico para a melhoria da educação pública, percebe-se que a preocupação de Capanema era a necessidade

⁷⁶ BASTOS, M. R. Política cultural na Era Vargas (1930-1945): inobservância das regras comuns. In: **Unifio**, Osasco, n.4, 2001, p.25.

política do governo de implantar seu projeto cultural para o país, o qual não poderia esperar pela morosidade dos trâmites legais⁷⁷.

O “Conselho Nacional de Cultura” (CNC) foi outro órgão criado por uma legislação específica pelo Ministério de Educação e Saúde, através do Decreto n.º 526, de 1.º de julho de 1938, e regulamentado em 1942. Os argumentos a favor da criação deste órgão dizem respeito ao pouco interesse do governo para com um aspecto importante da sociedade, o seu desenvolvimento cultural. Para tanto, com a criação desse Conselho, estaria assegurado o desenvolvimento cultural do país, já que o Ministério de Educação e Saúde, por “acumular atividades cada vez mais numerosas e significativas⁷⁸”, não estava atendendo, com a importância devida, o setor da cultura. Não obstante, note-se que é somente após a reforma do Ministério de Educação e Saúde, ocorrida em 1937⁷⁹, que foi possível a criação desse Conselho, o qual se dedicaria especificamente às atividades culturais, uma vez que essa reforma separou a cultura da educação.

Por fim, e o que interessa mais de perto a este trabalho, cabe uma análise do processo de criação e atuação do “Departamento de Imprensa e Propaganda” (DIP), na perspectiva de elucidar como este órgão difundiu a política doutrinária⁸⁰ do Estado Novo.

⁷⁷ Em 1936, o legislativo, que ainda funcionava e limitava os poderes do presidente da República, demoraria em torno de seis meses para apreciar e votar o projeto do governo referente à criação do INCE, o qual estaria criado, se caminhasse pelos trâmites legais, somente no final de 1936. Devido ao caráter de urgência, este foi criado provisoriamente pelo presidente Vargas, em 1936, para servir de experiência para o legislativo julgar posteriormente pela sua implantação. Porém, é somente em 2 de janeiro de 1946, portanto, pós Estado Novo, que a organização definitiva do INCE ocorreu, através do Decreto-Lei n.º 8.536 (BASTOS, 2001, p. 33).

⁷⁸ CAPANEMA, G., citado por, BASTOS, M. R. Política cultural na Era Vargas (1930-1945): inobservância das regras comuns. In: **Unifio**, Osasco, n.4, 2001, p.33.

⁷⁹ Para Mônica Rugai Bastos, a reforma ocorrida no Ministério de Educação e Saúde no ano de 1937 “[...] permitiria uma maior eficiência no desempenho da suas funções, pois acrescentou uma série de órgãos com funções e atividades específicas, além de permitir a contratação de pessoal mais qualificado para funções burocráticas. A criação de órgãos que regulamentassem e atuassem nas áreas de educação e cultura era fundamental para a modificação política e social a que se propunha o governo Vargas. O Conselho Nacional de Cultura se dedicaria às atividades culturais propriamente ditas, enquanto as atividades educacionais ficariam subordinadas ao Conselho Nacional de Educação” (BASTOS, 2001, p. 33).

⁸⁰ Convém salientar que a preocupação com a formação da imagem do governo não surge em 1939. Desde a Revolução de 1930, ou mais especificamente em 1931, com o surgimento do Departamento Oficial de Publicidade, percebe-se em Vargas uma preocupação em relação à construção de sua imagem. Em 1934, foi criado junto ao Ministério da Justiça, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que perduraria até 1939, com a criação de um novo órgão, o DIP, com estrutura própria e nova função; assim, na interpretação de Rugai Bastos, o DIP não pode ser compreendido como continuação do órgão criado em 1931 e que foi aperfeiçoado em 1934. Para a autora, apesar deste órgão também levar em consideração a construção da imagem do governo e atuar junto às atividades relacionadas à educação, informação e cultura, em sua estrutura organizativa desvincula-se dos modelos anteriores,

Criado em 27 de dezembro de 1939, pelo Decreto-Lei n.º 1.915, o Departamento de Imprensa e Propaganda ficou subordinado apenas ao presidente da República e tinha, como meta, fiscalizar e produzir todas as atividades relacionadas à educação, informação e cultura. Segundo Fausto,

O DIP exerceu funções bastante extensas, incluindo cinema, rádio, teatro, imprensa, “literatura social e política”, proibiu a entrada no país de “publicações nocivas aos interesses brasileiros”; agiu junto à imprensa estrangeira no sentido de se evitar que fossem divulgadas “informações nocivas ao crédito e à cultura do país”; dirigiu a transmissão diária do programa radiofônico “Hora do Brasil”, que iria atravessar os anos como instrumento de propaganda e de divulgação das obras do governo⁸¹.

Para a socióloga Rugai Bastos, a ação do DIP também era ampla, observa a autora que:

O DIP produzia o programa de rádio *Hora do Brasil*, a revista *Brasil Novo*, coordenava a publicação *Cultura Política*, produzia filmes e conferências, além de editar livros. Realizava a censura de imprensa, rádio, teatro, cinema e livros; distribuía notícias sobre órgãos do governo e toda a propaganda oficial; mantinha discoteca, filmoteca e biblioteca com fins educativos; faziam estatísticas oficiais sobre cinema e turismo. Além disso, mantinha sucursais da Agência Nacional nos estados [DEIPs]; bem como organizava festas cívicas⁸².

Dessa forma, note-se que a criação do DIP procurou centralizar e unificar as informações a serem divulgadas pelo Estado, considerando-se que, como já mencionado, este órgão estava diretamente ligado ao presidente da República. Além disso, os órgãos estaduais (DEIPs) subordinados ao Distrito Federal garantiam eficiência no controle da informação e da divulgação das idéias do governo, tais como a centralização burocrática, que era divulgada como a legítima representante da modernização que dominava o país, alicerçada pela racionalidade e eficiência.

constituindo-se em um órgão completamente novo, aproximando-se mais do Ministério de Propaganda da Alemanha Nazista do que os modelos anteriormente desenvolvidos no Brasil. Entretanto, Mônica Pimenta Velloso observa, em seu texto *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*, que o DIP é originário do ano de 1934; vejamos o que comenta a autora: “Na realidade, as origens dessa instituição [DIP] remontam a um período anterior ao Estado Novo. Em 1934, Vargas defendera a necessidade de o governo associar o rádio, cinema e esportes em um sistema articulado de ‘educação mental, moral e higiênica’. Essa idéia começou a se concretizar no ano seguinte, quando o primeiro escalão do governo se reuniria para fazer uma avaliação da repressão à Intentona Comunista. Nessa reunião seriam lançadas duas sementes de rápida frutificação: o Departamento de Imprensa e Propaganda e o Tribunal de Segurança Nacional” (VELLOSO, 2003, p. 158). O presente estudo é partidário das idéias de Velloso, por acreditar que a essência da proposta de criação do DIP assemelha-se ao projeto político que vinha sendo elaborado durante os anos 30, qual seja, a constituição de um governo forte e centralizado, representado na figura do chefe do executivo, com influência externa.

⁸¹ FAUSTO, B. Op. cit., p.376.

⁸² BASTOS, M. R. Op. cit., p.35.

Como exemplo de que o DIP foi um dos responsáveis pela legitimação do programa político estado-novista, podemos citar o controle exercido por este órgão sobre os canais de comunicação, especialmente o rádio⁸³.

Em 1940 o governo estatiza vários meios de comunicação que exerciam expressiva aproximação com a sociedade civil, como exemplo, pode ser citado os casos da “Rádio Nacional” e os jornais “A Manhã” e “A Noite”.

A Rádio Nacional, após sua incorporação pelo governo, passou por uma reforma em seus estúdios, sendo reinaugurada em 1942, no dia do aniversário do presidente da República, 19 de abril. Na cerimônia, os discursos de Lourival Fontes, Gilberto de Andrade e Gustavo Capanema deixavam evidente a utilização do rádio como veículo de propagação da cultura política do Estado Novo⁸⁴. Veja-se, como exemplo, a contratação dos principais nomes artísticos do rádio à época, como Emilinha Borba, Lamartine Babo, Vicente Celestino, Ary Barroso, entre outros, uma vez que o governo tinha como objetivo alcançar maior audiência popular e tornar os programas mais atrativos.

Segundo Velloso, para atingir este fim, o governo organizou concursos musicais para eleger os compositores populares favoritos da sociedade civil. Esses concursos seriam julgados pela opinião pública e sua apuração seria na sede do DIP, no horário da “Hora do Brasil”, em uma tentativa de aumentar o nível de audiência do programa, cujo epíteto, “fala sozinho”, já sugere seu baixo nível de audiência. Registre-se, também, que outras inovações em programas da emissora neste período surgiram, tais como a introdução, em sua programação, de músicas folclóricas, de crônicas, além de “Nota Histórica”, programa que procurava relembrar datas e heróis nacionais.

Acredita-se que a política do governo na área da cultura era criar uma interação entre governo e sociedade civil de forma direta, sem a necessidade de interlocutores, utilizando apenas

⁸³ Segundo Lúcia Lippi Oliveira (2003), o rádio foi introduzido no Brasil em 1922, na Exposição do Centenário da Independência. A primeira emissora, *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*, foi criada em 1923. A regulamentação do funcionamento das emissoras aconteceu nos anos de 1931 e 1932. O importante a ser destacado aqui é a observação de Oliveira no tocante à chegada ao Brasil, devido à implantação das emissoras de rádio, das agências de publicidade, as quais, ao vender, por meio das propagandas, seus produtos, em sua maioria norte-americanos, como Coca-Cola, pasta de dente Kolynos e sabonete Gessy, construíam estilos de vida e produziam um determinado tipo de cultura. Não obstante, o rádio tornar-se-ia, em pouco tempo, um veículo de divulgação das diferentes manifestações da cultura do povo.

⁸⁴ VELOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

os meios de comunicação, em especial o rádio – controlado pelo DIP – como veículo representante da “voz sincera do povo”, o que possibilitaria a divulgação de um discurso que legitimasse seu governo.

Nessa perspectiva, é interessante notar que a emissora de rádio passou a divulgar os “interesses da sociedade” com depoimentos da própria sociedade, por meio da realização de entrevistas que o regime desenvolveu com o povo sobre as políticas do governo, as quais eram anunciadas na “Hora do Brasil”.

Dessa forma, o governo agiliza a aproximação entre governante e governado, ambos falando dos mesmos interesses e construindo, assim, uma homogeneidade nos rumos da política nacional. É óbvio que, aqui, o Estado deve ser visto como o único capaz de representar os interesses nacionais, justamente por estar “acima” dos interesses classistas – ideologia do Estado Novo.

Destarte, o Estado procura aglutinar, em sua concepção de futuro, que nesse caso significava “modernização autoritária”, as diversas necessidades da sociedade, as quais, por esta ser capitalista, são desiguais e fragmentárias.

Com base nestas considerações, é possível perceber que o projeto de sociedade estadonovista estava desenhado, qual seja: estabelecer uma homogeneidade cultural que seria construída por meio da relação entre o público e o privado, i.e., entre o Estado Novo, sintetizado em sua figura máxima, o presidente da República, e as diversas camadas sociais. Para tanto, o governo eliminou outras fontes de informação que não legitimassem seu projeto político como solução para os problemas sociais, como fez com a Rádio Nacional, quando a incorporou ao Estado.

A concepção de Lúcia Lippi Oliveira sobre o uso do rádio durante a era Vargas envolve também esta interpretação. Para a historiadora,

o rádio realizava um trabalho fundamental de propaganda do governo e de construção de uma **identidade nacional** na medida em que podia reunir simbolicamente todos os brasileiros, que juntos passariam a imagem de uma comunidade harmoniosa em que todos participam⁸⁵ (grifo nosso).

⁸⁵ OLIVEIRA, L. L. Sinais de modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.341.

No bojo desta discussão, torna-se oportuno apreender como o Estado Novo consegue legitimar sua proposta política de Estado para a nação por meio de uma concepção de cultura datada historicamente.

O Estado Novo, por meio de sua prática política, econômica e cultural, comporta objetivos amplos e difusos, o que leva este trabalho a propor a categoria “cultura política”, por ser um conceito capaz de abranger, em sua conjuntura, o esforço que o Estado Novo desempenhou na tentativa de legitimar seu governo.

É sabido que o termo cultura está ligado ao processo de hominização, o qual perpassa pela adaptação do ser humano ao meio ambiente, tanto de forma genética quanto cultural. Atualmente, sabe-se que a cultura não somente permite o ser humano adaptar-se ao seu meio, como adaptar este às suas necessidades, seus projetos⁸⁶. Entretanto, trabalhar com a categoria “cultura política” é correr o risco de simplificá-la ao extremo, de separar dois termos que são complementares, de difícil definição e que necessitam ser analisados à luz da história relacional⁸⁷, como observa Berstein:

Falar de cultura política é a muitos títulos colocar-se num campo de componentes antagônicos. A história cultural cuja riqueza é considerável desde há alguns anos, situa-se no centro dessa renovação em profundidade do estudo das sociedades humanas [...], referir-se ao político é trabalhar num campo a que os profetas desta mesma escola lançaram o anátema, caricaturando-o, antes que alguns dos seus membros soberbamente o ilustrassem. Do mesmo modo, a evocação da cultura política inscreve-se na renovação da história política, operada sob a inspiração de René Rémond [...] Com efeito, é no quadro da investigação, pelos historiadores do político, da explicação dos comportamentos políticos no decorrer da história, que o fenômeno da cultura política surgiu como oferecendo uma resposta mais satisfatória do que qualquer das propostas até então, quer se tratasse da tese marxista de uma explicação determinista pela sociologia, da tese idealista pela adesão a uma doutrina política, ou de múltiplas teses avançadas pelos sociólogos do comportamento e mesmo pelos psicanalistas [...] E, se a cultura

⁸⁶ Cf. CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 12. ed. São Paulo: Globo, 1997.

⁸⁷ Esse conceito de história é discutido por Pierre Bourdieu na obra: *As Regras da Arte*, como também é comentado por Roger Chartier no artigo: *Pierre Bourdieu e a história*, publicado pela revista Topoi. Neste, Chartier comenta a obra *As Regras da Arte*, procurando demonstrar a contribuição de Bourdieu para a história cultural no tocante à definição de arte, por dois aspectos: 1.º) a necessidade de se reconstruir historicamente os postulados que definem o que é arte; 2.º) esta deve ser feita de forma relacional, i. e., reconstruir cada momento histórico particular a partir das redes de relações próprias desse contexto. Para o historiador, perceber as sociabilidades que emergem, historicamente datadas, leva a pensar a história por meio de relações. Comenta Chartier que a lição essencial do trabalho de Bourdieu é: “[...] sempre pensar as relações que podem estar visíveis nas formas de coexistência, de sociabilidade, ou de relações entre indivíduos, ou ainda de relações mais abstratas, mais estruturais, que organizam o campo – conceito essencial, nesse sentido – da produção estética, filosófica, cultural, num momento e num lugar dados” (CHARTIER, 2002, p.140). Outro sociólogo, do início do século XX, que propôs discutir o conceito de história relacional foi Norbert Elias, pautado no conceito de interdependência. Na obra *A Sociedade de Corte*, Elias demonstra que é a partir de uma análise das relações de interdependência existentes entre indivíduos de um mesmo grupo social ou de grupos sociais distintos, que se torna possível compreender historicamente uma sociedade.

política responde melhor a sua expectativa é porque ela é, precisamente, não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos⁸⁸.

Neste ponto, a discussão deste texto envolve dois aspectos que Berstein considera importantes: o papel das representações na definição de uma cultura política e o caráter plural das culturas políticas. Assim, o primeiro aspecto diz respeito à constituição de um conjunto coerente de elementos sociais que possibilita a construção de uma identidade. Entretanto, se o conjunto mostra uma unidade, os componentes desta são formados por diferentes realidades, por diferentes concepções de mundo, o que leva ao segundo aspecto, ou seja, à pluralidade no interior da categoria “cultura política”. Dessa forma, note-se que esta pluralidade só se constitui em um todo quando sustentada por uma doutrina ou uma filosofia que seja capaz de agrupar, em um todo, as várias possibilidades de se conceber uma sociedade ideal. Para isso, os idealizadores da “cultura política” de um determinado tempo conjuntural da história de um país recorrem à leitura comum e normativa do passado histórico, destacando suas conotações positivas ou negativas, procurando construir uma visão institucional pautada em ritos, símbolos e palavras-chave que traduza uma concepção de sociedade a partir da ideologia⁸⁹ dos representantes do poder político.

Registre-se, ainda, que o fenômeno “cultura política” é evolutivo e corresponde a um determinado período da história, o que permite ao historiador analisar a conjuntura de um período histórico, considerado em seu caráter plural. Além disso, esse fenômeno evolutivo denominado “cultura política” surge durante os períodos de crise de uma sociedade ou de mudança, como respostas aos seus problemas ou como legitimação do novo.

Dessa forma, torna-se oportuno observar que, para se estudar o Estado Novo levando-se em consideração sua cultura política, torna-se necessário compreender, em seu conjunto, quais os fatores que levaram Getúlio Vargas a adotar um comportamento político específico, que o

⁸⁸ BERSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998, p.349-50.

⁸⁹ Por não ser objeto de estudo desta pesquisa, o termo ideologia aqui deve ser pensado de forma geral, uma vez que não se pretende retratar suas diversas nuances. Portanto, sua definição está embasada na consideração de J. Gould, que diz: “Ideologia é um conjunto de convicções e conceitos (concretos e normativos) que pretende explicar fenômenos sociais complexos com o objetivo de orientar e simplificar as escolhas sócio-políticas que se apresentam a indivíduos e grupos” (GOULD, 1986, p. 570).

tornava símbolo da superação do passado e elemento essencial para o desenvolvimento do futuro do país.

É possível notar essa construção a partir da evocação de palavras-chave da época utilizadas por Vargas, quais sejam: “modernização”, “evolução”, “trabalhismo”, “capitalismo corporativo”, “trabalhadores do Brasil” entre outras.

Acredita-se que o processo histórico de legitimação do Estado Novo aconteceu, uma vez que foi, ao mesmo tempo, um fenômeno individual e coletivo, i.e., individual por ser retratado na figura do presidente da República, Getúlio Vargas; e coletivo porque passou a ser partilhado pelas várias camadas da sociedade, dos trabalhadores aos burgueses. Ora, isso nos leva a perceber que a cultura política deste período é importante para compreendermos a reconstrução histórica do Estado Novo, pois essa categoria nos possibilita apreender o jogo relacional ocorrido no interior da sociedade entre governante e governado, principalmente quando analisada a cultura política pelo viés da interiorização pelo indivíduo de determinadas propostas políticas do Estado Novo, o que se constituiu por meio de ações intencionais, em um fenômeno político coletivo.

No caso em estudo, as mudanças econômicas, políticas e culturais, ocasionadas no decorrer da década de 30 do século passado, caracterizam o Estado Novo como um fenômeno que levou a sociedade a viver normas construídas pelo Estado e a buscar respostas para as crises a partir do Estado, propostas estas, sustentadas por um projeto que se constituiu como portador de uma cultura política que determinou um comportamento solidário da sociedade em relação aos novos acontecimentos. Assim, é sugestivo o comentário de Velloso a respeito da história da política cultural no Brasil, quando registra que: “[...] a nossa produção cultural sempre esteve na mira do Estado⁹⁰”, e isto se percebe claramente quando estudamos a produção cultural promovida pelo Estado durante a ditadura varguista.

⁹⁰ VELOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.176.

1.6 A “Marcha Para Oeste” e os Bandeirantes do Século XX: o Projeto de Colonização do Estado Novo

Um dos programas portadores da retórica estado-novista que contribuiu para o avanço da ideologia do regime foi a “Marcha para Oeste”. É fato que a existência de grandes espaços de terra no interior, não explorados pelo capitalismo de forma sistemática, era uma realidade no Brasil do início do século XX. Para Octávio Guilherme Velho⁹¹, exceto o Acre, quase a metade do Brasil no primeiro quartel do século passado estava restringida a uma ocupação do tipo “frente de expansão”, que representava, em última instância, um movimento rarefeito.

Em discurso improvisado na cidade de Corumbá, à época pertencente ao estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, em 28 de julho de 1941, Vargas enfatizou a necessidade de ocupar os espaços considerados pelo governo como vazios, argumentando que: “[...] o mal de Mato Grosso tem sido a sua extensão, os grandes espaços vazios, que pedem articulação através das vias de comunicação que auxiliem o povoamento do solo e fomentem-lhe a exploração⁹²”. Assim também, nos próximos dias, em 7 de agosto do mesmo ano, na capital de Mato Grosso, Cuiabá, Getúlio volta a enfatizar a necessidade de ocupar economicamente aquele estado; vejamos parte de seu discurso proferido no palácio do governo:

Estamos fazendo a estruturação dos núcleos básicos do nosso crescimento, não apenas ao longo da faixa marítima, mas abrangendo a totalidade do país. E essa obra, que há de ser o maior título de glória da geração atual, porque significa unir e entrelaçar as forças vivas da Nação, retomou o sentido dos paralelos e renovou o lema bandeirante da Marcha para o Oeste.

[.....]

A minha visita a Mato-Grosso, como a outras regiões centrais do Brasil, revela a ação essencialmente nacionalizadora do novo regime⁹³.

Mesmo não declarando explicitamente neste discurso que a “Marcha para Oeste” tinha o propósito de implementar o capitalismo em áreas sertanejas do Brasil Central, torna-se evidente que o crescimento da nação, no plano do governo, abrangia a ocupação destes “espaços vazios” pelos brasileiros.

⁹¹ Cf. VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2. ed. São Paulo: Difel, 1979.

⁹²

⁸⁶ VARGAS, G. D. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943, p.36.

⁹³ Idem, p.102.

Entretanto, como notou Alcir Lenharo⁹⁴, deve-se observar que esses espaços matogrossenses, inclusive os fronteiriços, não estavam propriamente vazios:

[...] os espaços vazios não se encontravam tão vazios assim: as usinas de açúcar, às margens do rio Cuiabá; a imensa extensão de terras ocupadas com a exploração do mate, principalmente pela Companhia Matte-Larangeira; as fazendas de gado no pantanal matogrossense; cidades e propriedades surgidas à beira da estrada-de-ferro Noroeste do Brasil; amplas regiões de garimpo do ouro e diamante; outras tantas de exploração da borracha ou de drogas do sertão – vêm atestar, no caso do Estado de Mato Grosso, um quadro de colonização complexo, mapeado de grandes propriedades particulares e estatais, boa parte delas de origem estrangeira. Isto para não falar de povos de formação social inteiramente diferente, habitantes da região – os indígenas⁹⁵.

A presença de uma população, mesmo que em pequena quantidade, na região sul de Mato Grosso, no final do século XIX e início do século seguinte, também é comentada por outros pesquisadores. Segundo Márcio Antonio Teixeira⁹⁶, os movimentos de ocupação do território de Mato Grosso datam do século XVI, mas, para o autor, é após a Guerra do Paraguai (1865/70) que se intensifica o fluxo de migrantes vindos dos estados de Minas Gerais, São Paulo e, principalmente, Rio Grande do Sul, além da região Nordeste, para o sul de Mato Grosso, o que caracteriza, também, a presença de uma colonização, mesmo que esparsa, nesta região.

Registre-se, ainda, que o estudo de Cimó Queiroz (1996) a respeito das condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX, mais especificamente na primeira década deste, é esclarecedor no tocante à presença de populações nesta região. Para o autor, a população da região do planalto⁸⁸ do sul de Mato Grosso “[...] era constituída por sitiantes e posseiros estabelecidos depois da guerra com o Paraguai [...] na vacaria [parte oeste da região do

⁹⁴ Cf. LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

⁹⁵ Idem, p.60-1.

⁹⁶

⁸⁸ Cimó Queiroz observa em seu estudo que “[...] do ponto de vista físico pode-se dizer resumidamente que o SMT apresenta-se repartido em duas formações principais: o planalto (parte do planalto sedimentar da bacia do Paraná), com áreas de cerrado, de mata tropical e de campos limpos (incluindo os campos da vacaria); e a baixada paraguaia (o vale do rio Paraguai), compreendendo o pantanal e maciços montanhosos como Urucum e Serra da Bodoquena” (QUEIROZ, 1996, p. 233).

planalto] era crescente a presença de migrantes sul-rio-grandenses [...] enquanto no extremo sul predominavam os paraguaios⁸⁹”.

Partindo destas considerações, convém indagar: por que o governo tinha como preocupação ocupar o Brasil Central, ignorando a presença desses migrantes, bem como, os nativos que estavam passando pelo processo de expulsão de suas terras de origem?

Primeiramente, sabe-se que o plano econômico do Estado Novo estava centrado em uma política de desenvolvimento do capitalismo industrial com forte intervenção do Estado. Segundo Guilherme Velho (1979), nas décadas de 30 e 40 do século XX, o capitalismo do tipo liberal clássico estava passando por uma crise, tanto na Europa e Japão, como nos Estados Unidos da América, o que reflete diretamente no Brasil. Na Europa, havia uma forte tendência para a política econômica fascista, assim como no Japão; nos E.U.A., a política econômica desenvolvida por Roosevelt defendia uma marcante participação do Estado nos interesses econômicos. Assim sendo, para esse autor,

O fato de que nos anos 30 o fascismo estava se desenvolvendo na Europa e no Japão permitiu que a sua *forma* fosse emprestada ao capitalismo autoritário brasileiro [...] fornecendo-lhe uma certa formulação ideológica. O antiliberalismo podia ser expresso bastante livremente⁹⁰.

Isto sugere que no Brasil da primeira metade do século XX, a direção governamental da política econômica estava voltada para o processo de industrialização, do tipo substituição de importação – como já mencionado anteriormente – subordinando a esta política maior as outras propostas de desenvolvimento do país, entre as quais o plano “Marcha para Oeste”. Assim, o projeto maior da nação, qual seja, fazer do Brasil uma potência econômica industrial, fazer deste país um Brasil moderno, deveria agregar a participação dos brasileiros em todos os setores, inclusive no desenvolvimento da forma de exploração da terra, principalmente onde esta ainda era trabalhada de forma primitiva.

⁸⁹ QUEIROZ, P. R. C. Condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, *Anais...* Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1996, p.233.

⁹⁰ VELHO. O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2. ed. São Paulo: Difel, 1979, p.128.

No entanto, em estudos realizados sobre a forma de exploração da terra no sul de Mato Grosso, nas primeiras décadas do século XX, observa-se, como característica, a não adequação da economia da região⁹¹ à política econômica pretendida pelo Estado Novo, o que demonstra que a preocupação de Vargas em ocupar os “espaços vazios” do Brasil Central por meio de um plano de colonização dirigida era justificável, se considerarmos que o “país do futuro” – epíteto defendido pela ideologia varguista –, significava um país evoluído nos moldes das grandes potências capitalistas do Ocidente.

O segundo aspecto a ser levado em consideração, para se pensar a necessidade de ocupar os “espaços vazios” pelo governo Vargas, é que o extremo sul do antigo estado de Mato Grosso, desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX, caracterizava-se, em termos econômicos, em grande parte, pela atividade de exploração da erva-mate nativa⁹² – atividade essa que, no referido período, constituía praticamente um monopólio da Companhia Matte-Larangeira⁹³, a qual mantinha, sob seu domínio, mediante contratos de arrendamento assinados

⁹¹ Para o historiador Paulo Roberto Cimó Queiroz (1996) as atividades produtivas no sul de Mato Grosso, no primeiro quartel do século XX, eram praticadas de forma rudimentar. Havia, em pequena quantidade, a criação de forma extensiva da pecuária bovina, a exploração de plantas ornamentais e animais silvestres, e a exploração da erva-mate nativa, principal atividade econômica da época. Registre-se que, para o autor, a exploração dessas atividades acontece de forma primitiva. Em relação à propriedade da terra, Cimó comenta que: “No extremo sul do SMT [espaço em que se concentra esta pesquisa], o problema da utilização das terras públicas e do assentamento de colonos vinculava-se diretamente às gigantescas concessões para extração da erva-mate, obtidas pela Cia. Matte-Larangeira; tais concessões abrangiam praticamente toda a citada zona, incluindo áreas não apenas de ervais, mas também de campos (muito procuradas por numerosos migrantes brasileiros, principalmente gaúchos, que nessa época dirigiam-se para a região). A Cia. opunha-se ao assentamento desses colonos, sob o pretexto de que eles lhe fariam concorrência na elaboração da erva, e para tentar afastá-los utilizava-se de variados expedientes, desde o seu poder político até a violência pura e simples; tal conflito teve episódios sangrentos, com ásperas lutas armadas. Por fim, cabe mencionar que nessa época o SMT foi palco também de disputas fundiárias que se arrastaram por vários anos nos tribunais, envolvendo o poder público e pretendentes particulares (sobretudo os herdeiros e sucessores do Barão de Antonina)” (QUEIROZ, 1996, p. 241).

⁹² QUEIROZ, P. R. C. Condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, *Anais...* Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1996, p.235.

⁹³ A Companhia Matte-Larangeira, grupo privado que visava a exploração da erva-mate nativa no sul de Mato Grosso, foi uma das maiores arrendatárias de terras no período da I República. O ciclo da erva-mate teve início em Mato Grosso com o decreto n.º 8.799, do governo Imperial, datado de 9 de dezembro de 1882, o qual legalizou a concessão de exploração da erva-mate em terras devolutas na província de Mato Grosso a Thomaz Larangeira, e este se associa, em 1892, ao Banco Rio e Mato Grosso, de propriedade da família Murtinho, políticos influentes junto ao Governo republicano da época. Dessa união, originou-se a Companhia Matte-Larangeira; em 1902, esta Companhia transformou-se em Laranjeira, Mendes & Cia. Entretanto, após a segunda década do século XX, a Cia Matte-Larangeira encontra dificuldades para prorrogar o Contrato de Arrendamento, que estava em vigência na primeira década do século XX e que findaria em 1916. Segundo Teixeira, “[...] a Comissão de Indústria do Estado nega o arrendamento alegando: 1. trabalho pouco proveitoso da Cia; 2. taxa de arrendamento muito baixa; 3. preço de

com o Estado, vastíssimas extensões de terra, criando, assim, um grande latifúndio, o que prejudicaria o desenvolvimento das relações capitalistas no campo.

Do ponto de vista de muitos dirigentes brasileiros da época do Estado Novo, a presença dessa Companhia representava um entrave à entrada de migrantes brasileiros que buscavam a posse da terra⁹⁴. Além disso, a Companhia era responsável pela presença, nessa região, de um grande número de imigrantes paraguaios, os quais constituíam a maior parte da força de trabalho por ela utilizada. Na empresa estava também presente capital argentino, o que comporia um fator a mais de preocupação para o Estado brasileiro, principalmente, porque se tratava de uma região fronteira (sobretudo com o Paraguai), onde a presença especificamente brasileira era fraca.

Assim, levando-se em consideração a conjuntura daquele período no extremo sul do estado de Mato Grosso, compreende-se a criação do Território Federal de Ponta Porã, em 1943, pelo presidente da República, uma vez que tal medida colocaria essa vasta região sob a tutela direta do governo federal, o que representava parte do processo de ocupação dos “espaços vazios” e facilitaria sua ação em relação a qualquer problema que viesse prejudicar sua política de desenvolvimento, como comenta Vargas em seu discurso de improviso, ocorrido no município de Guaíra, a 27 de janeiro de 1944:

Dispomos de vastos territórios e não ambicionamos um palmo de terra que não seja nossa. Já o afirmei de outra feita e agora repito: Não nos impele outro imperialismo que não seja o de crescermos dentro dos nossos limites territoriais para fazer coincidir as fronteiras políticas com as fronteiras econômicas.

O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças apresenta, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a idéia de transformá-las em Territórios Nacionais, sob a administração direta do Governo Federal. Era essa uma antiga aspiração política de evidente aspiração patriótico, principalmente dos militares que possuem aguda sensibilidade em relação aos assuntos capazes de afetar a integridade da Pátria e o sentido mais objetivo dos problemas atinentes à defesa nacional.

A criação dos territórios fronteiriços nas zonas colindantes [sic] e de população esparsa deve ser considerada, por isso, medida elementar de fortalecimento político e econômico. O programa de organização e desenvolvimento desses Territórios resume-se em poucas palavras: sanear, educar, povoar.

pagamento das terras pelas quais a Cia. declarava interesse, muito baixo” (TEIXEIRA, 1989, p. 24). Assim, apesar das pressões políticas, o contrato renovado entre o governo e a Companhia reduziu a área de arrendamento, que antes era de 5.000.000 ha, para 1.440.000 ha, além de conceder preferência a posseiros para comprar lotes rurais, nunca superiores a 3.600 há, no interior da área antes de exploração exclusiva da Matte-Larangeira. Com a extinção do monopólio, a Companhia compra do Estado ervais próximos ao rio Amambai, formando a Fazenda Campanário, e a Fazenda Virgínia, nas margens do rio Dourados (TEIXEIRA, 1989).

⁹⁴ Cf. CORRÊA FILHO, V. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do livro, 1969.

[.....]

POVOAR – colonizar, distribuir a brasileiros as terras ainda incultas de modo a gerar núcleos compactos e ativos que sejam sentinelas avançadas da Nação; construindo estradas de ferro e de rodagem, estabelecendo linhas aéreas de transportes, telégrafos e telefones, teremos ligado regiões quase isoladas aos centros de produção e cultura do litoral e do centro, facilitando, assim, o intercâmbio de todos os produtos nacionais⁹⁵.

Dessa forma, a política estado-novista incluiria uma política de colonização dirigida, por meio de colônias agrícolas nacionais, e também a criação, como já mencionada, no extremo sul do antigo Mato Grosso, de um espaço sob a administração direta da União: o Território Federal de Ponta Porã.

A iniciativa do Governo do Estado Novo em criar o Território Federal de Ponta Porã, através do Decreto-Lei n.º 5.812 de 1943, também fez parte da política de nacionalização das fronteiras, principalmente se se considerar que, nesta área, a Companhia Matte-Larangeira, que mesmo decadente economicamente na década de 30 do século passado, tornava constante a presença de estrangeiros e conflitos armados na região. Sublinhe-se que a política de Vargas sempre foi a presença forte do Estado, com capacidade de interferir nas disputas regionais.

Entretanto, a duração desse território é breve: criado em 1943, é dissolvido em 1946, com o fim do Estado Novo. Campestrini e Vaz Guimarães apresentam as seguintes considerações acerca de sua formação:

O Território Federal de Ponta Porã [...] era constituído pelos municípios [na época] de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju e Bonito. Ponta Porã era a capital e seu primeiro governador foi Ramiro Noronha (1944-1945). Teve vida efêmera. A Constituição Federal de 1946 o extinguiu⁹⁶.

Convém salientar que a criação do Território Federal de Ponta Porã por Vargas fazia parte da política econômica do Estado Novo, uma vez que, com esta medida, procurava-se combater a velha política do banditismo na fronteira meridional de Mato Grosso e apertar o cerco em torno da Cia. Matte-Larangeira, colocando o território de exploração da erva-mate sob os cuidados da fiscalização federal. Vale ressaltar, também, que todos esses expedientes integravam a propaganda política estado-novista intitulada “Marcha para Oeste”.

⁹⁵ VARGAS, G. D. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944, p.269-70.

⁹⁶ CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V. **História de Mato Grosso do Sul**. 5. ed. Campo Grande: Gibim Gráfica Papelaria e Editora, 2002, p.129.

Segundo Oliveira, “[...] a campanha ‘Marcha para Oeste’ desencadeada em 1938, propunha a ‘construção da Nação’ por todos os brasileiros⁹⁷”. Regiões como Amazônia, Goiás e Mato Grosso seriam, com a “Marcha para Oeste”, integradas ao desenvolvimento econômico do país, posto que alcançariam as conquistas de regiões mais avançadas economicamente. Isso provocaria, nestas áreas, uma mudança nas relações de produção.

Para Lenharo, tais mudanças eram intrínsecas aos objetivos da colonização do governo Vargas, vejamos sua interpretação sobre a colonização do Estado Novo para o Brasil Central:

Delineia-se assim estratégia de colonização: armar um cerco ao latifúndio, de fôlego longo. Apoiar a pequena propriedade de modo a que ela, lentamente, corroesse a velha ordem latifundiária, e, aos poucos, instaurasse a nova realidade agrícola que o desenvolvimento industrial do país exigia. Ao invés de esperar o lento avanço das transformações, era forçoso estimular a mudança através de dispositivos especialmente orientados para isto⁹⁸.

Grosso modo, percebe-se que o autor procura demonstrar que a preocupação da política de colonização do governo federal para as regiões de grandes “espaços vazios” estava diretamente ligada à necessidade de expansão das relações capitalistas de produção. Assim, a colonização fazia sentido na medida em que era vista como um acréscimo do mercado interno para a indústria e isto, dar-se-ia, entre outros fatores, através da implantação da pequena propriedade.

Nesse sentido, o Estado Novo impõe uma política de colonização dirigida, em que o povoamento aparece precedido por uma organização estatal, cujo propósito é facilitar a ocupação dos “espaços vazios” do Oeste e da Amazônia, por meio da pequena propriedade⁹⁹.

Desse modo, note-se que a necessidade de eliminar o latifúndio em áreas onde as relações de exploração da terra ainda aconteciam de forma arcaica e primitiva, longe do modelo capitalista de produção, “justifica” a preocupação do Estado Novo em ocupar os “espaços vazios” do interior brasileiro, uma vez que este ainda não havia se adequado às novas exigências da “moderna” política econômica nacional.

⁹⁷ OLIVEIRA, B. C. de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. (Dissertação) mestrado em História – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999, p.88.

⁹⁸ LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986, p.21.

⁹⁹ Cf. idem, passim.

1.7 A Construção do Mito “Trabalhador Moderno” no Desenvolvimento do Plano “Marcha para Oeste”

Se no campo político-econômico o projeto varguista mostrava sua diretriz para o setor rural, foi necessário mais do que essa política para que a sociedade aceitasse a idéia da “Marcha para Oeste”, ainda mais se se levar em consideração que as condições de vida nos centros desenvolvidos, como Rio de Janeiro e São Paulo, eram melhores do que as apresentadas em áreas menos avançadas economicamente, como as da Amazônia, de Goiás e de Mato Grosso. Dessa feita, a “Marcha para Oeste” teria de ser desenvolvida também no campo simbólico e ideológico – urgia a necessidade de conduzir a ocupação territorial por meio do símbolo da “brasilidade”.

Nessa perspectiva, o governo do Estado Novo procurou mostrar que a efetiva construção do país só se faria por meio da união entre governo e sociedade, do funcionamento perfeito entre o campo político e o econômico, o que facilitaria a implantação da política de colonização estado-novista, a qual visava o desbravamento de “áreas vazias” por migrantes, sobretudo por aqueles oriundos de regiões onde a grande concentração de mão-de-obra poderia manifestar um desequilíbrio na oferta de trabalho para a indústria, o que possivelmente levaria a ocasionar tensões sociais e “braços desocupados” em demasia.

Para tanto, Vargas apoiou-se no mito¹⁰⁰ de que os brasileiros deveriam ocupar um espaço que era seu, com vistas a contribuir para a ocupação do território nacional, especialmente o fronteiriço, o que favoreceria a transformação de áreas atrasadas economicamente.

A representação simbólica do mito “ser brasileiro” tinha como proposta colonizar e industrializar o país, como esclarece Lenharo: “A criação da brasilidade repousava, pois, numa nova proposta que combina colonização e industrialização¹⁰¹”.

Assim, a propaganda ideológica do Estado Novo envolve a expansão da fronteira agrícola para o interior do Brasil a partir da “Marcha para o Oeste”. Os textos que melhor

¹⁰⁰ A categoria mito pode ser entendida, aqui, a partir da interpretação sociológica que o concebe como sendo a visão de um grupo social, com seus sistemas de valores, que abrange todo o panorama mundial (KING, 1986).

¹⁰¹ LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986, p.23.

expressam esta preocupação são as obras de Cassiano Ricardo¹⁰² intituladas *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil* organizada em dois volumes, e *Pequeno ensaio de bandeirologia*.

Cassiano Ricardo procura reforçar a idéia de que o bandeirantismo ocorrido no Brasil Colonial, cuja origem é paulista, estava diretamente vinculado à expansão territorial do país, haja vista que o Brasil, no início de sua conquista pelo português, era uma faixa litorânea, voltada para a exploração da monocultura em grandes latifúndios e “A descoberta do Brasil seria bem pouca coisa, se localizada no litoral, fácil seria, na pitoresca frase do cronista, ficar caranguejando pelas praias. Penetrar o sertão – eis o grave problema¹⁰³”.

Assim, na interpretação de Cassiano Ricardo, coube ao bandeirante romper as amarras da sociedade brasileira do século XVI, para exercer a função de expandir as fronteiras territoriais, promover a democratização racial, desenvolver a pequena propriedade e a policultura em grande escala, visto que a estrutura social da época correspondia a uma sociedade estática, sem mobilização social, centrada na casa grande e senzala, onde

Uma minoria de brancos e brancarrões dominando, “patriarcais e polígamos, do alto das casas grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas como os lavradores de partidos, os agregados, moradores de casas de taipa e palha – vassalos das casas grandes em todo o rigor da expansão¹⁰⁴”.

Conforme Ricardo, “[...] entre a sociedade da ‘casa grande’ e a [sociedade] bandeirante haverá pontos de semelhanças: o patriarcalismo, a família cristã, a mestiçagem, o escravismo. Mas as diferenças são necessárias e radicais¹⁰⁵”; entre estas, aponta o autor algumas características próprias dos bandeirantes, como a pequena propriedade; a maneira como se movimentam geograficamente; a disposição para a democracia, tanto racial como político-econômica; além de representar o moderno. Ainda segundo esse autor, o moderno que o

¹⁰² Cassiano Ricardo, além de advogado, poeta, ensaísta e historiador, foi homem público, que exerceu, no período do Estado Novo, a função de membro do Conselho do Comércio Exterior (1942); foi redator e diretor do jornal “A Manhã” (1940–1944) e fundou a revista literária “Planalto” (1939).

¹⁰³ RICARDO, C. **Pequenos ensaios de bandeirologia**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, [19--], p.3.

¹⁰⁴ Idem, p.13.

¹⁰⁵ Idem, p.22.

bandeirante representava estava ligado às questões de autonomia política, independência econômica e democracia, posto que:

De um lado, terra a dentro, e em marcha para oeste, a bandeira; de outro lado, acumpliciada com o capitalismo europeu, a casa grande. Daí resulta que esses dois grupos sociais têm, inicialmente, direções antagônicas. Um regressa ao feudalismo; o outro caminha para fórmulas inaugurais de economia¹⁰⁶.

E acrescenta: “A casa grande é o poder conservador, de onde sairiam os barões, para o sustentáculo da coroa; ao passo que a bandeira é a revolução, de onde sairia a sociedade brasileira para a democracia e para a independência¹⁰⁷”.

Assim, a marcha dos bandeirantes, que formavam grupos sociais e se deslocavam de São Paulo para várias regiões do interior do Brasil, organizados militarmente, com um chefe branco¹⁰⁸, com governo próprio, que contribuiriam para o avanço da economia, do povoamento e da ampliação da malha geográfica do país, passou a ser denominada como “bandeira”, para fazer uma clara distinção entre a sociedade agrária do nordeste e a sociedade bandeirante do sudeste. A primeira representando o passado, o atraso, e a segunda representando o novo, o progresso em solo próprio¹⁰⁹.

Esse deslocamento para o interior do Brasil, cuja origem remonta ao século XVI e ao núcleo urbano de São Paulo, que é considerado pela historiografia como o fenômeno do bandeirantismo, será um dos recursos utilizados pelo governo Vargas para justificar à sociedade a necessidade de implementação da “Marcha para Oeste”.

No processo de legitimação de seu governo, Vargas recorre à história, na tentativa de recriar a identidade do Brasil. Comenta Ângela de Castro Gomes que:

¹⁰⁶ Idem, p.23.

¹⁰⁷ Idem, p.24.

¹⁰⁸ A questão da democracia racial das bandeiras, defendida por Cassiano Ricardo, ocorre a partir de uma divisão social do trabalho, em que o branco terá como predisposição o comando, ao índio caberá a predisposição da movimentação, e ao negro a predisposição ao labor. Comenta o autor que: “A contribuição branca e mameluca está no pensamento que a conduz, governando a ação; a contribuição índia está no ímpeto das avançadas, na mobilidade do grupo, tão a jeito do seu nomadismo tradicional; a contribuição negra está nos pousos, nas concentrações em torno dos descobertos, na organização das lavouras para abastecimento da tropa, enfim, nas horas de maior sossego psicológico, tão a jeito do africano sedentário” (RICARDO, [19-], p. 30).

¹⁰⁹ RICARDO, C. **Marcha para Oeste**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970, p.70.

Como D. Pedro II, Getúlio Vargas animava-se do mesmo desejo legitimador e assumia as mesmas funções de mecenato, mas partia de uma situação em que já havia todo um conjunto de realização acumulado ao longo de um “tempo”, definido pela memória coletiva como “vida nacional”. Dessa forma, tratava-se estrategicamente de recriar essa tradição, relendo-a com a perspectiva futura do regime então vigente. Este não era, portanto, um esforço menos criador, mas tinha outros parâmetros e, sobretudo, outro alcance político e cultural¹¹⁰.

Portanto, o que o Estado Novo procura fazer é recriar o conceito de “nacionalidade” e construir uma nova legitimidade, que contaria com a participação de todas as camadas sociais, a partir de uma “[...] engenharia social ideológica consciente e deliberada por parte do Estado¹¹¹”.

De forma geral, pode-se sugerir que para se compreender a história de uma sociedade, deve-se levar em consideração o papel do aparelho de Estado na construção de sua política cultural, a qual tem participação crucial na recriação de símbolos e valores no processo de legitimação de suas ações.

Entretanto, note-se que a “nova legitimação” social fundamenta-se em valores preexistentes que representam sua unidade cultural. Assim, no caso do Estado Novo, busca-se a reconstrução de uma história nacional a partir de uma origem comum, na qual estão inseridas as “bandeiras” do Brasil Colonial, mas, numa perspectiva de seu tempo, qual seja: o de construir uma “nova” nação por meio de um “novo” modelo de aparelho de Estado.

É sugestiva a assertiva de Gomes quando analisa a construção da história cultural no período do Estado Novo; diz ela que:

É através da história que o Estado pode mobilizar um povo-nação que compartilha um único passado, ainda que este sofra variações locais. Nada, entretanto, que impossibilite uma unidade, em que o “tempo” e o “território” – estes “atores” fundamentais – têm função-chave. No caso, a unidade é a própria saga de nossa história: ela é o objetivo do Estado; ela é a glória do “ser” brasileiro¹¹².

E conclui, mostrando que

Se os discursos da nacionalidade têm a marca da conquista do território e da luta por sua manutenção como eixo essencial, este fato precisa ser examinado sob a ótica da recriação de um processo histórico de afirmação do poder, que é basicamente, mas não exclusivamente, do Estado. Dessa forma, o discurso “geográfico” de estabelecimento de

¹¹⁰ GOMES, A. de C. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.17.

¹¹¹ Idem, p.19.

¹¹²

⁵⁸ Idem, p.24.

fronteiras é um discurso “histórico”, fruto de um longo e cuidadoso trabalho historiográfico, que pode assumir formas de relacionamento entre a história e a geografia, de conotações do conceito de tempo e de demarcação e caracterização do que se entende por território¹¹³.

Assim, as “bandeiras” do passado brasileiro, que expandiram as fronteiras do país e representaram como “autêntico” conquistador o bandeirante, seriam retomadas pela ideologia varguista em outra perspectiva, a da expansão da fronteira agrícola pelos “braços desocupados” a partir da “Marcha para Oeste”.

A “Marcha para Oeste” seria o plano integrador do Brasil, que conseguiria unir territorialmente e socialmente a sociedade brasileira entre as cidades densamente povoadas e desenvolvidas economicamente, sobretudo as do litoral, e as vastas regiões de terras devolutas do interior, o que se daria com o “espírito bandeirante” do qual, principalmente a população carente¹¹⁴, deveria imbuir-se.

Em relação a esse ímpeto desbravador que cada brasileiro deve ter em si para poder conquistar os “espaços vazios”, Cassiano Ricardo comenta que: “Não há dúvida que temos ainda necessidade de cultivar o espírito do bandeirismo. Esta é a conclusão que se impõe, [...] em face dessa fabulosa realidade patrimonial ainda deserta e inexplorada¹¹⁵.”

É nessa conjuntura social que a “Marcha para Oeste” foi se constituindo. Sua origem, em relação ao projeto de povoamento dos “espaços vazios”, consiste na criação de núcleos coloniais estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 2.009, de 09 de fevereiro de 1940, e pela criação de Colônias Agrícolas Nacionais, estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, totalizando, no final dos anos quarenta, oito colônias instituídas pelo interior do Brasil, conforme a tabela abaixo.

¹¹³ Idem, p. 24-5.

¹¹⁴ O programa “Marcha para Oeste” representava, para o Estado brasileiro, a solução de dois problemas: “[...] a mobilização dos excessos demográficos das cidades litorâneas, onde se aglomeram os desajustados e vadios (pois o trabalho não é um dever social?) e o aproveitamento das levas migratórias, que demandam o nosso país, evitando a formação dos chamados quistos étnicos que, por mais de uma vez, inquietaram os entendidos em assunto de assimilação do alienígena” (RICARDO, [19-], p. 64).

¹¹⁵ RICARDO, C. **Pequenos ensaios de bandeirologia**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, [19--], p.62.

Decreto da Criação das Colônias Agrícolas Nacionais

DECRETO N.º	DATA	NOME
6.882	19/02/41	Colônia Agrícola Nacional de Goiás
8.506	30/12/41	CAN do Amazonas
8.671	30/01/42	CAN de Monte Alegre, Pará
10.325	27/08/42	CAN de Barra do Corda, Maranhão
12.417	12/05/43	CAN de General Ozório, Paraná
5.941	28/01/43	CAN de Dourados, Território Federal de Ponta Porã, hoje Mato Grosso do Sul
16.780	10/10/44	CAN de Deiras, Piauí
25.547	21/09/48	CAN de Jaiba, Minas Gerais

Fonte: DAYRELL, *apud* MORAIS PESSOA, J. de. **A Igreja da denúncia e o silêncio do fiel**. Campinas: Alíneas, 1999. p. 37.

Dessa forma, partindo do processo histórico da “Marcha para Oeste” a presente pesquisa procura particularizar o olhar para a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, por ser no interior desta que se constituiu, no final da década de quarenta e seguinte, vários povoamentos que deram origem às cidades de Glória de Dourados, Jatei, Angélica e, entre elas, à cidade de Fátima do Sul, foco desta pesquisa.

2 MOVIMENTOS DE SOCIABILIDADE NA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS

2.1 Registros Historiográficos a Respeito da Colônia Agrícola Nacional de Dourados

Os trabalhos dos pesquisadores Alcir Lenharo, Benícia Couto de Oliveira, Valdeir Justino, Paulo Roberto Cimó Queiroz e Silvana de Abreu em relação à localização geográfica da Colônia Agrícola Federal de Dourados não apresentam grandes divergências. Estes estudos revelam que no início da década de quarenta do século XX surge um movimento de colonização estatal no bojo do Plano “Marcha para Oeste”, em terras mato-grossenses, extremo sul do antigo Mato Grosso – atual Mato Grosso do Sul –, denominado Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), com o objetivo de implantar a pequena propriedade em áreas fronteiriças, instaurando assim, uma nova realidade agrícola compatível com o avanço industrial do país, cujo propósito era incrementar a produção nacional de gêneros alimentícios. Além disso, considera-se, também, que a CAND foi arquitetada no interior do Território Federal de Ponta Porã com o propósito de eliminar a exploração das terras ervateiras pela Companhia Matte-Larangeira, cujo contrato havia vencido em 1937; por força da nova Constituição ditatorial, o controle sobre as terras devolutas, até então sob responsabilidade dos estados, passaria para a União. Note-se que o fim desse arrendamento significava, de fato, a abertura desta área aos migrantes e o início da colonização de parte da região considerada pelo governo federal como “espaço vazio”.

Esse projeto de colonização (CAND), para melhor compreensão, pode ser analisado em três fases. A primeira compreende os anos de 1943 a 1948, identificada como o período de definição de sua extensão territorial e demarcação; a segunda pode ser identificada pelo período compreendido entre a chegada à CAND de grande concentração de migrantes, sobretudo nordestinos, até a emancipação de vários núcleos urbanos que se formou em seu interior, que vai de 1949 a 1963; e a terceira fase vai de 1964 até sua extinção em 1968. Ressalte-se que, para o desenvolvimento desta pesquisa, os estudos sobre a CAND concentram-se nas duas primeiras fases.

A primeira fase, compreendida entre os anos de 1943 e 1948, como já mencionada, caracterizou-se pela localização e demarcação da extensão territorial da Colônia. O Decreto n.º 5.941, de 28 de outubro de 1943, criou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, a ser localizada

em terras da União, no recém-criado Território Federal de Ponta Porã, sugerindo uma extensão territorial não inferior a 300.000ha. Segundo seu artigo primeiro:

Fica criada a Colônia Agrícola Nacional “Dourados”, no Território Federal de Ponta Porã (C.A.N.D.), na região de Dourados, em terras a serem demarcadas pela divisão de terras e Colonização do Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único – A área a ser demarcada não será inferior a 300.000 (trezentos mil) hectares².

Entretanto, percebe-se no Decreto a não demarcação da área territorial para a implantação da CAND; nele há apenas a indicação de sua extensão e de sua localização geográfica, a ser demarcada oportunamente pelo Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura.

Com a extinção do Território Federal de Ponta Porã, três anos depois, a área que seria destinada à implantação da CAND passou a pertencer, novamente, ao estado de Mato Grosso, o qual, através da Lei nº 87, de 20 de julho de 1948, não só manteve o tamanho territorial de 300.000ha, como apresentou os limites para sua demarcação. No artigo primeiro, ficou especificado o tamanho da área:

Fica mantida, de conformidade com o art. 1.º e único do Decreto-Lei Federal nº 5.941, de 28 de outubro de 1943, a área de 300.000ha para a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, no Município de Dourados, neste Estado³.

Em seu artigo terceiro, alterado pela Lei nº 87, de 20 de julho de 1948, ficou especificado a localização da CAND no interior do município de Dourados:

A área a ser demarcada terá os seguintes limites. Partindo da confluência do córrego da Picada no rio Dourados, pela margem esquerda e subindo pelo referido córrego da Picada, até sua cabeceira, deste ponto, segue pelas divisas das propriedades de Ciro Melo e outros até encontrar a cabeceira do córrego Laranja Lima, pelo córrego Laranja Lima abaixo até a barra com o córrego Laranja Doce, daí pelo Laranja Doce abaixo até a sua confluência com o rio Brilhante, pelo rio Brilhante acima até a barra do córrego Panambi, pelo córrego Panambi acima, dividindo com terras da Colônia Municipal de Dourados, até a sua cabeceira, daí pela divisa das terras de Aral Moreira até as confluência dos córregos Barreirinho e Saltinho, daí pelo Saltinho acima até encontrar a linha do Patrimônio de Dourados e seguindo por essa divisa até a cabeceira do Engano, pelo córrego do Engano abaixo até a sua barra no rio Dourados, daí pelo rio Dourados abaixo, até a sua confluência do córrego São Francisco, pela margem direita, daí segue pelo córrego S. Francisco acima à sua cabeceira, daí por uma linha seca até encontrar a cabeceira do arroio Formosa, daí, por esse arroio abaixo até a barra com o arroio 14 de

² GRESSLER, L. A.; SWENSSON, L. J. Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul. Dourados: LAG, 1998, p. 89.

³ Idem, p. 90.

Maio, deste ponto pelo rio Guirai abaixo até a barra do arroio Pirajuí, pelo arroio Pirajuí acima até sua cabeceira, daí por uma linha seca até encontrar a cabeceira do arroio Pirabebe, este abaixo até sua confluência com o rio Ivinhema, pelo Ivinhema acima até sua confluência com o rio Brilhante acima, até sua confluência com o rio Dourados, pelo rio Dourados, acima até a barra do córrego da Picada, pela margem esquerda, do ponto da partida⁴.

Entretanto, observando o artigo quarto da referida Lei, percebe-se que a questão da área a ser demarcada era, no mínimo, conflituosa, vejamos:

Dentro das terras reservadas e a serem demarcadas serão respeitados direitos adquiridos por terceiros, mediante títulos de domínio, expedidos pelos Governos do Estado, respeitadas as letras a, b, c, d e § único do art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias⁵.

Assim, este artigo torna-se relevante e não pode passar despercebido, uma vez que, se a área a ser demarcada não poderia ser inferior a 300.000ha, então como respeitar os direitos adquiridos no interior desta, mesmo que seja em pequena quantidade, sem diminuir sua área de implantação, uma vez que seus limites já estavam demarcados?

Possivelmente, este seja um dos aspectos que justifica a demarcação final da CAND ficar compreendida em 267.000ha., dividida em duas Zonas distintas, separadas pelo rio Dourados: a primeira, com uma área de 68.000ha, localizada do lado esquerdo do respectivo rio; e a segunda, com 199.000ha, situada do lado direito do mesmo rio. Registre-se que os lotes da Primeira Zona foram demarcados pelos engenheiros que administravam a CAND, entretanto, na Segunda Zona os agentes do governo procederam tão somente a reserva de uma área correspondente a dois lotes (os lotes, em geral, mediam, na CAND, 12,5 alqueires paulistas, ou 30ha), contíguos ao rio, defronte ao local que ficaria conhecido como Porto Ubatuba⁵. Contudo, na prática, a CAND ficou com uma extensão menor ainda: segundo Teixeira⁶, foram distribuídos, efetivamente, 187.113ha, divididos em 8.800 lotes de cerca de 30ha cada.

⁴ Idem, p. 90.

⁵ Idem, p. 90.

⁵ Acredita-se que o nome “Porto Ubatuba” fosse uma referência ao administrador da Colônia, Lloyd Ubatuba. Note-se, ainda, que este porto localizava-se à margem esquerda do rio Dourados, no interior da CAND, a aproximadamente, 30 quilômetros da sede.

⁶ Cf. TEIXEIRA, M. A. **As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul**: o exemplo da grande Dourados. (tese de doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo: 1989..

Após a demarcação da área destinada à Colônia Federal, pela Lei estadual n.º 87, estavam definidas a área de implantação da CAND, no extremo sul do antigo Mato Grosso, sua confrontação e delimitação.

Não obstante, para impulsionar o projeto CAND, necessário seria retornar ao governo federal, sob a forma de doação, todo este vasto território, o que foi realizado pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), por meio de duas escrituras do final da década de 1940⁷. Assim, observa-se que é no governo federal de Eurico Gaspar Dutra que fica definitivamente demarcado a área e os limites para a instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

Segundo Lenharo, no período de 1943 a 1948, a CAND “[...] funcionou apenas simbolicamente, e sobre ela a propaganda do Estado Novo operou sem cessar, apresentando-a como colônia modelo⁸”.

Acredita-se, porém, que não somente a CAND tenha servido de objeto para a propaganda ideológica de Vargas, mas todas as colônias criadas neste período, uma vez que a idéia de levar a modernização ao campo e de ocupar as fronteiras estava inserida já no Decreto-Lei n.º 3.059 de 14 de fevereiro de 1941. Como exemplo, podemos citar a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG)⁹, fundada no município de Ceres, estado de Goiás que, se não recebe um intenso fluxo migratório em função da campanha “Marcha para Oeste”, uma vez que esse fluxo já vem ocorrendo anteriormente, devido à riqueza florestal e a fertilidade de seu solo, bem como, a fundação da capital do estado, Goiânia e a construção da estrada de ferro que partia do triângulo mineiro em direção a Anápolis, contribuiu amplamente para divulgar a necessidade de ocupar a região de Mato Grosso de Goiás, como era denominada parte do centro-sul daquele estado, por questões estratégicas de nacionalização desse espaço. A nacionalização daquela região justificava-se, uma vez que,

⁷ Cf. TEIXEIRA, M. A. Op. cit.

⁸ LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986, p.56.

⁹ Há que se registrar que, para a professora Benícia Couto de Oliveira, a colonização da CANG apresenta características que diferem do processo de colonização apresentado na CAND. Segundo essa pesquisadora, a diferença está na fixação dos colonos nos lotes doados nas Colônias Agrícolas Nacionais. Na CAND, esses chegaram até os anos sessenta, enquanto que na CANG o assentamento dos colonos aconteceu em um curto período de tempo. Os fatores que estão ligados a estas diferenças dizem respeito a três aspectos: 1º) a demora da demarcação dos lotes na CAND; 2º) o fim do regime político ditatorial de Vargas; 3º) o ato da retomada da demarcação e distribuição dos lotes rurais acontecerem no final da década de quarenta (OLIVEIRA, 1999, p.192-193).

Várias publicações de estudiosos da época falavam da cobiça internacional que mirava a Amazônia por sua exuberância florestal e fluvial. Havia até mesmo a menção à pretensão norte-americana de fazer da Amazônia um escoadouro para a sua população ex-escrava. E o caminho para ocupar a Amazônia, antes que isso acontecesse, seria, não o litoral, mas o Centro-Oeste. O presidente da República também aderiu a essa alternativa de acesso à Amazônia¹⁰.

Entretanto, além do aspecto propagandístico, o Decreto n.º3.059/41 era bastante favorável à instalação, em área de fronteira, considerada “vazia” pelo governo, de populações pobres, destituídas de recursos financeiros, constituídas de desempregados, posto que todo cidadão brasileiro, acima de 18 anos, não proprietário e reconhecidamente pobre e os imigrantes com grande conhecimento na área agrícola estavam aptos a receber, gratuitamente, uma área de terras, entre 20 e 50ha, sem qualquer forma de taxação de imposto. Ainda garantia o Decreto: uma residência ao migrante e sua família; semente e material agrário para o cultivo; no primeiro ano de plantio empréstimos de máquinas, instrumentos agrícolas e animais de trabalho; educação agrícola aos filhos dos camponeses; postos de monta com reprodutores selecionados para a qualidade do rebanho que viria a se formar; assistência médica e farmacêutica; e, finalmente, cooperativa para produção e venda dos bens produzidos. Por sua vez, o Decreto determinava, como obrigação dos migrantes, a preservação de 25% da mata do lote rural doado; a conservação de estradas e caminhos; a obrigação de cultivá-lo dentro do prazo estabelecido; ser portador de boa conduta e, enquanto os lotes não fossem doados definitivamente, ficava proibida sua venda, sua hipoteca, sua transferência, sua permutação ou alienação, conforme registra os pesquisadores Morais Pessoa¹¹ e Benícia C. de Oliveira¹².

Outrossim, o Decreto exigia que a administração da Colônia fosse coordenada por meio de engenheiros agrônomos¹³, além de prever a construção de uma sede da Colônia, com características de urbanização moderna, que seria um futuro núcleo de civilização, localizada na sua área central, aproximadamente a 100 quilômetros do escritório da administração.

¹⁰ MORAIS PESSOA, J. de. **A igreja da denúncia e o silêncio do fiel**. Campinas: Alíneas, 1999, p. 41.

¹¹ Cf. Idem, passim.

¹² Cf. OLIVEIRA, B. C. de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis: 1999.

¹³ Registre-se que a profissão de engenheiro representava, nesse período, uma das funções mais importantes do país: seriam eles os futuros projetistas do Brasil.

Dessa forma, acredita-se que o processo de colonização dirigida nesta região tem início com o projeto estado-novista de expansão da fronteira agrícola intitulado “Marcha para Oeste”, o que se efetiva através do Decreto n.º3.059, de 1941. Entretanto, é somente após a demarcação da área de implantação da CAND, em 1948, que seu processo de povoamento toma corpo, o que justifica a primeira fase da CAND ter um povoamento rarefeito, sem mudanças significativas no que se refere a seu processo de colonização, mesmo este projeto tendo sido considerado, como sugere Lenharo¹⁴, a “menina dos olhos” do programa de colonização da ditadura varguista. Assim, a primeira fase da CAND é marcada mais pelas disputas de bastidores entre governos em relação à área a ser demarcada, que propriamente pela ação do migrante neste espaço; esta, por sinal, é característica do final dos anos quarenta e década seguinte.

2.2 A Conquista da Terra na Fronteira do Sul de Mato Grosso: a Chegada do Migrante

Torna-se necessário registrar, também, que as querelas em torno da propriedade da terra ainda não estavam resolvidas em 1948. Durante a existência da CAND, conflitos sobre a terra emergiram, entre os quais, podemos citar a dificuldade de demarcação dos lotes da Segunda Zona pelas autoridades competentes. Conforme o relatório sobre a CAND de 1954, elaborado pelo administrador Elpídio M. Prado e publicado no jornal O Progresso, assim se encontrava a demarcação dos lotes da Segunda Zona naquele ano:

Dada a grande afluência, todos os anos, de centenas de emigrantes [sic], torna-se necessária a imediata demarcação dos lotes, conforme determina a Lei; com área de 20 a 50 Ha. Na Colônia de Dourados os lotes tem a superfície de 30 Ha. Essa condição evitará, sem dúvida, os inconvenientes que se tem observado da parte de numerosos emigrantes, que penetram nas matas sem a determinação dos lotes que deverá ocupar. Esta situação da Colônia está criando um sério problema para a administração. Agrupam-se várias famílias num mesmo lote, sem a indispensável habitação, criando, também dificuldades para o serviço médico da Colônia, onde só um facultativo atende, numa enorme área de uma população estimada em fevereiro do corrente ano em 25.000 almas. **Os que conseguem lotes regularmente arrendam-nos aos que chegam em prejuízo, não raro, das atividades normais da Colônia.** Além da demarcação anual de número suficiente de lotes, seria interessante para o serviço de colonização que o emigrante só fosse recebido na Colônia com lote ou lotes determinados facilitando-se, dessa forma, todos os trabalhos e obrigações com os colonos nos termos dos artigos, 10, 11, 12 e 13 do Decreto-Lei 3.059 de 14 de fevereiro de 1941¹⁵ (grifo nosso).

¹⁴ Cf. LENHARO, A. **Colonização e trabalho no Brasil**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

¹⁵ **O PROGRESSO**, Dourados, 1954, p. 8.

Na perspectiva dos migrantes, também se observa que a livre ocupação dos lotes rurais localizados no lado direito do rio Dourados estava relacionada à dificuldade do administrador em organizar esta ocupação. Os migrantes que chegavam à sede da administração da Colônia, em situação de penúria, logo se dirigiam para sudeste, adentrando a CAND à procura do pedaço de terra que, segundo a propaganda estatal, não tinha proprietário e seria doado, terminando por concentrar-se junto à margem esquerda do rio Dourados, no limite da Primeira Zona, na expectativa de que fosse iniciada a abertura e a demarcação da Segunda Zona da Colônia, com a conseqüente distribuição dos lotes. Como esse processo foi sendo postergado, por volta do início dos anos 1950 já era grande o número de migrantes concentrados neste local.

Nessas circunstâncias, portanto, começa a delinear-se a iniciativa dos migrantes, movidos, certamente, pela situação vigente. De fato, sabe-se que os próprios migrantes começaram a transpor o rio por meio de pequenas embarcações para proceder, por eles mesmos, à demarcação e ocupação dos lotes da Segunda Zona. Como foi dito, normalmente o tamanho dos lotes da CAND era de aproximadamente 12,5 alqueires paulistas, em torno de 30ha. Assim, conforme depoimentos, para facilitar esta demarcação, os migrantes mediam 250 metros de frente e 1.200 metros de comprimento e iam fazendo a demarcação de sua propriedade, respeitando tão somente a área de reserva acima mencionada, que correspondia aos dois primeiros lotes do lado direito do rio.

Para compreender este fenômeno, torna-se pertinente transcrever um comentário do padre católico Amadeu Amadori, que chegou a esta região em 1955:

O povo foi chegando, chegando, naquela época tinha tanta gente que vinha aos borbotões. A colonização não conseguiu instituir o corte, o agrimensor, o engenheiro não conseguiu dar conta. Vinha gente para a terceira linha, Vicentina, para a banda de São José, quarta linha, Glória de Dourados e foi avançando, eles iam na frente do agrimensor, aí deu aquela briga porque ele mudava de linha naturalmente. Pensa que na mata é fácil de tirar uma linha reta? Ia mais ou menos, quando um tirava até ali, outro continuava, de repente, sabe lá? Mudava de rumo, aí tinha que cortar um pedaço, a estrada não passava mais aqui, às vezes ficava no fundo ou no meio do lote. Bem, mas o povo vinha chegando (Depoimento 7).

Percebe-se, nesta teia de relações que começou a se constituir a partir da atitude ativa do migrante de não esperar pelo Estado para a demarcação da terra, que surgiram conflitos sociais e, ressalte-se, que quiproquós em torno da conquista da terra não demorariam a emergir. Assim, a professora Capilé foi feliz em sua observação, ao estudar o processo de colonização desta região,

quando comenta: “[...] seduzidos pela oportunidade, os migrantes desmontavam todo o sistema de planejamento do Núcleo¹⁶”.

Para Oliveira¹⁷, entretanto, o fato da marcação e distribuição dos lotes da Segunda Zona ser realizada pelos próprios colonos faz parte de um projeto maior da União, qual seja, tornar esta ocupação a menos custosa possível para o Estado. Segundo esta autora,

A demora da demarcação de nova área, no momento em que mais migrantes chegavam na CAND em busca de terra, de certa forma, viabilizou à força a entrada dos colonos, pois, uma vez estando no local, as pessoas teriam que tomar certas iniciativas para adquirirem a terra para trabalharem e tirarem o seu sustento. Todavia, a iniciativa dos colonos, em entrar na área e iniciar suas roças, colaborou sem onerar a União, pois, ao desbravarem a área através da abertura de picadas, estradas e demarcação dos lotes, independentes das ordens da administração, isentaram o governo dos gastos para tal tarefa. E, ainda, atenderam aos objetivos dos governantes locais e, por sua vez, os do governo federal de desbravamento da área com a introdução de trabalhadores nos espaços “vazios¹⁸”.

A historiadora levanta um ponto importante em suas argumentações no que diz respeito ao abandono dos migrantes por parte do Estado, porém, a pesquisa que ora se realiza considera que esta é apenas uma das questões a serem percebidas neste processo, por considerar, entre outros indícios, que no relatório acima há certa preocupação do administrador em relação aos rumos que estava tomando a colonização, a qual estava ficando nas mãos dos próprios camponeses, o que de certa forma era preocupante para o Estado, principalmente por estar fugindo do controle do Estado a ocupação e colonização desta região. Considera-se, dessa forma, que essa preocupação é suficiente para sugerirmos que não houve abandono completo por parte do governo federal, por considerar que há indícios, nos documentos analisados, de que o Estado não estava disposto deixar à própria sorte o plano de colonizar a fronteira agrícola a partir de um modelo econômico a ser seguido. O que se percebe é que este projeto foi sendo incorporado, no seu processo de constituição, por outra instituição, a religiosa, que coadunava com a política do Estado Novo e se beneficiava com tal casamento.

A CAND foi implantada por direito a partir do final da década de 1940, quando os limites dessa Colônia foram demarcados pelo governo federal. Entretanto, a formação de fato desta

¹⁶ CAPILÉ, C. C. **História de Fátima do Sul**. Dourados: Gráficas Caiuas, 2000, p. 14.

¹⁷ OLIVEIRA, B. C. de. Op. cit.

¹⁸ Idem, p.177.

colonização acontece no início da década de 1950, durante o segundo governo Vargas. Partidária desta interpretação, Oliveira comenta que:

[...] a vinda dos colonos contemplados com os lotes de terra, para a referida Colônia, foi mais intensa no início da década de 50, quando Vargas assumia a presidência do Brasil pela segunda vez, ou seja, pelos caprichos da história, Vargas teve a oportunidade de iniciar a política de colonização no sul de Mato Grosso, durante o Estado Novo, e de dar continuidade ao projeto no seu segundo governo (1951-1954) embora, [...] a instalação e demarcação da Colônia tenham ocorrido no período do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1945-1950)¹⁹.

Dessa forma, a segunda fase da Colônia Agrícola Nacional de Dourados pode ser identificada a partir de 1948, e atinge seu auge no início dos anos 1950, quando acontece a chegada de imensas levas de migrantes pobres a esta região, sobretudo nordestinos. Essa fase é caracterizada pela presença marcante de agricultores tradicionais – os camponeses –, que chegavam ao sul de Mato Grosso com o firme propósito de serem proprietários de suas terras, deixando a vida de dificuldades devido à seca nordestina e/ou o trabalho em fazendas de café no interior paulista, como parte de um passado que não se repetiria. Todavia, o que se viu não foi bem isto.

O que se constata, neste período, é uma verdadeira avalanche de migrantes chegando à CAND e estas famílias que iam chegando, em condições precárias, posto que era em sua maioria, famílias pobres e excluídas do sistema político-econômico que se implantava nos grandes centros do Brasil, como o Rio de Janeiro e São Paulo, eram orientadas a estabelecer-se, provisoriamente, em terrenos da administração da Colônia, no local onde se situa atualmente Vila São Pedro, distrito de Dourados, localizada na saída para Rio Brillhante, no centro da primeira estrada construída pelo primeiro administrador da CAND, Jorge Coutinho Aguirre²⁰. O jornal O Progresso, de 20 de julho de 1952, registrou os percalços da chegada destas famílias em terras da Colônia:

A fama da nossa terra, dispondo das melhores terras de agricultura, continua atraindo a atenção dos homens de trabalho. Raro é o dia em que isolados ou em grupos, deixem de entrar em Dourados numerosos trabalhadores da lavoura que ai aportam, animados pela esperança de conseguir pelo trabalho um futuro melhor para seus filhos. Temos agora o prazer de inserir em nossas colônias a chegada de dois grandes grupos de trabalhadores, com suas respectivas famílias, num total de 82 pessoas. O primeiro, [...] provem do local

¹⁹ Idem, p. 176.

²⁰ Segundo o relatório do 1º. Administrador da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, Dr. Jorge Coutinho Aguirre, nomeado em 24 de novembro de 1943, a primeira estrada aberta no interior da CAND foi a que ligava Dourados a Rio Brillhante, medindo cerca de 60 quilômetros.

denominado “Riacho do Jacuipe” do Estado da Bahia, tendo chegado a Dourados, na terça-feira última, após 32 dias de viagem, num caminhão “Fargo”²¹.

Também para o jornal Informativo Regional Sul, o qual, em 1999, lançou uma edição especial sobre a CAND, a realidade local para esses migrantes que chegaram no início dos anos 50, estava muito aquém da política ideológica estado-novista. Comenta o folheto que

[...] a chegada dessas famílias de nordestinos à Colônia Agrícola Nacional de Dourados formava um quadro indescritível, pois aquelas famílias eram despejadas no pátio da administração, praticamente só com a roupa do corpo, expostos ao sol, a chuva, ao frio, sem qualquer recurso²².

Assim, percebe-se que, mesmo filtrando-se os excessos dos textos jornalísticos, na prática, a caminhada do migrante pobre à CAND pós-48 não se realizou sem dificuldades. O auxílio do governo federal, como previa o Decreto n.º3.059, aconteceu apenas para os primeiros migrantes que ocuparam a Primeira Zona; aqueles que chegaram durante e depois do segundo governo Vargas não tiveram o apoio de sustentação do Estado, mesmo porque a política econômica do Estado brasileiro passava por mudanças nos seus rumos desde o fim do Estado Novo. De uma orientação calcada no investimento estatal para a colonização dos anos 1930 e início dos anos 1940, controlado diretamente pelo Estado, passou-se, na década seguinte, a dar sinais de que tais projetos não deveriam ser realizados pelas mãos do Estado, mas por empreendedores privados, mesmo que estes necessitassem de subsídios estatais. Como exemplo, podemos citar dois projetos de colonização que ocorreram no Centro-Oeste brasileiro neste período: a Sociedade de Melhoramentos e Colonização (SOMECA), implantada pelo empresário

²¹ **O PROGRESSO**, Dourados, 20 de julho, 1952, p3.

²² **INFORMATIVO REGIONAL SUL**. Fátima do Sul, 09 de julho, 1999, p. 2.

Reynaldo Massi²³, que deu origem ao núcleo urbano de Ivinhema; e o projeto de colonização “Presidente Kennedy”, organizado por Jan Batta²⁴, ambos no estado de Mato Grosso.

Em outra matéria do Jornal “O Progresso”, de 08 de novembro de 1953, também são relatadas as dificuldades dos camponeses desta região no início dos anos 1950, ao mencionar que o governo do Estado de Mato Grosso havia enviado uma quantia de Cr\$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) à Cooperativa da CAND, cuja finalidade era atender as necessidades básicas dos migrantes que estavam chegando. O jornal noticia, ainda, futuros investimento em infra-estrutura aos residentes dessa Colônia:

[...] o exmo. Sr. Dr. Fernando Correa da Costa, Governador de Mato Grosso, acaba de remeter para a citada entidade [Cooperativa Agrícola da CAND], a quantia de duzentos mil cruzeiros, concedida com o fito de atender às reais necessidades de tão importante núcleo agrícola matogrossense [...] dentre em breve outros melhoramentos serão introduzidos em nosso município pelo Governador Correa da Costa, e entre eles, de acordo com o respectivo programa para Dourados, a estrada de Caarapó e **o abrigo para aqueles que ainda aportam em levas sucessivas** [...] ²⁵ (grifo nosso).

Ainda no mesmo jornal, no ano seguinte, outra matéria chama a atenção para as necessidades de verbas estatais para a exploração agrícola da CAND:

Pelo Sr. Heitor Antunes Marques fomos informados de que conseguiu com o Governador do Estado um auxílio de quinhentos mil cruzeiros para a Cooperativa Mixta [sic] da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Ainda pelo mesmo informante, soubemos que o Governo pagou duas passagens aéreas para que dois representantes da referida Cooperativa viagem para o Rio de Janeiro a fim de se encontrarem com o Presidente da República, pedindo-lhe providências para o financiamento da atual safra de cereais neste município, a exemplo do que já vem sendo feito pelo Banco do Brasil no Norte do Paraná²⁶.

²³ Segundo um depoimento em livro de Sandra Maria Massi, Reynaldo Massi foi um desses italianos bem sucedidos do segundo quartel do século XX, que, acompanhando a expansão do capitalismo, chegou em terras mato-grossenses e logo percebeu que este era um lugar propício para iniciar um projeto de colonização. Segundo Sandra, “Quando Vargas caiu, o governo manteve a disposição de povoar o Oeste criando leis agrárias que simplificassem a aquisição de terras devolutas do Estado por particulares. Isso tornou a colonização uma interessante forma de investimento para os empresários. Alguns fizeram todos os trâmites, mas com interesses especulativos, o que acabou gerando muita polêmica na imprensa. Por causa disso, papai [Reinaldo Massi] preferiu deixar de lado as terras devolutas estatais, fazendo negócios apenas com particulares. Entre 1958 e 1962, comprou cerca de quatrocentos mil hectares em Mato Grosso Meridional, nas proximidades do rio Ivinhema” (MASSI, 2000, p. 85-86).

²⁴ O plano de colonização “Presidente Kennedy”, segundo o Jornal “O Progresso” de 19 de julho de 1964 seria implantado pelo “[...] industrial e colonizador [sic] Jan Batta que entregou ao presidente Castelo Branco o plano do Núcleo de Colonização “Presidente Kennedy” em Mato Grosso, que dispõe de um financiamento de 15 milhões de dólares, concedidos pelo BID para a instalação de cerca de 2.000 sítios de 20has cada. O industrial que já fundou os núcleos de Bataiporã, Batatuba e Bataguassú informou, que serão instalados num período de 4 anos, cerca de 500 sítios por ano” (O PROGRESSO, 1964, p. 4).

²⁵ O PROGRESSO, Dourados, 08 de novembro, 1953, p3.

²⁶ Ibidem, 1954, p. 2.

Conforme alguns depoimentos prestados por migrantes remanescentes daquele período é possível observar, também, as dificuldades para sua implantação nas terras da colônia, uma vez que esses se viam sozinhos no processo de povoar os “espaços vazios”:

Nós chegamos aqui em 51, era mata virgem, essas estradas foi aberta pelo olho do colono, não foi com maquinário, foi com o olho do colono. As famílias se juntava e, ali, juntava 20 homens e rancavam uma peroba, e aí prosseguindo a estrada. Foi muito difícil a vida aqui para pessoa pobre, nós mesmo sofreu muito, nós era fraco [...] Muitas pessoas sofreu como a gente. Um tanto dessas pessoas não moram mais aqui, uns faleceram, outros mudaram (Depoimento 3).

Também comenta tais dificuldades outro migrante remanescente daquela época que, no período da coleta de dados desta pesquisa, residia na periferia de Fátima do Sul:

Os lotes foi feito aqui, os lotes foi dado aqui [lado esquerdo do rio Dourados]. Aqui era colônia Federal, que quando veio aqui naquela ocasião a Cooperativa, que hoje é a vila São Pedro, o governo dava, quando começou a colônia um machado, uma foice, uma enxada e fazia a casa, você pode olha que ainda tem casa antiga pregada assim [com tábuas em transversal], pois é, aquela foi dada pelo governo, então o pessoal veio demais e o pessoal do governo já não fez mais, o governo não deu conta, o governo no início ajudava. (Depoimento 8).

Percebe-se que, entre as matérias dos jornais e as falas dos camponeses remanescentes, falas lentas e compassadas, que tinham a necessidade do gesto das mãos para se fazer entender, que a multiplicidade das experiências humanas no processo de colonização desta região, a qual se constitui no fazer-se do dia-a-dia, vai além das políticas da União e deve ser valorizada por entendermos que as ações do homem comum também são necessárias para a compreensão histórica deste processo, o qual, observado em uma escala micro-histórica, revela-se influenciado por iniciativas tomadas pelos próprios camponeses em seu cotidiano.

No entanto, para os pesquisadores Oliveira e Justino, as dificuldades que os migrantes enfrentaram para se fixarem nos lotes da CAND, no início dos anos 1950, estavam relacionadas, principalmente, à falta de efetivação das políticas públicas para tal projeto de colonização, difundidas pelo Estado Novo.

Segundo estes pesquisadores:

As políticas, sobretudo a política de imigração e colonização do Estado Novo tinham, como proposta, possibilitar o acesso à terra aos trabalhadores rurais sem terra, via fixação do homem no campo, implantação da pequena propriedade e bem estar social. No entanto, cabe destacar que, na prática, o governo não ofereceu condições necessárias

para que esse projeto se concretizasse. Conforme depoimentos de alguns remanescentes da CAND, faltou infra-estrutura necessária para tal implemento²⁷.

Entretanto, vale lembrar que o objetivo do texto de Oliveira e Justino é perceber, no projeto colonizador planejado pelo Estado Novo para a região da Grande Dourados, os “desencontros na malha fundiária”, ocasionados pelas estratégias do poder estatal, o que suprime, em função da opção do método, o cotidiano destes colonos e seus conflitos sociais internos.

Por outro lado, a pesquisa aqui desenvolvida procura analisar documentos da época, na perspectiva de reconstruir o cotidiano dos migrantes da CAND no final da década de quarenta e durante os anos cinquenta, pois considera relevante, além das questões macro-políticas, compreender, por meio da escala de observação localizada, a forte presença de querelas sociais neste espaço, principalmente, em função de conflitos de sociabilidade, pois se acredita que estes conflitos são reveladores das peculiaridades desta sociedade e, conseqüentemente, da sua identidade.

2.3 Por um Projeto de Modernização do Interior do Brasil: a indiscutível presença do camponês

Um dos conflitos locais que aflora a tensa teia de relações sociais construída no fazer-se do dia-a-dia da Colônia está relacionado ao confronto entre o segundo administrador da CAND – Lloyd Ubatuba – e os colonos.

O primeiro registro que assinala a presença do Sr. Lloyd Ubatuba na Colônia, segundo os documentos analisados, é de 06 de janeiro de 1952. Em uma matéria de jornal, o administrador felicita os migrantes da CAND pela passagem do ano e conclama a todos – funcionários da administração e residentes – a se aventurar duramente no trabalho, para colherem os frutos futuramente. A nota do administrador, texto que se aproxima da escrita poética de alguns pensadores da época, como as poesias de Cassiano Ricardo²⁸, procura harmonizar categorias

²⁷ OLIVEIRA, B. C. de; JUSTINO, V. O projeto colonizador na região da Grande dourados: encontro e desencontro na malha fundiária. **Revista de Geografia**, Campo Grande, n. 5, 1997, p.11.

²⁸ No poema intitulado “O Lavrador”, Ricardo narra com sutileza o contraste harmônico entre rusticidade e produtividade. “Mão monstruosa, de tão áspera, / incapaz de qualquer carícia, órfão de sutileza, / indiferente ao cetim e ao veludo / [...] / Mão aumentada pela santidade do trabalho / Suja de terra e enorme, mas principalmente enorme / Como estar sempre num primeiro plano / na sucessão das coisas - frutos, árvores, lavouras - / que saem dela ao fim de cada ano. / [...] / Se Cristo regressar, ó lavrador, não é preciso que lhe mostres / como eu, as feridas do corpo e do pensamento. / Nem as condecorações faiscantes que os outros ostentam no peito / Mostra-lhe a mão calejada. / [...] / Mostra-lhe a mão calejada, / enorme, a escorrer seiva, sol e orvalho”. (RICARDO, *apud* TEIXEIRA DA SILVA, 2005). Nesta

como trabalho pesado com felicidade, trabalho agrícola com progresso, na perspectiva de construir um conceito de modernização relacionado à categoria trabalho, o qual representava o símbolo do futuro promissor e da felicidade, vejamos:

A Colônia Agrícola Nacional “Dourados”, por seus servidores e colonos, irmanados no mesmo ideal e solidários com todos os trabalhadores da terra, seus patrícios, através da vastidão da pátria, erguem hosanas ao novo ano que se aproxima cheio de promessas. Com olhos fitos na laboriosa classe agrária e nos corações transbordantes de entusiasmos, exaltam a obra grandiosa de colonização nacional na pessoa de seu emérito criador o presidente Getúlio Vargas. Assim, identificados nessa união telúrica de filhos da terra, que a amam porque a tratam carinhosamente com suas mãos calosas. Fazendo-a reverdecer, florir e frutificar, afirmam hoje sua fé no presente e sua esperança no porvir levando a todos a sua vibrante saudação e conclamando-os em um uníssono “sursum cordis”: Vivam os agricultores do Brasil²⁹.

Pode-se detectar, assim, que o engenheiro Ubatuba estava em sintonia com o plano maior de modernização do Brasil, construído durante o Estado Novo. O projeto de modernização arquitetado pela ditadura varguista, no tocante à ocupação dos “espaços vazios”, fazia-se sentir no segundo Governo Vargas, no antigo sul de Mato Grosso, por meio do elogio ao trabalho, por meio do conceito de trabalho como missão do homem novo, do homem moderno que se contrapõem claramente àquela visão do rural marcada pelo seu ritmo próprio de labutar, com o ritmo do tempo marcado pelo período das plantações, pelo tempo da natureza. E o pressuposto da valorização do trabalho estava na negação do ócio, da preguiça, na negação do homem do campo que se satisfazia com a “pobreza” financeira e intelectual, aceitando passivamente não ser “civilizado”, o que significava não apresentar aspectos citadinos. Essa imagem foi bem representada pelo estereótipo “Jeca Tatu” – idealizado por Monteiro Lobato – e o elixir para a superação deste quadro era o **trabalho**, que produziria um homem rural integrado à cidade por meio de sua produção agrícola, sua postura frente ao labor, seu dinamismo físico ao vencer o solo rústico e inóspito com mãos calejadas.

Outras matérias do jornal O Progresso caminhavam no sentido de demonstrar a preocupação do administrador Lloyd Ubatuba com o avanço dessa região. O registro da formatura da primeira turma dos alunos do curso primário da Colônia; as comemorações sobre o encerramento do ano letivo; a presença das professoras da CAND na redação do jornal para tornar

poesia, nota-se claramente a preocupação de Cassiano Ricardo em construir um conceito de trabalhador rural – o lavrador – que será enaltecido justamente pela sua rusticidade, seu labor, sua capacidade de sofrer o calor, enfrentar a mata, laborar o solo. A preocupação dos textos jornalísticos que fazem referência à CAND, percebe-se, também, uma clara relação entre trabalho rústico e progresso, nota-se que há relação entre trabalho árduo e modernização.

²⁹ O PROGRESSO, Dourados, 06 de janeiro, 1952, p4.

público o combate ao analfabetismo; a exaltação sobre as realizações da administração da CAND sob a direção de Lloyd Ubatuba, que contava com uma verba anual de seis milhões de cruzeiros para fazer desta região uma das maiores riquezas em prosperidade agrícola do país; e a conclamação dos migrantes para trabalharem em terras da Colônia, como escreveu o próprio Ubatuba: “Não faltarão terras para quem quer trabalhar”³⁰, demonstra que o tempo aqui era o tempo do ritmo intenso.

Segundo a chamada do jornal, “Não faltarão terras para quem quer trabalhar”, o administrador propõe distribuir terras a todos os migrantes que estavam chegando à CAND, bastasse que preenchessem as condições exigidas pelo artigo 20 do Decreto-Lei n.º 3.059. Assim, os lotes rurais seriam concedidos – como citado anteriormente – a cidadãos brasileiros maiores de 18 anos, que não fossem proprietários rurais, reconhecidamente pobres e que revelassem aptidão para trabalhar na agricultura, dispostos a residir no lote doado pelo Estado. Ao estrangeiro, dizia o parágrafo primeiro do artigo 20, a doação só se faria em caso excepcional, qual seja: que fossem qualificados por seus conhecimentos especiais na área agrícola, para servir como exemplo e estímulo aos camponeses nacionais.

Entretanto, analisando detalhadamente esta matéria, observa-se que esta apresenta uma rusga entre a administração da Colônia e os camponeses, a qual daria origem a um conflito de sociabilidade de grandes proporções nos idos de 1952.

Com base no mesmo Decreto-Lei o administrador da Colônia Federal, Lloyd Ubatuba, propõe a Assistência Jurídica de Divisão de Terras e Colonização (D.T.C.), a desocupação de todos os lotes da CAND que havia sido adquirido por terceiros, mediante compra em dinheiro³¹, bem como apresenta denúncia à polícia local contra o camponês Victor Tronicke, acusando-o de tê-lo difamado publicamente.

Em virtude da denúncia, o responsável pela D.T.C. determinou a desocupação de todos os lotes da CAND ocupados ilegalmente. Isto significava que todos os camponeses que havia adquirido lotes por compra, seja por moeda ou espécie, desrespeitando, conseqüentemente, o

³⁰ **O PROGRESSO**, Dourados, 1952, p4.

³¹ Registre-se que era comum, entre os primeiros colonos, o exercício do escambo ou a participação de meeiros no interior da Colônia. Segundo o imaginário popular, os primeiros proprietários barganhavam suas terras por bicicletas, importante meio de locomoção da época ou por armas, enquanto aqueles colonos que se dedicaram ao comércio local arrendavam suas terras para novos migrantes, para receber porcentagem do que seria produzido.

Decreto-Lei 3.059 de 1941, seriam retirados de sua propriedade, o que, para o jornal “O Progresso”, se justificava, uma vez que:

A atitude do atual Administrador, Sr. Ubatuba, procurando sanar as irregularidades, longe de ser condenável, deve ser louvada por todos aqueles que compreendem o direito das coisas. Não é legal transacionar com os bens da União, comerciando com as terras que o Estado de Mato Grosso doou ao Governo Federal para o amparo aos colonos necessitados [...] ³².

Esta chamada faz referência ao estado de direito de propriedade, refere-se à legalização do comércio com o bem público, num claro sentido de manifestar sua posição em relação ao intenso comércio com a terra que estava ocorrendo na CAND, comércio este alheio à normalização vigente. Contudo, registre-se que, enquanto o jornal procurava justificar, perante os trabalhadores da Colônia, o ato do administrador quanto ao aspecto legal, atendo-se tão somente à questão da terra, para os camponeses outros valores estavam vinculados à propriedade, além da simples questão da legalidade jurídica.

Segundo José de Souza Martins ³³, a propriedade da terra para o camponês dos anos 1950, relaciona-se a um modo de vida e a uma visão de mundo que difere, em muito, da concepção capitalista da propriedade privada. A propriedade privada, para o sistema capitalista, cuja representação máxima é o discurso jurídico, centra-se na questão da legalidade, do título, do documento para garantir seus direitos. Tais documentos, na maioria das vezes, estão desvinculados da terra e ganham vida e forma nas instituições burocráticas públicas. Para esse sociólogo,

Essa tem sido a história territorial do regime republicano e oligárquico. Sem a menor consideração pela terra efetivamente ocupada por populações indígenas, por seringueiros, por posseiros, que foram se estabelecendo livremente nas terras da margem esquerda do Tocantins e do Araguaia, em direção ao Oeste e ao Norte, desde os anos 40 pelo menos. Tais os absurdos, que uma verificação feita no período mais agudo dos conflitos fundiários, na década de 70, no antigo estado do Mato Grosso, mostrou que a soma das áreas concedidas nesses títulos era três vezes maior do que o território do estado ³⁴.

³² O PROGRESSO, Dourados, 1952, p4.

³³ MARTINS, J. de S. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, F. A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁴ MARTINS, J. de S. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, F. A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.671.

No entanto, em relação aos camponeses pobres, o direito à propriedade da terra está vinculado ao trabalho sobre a mesma, i.e., tem direito à posse aquele que “amansou” a terra com seu trabalho. Aquele que derrubou a mata e limpou o solo, plantou lavoura de subsistência de forma rústica e trabalhou o chão com as próprias mãos adquire o direito legítimo de usá-la. E, conforme Martins, esta relação não cria a propriedade privada da terra: “[...] cria-se apenas um direito de uso privado (e familiar) da terra comum³⁵”.

Observa, ainda, esse pensador que o conceito de bem comum do uso da terra retorna ao tempo da Sesmaria, que julgava como diferentes os conceitos de posse e domínio. A posse da terra era detida pelo Rei, mas o domínio era de quem a trabalhava. Esta mentalidade sobreviveu ao tempo calendário e evolutivo, permanecendo no imaginário popular do camponês pobre e sem terra da primeira metade do século XX, provocando um desencontro entre legalidade e legitimidade. Para a categoria da legalidade, ser proprietário da terra significa ter documentos que comprovem sua posse, ao passo que a legitimidade está relacionada à liberdade da condição humana do camponês, que é representada pelo seu trabalho na terra, pelo seu domínio do chão rústico, conseguido não sem suor. É esta concepção de propriedade da terra que alimenta o imaginário popular, como registra Martins:

No mais das vezes, a concepção do que seriam os direitos dos pobres, dos que sofrem despejos e expulsões da terra, é concepção que tem sua origem no velho direito colonial e que ficaram resquícios na mentalidade popular, como se pode facilmente verificar em muitas regiões do país, não só na fronteira. São esses resquícios que sustentam a reivindicação de justiça. Tais resquícios não se circunscrevem ao âmbito da concepção popular de direito. Eles articulam outras sobrevivências, realimentadas pela marginalização social e pela pobreza, na habitação precária, nos recursos poucos, nos grandes riscos do viver³⁶.

De uma maneira geral, nota-se que há percepções antagônicas do direito sobre a terra. De um lado, há um direito legitimado pelo trabalho; de outro, um direito fundado sobre a legalidade da terra, que corresponde, originariamente, à Lei da Terra de 1850. O primeiro acredita na idéia de que a terra é um bem comum e que deve ser explorada por quem nela trabalha; o segundo entende que a terra é mercadoria e sua posse se dá pela compra.

³⁵ Idem, p.673.

³⁶ Idem, p.685.

Acredita-se que esse desencontro propicie conflitos sociais que vão além da questão pura e simples da posse da terra – como muitas vezes julgam os magistrados – alcançando uma dimensão que abrange aspectos culturais e religiosos e que colocam em cheque modos de vida.

Assim, não era apenas a questão legal da posse da terra que estava em discussão no conflito entre Lloyd Ubatuba e os camponeses, no início dos anos cinquenta na CAND, as querelas entre estes e a administração ultrapassavam estas questões.

Em junho de 1952, consta no “O Progresso” um relato dos últimos acontecimentos que envolviam conflitos de sociabilidade entre camponeses e administrador:

No domingo, primeiro do corrente, achava-se o Sr. Lloyd Ubatuba em sua residência, na Colônia, quando ali chegaram dois caminhões repletos de colonos. Imediatamente, saltando do veículo, alguns deles deram voz de prisão ao Sr. Ubatuba, dizendo: “Esteje preso, em nome da Lei”. Tendo a jovem Matilde Conceição tentado alcançar um revólver ao Sr. Ubatuba, os colonos resolveram prendê-la também. Assim, com os dois prisioneiros, vieram os colonos, na mais completa ordem a esta cidade, entregando-os na Delegacia de Polícia e informando que exigiam a demissão do Administrador em virtude de perseguições que estaria fazendo, não atendendo as reclamações dos colonos e sendo um **homem intratável e imoral** perante as famílias. Deixando os prisioneiros na sala do Sr. Escrivão, o Delegado de Polícia dirigiu-se ao governador do Estado, comunicando o fato e ao Sr. Ulisses de Lima, sub-chefe de polícia de Campo Grande, pedindo a vinda deste para solucionar a questão em vista do Sr. Ubatuba negar-se a pedir sua demissão. Entrementes, vinham chegando da Colônia outros caminhões carregados de colonos que se mantinham em frente a delegacia³⁷ (grifo nosso).

Note-se, nesta matéria, que a disputa não estava ligada somente à compra e venda da terra, mas a algo de maior dimensão, ou seja, questionava-se o “modo de vida” de quem estava aqui para servir de parâmetro aos migrantes.

Analisando os documentos levantados, percebe-se que estes constroem uma imagem do administrador Lloyd Ubatuba que escapa ao comportamento moral da época. Amante de várias mulheres, fumante de charuto, andava em sua perua na constante companhia de capangas (que seriam mais de dez) – e mulheres (que seriam mais de três), além de ser amante da noite e dos jogos.

Tal comportamento contrasta abertamente com o paradigma de sociedade que vem se constituindo na Colônia como norma. Devemos lembrar que se trata da década de cinquenta, década que é vista como o tempo em que a modernidade brasileira vivia sua fase otimista em relação aos avanços econômicos, contudo, ainda presa aos valores religiosos e conservadores, principalmente em uma região de fronteira, onde o “avanço” econômico capitalístico estava dando seus primeiros passos.

³⁷ O PROGRESSO. Dourados, 06 de junho de 1952, p.1.

A situação tornara-se insustentável na Colônia. O administrador estava preso pelos próprios camponeses, que recusavam qualquer possibilidade de vê-lo novamente no comando da administração da Colônia. Acredita-se que dois aspectos motivaram este conflito: a questão da propriedade da terra; e a formação sócio-cultural-religiosa do migrante.

A solução para o conflito aparece no dia 15 de junho de 1952, quando “O Progresso” noticia que o administrador da Colônia, Sr. Lloyd Ubatuba, alegando falta de garantia para o cumprimento de seu dever, afastava-se de suas atividades, retornando ao estado do Rio Grande do Sul dias depois.

Ubatuba deixara uma carta, endereçada ao advogado, político local e proprietário do jornal “O Progresso”, Weimar Gonçalves Torres, publicada posteriormente, explicando os motivos de sua exoneração e seu sentimento de dever cumprido, conforme o título da matéria: “Expressiva carta do Sr. Lloyd Ubatuba: Sinto-me confortado pela consciência do cumprimento do meu dever funcional”. Entretanto, o que se percebe nesta é mais um desabafo, demonstrando seu descontentamento com pessoas próximas e a clara concepção de que sua administração procurara contribuir com a cidade de Dourados, que se localizava próxima à Colônia Agrícola Federal, mas não em seu interior, pelo contrário, era a Colônia que estava demarcada em uma área deste município. O registro de Ubatuba é esclarecedor:

Tendo obtido a exoneração do cargo de Administrador da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, devendo regressar ao Rio Grande do Sul, escrevo-lhe esta como minha despedida e alguns esclarecimentos, sobre o motivo dessa minha resolução. Ninguém melhor do que o ilustre causídico sabe da campanha movida contra mim, visando o meu afastamento da administração do CAND. Foi uma campanha tenaz e o meu sofrimento atroz, por ver interessados na mesma, indivíduos beneficiados por minha gestão. Não bastante, prosseguia, no empenho de colaborar com a prefeitura de Dourados, consertando estradas, abrindo outras, ajudando as empresas urbanizadoras, nos serviços de estrada, movido pelo espírito público, em prol do engrandecimento local. Incentivei o cultivo das terras, mandando arrotear terras de agricultores, mesmo não residentes na CAND e vendendo sementes por empréstimos. Executei a terraplanagem da estrada Dourados-Itahum, numa extensão de 70 quilômetros. Enfim, meu caro, por essa forma esforcei-me em benefício de Dourados, como fiel cumpridor de diretriz dada pelo benemérito Presidente Vargas, no sentido de cooperar com o Governo e o povo matogrossense [...]³⁸.

Note-se, que este conflito termina com a exoneração do administrador/engenheiro Lloyd Ubatuba e a nomeação do novo administrador da CAND, o engenheiro Elpídio Moreira Prado. Além deste aspecto, outra questão torna-se reveladora, qual seja: a presença ativa do

³⁸ O PROGRESSO. Dourados, 15 de junho de 1952, p.1.

lavrador/migrante/pobre que povoa esta região nos anos 1950, o que nos remete a pensar que estes não estão à margem da história, pois, mesmo no “anonimato”, constroem, por meio de suas ações, as marcas históricas de um tempo. Marcas estas que revelam a presença marcante do sujeito comum como senhor que, interagindo socialmente em teias de relações de sociabilidades, torna-se capaz de criar possibilidades de ser; como sujeito que, na presença de uma conjuntura adversa, soube agir levando em consideração os aspectos materiais, culturais, sociais e religiosos que o constituía; que o formava.

2.4 A Colônia Agrícola Nacional de Dourados nos Anos 1950: A Sociabilidade do Migrante

O migrante que chega à CAND no início dos anos 1950 pode ser identificado, historicamente, a partir dos estudos realizados por Souza Martins no final dos anos setenta até meados dos anos noventa do século XX. Em seu trabalho de pesquisa participante junto aos agentes de pastoral das igrejas, dirigentes sindicais, trabalhadores rurais, militantes de causas de direitos humanos e sociais no interior do país, sobretudo na Amazônia, cujo título é *A Sociedade Vista do Abismo*, Martins observa que o público-alvo dos estudos educativos oferecidos por ele, considerados como “[...] ensino pedagógico de ensino direto na relação com pessoas envolvidas em propostas de promoção humana junto a populações pobres nas regiões sertanejas do país³⁹”, eram “[...] padres, religiosas, pastores, bispos, leigos, professores rurais, trabalhadores e índios, homens, mulheres, jovens e velhos⁴⁰”, o que representava uma diversidade social difícil de ser contemplada por uma única categoria social, “ser pobre”.

Convém salientar que um dos aspectos que qualificava os trabalhadores a adquirir terras no interior da CAND, segundo o Decreto nº.3.059/41, era justamente “ser pobre”. A terra seria adquirida pelo migrante pobre, uma vez que isto possibilitaria seu ingresso no mundo otimista⁴¹

³⁹ MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002, p.49.

⁴⁰ Idem, p.53.

⁴¹ A época estudada neste trabalho é caracterizada pelos pesquisadores João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais (1998) como o período do otimismo, identificado com o processo de industrialização, que exigia grandes investimentos de capitais e o desenvolvimento da tecnologia; com intenso fluxo no interior do Brasil de migrantes; e com o crescimento acelerado da urbanização e seu estilo de vida. Para os autores, que tratam, em seu texto *A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira* das mutações na sociabilidade e as transformações econômicas ocorridas dos anos 1940 aos dias atuais, três fases foram significativas. A primeira (1945-1964) estava representada pelas idéias otimistas e identificava-se pelo desenvolvimento econômico capitalista com as características peculiares da brasilidade, tais como: “cordialidade”, “criatividade”, “tolerância” (MELLO; NOVAIS,

dos anos 1950, i.e., o trabalho intenso na lavoura em terras fronteiriças permitiria a “modernização” do trabalhador rural, tornando-o apto a contribuir para o avanço econômico e social do país. No entanto, acredita-se que a categoria social “ser pobre”, que apresenta uma herança cultural religiosa cristã⁴², é insuficiente para possibilitar o conhecimento da realidade social e a diversidade cultural do migrante que participou ativamente do povoamento e colonização da CAND nos anos 1950, uma vez que, no interior da Colônia, havia pobres, no plural, tais como: trabalhadores rurais das fazendas de café do interior do Estado de São Paulo, os quais, em sua maioria, eram nordestinos; nordestinos oriundos diretamente de seus estados natais, que chegavam a Campo Grande por meio da estrada de ferro Noroeste do Brasil, deslocando-se pelo ramal desta estrada até Itahum e terminando a viagem até à CAND em veículos pau de arara; mato-grossenses, em número menor, mas que estavam presentes nesta região antes da criação da Colônia e trabalhavam na exploração da erva-mate nativa; assim como paraguaios, que também trabalhavam na exploração da erva-mate nos tempos da Matte-Larangeira e, na Colônia, exerceram, segundo depoimentos, a função de trabalhadores temporários na limpeza do solo.

Estes migrantes que vinham em busca dos “espaços vazios” eram procedentes, principalmente, do Nordeste brasileiro⁴³. Entre eles, muitos já haviam passado algum tempo como trabalhadores nas lavouras de café do interior do estado de São Paulo e vinham atraídos pela qualidade do solo desta região e principalmente pela propaganda governamental, que vendia o “sonho feliz” da terra própria. Veja-se, a esse respeito, o depoimento da professora Diva Pires Soares, uma remanescente daquele período: “Vinha do Nordeste, vinha destas partes: vinha do Ceará, Pernambuco, Alagoas, sergipanos tinha pouco, vinha da Bahia muito pouco também, Piauí, era gente nordestino desta parte de lá que vinha para a Colônia” (Depoimento 1).

Outro depoimento que registra a presença do nordestino nesta região, no início de seu povoamento, é o da Sra. Josefa Ferreira de Oliveira:

1998, p. 560). A segunda (1964-1980) foi marcada pela mudança no regime político, na política econômica e na perspectiva de progresso, a qual sutilmente acrescentou à idéia do otimismo, o conceito de modernização vinculado ao acesso ao “primeiro mundo”. A terceira fase, a partir da década de 80 até os dias atuais, é marcada pelos contrastes do capitalismo tais como, desigualdade social, hiperinflação, violência social, estagnação econômica (MELLO; NOVAIS, 1998, p. 562). Esta fase é caracterizada por Mello e Novais como o período da desilusão, a “década perdida”.

⁴² MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo**. Petrópolis: Vozes, 2002, p.53.

⁴³ PONCIANO, N. P. **Um olhar nos crimes de sedução: A mulher da família de Fátima do Sul (1967-1977)**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNOESTE) em convênio com Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis: 2000, p.39.

[...] naquele tempo vinha muita gente de São Paulo que era tudo nordestino também, os filhos muitos eram de São Paulo, mas os chefes eram todos pernambucanos, nordestinos. Mato-grossense era pouco, paraguaio quase não tinha, era tudo baiano, pernambucano, cearense. Aqui era tudo nordestino por causa do terreno, porque era doado. (Depoimento 2)

Dulce Fernandes de Oliveira, remanescente dos anos 1950, também descreve a característica social do migrante que contribuiu para o povoamento desta região, quando comenta a trajetória de sua família para chegar à CAND:

Eu sou paraibana, vim da Paraíba com nove anos de idade, nós viemos direto para Presidente Prudente, aí ficamos sabendo que Getulio Vargas estava dando loteamento aqui, viemos para cá, quando nós mudamos, mudamos em sete famílias num caminhão só. Viemos atrás de melhora, viemos do Norte [sic] para São Paulo, de São Paulo viemos para cá, aqui meu pai adquiriu um lote no Barreirinho, aquele tempo, tudo era mata virgem aqui [...] (Depoimento 3).

Dessa forma, acredita-se ser importante considerar a particularidade histórica desses migrantes e suas trajetórias de vida para se estudar a sociabilidade do camponês no processo de formação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, uma vez que o olhar **para o e do local** possibilita identificar as mediações, as diferenciações e as especificidades destes grupos sociais, como observa Martins:

Se queremos entendê-las [as categorias sociais] como sujeitos de vontade social e política e sujeitos de possibilidades históricas, é justamente necessário reconhecer-lhes as singularidades, aquilo que as diferencia e não aquilo que as dilui em categorias abrangentes e genéricas. A força numérica das categorias de referência de militâncias políticas assim fundamentadas tem sua contrapartida na fraqueza social e histórica. Importa aquilo que expressa suas possibilidades e limites da situação, compreensão e atuação histórica⁴⁴.

Com base nos estudos desse pesquisador, que privilegia o olhar localizado para compreender duas categorias sociais – operários e camponeses – que estavam em formação nas últimas décadas do século XX no centro-norte brasileiro, acredita-se que seja possível levantar as peculiaridades sociais que constituem a identidade do trabalhador rural como sujeito no processo de povoamento e colonização da CAND na década de 1950. Até porque, parte dos sujeitos de pesquisa de José de Souza Martins compreende “[...] multidões de explorados, recrutados, sobretudo, no Nordeste e **Centro-Oeste** [...]”⁴⁵ (grifo nosso).

⁴⁴ MARTINS, J. de S. Op. cit. 2002, p.55-6.

⁴⁵ Idem, p.51.

Analisando o camponês no interior da CAND, percebe-se que o tipo de trabalho desenvolvido por ele aproxima-se da definição de trabalho que Martins analisou em sua pesquisa, ao estudar o vínculo do camponês com o capital, qual seja: “trabalho familiar independente”. Este tipo de trabalho é caracterizado a partir da venda, não da força de trabalho do lavrador, mas, sim, do resultado de seu trabalho que nasce em sua propriedade, em sua “terra”, o que significa que o camponês ainda dispunha, nos anos 1950, de seus instrumentos de produção, sendo que o mais importante deles era a terra. Entretanto, observa Martins⁴⁶ que a relação com a terra acontecia de diversas maneiras: como inquilino, como arrendatário, como parceiro ou como proprietário.

Registre-se, que a relação do migrante da CAND com a terra que predominou no interior da Colônia, no início dos anos 1950, foi a de proprietário, ocorrendo também, mas de forma menos intensa, a de arrendatário⁴⁷.

Na terra, o trabalho aconteceu de forma familiar, contando, excepcionalmente, com a ajuda de trabalhadores que não pertenciam à família do migrante proprietário, como os vizinhos ou o trabalho assalariado nos períodos de colheita do feijão, do milho, do algodão ou do café, o que não compromete, segundo Martins, o caráter camponês deste trabalho, uma vez que este apenas altera a relação que o trabalhador rural tem consigo mesmo e com os outros, e não o vínculo entre o camponês e o capital.

⁴⁶ Idem, *passim*.

⁴⁷ Convém observar que as relações de trabalho características da CAND apresentam-se de forma ampla, incluindo algumas modalidades como: o trabalho familiar, que era predominante nesta região nos anos 1950, e pode ser identificado como o trato com a terra durante o ano, preparo do solo, limpeza das ervas daninhas e colheitas, contando, não raras vezes, com a mão-de-obra feminina. Mãe e filhas lidavam com a terra ao lado da força masculina. Em época de colheita, havia outra modalidade de trabalho, caracterizada pela contribuição dos vizinhos na quebra do milho, na colheita do feijão, sem serem remunerados. Havia, ainda, a pessoa contratada por dia, com pagamento em moeda – os popularmente chamados de “diaristas” –, contratados para desenvolver a limpeza da roça, o concerto das cercas, a derrubada da mata e a limpeza do solo. A partir destas considerações, percebe-se que a relação de trabalho característica da CAND durante os anos 1950 apresenta *sinais* da relação de colonato, mas não se adequa ao tipo clássico de colonato, por entender-se que esta relação, conforme demonstra José de Souza Martins, “[...] combinava várias e diferentes relações de trabalho numa só. Havia três modalidades de trabalho no interior de uma fazenda de café. De um lado, o trato, o cuidado das plantas: manter o cafezal limpo de ervas daninhas mediante duas ou três carpas anuais. Esse trabalho era pago em dinheiro, uma quantia fixa por número de cafeeiros tratados. Acrescia-se a permissão para que o colono fizesse cultivos de subsistência entre as fileiras de café, como o milho, o feijão e até o arroz. De outro lado, a colheita, que era paga em dinheiro, por volume de café colhido, ou paga em regime de parceira. De outro lado, ainda, o trabalhador estava sujeito a dar gratuitamente vários dias de trabalho à fazenda: limpar os pastos, limpar e conservar caminhos e estradas, consertar cercas, apagar incêndios. Adicionalmente, membros da família podiam receber o pagamento de um salário por trabalho no beneficiamento do café [...] **o colonato era uma relação diversificada e complexa, que combinava assalariamento, pagamento de renda em trabalho e em espécie, além de prestações gratuitas de serviço e produção direta dos meios de vida.** Um misto de campesinato em decomposição e operariado em surgimento.” (MARTINS, 2003, p. 204-205, grifo nosso).

No interior da CAND, no início dos anos 1950, o trabalho era familiar, girava em torno da família e dos vizinhos; não havia, necessariamente, uma relação de trabalho assalariado. O depoimento da filha de migrantes, Sra. Lair, que chegou à CAND quando criança registra este tipo de atividade laboral:

[...] aí plantamos milho e feijão, o milho nós mesmos que batia ele, não é igual hoje com bateadeira, o milho na hora de bater a gente quebrava todo o milho com uma cabrita, feita de madeira. Era uma forquilha fechada de tábua de um lado e de outro, botava o milho descascado ali dentro e batia de lá e de cá com um pau, o milho descia e ficada na forquilha apenas o sabugo. E era assim, nós fazia mutirão, reunia a vizinhança, cada um ajudava o outro sabe, na época da bateção do milho, então nós ajuntava assim de noite, fazia bolinho, um pão, essas coisas, reunia a vizinhança, para poder descascar esse milho, porque era muito milho, [...] então era assim, meu pai saía, comprava uma pinguinha, uns vinhos, outro chegava com café, com bolinho, com pão, tudo feito em casa, porque aquela época não tinha essa história de comprar nada, era tudo feito em casa, e assim por diante fomos vivendo desse jeito. (Depoimento 4).

Note-se, dessa forma, que a definição social do camponês, assim como do sujeito em estudo nesta pesquisa, está na sua liberdade em relação ao capital e não necessariamente na sua igualdade⁴⁸, e a liberdade do camponês está em ser dono dos instrumentos de seu trabalho, da decisão do que produzir, como produzir e para quem vender seu produto. Assim, o camponês não vende o trabalho que está contido no produto, que é a posse do capital, ele vende o próprio produto, que foi gerado a partir dos seus instrumentos de produção. A situação peculiar neste processo e que deve ser destacada é que, nesta mediação, se percebe uma influência sempre crescente do mercado na liberdade de produção do trabalhador rural⁴⁹. Tal influência torna-se perceptível na CAND, principalmente a partir dos anos 1960, quando as relações capitalistas de produção se fazem sentir de forma marcante devido a dois aspectos: 1º) a chegada do desenvolvimento tecnológico no campo, que substituiu o homem pela máquina; 2º) a substituição do plantio da lavoura do feijão, do algodão, do arroz, do café, que era paralela às plantações de subsistência como banana, abóbora, mamão e à criação de porcos e galinhas, pela lavoura da soja, plantação que eliminou da propriedade rural o trabalho de grande quantidade de mão de obra e a criação e plantação de subsistência do entorno da residência rural⁵⁰.

⁴⁸ Cf. MARTINS, J. de S. Op. cit.

⁴⁹ Cf. Idem, *passim*.

⁵⁰ Cf. TEIXEIRA, M. A. **As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul**: o exemplo da grande Dourados. (tese de doutorado). Universidade de São Paulo. São Paulo: 1989.

No entanto, a relação do camponês com o mercado é característica deste universo, sendo no início trabalho livre, mas que vai construindo teias de interdependência com as relações de mercado durante o processo de sedentarização do migrante na terra, tornando-o cada vez mais preso ao capital, ou sendo expulso da terra pelo mesmo.

Como exemplo da liberdade do trabalhador rural da CAND no plantio da lavoura no início dos anos 1950, pode citar a fala da migrante Lair Nunes de Araújo, que observa o destino da safra de feijão no ano de 1953:

Aquele ano meu pai comprou mais meu tio muito feijão, com o tempo chuvoso nasceu muito feijão aí o preço veio lá embaixo. Meu pai jogou tudo dentro do rio Dourados, caminhãozada de feijão. Aquele tempo era um egoísmo tão grande, vai hoje jogar essas coisas dentro do rio. Pois era assim aqui, era um atraso demais [...], jogou caminhão de feijão dentro do rio Dourados porque apodreceu tudo. (Depoimento 4).

O migrante Ivo de Araújo também comenta como era o plantio e a comercialização da lavoura no início dos anos 1950 na CAND e se percebe, nesta fala, duas questões importantes: 1.^a – a liberdade do camponês em relação ao que plantar; 2.^a – a dificuldade de entrar no mundo do mercado devido à falta de infra-estrutura:

Meu pai tinha muita galinha, muito porco. Tinha uma porcada que não tinha essa história de remédio não, era uma água lá no cocho de madeira, era feito de madeira o cocho, de cedro. A única coisa que meu pai teve sempre cuidado foi de ter sempre água limpinha. De manhã limpava aqueles cochos e enchia com água limpinha, meio dia limpava e tornava encher, a tarde tornava encher, e milho com fartura para os porcos [...]. meu pai plantava abóbora e aquilo dava, que quando o milho secava você olhava a abóbora assim aquilo era abóbora para tudo quanto era canto, cada abóbora que dava um metro, mamão era nativo, era mamão demais. É porque as lavouras de feijão, de milho, davam muito, não tinha a pessoa que quisesse aquilo, a pessoa plantava e ficava com aquilo toda a vida na tua, mas não encontrava quem queria, precisou jogar fora, estragava tudo, milho, você via aquele tanto de milho na roça, sem ninguém querer aquilo, ninguém comprava não, era uma fartura terrível, perdia demais, e aqui todo mundo tinha, ninguém queria, e também não tinha estrada para vim para cá buscar nada. (Depoimento 5).

Para o imigrante português Antonio Vicente Rodrigues, funcionário da CAND no ano de 1952 foi também a falta de infra-estrutura que prejudicou o comércio de cereais com os grandes centros no início da colonização; comenta “seu” Antonio que:

Naquela época era plantado muito amendoim, naquela época ninguém sabia o que era soja, plantava muito amendoim, feijão, eu vi com meus olhos descarregar caminhões de feijão para vender em Dourados. Chegava em Dourados não tinha preço, eles descarregavam o feijão onde é a rodoviária, ali em cima, ali eu via descarregar diversos caminhões de feijão, desamarrava o saco, carregavam a sacaria e despejava na beira da rua, na beira da estrada, lá o feijão ficava, jogavam porque o feijão não tinha preço, ia para São Paulo ninguém comprava porque o frete daqui para São Paulo ficava muito

mais caro do que São Paulo que comprava feijão do Paraná, que ficava mais perto, estradas melhor, daqui para chegar ao Porto 15 era um absurdo, então ninguém queira feijão. (Depoimento 5).

Assim, consubstanciadas nas falas destes sujeitos sociais, percebe-se que sua sociabilidade e sua relação com o mercado não se dão completamente no molde do sistema capitalista, este ainda não é fundante nesta região nos anos 1950; o que se percebe é uma determinada forma de sociabilidade vinculada à concepção do comum, de comunidade, de comunitário, a partir das relações de família, como observa Martins em seu estudo:

[...] suas relações sociais imediatas [do camponês] são outras. São as relações de família. Diferente do operário, cuja família é essencialmente a família nuclear, no campo e para o camponês é quase sempre a família extensa, constituída por várias gerações, que vivem muitas vezes próximas, no mesmo espaço. São, também, as relações da vizinhança, a comunidade, no bairro rural, no povoado, no patrimônio, na corrutela, na “rua”⁵¹.

Dessa forma, é possível sugerir que se encontra presente, no migrante dos anos 1950 que chega à CAND, a manifestação do ser enquanto pessoa, e não do indivíduo⁵². Isto nos permite entender que o camponês se constitui a partir da relação com sua família e com sua comunidade, com sua religião, i.e., com os laços que extrapolam o espaço privado do lar.

A vida dos trabalhadores rurais, na CAND dos anos 1950, é uma vida comunitária, e estes agem em comunhão. Como exemplo, pode-se citar o já mencionado conflito entre o administrador da CAND, Lloyd Ubatuba, e os migrantes; a presença da religião no cotidiano da Colônia; e a organização comunitária para a formação de núcleos urbanos, o que permite levantar a hipótese de que, ao contrário da consciência do indivíduo totalmente integrado à sociedade moderna capitalista – o operário –, o migrante tem sua consciência ligada ao sentimento de um “sujeito coletivo”, pertencente a um corpo social que mantém relação com os outros pelo nascimento e pelo pertencimento do lugar. Assim, a relação entre o público e o privado torna-se tênue e frágil; a igreja é levantada pela comunidade; a escola é construída e dirigida pela comunidade; a praça é construída pela comunidade; as residências são construídas pela comunidade; e, não menos, a ocupação da terra – como no caso da CAND – também se dá de forma comunitária. Segundo Martins, “O vínculo do camponês com a sociedade é um vínculo

⁵¹ MARTINS, J. de S. Op. cit., p.71-72.

⁵² Para José de Souza Martins, em uma sociedade capitalista, a diferença entre pessoa e indivíduo se dá a partir do vínculo estabelecido pelo ser humano com o capital. Assim, o indivíduo é uma manifestação do operário que “[...] foi reduzido pela contratualidade das relações sociais” (MARTINS, 2002, p. 74), ao passo que o camponês ainda é um ser inteiro, mesmo que “[...] mediado pela coisificação da mercadoria”. (MARTINS, 2002, p. 74).

pessoal, a pessoa inteira se põe nele, e não apenas aquilo que diz respeito ao trabalho⁵³”, o que significa que a relação do camponês com o mercado acontece de forma parcial, ou seja, ele não foi totalmente absorvido pelo capital.

Desse modo, o migrante que chega à CAND durante a década de 1950 apresenta um modo de vida característico desta relação parcial com o mercado por estar mais próximo dos vínculos de sua família, de sua comunidade e de sua religião, do que das leis do capital, o que sugere que o migrante que povoa a CAND é mais “pessoa” do que “indivíduo”, e isto o constitui como um ser voltado para o local, para a comunidade, para a família, para a religião, uma vez que estes são os grupos sociais de sua referência.

A atividade social e a consciência desse migrante foram, portanto, mediadas pelo conceito de comunidade e pela relação de pertencimento a um corpo coletivo. Assim, sugere-se que a identidade do camponês é constituída pela sociabilidade da sua vida coletiva, pelas relações sociais formadas na comunidade local. Isto nos leva a pensar que o campesinato se define enquanto grupo social a partir da sua relação de exploração da terra, a qual não se adequa à exploração do tipo capitalista clássico, em que o trabalho é transformado em mercadoria como valor de troca. No modo de vida do camponês, é o produto produzido de forma livre que terá, ou não, valor no mercado. Dessa forma, o trabalho se constitui a partir de seu produto, o qual não é separado do produtor, e isto apresenta peculiaridades próprias de uma relação entre mercado e trabalho que não transforma o trabalho camponês em coisa. Com isto, novamente se percebe a presença da “pessoa” e não do “indivíduo” na formação do grupo social que povoa a CAND no início dos anos 1950, o qual pode ser denominado como camponês.

Logo, os valores éticos e morais do camponês não advêm puramente das relações de produção capitalista, eles acontecem de forma mais acentuada pela concepção de mundo constituída pelo coletivo. Os camponeses constituem-se como grupo social através de uma consciência formada no interior de uma economia que produz diretamente sua subsistência por meio do trabalho familiar, por meio do fato de ser o dono dos instrumentos de produção e por meio da presença do espírito coletivo na definição do sujeito, o que significa que a concepção do social, para o camponês, está vinculada à cultura própria deste universo, específica ao modo de vida que se organiza em torno do comunitário, do religioso, do vivido no local. E o estranho, ou seja, o outro, será todo o universo que não faz parte do seu visível, do seu vivido, do seu

⁵³ MARTINS, J. de S. Op. cit., p.76.

“mundo”, como observa Martins: “O campesinato, enquanto classe dispersa e fragmentária, é, teoricamente, uma *classe conservadora*, de consciência social conservadora, no geral norteadas pelos valores e concepções centrados na família, na terra, na religião, na comunidade e no trabalho⁵⁴”.

Disso decorre que o espaço de maior tempo de convivência do camponês é sua casa. Acredita-se que é neste espaço/lugar que os rituais de recepção, de convivência e de respeito definem e apresentam, com clareza, os significados da sociabilidade deste sujeito histórico.

Dessa forma, é importante observar que a casa do migrante da CAND, no início da segunda fase de colonização (1948-1963), não representa, em sua maioria, as construções feitas pelo governo federal. Estas são casas de madeira, feitas com tábuas em transversal, divididas em uma pequena sala, dois quartos e cozinha, com janela em todos os cômodos, coberta com telha francesa, localizada sempre na frente do lote. Esse tipo de construção limitou-se ao entorno da sede da administração da CAND, atual Vila São Pedro e à primeira fase da colonização, período em que o povoamento foi diminuto. No início dos anos 1950, auge da chegada de migrantes à Colônia, a realidade foi outra: as casas passaram a ser feitas pelos próprios colonos, com recursos da natureza. Eram casas de pau a pique, construídas de taquaruçu com barro, cobertas com tábuas pequenas de madeira retiradas da própria mata, chão de terra batida; o que determinava sua localização nos lotes era, na maioria das vezes, a água. Assim, as casas eram construídas no local em que o poço dava água, ou seja, no meio, no fundo ou na frente do lote. Esta análise é corroborada pela fala da migrante Lair, que morou na Primeira Zona da CAND – Linha Barreirão – no início dos anos 1950:

Havia uma dificuldade de água naquele tempo que era mata, a água era muito funda [...] e os poços eram fundos demais, além disso, dava pedra. E o povo abandonava. O sítio que meu pai comprou, do tempo dele cavou 8 poços. Todos eles deram pedra, uma pedra ferro mesmo. Aí o poço vinha e começava a cavar, dava na pedra ele afastava. Vinha outro cavava outro buraco, aquele ali já não queira mais. Inteirou 8 poços, no oitavo foi que deu água, mas isso aí foi no ano de 54 por aí, porque o meu pai veio no ano de 51 trazendo a mudança. Nessa época tinha um poço que dava um pouco de água, mas aí foi quando secou, então mais ou menos nós arrumamos a situação foi em 54, que fizemos casa para a gente morar, cavamos o poço e deu água. (Depoimento 4).

Além desse registro, o depoimento do filho de migrantes que chegaram aqui naquele período, Sr. Ivo de Araújo, é esclarecedor em relação ao tipo de casa que predominava na Colônia nos idos de 1952:

⁵⁴ MARTINS, J. de S. Op. cit., p.108.

Nessa região o povo tirava tabuinha para cobrir a casa, aqui não se falava em telha naquela época, era tudo tabuinha. As tábuas [para fazer as paredes das casas] eram todas de taquaruçu, corta o tamanho certo da parede e pinica em todos os nós dele, aí abre ele e fica igual a uma tábua aí é preenchido com barro formando uma parede. A casa que meu pai fez, não era cercada com este bambu não, era melhor um pouquinho, era com tábua mesmo, mas coberta com tabuinha. (Depoimento 5).

A partir dos estudos levantados nesta pesquisa foi possível perceber que havia um tipo de casa construída entre os migrantes que apresentava alguma semelhança entre si, quer fosse na construção da parede, do telhado, do piso interno, das divisões dos cômodos, do espaço externo chamado de terreiro, ou até mesmo no tamanho da construção, e isto contribuía para a aproximação desses e para a construção de uma identidade própria deste espaço.

Considerando-se, ainda, as relações sociais que ocorrem na casa e seu entorno e as semelhanças de suas edificações, é possível perceber o significado e a definição dos papéis dos integrantes desta comunidade, que se resume à aqueles que pertencem ao mesmo grupo de convívio – a família, os parentes, os vizinhos, o padre, – e que constituem seu corpo social, e o outro, que é identificado a partir da sua não-relação de convivência com os membros da comunidade – é o estranho.

Assim, enquanto os primeiros têm acesso livre ao interior da casa, da sala até a cozinha, com exceção ao quarto do casal – espaço de maior intimidade e reserva – bastando anunciar sua chegada chamando pela comadre ou compadre, ou simplesmente pronunciando “ô de casa”, sem necessariamente identificar o indivíduo pelo qual chama, o estranho é recebido, em geral, pelos membros masculinos da família, geralmente o pai ou filho primogênito, na pequena sala reservada para este contato, ou, simplesmente o contato acontece na pequena varanda localizada no exterior da casa ou, na ausência desta, no espaço reservado na frente da casa, que geralmente tem uma árvore sombrosa e bancos distribuídos à sua volta, chamado pelos camponeses de “terreiro”.

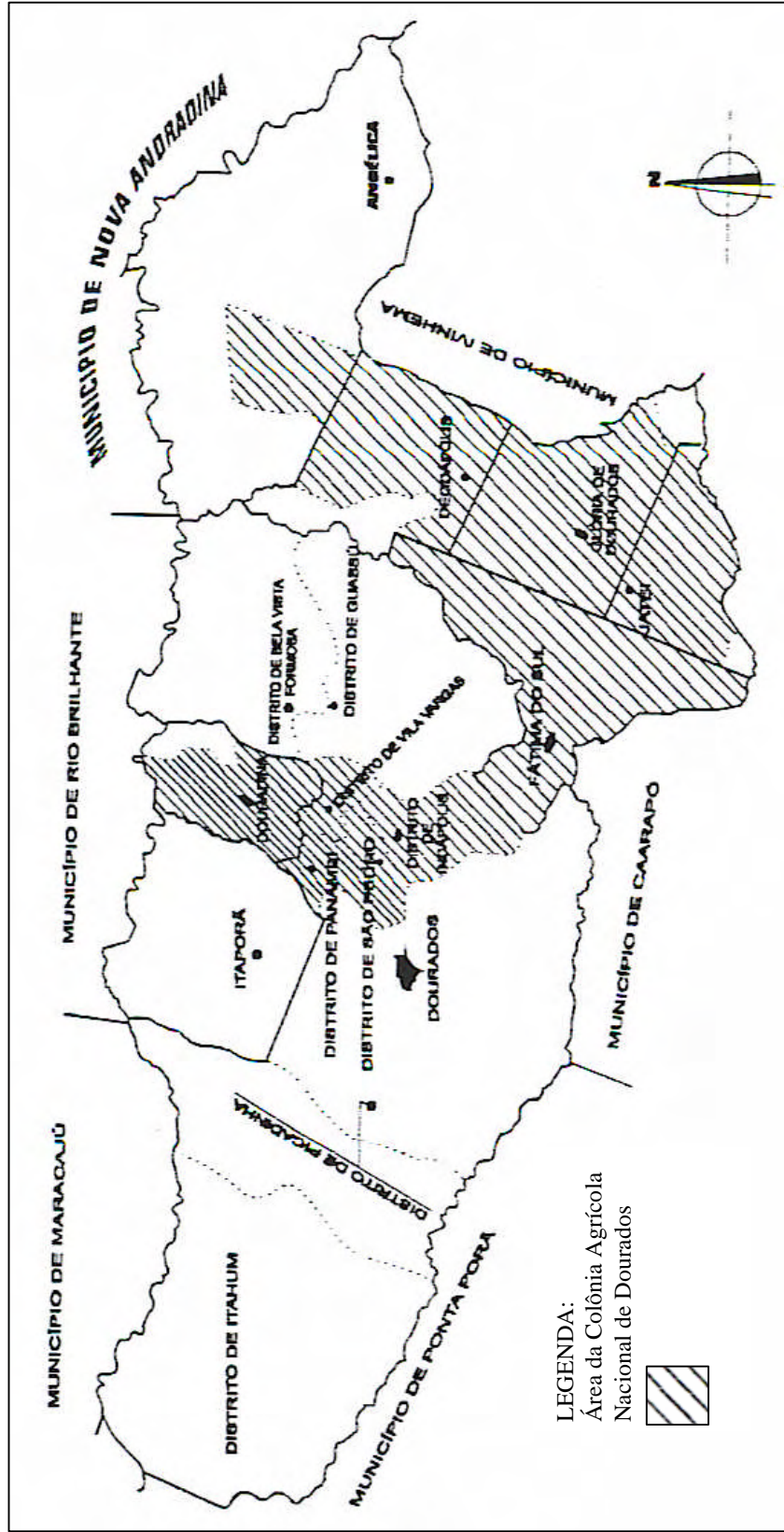
Assim, os “de casa”, i.e., os não estranhos, que necessariamente não precisam ser parentes, mas têm que pertencer à comunidade, freqüentam comumente a cozinha, espaço reservado ao coletivo, tanto da família, como da família com os vizinhos, com os mais próximos, como o padre – presença marcante na CAND do início dos anos 1950 –, posto que este espaço no interior da casa era lugar de conversação, de histórias, da sociabilidade; em suma, era um espaço reservado ao coletivo, à formação política, religiosa, moral e não ao estranho. Quanto a este, seu

acesso ao interior da casa limita-se, quando muito, à sala, como já dito, que é uma maneira de manter reservas, limites, “uma forma de acolher sem integrar” como observa Martins⁵⁵.

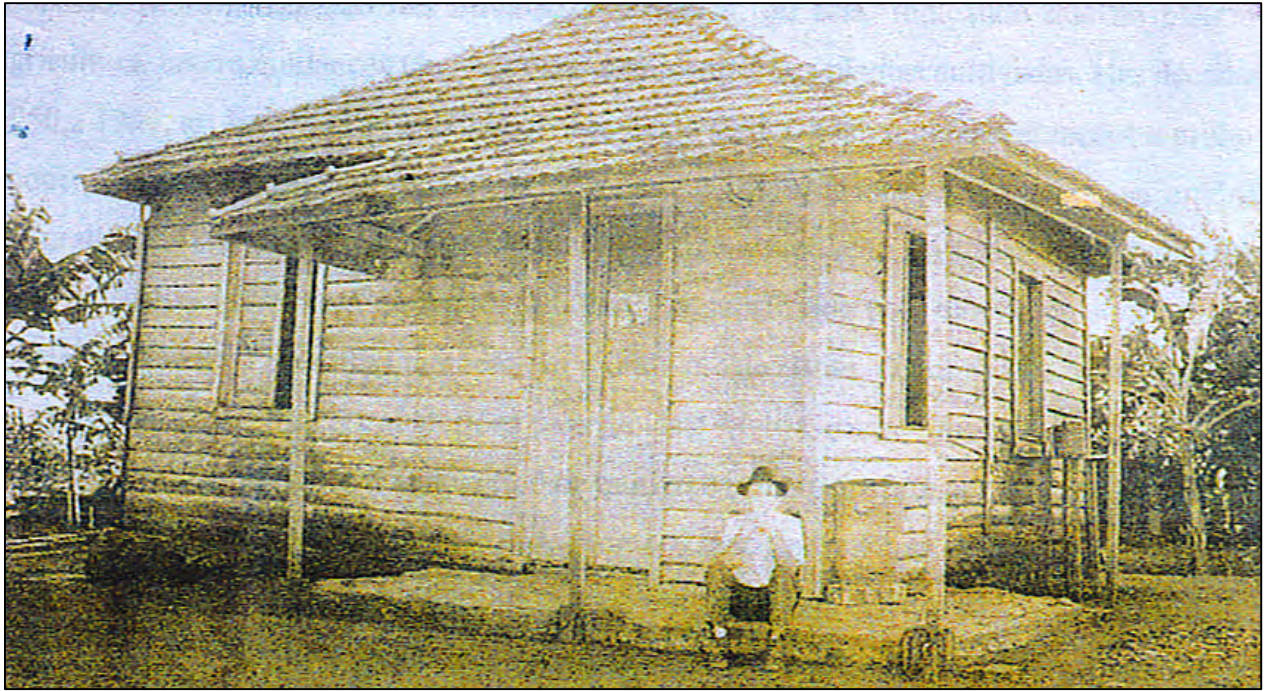
Nesse sentido, é possível sugerir que a sociabilidade do camponês da CAND, típica do comportamento camponês do interior brasileiro da primeira metade do século XX, estava em interação com a educação religiosa cristã, uma vez que a igreja esteve presente no cotidiano da Colônia a partir dos anos 1950, o que se constitui como fator preponderante na formação da identidade desta sociedade, como veremos nos próximos capítulos.

⁵⁵ MARTINS, J. de S. Op. cit., 1998.

LOCALIZAÇÃO DA COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS



Fonte: GRESSLER, L. A.; SWENSSON, L. J. Aspectos Históricos do Povoamento e da Colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: Destaque especial ao município de Dourados. Dourados: LAG, 1988. (Modificado).



Casa edificada pela administração da Colônia Agrícola Nacional de Dourados e doada aos migrantes beneficiados.

Fonte: Jornal **O Progresso**. 1952.



Casa de Pau-a-pique construída pela iniciativa dos próprios colonos.

Fonte: Revista Rainha, 1979.



Padre José Pascoal Busatto em visita a uma capela no interior da CAND.
Fonte: Revista Rainha, 1979.



Missionários católicos em atividade no interior da CAND.
Fonte: Revista Rainha, 1979.



Padres Distribuindo remédios e roupas aos migrantes na sede da CAND.
Fonte: Revista Rainha, 1979.



Participação da população na construção do cruzeiro erguido em frente a primeira igreja católica de Vila Brasil.

Fonte: Revista Rainha, 1979.

3 A IGREJA DA NEOCRISTANDADE NA FRONTEIRA AGRÍCOLA DO EXTREMO SUL DE MATO GROSSO

3.1 Aspectos Históricos da Igreja Católica no Brasil: Período Colonial e Imperial

A história da Igreja no Brasil registra uma ação incidente em 1916 que marca uma mudança no posicionamento político da Igreja Católica. A publicação da carta pastoral de D. Sebastião Leme¹, o qual reclamava de alguns aspectos como: “[...] a fragilidade da Igreja institucional, as deficiências das práticas religiosas populares, a falta de padres, o estado precário da educação religiosa, a ausência de intelectuais católicos, a limitada influência política da Igreja e sua depauperada situação financeira²”, justifica a necessidade que a hierarquia da Igreja tinha em repensar sua atuação no mundo temporal.

D. Leme lembrava que, sendo o Brasil do início do século XX eminentemente uma nação católica, a Igreja deveria tirar algum proveito disso e marcar sua presença mais fortemente, tanto na sociedade civil como na política estatal. Isto representava “[...] cristianizar as principais instituições sociais, desenvolver um quadro de intelectuais católicos e alinhar as práticas religiosas populares aos procedimentos ortodoxos³”.

Historicamente, o pensamento de D. Sebastião Leme representava uma mudança na postura política da Igreja Católica do Brasil, posto que esta instituição tivera uma ligação de dependência e subordinação em relação ao Estado brasileiro em toda sua história Colonial e Imperial. A força da Igreja Católica no Brasil até fins do século XIX era dependente do Estado e sua autonomia financeira, intelectual e política era pífia⁴.

¹ D. Sebastião Leme da Silveira Cintra foi arcebispo de Recife e Olinda entre os anos de 1916 a 1921, coadjutor no Rio de Janeiro nos anos de 1921 a 1930 e cardeal arcebispo do mesmo Estado de 1930 até sua morte em 1942. Segundo Bruneau, “Dom Leme [...] fez mais do que qualquer outro clérigo na primeira metade do século XX, para orientar e mobilizar a Igreja no Brasil. [...] ele se sobressaiu como a figura decisiva que determinou a direção da instituição toda” (BRUNEAU, 1974, p.73).

² MAINWARRING, S. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p.41.

³ Idem, p.41.

⁴ A respeito da situação de dependência da Igreja Católica em relação ao Estado brasileiro ver, entre outros pensadores, Scott Mainwaring, *Igreja Católica e política no Brasil 1916-1985* (2004), especialmente a primeira parte, em que o autor traça um panorama histórico da Igreja Católica brasileira na primeira metade do século XX; Roberto Romano, em sua obra *Brasil: Igreja contra Estado* (1979), especialmente a segunda parte, na qual o autor analisa a Igreja no período Colonial e Imperial brasileiro, dando ênfase à política de dependência da Igreja em relação ao Estado; e a obra *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*, tomo II/1, coordenada por Eduardo Hoornaert, que procura analisar a ação da Igreja Católica no Brasil Colonial, especialmente a terceira parte da obra, na qual Hoornaert analisa a concepção de Cristandade que foi construída na América portuguesa.

No século XIX, a Igreja alcançou uma fragilidade tamanha que os padres mais se preocupavam com suas vidas temporais, como família, mancebos e negócios do que as atividades eclesiais⁵. Os reflexos desta política eram visíveis na segunda metade desse século, uma vez que os seminários eram poucos e deficientes, o chefe da Igreja era o Imperador⁶ – católico por conveniência política e avesso às doutrinas religiosas –, os vínculos com o Vaticano quase não existiam, o número de padres e freiras era baixíssimo e, ainda, nas três últimas décadas, os conflitos entre Igreja e Estado chegaram a resultar na prisão de religiosos, o que promoveu, no início da República, o rompimento oficial da relação entre estas instituições. Entretanto, a condição política da Igreja, no final do século XIX, no Brasil, é resultado da postura política desta instituição desde sua chegada à Colônia⁷.

Estudos sobre a Igreja e o Estado nos quatro primeiros séculos da História do Brasil revelam que o Estado exerceu tão forte influência sobre a Igreja Católica que esta era considerada como um membro do Estado. No entanto, essa política de subserviência refletia a política ente a metrópole portuguesa e a Igreja romana.

No período das conquistas marítimas, o modelo de Igreja que predominava na Europa – denominado Crisandade – acabou por refletir nas colônias, com alguns rearranjos, seu posicionamento político. Tal modelo previa a coroa portuguesa, o padroado sobre as Igrejas em terras recém descobertas, como recompensa ao Estado que estava contribuindo para a expansão do catolicismo. Porém, se cabia ao rei descobrir e conquistar, também era papel do Estado monárquico suprir a Igreja dos bens necessários para sua estruturação enquanto instituição. Dessa forma, o Estado assumia a função de construir templos e mosteiros, nomear e sustentar padres, bispos e religiosos, universalizar a mensagem do cristianismo e constituir uma sociedade a partir das normas da Igreja; além do mais, caberia, também, ao Estado, controlar a comunicação entre a Igreja da colônia e a Igreja romana⁸.

⁵ MAINWARING, S. Op. Cit., p. 43.

⁶ Para o sociólogo Bruneau, o Imperador D. Pedro II “[...] era tido como um ‘católico limitado’ embora haja quem diga que ele não era absolutamente católico mas era obrigado a representar o papel em vista da sua posição. Ele era voltaireano, racionalista e interessava-se pela ciência, pelo sânscrito e idéias exóticas”(BRUNEAU, 1974, p. 52).

⁷ HOONAERT, E. (Coord.). **História da Igreja no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

⁸ Idem, passim.

Para o sociólogo canadense Thomaz C. Bruneau, a importância deste modelo estava na aproximação entre poder temporal e poder espiritual. “A premissa-chave do modelo de Cristandade é a integração da Igreja e Estado”⁹.

Esse modelo de Igreja foi dominante na Europa do século IV ao XV. Entretanto, no período dos grandes descobrimentos e da Reforma Protestante, o modelo da Cristandade perdeu força junto aos países europeus, sobrevivendo quase que exclusivamente em Portugal e Espanha, países mais desenvolvidos economicamente da época e que exerciam uma aproximação com a Igreja romana muito forte, criando uma relação de dependência entre Igreja e Estado. Esta relação contribuiu para inverter o papel de autoridade do mundo: “não era mais a Igreja que dominava, mas o Estado”¹⁰.

Assim, enquanto a Reforma e as idéias modernas decretavam a decadência do modelo da Cristandade na maioria da Europa, este chegava ao Brasil, por intermédio de Portugal, como o modelo a ser implantado.

Seguindo esse modelo, a Igreja brasileira dos primeiros séculos era mais submissa ao Estado do que a Roma. Esse controle estatal alcançou até mesmo as reuniões dos conselhos religiosos e sínodos. No período do Império, padres e religiosos eram considerados funcionários do Estado, e a estrutura da Igreja, sua organização e seus recursos eram subsidiados pelo mesmo.

Roberto Romano exprime corretamente a situação da Igreja na Colônia, argumentando que:

Documentos oficiais da época definiam normas que regulavam o procedimento dos negócios religiosos. Previa-se desde o modo a ser empregado na remuneração dos quadros eclesiásticos, até o controle eficaz do culto, por parte do funcionário civil, o qual deveria acompanhar a ação dos bispos, avisando o governo central de eventuais revoltosos no meio da hierarquia, fornecendo-se à administração local, nessas ocasiões, as regras de comportamento necessárias¹¹.

Com a Independência do Brasil (1822), o padroado, i.e., o controle sobre a Igreja Católica que exercia o Estado português, foi transferido para o Imperador D. Pedro I, que continuou desenvolvendo eficaz controle sobre as ações desta, regulamentando seu funcionamento e sua estrutura, mantendo-a sob domínio do Estado¹².

⁹ BRUNEAU, T. C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974, p.30.

¹⁰ Idem, p.27.

¹¹ ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979, p.81-2.

¹² Idem, passim.

Tal situação apresentou, por outro lado, algumas vantagens à Igreja da época. Romano¹³ registra que o distanciamento do clero das questões temporais e sua afinidade com os clãs das oligarquias rurais acarretou benefícios à Igreja, sobretudo em relação à propriedade fundiária, a tal ponto que, nas colônias, a Igreja era uma das maiores proprietárias de terra. Outro benefício foi a proibição de outras religiões em se manifestar publicamente, uma vez que o catolicismo era a religião do Estado. Além do mais, a subserviência da Igreja não era totalmente passiva; coube ao catolicismo, durante o período Colonial e Imperial brasileiro, desempenhar funções sociais importantes como educação, saúde pública, registro da população por meio do batismo, do casamento e do óbito, além de desenvolver obras assistenciais.

Entretanto, a situação da Igreja desse período não passou de um departamento de governo, ficando sob a responsabilidade da Coroa portuguesa e dos imperadores decidirem sobre suas atividades. Isso acarretou um posicionamento político ideológico da Igreja que se refletiu nos importantes acontecimentos sociais do século XIX, como na questão da escravidão negra.

Os valores religiosos do catolicismo brasileiro, até o século XIX, em relação às questões sociais, era conservacionista e avesso aos movimentos de contestação do *status quo*.

Entretanto, para se compreender o pensamento da Igreja, necessário se faz observar que o sistema administrativo da colônia tinha seu centro decisório em Portugal e o tipo de colonização implantado na América era de caráter rural. Assim, a grande distância entre o centro decisório e a colônia, a vasta extensão territorial desta e a falta de recursos da coroa para a implantação de uma burocracia eficiente acabaram por constituir uma instituição que passou a dominar a sociedade, a família rural¹⁴. E, dadas as limitações em que se encontrava a Igreja, devido à sua política de expansão ser baseada no modelo da Cristandade, o qual tornava deficiente o contato entre a Igreja da colônia e a Igreja de Roma, além de torná-la débil financeiramente, acabou por gerar uma integração de interesses entre a família rural e a Igreja, que levou esta a fazer parte do corpo institucional daquela¹⁵.

Nas palavras de Bruneau há uma definição clara desta interdependência entre família rural e Igreja; comenta o sociólogo que

¹³ Romano, R. Op. cit.

¹⁴ Sobre a importância da família rural na constituição da sociedade brasileira do período colonial, ver a obra *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, especialmente o início do primeiro capítulo, que discute a estrutura da sociedade colonial brasileira.

¹⁵ HOONAERT, E. Op. Cit.

A Igreja [...], isto é, membros do clero, tornou-se parte da família rural. Frequentemente o segundo filho destinava-se ao sacerdócio; a Igreja era realmente a capela da casa-grande; o padre era pago pela família e dela recebia também muito de seu sistema de valores.¹⁶

Assim, durante os períodos colonial e imperial brasileiro, na zona rural, a Igreja aliou-se ao poder da “casa-grande”, tornando-se parte de sua estrutura. Contudo, no tocante às cidades, que eram poucas e esparsas, a aproximação por afinidades de interesses entre Igreja e Estado aconteceu por meio das “irmandades”. Estas eram associações civil-religiosas de leigos voluntários que se reuniam para festejar comemorações religiosas, construir igrejas, desenvolver caridade social, construir hospitais além de outras funções, como a de corporações de ofício e racial¹⁷.

Grosso modo, pode-se sugerir que a Igreja no Brasil Colônia era sustentada materialmente pelas famílias ou clãs na zona rural e, nas poucas cidades existentes na época, pelas associações de irmandade, as quais forneciam subsídios e conteúdos à prática do catolicismo. Nesse contexto, acredita-se que a formação da Igreja Católica no Brasil pode ser compreendida como uma instituição que se formou longe das doutrinas de Roma e próxima dos valores das classes dirigentes do Estado brasileiro.

Assim, pensar os valores religiosos da Igreja Católica brasileira entre os séculos XVI ao XIX, é considerar a observação acima e entender que a forma de religião praticada no Brasil dependia da influência de outras instituições sociais da época. Seguindo a orientação de Angela Randolpho Paiva, especificamente em seu estudo sobre a escravidão, para se compreender os valores religiosos do catolicismo brasileiro da época da Colônia e do Império em relação às questões sociais,

[...] é preciso fazer uma ‘sociologia da falta’. Faltaram valores profundos que orientassem para um determinado tipo de ação social; faltou uma prática religiosa que levasse o fiel à maior inserção no mundo; faltou ainda uma tradição de questionamento religioso a respeito de possíveis incongruências entre valores cristãos genuínos e práticas sociais injustas; e faltou autonomia para que pudesse ser empreendida qualquer ação que levasse a um movimento de apelação a leis superiores face à injustiça das leis vigentes. Aliada à própria visão de mundo católica *fora-do-mundo* com o cultivo de uma religiosidade que preservou a magia, o mistério e o milagre, tem-se uma combinação perversa para a manutenção de práticas religiosas que não poderiam promover quaisquer possibilidades de mudança social¹⁸.

¹⁶ BRUNEAU. T. C. Op. Cit. p.39.

¹⁷ Idem, ibidem.

¹⁸ PAIVA, A. R. **Católico, protestante, cidadão**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003, p.85.

Dessa maneira, percebe-se que a estreita relação da Igreja Católica com o Estado brasileiro, até a queda da Monarquia, fomentou uma prática religiosa que não vislumbrava o questionamento das relações sociais que se desenvolveram no país, alicerçadas pela coroa, latifúndio, escravidão e Igreja Católica.

Entretanto, convém salientar que o catolicismo brasileiro não deve ser visto como um corpo homogêneo em relação à dependência da Igreja para com o Estado. A ordem dos Jesuítas (Sociedade de Jesus) pode bem representar um contraponto para o tipo de Igreja que estava sendo construído no Brasil. Essa ordem, por ter representado a força Católica contra a Reforma Protestante na Europa e por ser altamente disciplinada e obediente a Roma, resistiu ao modelo de política da Cristandade implantado na Colônia. Esse conflito é abordado por Gilberto Freyre, quando este observa que

A partir de 1532, a colonização portuguesa do Brasil, do mesmo modo que a inglesa da América do Norte e ao contrário da espanhola e da francesa nas duas Américas, caracteriza-se pelo domínio quase exclusivo da família rural ou semi-rural. Domínio a que só o da Igreja faz sombra, através da atividade, às vezes hostil ao familismo, dos padres da Companhia de Jesus¹⁹.

Note-se que a política da Cristandade foi implantada na Europa pelos Jesuítas; entretanto, quando estes chegam à colônia portuguesa na América, resistem à idéia de subserviência da Igreja para com o Estado. Esse aspecto marca, de forma indelével, certa autonomia da ordem *Sociedade de Jesus* em relação ao Estado brasileiro.

Assim, quando, na segunda metade do século XIX, dois clérigos reivindicavam a romanização da Igreja Católica brasileira, alicerçada pela política do Papa Pio IX (1846-1878), foram chamados pelas elites dirigentes do país como os “Jesuítas”, em clara referência á política de autonomia desenvolvida pela ordem Sociedade de Jesus nos séculos XVI, XVII e meados do XVIII, quando Marquês de Pombal, com sua política regalista, os expulsou de Portugal e Brasil.

É importante notar que seria inútil pensar uma Igreja católica unânime neste período. Contudo, a prática católica que predominava nesta sociedade era de submissão, e esse quadro somente apresenta sintomas de definhamento na segunda metade do século XIX, mais especificamente nas últimas décadas da Monarquia, quando o clero brasileiro pode ser analisado a partir de uma visão bipolar: havia um grupo de clérigos que compunham com as elites dirigentes e eram chamados pelas lideranças políticas de “catolicismo bom”, além do já citado grupo dos “Jesuítas”, que eram considerados ortodoxos e “romanizados”. Dessa maneira, deve-se ressaltar que o conflito no interior da Igreja refletia a situação de

¹⁹ FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980, p.18;

dependência que esta tinha com o Estado e em nada fazia referência às questões de conflito social de ordem maior, como a escravidão. Conforme observa Paiva²⁰, a Igreja, até o final do Império, não se manifestou em direção a qualquer movimento social que representasse mudança na ordem social estabelecida, e os conflitos entre Igreja e Estado diziam respeito ao interesse de parcela da Igreja em se aproximar de Roma e, conseqüentemente, conquistar maior autonomia em relação ao Estado Monárquico brasileiro.

Por outro lado, as elites dirigentes brasileiras influenciadas pelo positivismo, pelo pensamento moderno e pelas idéias republicanas, acreditavam que a ajuda espiritual que a Igreja oferecia à sociedade para promover e manter o sistema de dominação política, não seria necessário para o novo Estado que estava prestes a eclodir, principalmente, porque a Igreja era considerada, no imaginário popular, como uma instituição do Estado Monárquico.

Assim, neste contexto conturbado, algumas fissuras entre as instituições Igreja e Estado foram suficientes para que ocorresse a separação oficial entre ambas no início da República.

Dois aspectos são importantes neste processo. A política religiosa do Papa Pio IX e o conflito entre os bispos de Olinda e Pará e o Estado brasileiro, ocorrido em 1874, sendo que o segundo conflito bem pode ser analisado como resultado do primeiro.

Como já citado, ocorria na Europa daquele tempo uma forte pressão das idéias liberais, positivistas e cientificistas em relação aos escritos espirituais. Nas palavras de Pierre Pierrard, a maçonaria francesa apresentava idéias republicanas e racionais; parte do protestantismo europeu defendia um cristianismo mais livre, sem milagres, sem obrigações dogmáticas; e as idéias anticlericais também se tornaram palavra de ordem de muitos intelectuais que propunham uma moral racional²¹. Assim, a encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus* de 1864, elaborados pelo Papa Pio IX, procuravam combater, de forma contundente, os princípios do Estado laico: o racionalismo, o socialismo e o liberalismo, ou seja, segundo a argumentação de Pierrard, “Tudo aquilo que representava a base da sociedade leiga²²”.

No entanto, para Romano, a *Quanta Cura* dizia respeito ao problema da legitimidade do poder temporal, especificamente ao afastamento da Igreja deste. A crítica veemente desta encíclica era direcionada ao poder secular e liberal, que procurava legitimar a cultura mundana, racional e calculista, construindo um Estado mecânico, coercitivo e disciplinador.

²⁰ Cf. PAIVA, A. R. Op. cit. passim.

²¹ Segundo Pierre Pierrard (1982, p. 238), os intelectuais de destaque na Europa da segunda metade do século XIX que combatiam o cristianismo romano eram, entre outros, Gambetta, Ferry, Clemenceau e Edmond About.

²² PIERRARD, J. de M. **História da Igreja**. 4. ed. São Paulo: Paulus, 1982, p.241.

Ainda segundo esse autor, para esta encíclica, “O mundo moderno, com sua loucura racional, seria uma reedição monstruosamente aumentada da *Stultifera Navis*²³”.

No tocante ao *Syllabus*, Roberto Romano comenta que este gira em torno da predominância da autoridade da cúria romana em relação ao todo da Igreja. Seria a força do ultramontanismo lutando contra os resquícios de regalismo existentes em muitos países, inclusive o Brasil. Tratava-se, nesse documento, de demonstrar a infalibilidade do Papa (isto é, a centralização institucional da Igreja universal no papado), e a autonomia da Igreja em relação ao Estado; assim, conseqüentemente, todas as Igrejas estariam vinculadas à hierarquia de Roma. Além disso, o *Syllabus* opunha-se às Igrejas nacionais, ao poder do direito civil sobre o direito canônico e condenava a maçonaria.

Portanto, o conflito entre os dois bispos (de Olinda e Pará) e o Estado, no ano de 1874, considerado pela historiografia²⁴ como a “Questão Religiosa” do final da Monarquia, eclodiu em função da combinação de fatores externos e internos. Sob a batuta do Papa Pio IX, Roma procurava ter o mando sobre a Igreja Católica brasileira, defendendo o controle do governo eclesiástico e a centralização da Igreja. Pregava, também, a renovação espiritual e o exclusivismo eclesiástico no tocante à questão da moral, e procurava exprimir sua oposição ao liberalismo e à maçonaria. Esta última era considerada, pela cúria romana, como uma instituição que estava a serviço da burguesia e das idéias liberais.

Entretanto, no Brasil a maçonaria estava infiltrada no Estado e na Igreja, haja vista que inúmeros padres eram maçons, assim como o próprio Imperador. As “Irmandades” – sociedades que contribuía com as Igrejas nas zonas urbanas, eram freqüentadas assiduamente pelos maçons. Desse modo, formou-se uma incongruência entre Igreja e Estado, posto que parcela da Igreja estava em sintonia com o pensamento ultramontano e parte do Estado estava interessada nas idéias do relagismo.

Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda, formado na França, defensor das idéias ultramontanas, é quem vai desencadear o conflito de 1874. A questão que suscitou o embate político entre Dom Vital e o Imperador dizia respeito às irmandades e seu controle. Desde o *Syllabus*, havia uma atmosfera pesada entre parte da Igreja Católica e o Estado, uma vez que a maçonaria reagira à sua excomunhão, conforme o documento europeu.

²³ ROMANO, R. Op. Cit. p.86.

²⁴ Vários pesquisadores da História da Igreja Católica brasileira consideram esse conflito como o mais importante e profundo entre Igreja e Estado no país. Entre estes pensadores, podemos citar Luiz Gonzaga de Souza Lima, com *Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil*, Thomas C. Bruneau, *Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*, João Camilo de Oliveira Torre, *História das Idéias Religiosas no Brasil*, Angela R. Paiva, *Católico, Protestante, Cidadão* e Scott Mainwaring, *Igreja Católica e Política no Brasil*.

Neste contexto, a maçonaria tomou posição de combate aos padres e bispos que se opusessem a sua organização e expansão, acusando-os de ultramontanos. Entre os acusados pelos maçons estava D. Vital.

Em meio a essa efervescência social, os maçons de Olinda, para testar o jovem bispo da cidade, anunciaram uma missa em uma loja maçônica. Em resposta, o bispo não permitiu ao clero participar do ato religioso e os maçons em represália, divulgaram os nomes de padres e leigos que eram maçons e membros das irmandades da cidade. A reação do bispo, contando com o apoio de Roma, foi rápida. Este ordenou que o clero ligado à maçonaria desertasse desta instituição e que os membros das irmandades da cidade que fossem maçons deveriam ser expulsos. Uma irmandade – irmandade da Santíssima Trindade – não obedeceu ao superior eclesiástico, levando o bispo a decretar sua interdição espiritual. A irmandade interdita recorreu a D. Pedro II, que ordenou que D. Vital recuasse em seu propósito. Neste ínterim, o bispo do Pará, D. Macedo Costa, também formado na França, procurou se comprazer com o bispo de Olinda em relação à interdição e estes se opuseram a obedecer ao Imperador. Assim, como os bispos se recusaram em suspender a interdição, foram presos, julgados e condenados a quatro anos de trabalho pesado.

Evidentemente que esta questão não dizia respeito a dois bispos rebeldes, uma diocese e o Estado. A questão maior que estava em jogo era a soberania e o controle do país, e esse quiproquó chegou a tal estágio como uma prova para medir quem detinha o controle da Igreja, o Estado ou Roma.

Segundo Bruneau,

[...] o resultado [do conflito] parece demonstrar que o Estado controlava a Igreja, pois podia intervir nas dioceses, comandar a atuação dos bispos, e prendê-los se não lhe obedecessem. Além disso, a influência da Igreja era tão fraca nesse tempo, que houve pouquíssima reação da sociedade contra o governo por sua maneira de agir²⁵.

Contudo, percebe-se, neste envolvimento conflituoso, uma mudança na política da Igreja em relação a seu plano futuro, haja vista que a Igreja tomara consciência de que, sob o regime monárquico, sua expansão havia decaído, seu poder de mobilização popular era questionável e estava sem possibilidade de alterar os fundamentos de sua relação com o Estado.

Nas considerações de Roberto Romano, a “Questão Religiosa” evidenciou duas questões: além de o Estado ter mostrado quem estava no comando, acelerou o processo que já vinha sendo construído, da ruptura da Igreja Brasileira com o Estado, que levava o clero a

²⁵ BRUNEAU, T. C. Op. Cit. p.62-3.

obedecer à Cúria romana. Assim, criava-se, nessa querela, a semente da nova postura política da Igreja Católica no Brasil, que sobreviveu até depois da segunda metade do século XX, em algumas regiões do país.

Entretanto, o rompimento de direito entre Igreja e Estado aconteceu entremeio ao fim da escravidão; a queda do Império em 1889; e a oficialização da Constituição de 1891, momento em que, sob a égide republicana, consolidou-se no Brasil uma burocracia secular, racional e anticlerical.

Ocorrida tal separação, a Igreja volta-se para si mesma, na tentativa de resolver seus conflitos internos, tais como: 1) concluir sua aproximação com a Cúria romana; 2) ampliar sua expansão institucional no país com a criação de províncias eclesiásticas, dioceses e seminários; 3) aumentar o número de bispos e padres; e 4) se integrar às estruturas e aos objetivos da Igreja Universal, que substituiriam os valores do Império.

Desse modo, é possível sugerir que a Igreja Católica brasileira, durante a Primeira República procurou concentrar seus esforços na sobrevivência enquanto instituição. Na interpretação de Bruneau, isto acontece porque, em 1889, a estrutura da Igreja Católica era composta de onze dioceses e uma arquidiocese, número que se apresentava insuficiente para cobrir um país com extensão tão vasta como o Brasil. Assim, após a ascensão, em Roma, do Papa Leão XIII (1878-1903) e a Proclamação da República no Brasil, o crescimento institucional da Igreja foi rápido:

Havia mais dioceses, bispos, padres, freiras, irmãos, seminários, escolas, hospitais, conventos, grupos e outras organizações, sugerindo um grande aumento em tamanho. Conquanto a coordenação e outras características de organizações desenvolvidas tais como comunicação, coesão e liderança, surgissem mais lentamente, por volta de 1930 a Igreja Católica no Brasil se assemelhava, sob muitos aspectos, à grande organização burocrática que as pessoas frequentemente visualizam quando lêem sobre a Igreja²⁶.

Note-se que, apesar da separação legal entre o espiritual e o secular ter sido considerada pelo Vaticano como algo da modernidade, e, como tal, uma heresia, essa autonomia proporcionou à Igreja a liberdade necessária para realizar diretamente suas relações com a Igreja Universal, submetendo-se a ela de tal forma que se “desnacionalizou”.

Dessa maneira, os mecanismos de influência da Igreja passaram a ser eurocêntricos e centravam-se em combater os valores da modernidade, tais como: socialismo, comunismo, liberalismo, protestantismo, maçonaria, entre outros, preocupando-se mais com questões

²⁶ Idem, p.69-70.

relevantes na Europa que precisamente no Brasil, o que levou a Igreja, na interpretação de Bruneau, a ficar “[...] de certo modo alienada da realidade brasileira²⁷”.

Contudo, necessário se faz observar que a Igreja Católica, na Primeira República, preocupava-se em se expandir institucionalmente, modernizando suas estruturas, ampliando sua influência nas mais variadas partes do país, porém, com o objetivo de retornar ao posto de ser a instituição de amplo domínio público, como sugere Souza Lima:

Após a separação entre Igreja e Estado, em 1889, a Igreja se dedicou a perseguir dois objetivos principais. Isto é, dois objetivos orientaram o movimento da instituição dentro da estrutura social. O primeiro: conquistar a sua autonomia “de fato” em relação ao Estado, modernizar-se, conformar-se aos modelos institucionais de acordo com a orientação romana. O segundo: retornar a ser a religião oficial do Estado, para usar suas estruturas e seus recursos²⁸.

Isso significa que a Igreja procurava, no curso dos acontecimentos das primeiras décadas do século XX, organizar-se internamente para, posteriormente, aproximar-se novamente do Estado, e é neste contexto que as idéias de D. Sebastião Leme, comentadas no primeiro parágrafo deste capítulo adquirem sentido. Para Dom Leme, a Igreja deveria reaproximar-se do Estado e assumir uma posição de influência nos destinos políticos do país.

Segundo esse cardeal, o Brasil era um país tradicionalmente católico e, no entanto, a Igreja Católica exercia pouca influência em sua política, com atuação medíocre dos católicos no campo social, na política nacional e no meio intelectual. Para Dom Leme, isso se devia ao fato de que não havia no país a presença forte de uma educação religiosa²⁹. A falta dessa educação refletia-se na tímida influência que o pensamento católico exercia na sociedade como um todo, uma vez que, entre os não instruídos havia grande dificuldade em compreender o **sentido de vida cristã**, por serem ignorantes e, entre os intelectuais e as elites dirigentes do país, as idéias modernas que substituíram o pensamento canônico estavam visivelmente mais presentes no projeto político brasileiro daquela época.

Dessa maneira, a Igreja Católica precisava repensar sua postura no mundo secular e recuperar sua influência no campo político. Segundo Dom Leme, isto se daria por meio de uma educação católica, somada à aproximação da Igreja com o Estado e à permanência do modelo da Cristandade, os quais contribuiriam para a Igreja Católica voltar a uma posição de destaque na vida pública brasileira.

²⁷ Idem, p.71.

²⁸ LIMA, L. G. de S. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979, p.16.

²⁹ BRUNEAU, T. C. Op. Cit. passim.

Segundo pensadores como Paiva, Mainwarring e Romano, o pensamento desse cardeal representou a motivação necessária para a Igreja Católica refazer-se enquanto força necessária e indispensável à construção do país no início do século XX, uma vez que, em sua carta pastoral de 1916, estão presentes preocupações com a organização da Igreja Católica, tais como: o ensino religioso em todos os níveis de escolaridade e a criação das escolas privadas, principalmente as universidades. Esta política possibilitou à Igreja, em um curto período, tornar-se indispensável na construção do projeto político de um Brasil moderno.

Assim, sob a influência das idéias de Dom Sebastião Leme e do Centro D. Vital – instituto criado por Jackson de Figueiredo³⁰ –, a Igreja Católica brasileira reaproxima-se do Estado e recompõe o modelo de Igreja da Cristandade, denominado de Neocristandade³¹. Durante esse período, vários movimentos leigos³² da Igreja Católica se formam com o intuito de promover a influência católica sobre o sistema educacional, reconstituir a moralidade católica na classe dirigente brasileira, combater o comunismo, o protestantismo e as idéias da modernidade. Na expressão da Mainwarring “[...] o modelo da neocristandade era uma forma de se lidar com a fragilidade da instituição sem modificar de maneira significativa a natureza conservadora da mesma. Por volta dos anos 30, a instituição havia revertido sua decadência³³”.

3.2 A Igreja Católica e a Ditadura Vargas

De fato, as condições estavam dadas para que houvesse uma nova aproximação entre Igreja e Estado no Brasil dos anos 1930. Na década anterior, alguns chefes do Executivo já

³⁰ Jackson de Figueiredo foi uma figura controversa do cenário brasileiro do início do século XX. Segundo Bruneau, “Jackson tinha sido um ateu, um livre-pensador, inimigo da Igreja. Ao ler a carta pastoral de 1916, de D. Leme, sentiu uma espécie de ‘apelo’ e desde 1921 até a sua morte prematura, em 1928, foi o promotor do Centro D. Vital, o cabeça do movimento intelectual católico e a mão direita de D. Leme” (BRUNEAU, 1974, p. 87). Para Antonio Carlos Villaça, Jackson de Figueiredo foi o autêntico representante dos ideais católicos no final da década de 20 do século passado; os temas tão caros a Jackson foram o catolicismo, a ordem, a autoridade, o nacionalismo, a moral. Partindo dessas considerações, é possível sugerir que o perfil deste pensador pode ser traçado como sendo um personagem católico conservador, antiliberal, que criou, em 1922, sob a influência de D. Sebastião Leme, o Instituto Centro D. Vital.

³¹ Esta pesquisa trabalha com o conceito de neocristandade embasado na obra de Mainwarring, intitulada Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985).

³² Entre os vários movimentos leigos da Igreja Católica originários durante a primeira metade do século XX, estão a União Popular; a Liga Brasileira das Senhoras Católicas; a Liga Feminina; a Congregação Mariana; os Círculos Operários; A Juventude Universitária Católica; a Ação Católica Brasileira e o mais importante deles, o Centro Dom Vital, o qual, mesmo sendo pequeno numericamente, exerceu grande influência no desenvolvimento da política brasileira dos anos 1930 e 1940.

³³ MAINWARRING. S. Op. Cit. p.43.

havia procurado a hierarquia da Igreja como auxílio para a manutenção da ordem social. Comenta Bruneau que Epitácio Pessoa e Artur Bernardes recorreram a D. Sebastião Leme na tentativa de conter as manifestações de protesto contra seus governos. Entretanto, essa aproximação esporádica em nada se compara com a relação que ocorre durante a primeira era Vargas entre estas instituições.

Note-se que esta aproximação reaparece num dado período político brasileiro em que o Estado estava à procura de novas bases de sustentação para suas instituições, procurando desenvolver novas propostas políticas que considerassem mais a ordem que a liberdade individual. E, é nesse contexto que ressurge a figura da Igreja como um alicerce para a manutenção da unidade social, dado o estado de incerteza que a política liberal e positivista da Primeira República havia desenvolvido no país.

Durante a primeira metade do século XX, percebe-se que a Igreja colaborou com a estabilidade política e social do poder secular, aderindo à idéia de que a organização da sociedade passaria, necessariamente, pela solução dos problemas sociais e, inextricavelmente, pela liberdade da Igreja.

Roberto Romano comenta que o discurso teológico-político do início do século XX “[...] tentou criar uma via diferente de pacificação da sociedade moderna e insistiu na urgência de soluções para a ‘questão social’, com teor autoritário, mas paternalista e suave³⁴”, acrescentando, mais adiante: “A política católica, efetivamente, notabilizou-se por justificar governos autoritários desde que, *conditio sine qua non*, a liberdade da Igreja fosse garantida³³”.

Ainda segundo Romano, a idéia de legitimação do poder secular pela Igreja em troca da sua autonomia teológica-política vem do final do século XIX:

[...] já na encíclica *Immortale Dei* (1885) [o papa Leão XIII] afirmou de modo inequívoco a indiferença da Igreja em face de todas as formas de governo, com a condição de que a liberdade de pregação fosse respeitada. Assim, a duração e a força do Estado teriam o apoio eclesiástico e a legitimação transcendente, desde que fosse aceita a mediação sagrada³⁴.

Dessa forma, acredita-se que para compreender o papel político da Igreja na sociedade, necessário se faz analisar toda relação social como uma categoria carregada de uma força que enaltece a dominação existente ou a questiona. E, note-se que o apoio da

³⁴ ROMANO, R. Op. Cit. p.144.

³³ Idem, p.145.

³⁴ Idem, p.145-46.

instituição Igreja ao Estado, durante as décadas de 1930 e 1940 no Brasil sugere, grosso modo, uma prática política de submissão à ordem vigente, assim como suas práticas pastorais paternalistas e as atitudes políticas conservadoras dos padres e dos leigos católicos.

Segundo essa orientação, é possível observar que a Igreja serviu ao Estado na tentativa de resolver suas contradições sociais, uma vez que esta era detentora, até o Concílio Vaticano II, de uma orientação teológico-moral que defendia ser a Igreja a possuidora da revelação do sagrado e da ordem e estes era a essência da vida, concebendo, dessa forma, a fé³⁶ como sendo um processo interno em que o indivíduo deve desenvolver um espírito de devoção, de caridade, de cooperação generosa e de submissão, princípios estes da teologia católica romana da primeira metade do século XX, denominada de Neocristandade. Isso nos sugere um confronto da Igreja com os princípios da modernidade, que cultuava a personalidade, o prestígio, o dinheiro e o poder³⁸.

Dessa forma, a união entre Igreja e Estado, nas primeiras décadas do século XX, ofereceu condições para que o Estado desenvolvesse uma política de controle social, sustentada pela organização burocrática oferecida pela Igreja. Como observa Paden³⁹, a religião pode servir ao poder temporal, contribuindo para a organização social e a preservação institucional deste, ou pode favorecer a criação de movimentos que desafiam as instituições sociais existentes. No caso da Igreja Católica brasileira da primeira metade do século XX, o que se observa é a contribuição desta na organização e institucionalização do Estado. A Igreja, ao unir-se a este, possibilitou a legitimação da ordem secular, pois defendia a autoridade – tanto religiosa quanto temporal – contra as idéias subversivas do mundo liberal/positivista, lutando para o cumprimento dos códigos governamentais existentes e, ao mesmo tempo, se beneficiou neste processo porque pode lutar contra as idéias do protestantismo e espiritismo.

³⁶ A respeito da concepção de fé do modelo da Neocristandade, ver Scott Mainwaring, em “*A Igreja Católica e a política no Brasil*”, especificamente a primeira parte da obra, que trata da política da Igreja brasileira na primeira metade do século XX.

³⁸ Sobre a política do modelo da neocristandade no Brasil, Mainwaring (2004) é esclarecedor, quando observa: “Ao enfatizar a separação entre a Igreja e o mundo, a concepção de fé da neocristandade diferenciava-se daquela do século XIX, na qual os padres estavam ativamente envolvidos na política, vestiam trajes seculares e até mantinham concubinas. O esforço de desenvolver um catolicismo mais rigoroso e de penetrar nas principais instituições sociais também era relativamente novo. A nova missão da Igreja era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico [...] A Igreja queria ‘conquistar’ o mundo. A missão da ação católica era de ‘restituir a nosso Senhor Jesus Cristo o mundo moderno’ ” (MAINWARING, 2004, p. 45-46).

³⁹ PADEN. W. E. **Interpretando o sagrado**. São Paulo: Paulinas, 2001.

William E. Paden, parafraseando Max Weber, esclarece esse envolvimento entre Igreja e Estado ao mostrar que a contribuição da religião na manutenção do poder temporal está relacionada à sua posição de defender-se enquanto instituição no corpo social. Comenta Paden que “[...] a religião é colocada numa posição defensiva em relação ao resto da sociedade. Quanto mais há para proteger, mais há para defender⁴⁰”. Dessa forma, acredita-se que, durante a primeira era Vargas, estavam dadas as condições de ampliação do poder do Estado, consubstanciadas na prática da ação católica.

Entretanto, essa aproximação entre as instituições não acontece sem tensões entre ambas. A Igreja queria muito mais do que ser uma fonte de segundo escalão no novo regime que estava se constituindo; queria, de fato, tornar-se uma instituição autônoma que exerceria a supremacia no controle da sociedade, calcada, obviamente, nos valores morais do cristianismo católico, enquanto que a proposta do novo chefe do executivo visava formar um Estado Nacional corporativista que o apresentava como o único detentor da ordem social. Contudo, nesse contexto, coube à Igreja, não sem lutar, “[...] o papel de coadjuvante no processo de centralização do poder. Não lhe foi permitido um projeto próprio de vigilância social, embora lhe fosse novamente aberto o campo das escolas e de outras instituições que lhe tinham sido barradas pelos governos positivistas e liberais⁴¹”.

A tentativa de participação política da Igreja, no início dos anos 1930, esteve intimamente relacionada à Liga Eleitoral Católica (LEC), criada em 1932, sob a influência da hierarquia da Igreja Católica Romana; de D. Sebastião Leme; e de leigos católicos ligados ao Centro D. Vital, como Alceu Amoroso Lima⁴². Como já visto, o pensamento da Neocristandade era criar uma sociedade fundamentada moralmente nos princípios cristãos, o que contrariava o regime político inspirado no ideário positivista e liberal. Assim, a partir da década de 30, o projeto político de Vargas possibilitou não somente a expansão do poder secular na sociedade, mas também o domínio da Igreja, a qual dilatou sua base para além das classes dirigentes, estendendo-se para as camadas médias e populares durante os anos 1930 e 1940, levando os ideais do catolicismo às fronteiras do Estado brasileiro.

⁴⁰ Idem, p.77.

⁴¹ ROMANO, R. Op. Cit. p.149-150.

⁴² Segundo a biografia apresentada no *site* da Fundação Getúlio Vargas (http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografia/ev_alceuamorosolima.htm), Alceu Amoroso Lima era um advogado e jornalista que manteve, durante os anos 20 do século passado, contato constante com o fundador do Centro D. Vital, Jackson de Figueiredo, convertendo-se ao catolicismo em 1928, ano da morte prematura de Figueiredo. Neste mesmo ano, Alceu Amoroso Lima assumiu a direção do Centro D. Vital, desenvolveu uma liderança sobre o laicato católico e iniciou uma campanha política em defesa dos ideais católicos, juntamente com D. Sebastião Leme, assumindo a função de secretário geral na formação da Liga Eleitoral Católica (LEC).

Essa união entre Igreja e Estado calcados no capital simbólico, justifica-se porque o pensamento conservador de ambas caminhava no sentido de constituir uma “sociedade corporativista”, haja vista que o objetivo último, tanto da Igreja como do Estado, era, segundo o pensamento de Roberto Romano,

[...] a nulificação da luta de classes, em proveito de um todo representado acima dos indivíduos, ordenando suas relações. A tese da indesejabilidade de um mercado de trabalho sem o controle do Estado, e sem a sanção “humanizadora” da Igreja, fez com que convergissem as ações dos católicos, numa campanha simultânea contra a democracia leiga e contra os movimentos operários estranhos à ideologia paternalista⁴³.

E, complementa Romano, argumentando que:

Na evocação medializante das corporações inscreve-se um projeto político moderno. Para o deputado católico brasileiro, como para a suprema hierarquia eclesiástica desde Leão XIII, junto com a expulsão da luta de classes, seria preciso **restaurar a ordem econômica capitalista, retificando os erros do liberalismo**. Neste plano, tratou-se de colocar os dominados reunidos em corporações a serviço do governo secular, para que estes não se vissem “esmagados sob uma quantidade infinita de tarefas e responsabilidades⁴⁴” (grifo nosso).

Entretanto, uma indagação torna-se pertinente: como a Igreja agiu politicamente para alcançar seus objetivos no novo regime político que estava em formação na década de 1930 no Brasil? Com base nas leituras de Romano, Bruneau, Souza Lima, Schwartzman, Bonemy e Ribeiro Costa, é possível sugerir que, nessa conjuntura, a ação política da Igreja diz respeito à Liga Eleitoral Católica (LEC), que é considerada, pelos pensadores acima, de maneira geral, como o instrumento político de ação da Igreja formado para pressionar o poder secular na Assembléia Constituinte de 1933, na tentativa de implantar, na nova Constituição, os princípios católicos em suas leis. Nas palavras de Schwartzman, Bonemy e Ribeiro Costa, essa interpretação sobre a LEC torna-se lúcida quando se analisa a renovação católica na Revolução de 1930, quando os autores, fazendo referência direta às idéias de Sebastião Pagano, comentam que:

Para garantir seu espaço, a Igreja empenha-se em reforçar várias frentes de atuação. A reedição do livro *Ação Católica* de D. Leme tem como resultado trazer à tona a discussão sobre a pertinência da ação política da Igreja. Com a ressalva de que o principal objetivo da sua atuação é a “santificação das almas” argumenta-se, através da revista *A Ordem*, a favor da interferência da Igreja em assuntos políticos: “Grande número de assuntos que não sendo diretamente objeto de sua ação dela dependem [...] a Igreja não se preocupa com formas de governo [...] contudo a ação católica agirá diretamente sobre os poderes públicos quando tiver que defender os direitos da Igreja [...] combatendo pela liberdade da Igreja, pela santidade da família, pela santidade da escola, pela santificação dos dias consagrados a Deus [...]

⁴³ ROMANO, R. Op. Cit. p.149.

⁴⁴ Idem, p.151.

e também pela questão social, cujos problemas se originariam no capital descristianizado”. **As atividades da Liga Eleitoral Católica** com vista à indicação de representantes na Assembléia Constituinte **são intensas**⁴⁵ (grifo nosso).

Nesse clima, as intencões de demanda para reaver um posto de destaque no novo governo em formação por parte da Igreja diziam respeito ao livre movimento na reprodução da cultura religiosa, o que seria alcançado com a incorporação, no texto constitucional, de algumas concepções cristãs tais como: a sacralidade da família, a instrução religiosa nas escolas públicas, a indissolubilidade do matrimônio e a introdução do nome de Deus no prólogo da Constituição.

O objetivo da Igreja com relação à Constituição de 1934 parece ter sido alcançado, devido, principalmente, à ação da LEC, que contava com a participação de intelectuais católicos oriundos do Centro D. Vital, de segmentos da classe média e de parcela do operariado. Assim, a atuação da LEC foi decisiva para a eleição de candidatos de vários partidos políticos que aderiram aos postulados da Igreja.

Convém salientar que a LEC não era um partido político, mas, sim, uma agremiação suprapartidária que buscava defender os interesses da sociedade como um todo, uma vez que este era o tamanho da Igreja Católica no Brasil e, devido à sua amplidão institucional, qualquer agremiação partidária não daria conta de representar a Igreja Católica em seu conjunto.

Segundo Bruneau, a opção de se formar uma liga política acima dos partidos para defender os objetivos da Igreja tem sua origem nas idéias de D. Leme; comenta aquele sociólogo que,

Quando foram anunciadas as eleições para a assembléia constituinte, muitos dos assistentes de Leme quiseram criar um partido político para fazer pressão. Leme, porém, estava seguindo uma estratégia para mostrar que a Igreja representava todos os brasileiros, que a religião católica era parte integral do país, enquanto que o partido indicaria apenas uma facção: alguma coisa menos do que o todo ao qual aspirava a Igreja. A LEC era um grupo de pressão que se situava ao lado ou acima dos partidos e representava a totalidade do Brasil e não uma classe ou setor⁴⁶.

Uma análise da Constituição de 1934 evidencia que o projeto da Igreja para a sociedade não passou despercebido por Vargas. Nesta Constituição, encontra-se incluídas muitas exigências da Igreja, como veremos a seguir. Formalmente, a separação entre Igreja e Estado continuava, mas, conforme o artigo 17, o governo, a partir de então, poderia ajudar

⁴⁵ SHUWARTZMAN, S.; BONEMY, H. M. B.; RIBEIRO COSTA, V. M. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.77.

⁴⁶ BRUNEAU. T. C. Op. Cit. p.82.

financeiramente a Igreja em nome da coletividade; o casamento religioso, conforme o artigo 145 passou a ser reconhecido nos termos civis; o divórcio ficou proibido pelo artigo 144; em seu artigo 153, o Estado passou a conceder auxílio pecuniário à educação religiosa no horário escolar; e, no artigo 113, a colaboração entre Igreja e Estado aparece de forma inequívoca, uma vez que este concede às associações religiosas maiores facilidades jurídicas e garante sua presença nos estabelecimentos laicos como os quartéis. Vejamos o que reza o § 6 deste artigo, que se encontra disponibilizado no capítulo II, dos direitos e garantias individuais:

§ 6. Sempre que solicitada, será permitida a assistência religiosa nas expedições militares, nos hospitais, nas penitenciárias e em outros estabelecimentos oficiais, sem ônus para os cofres públicos, nem constrangimento ou coação dos assistidos. Nas expedições militares a assistência religiosa só poderá ser exercida por sacerdotes brasileiros natos.

Entretanto, já no preâmbulo da Constituição a presença da religião é flagrante:

Nós, os representantes do povo brasileiro, **pondo a nossa confiança em Deus**, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos o seguinte... (grifo nosso).

Dessa maneira, o que se percebe nessa Constituição é a superação, por parte da Instituição Igreja Católica, dos valores liberais e positivistas que basearam a Constituição de 1891. Assim, estava superada a fase política do Estado brasileiro em que este procurou ser laico e racional e encontrava-se em formação um tipo de Estado que privilegiava a ordem secular baseada em valores da cultura religiosa pregada pelo catolicismo brasileiro, tais como os citados anteriormente: indissolubilidade do matrimônio e não legalização do divórcio, entre outros.

A percepção acima, sugere a formação de um novo tipo de sociedade, que levava em conta os valores de um governo secular autoritário juntamente com os valores do catolicismo, está consubstanciada nas palavras de Alceu Amoroso Lima, em carta a Gustavo Capanema, então Ministro da Educação, datada de 16 de junho de 1935:

Meu caro Capanema, o espetáculo do Brasil de hoje ofereceu-nos ontem a oportunidade de algumas considerações, que sou levado a repetir-lhe por carta, não só pela nossa velha amizade, mas ainda por ser você a mais alta autoridade de nossa organização educativa. A recente fundação de uma universidade municipal, com a nomeação de certos diretores de faculdades, que não escondem suas idéias e pregação comunista foi a gota d'água que fez transbordar a grande inquietação dos católicos.

Para aonde iremos, por esse caminho? Consentirá o governo em que à sua revelia mas sob sua proteção, se prepare uma nova geração inteiramente impregnada dos sentimentos mais contrários à verdadeira tradição do Brasil e aos verdadeiros ideais de uma sociedade sábia? Eis por que lhe escrevo estas linhas, resumindo nossa conversa de ontem, para lhe dizer da grande inquietação que nos assalta nesta hora, e do que esperam do patriotismo dos nossos dirigentes para a defesa do patrimônio moral do Brasil e do seu futuro como **nacionalidade cristã**.

Os católicos, meu caro Capanema, não querem do governo nem privilégios, nem subvenções, nem postos de *responsabilidades* política. Não temos a ambição do poder, nem é por meio da política que esperamos desenvolver nossos trabalhos. Estamos, portanto, perfeitamente à vontade para colaborar com o Estado, em tudo o que interessa ao bem comum da nacionalidade. Esse interesse coletivo, que tanto preocupa ao Estado como à Igreja, nós o queremos alcançar por meios diversos, se bem que não antagônicos. De modo que todo o nosso empenho é pôr honestamente em prática a nossa atividade social, sem que isso implique na mínima usurpação dos poderes do estado.

O que desejamos, portanto, do governo é apenas:

1 – *Ordem pública*, para permitir a livre e franca expansão de nossa atividade religiosa na sociedade;

2 – *Paz social*, de modo a estimular nosso trabalho de aproximação das classes, que é, como você sabe, o grande método de ação social recomendado invariavelmente pela Igreja;

3 – *Liberdade de ação*, para o bem, mas não para o mal, para a imoralidade, para a preparação revolucionária, para a injúria pessoal;

4 – *Unidade de direção* de modo que a autoridade se manifeste uniforme em sua atuação e firme em seus propósitos⁴⁷ (grifo nosso).

Diante dessa conjuntura, note-se que a sociedade a ser constituída durante a era Vargas pode ser interpretada historicamente como sendo do tipo que apresentava um Estado forte e centralizador, representante dos direitos civis e que se apoiava na Igreja Católica como colaboradora à manutenção do *status quo*, i.e., a nação politicamente organizada necessitava da mediação da Igreja para dirigi-la. Assim, nessa sociedade, percebe-se que, entre o Estado e as bases sociais que lhe davam sustentação, formou-se uma burocracia religiosa que serviu ao poder secular, colocando a Igreja à disposição deste.

A cooperação entre as instituições em estudo, durante as décadas de 1930 e 1940 está lucidamente representada em acordos formais, tais como: os benefícios concedidos à Igreja na Constituição de 1934 e que foram ratificados na Constituição de 1937, assim como, em acordos informais, como o apoio garantido por Vargas a D. Leme nas questões da não legalização do divórcio e da censura às idéias comunistas, entre outras.

A questão dos acordos informais entre Igreja e Estado deve ser considerada como um dos fatores importantes para a compreensão da prática política de Vargas, uma vez que as decisões do governo, principalmente no que refere aos projetos da Igreja, não se davam a partir de audiências oficiais. As propostas e pedidos que a Igreja apresentava ao governo aconteciam informalmente, veja-se, como exemplo, a luta da Igreja para que, na Constituição de 1937, não saísse uma lei que desse anuência ao divórcio, bem como a tentativa de construir uma universidade no Rio de Janeiro.

Quanto ao primeiro aspecto apontado, Bruneau esclarece como se deu a decisão de Vargas:

⁴⁷ SHUWARTZMAN, S.; BONEMY, H. M. B.; RIBEIRO COSTA, V. M. Op. Cit. p.313-314.

Há dois exemplos ilustrativos das relações entre Igreja e Estado sob D. Leme e Vargas. Logo antes da publicação da Constituição de 1937, D. Leme ouviu dizer que ela reconhecia o divórcio. Entrou imediatamente em contato com Dona Luisinha Aranha e lhe pediu que falasse com Vargas sobre esta questão. “Getulio Vargas sorri, tranqüilizador: ‘diga a D. Sebastião, Dona Luisinha, que eu só decretarei o divórcio no dia em que receba uma petição nesse sentido, assinada pelo Cardeal Leme e D. Luisinha Aranha’⁴⁸”.

Em relação ao segundo aspecto, é elucidativa a carta do padre Leonel Franca, datada de 19 de dezembro de 1941, ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema:

Exmo. Sr. Dr. Gustavo Capanema,

Pax Christi!

Acabo de saber do Dr. Cardimo, diretor do *Jornal do Comércio*, que o Dr. Artur da Costa não vê de bons olhos a doação de um terreno à Universidade Católica. Compreende-se esta atitude num ministro da Fazenda a quem, por dever de ofício, incumbe aumentar a receita a comprimir a despesa. Há, porém, outros aspectos na eficiência de um bom governo e, entre estes, o de promover a cultura de que, além de muitas outras vantagens superiores, resulta, outrossim, o aumento do bem-estar econômico.

Seria realmente doloroso que, após seis meses de estudos e tentativas, quando tudo parecia definitivamente assentado para a realização do desígnio generoso do presidente e de V. Excia., surgissem à vista novas e inesperadas dificuldades e delongas.

Venho, portanto, encarecidamente pedir a V. Excia., Dr. Capanema, que, em despacho de segunda-feira próxima, 22 do corrente, queira **dizer ainda uma palavrinha** ao Dr. Getúlio e *deixar tudo definitivamente assentado*, ficando apenas para o tempo oportuno a redação dos decretos relativos à doação. Quarta-feira haverá, creio eu, despacho com o ministro da Fazenda.

Com mais esta delicada solicitude porá V. Excia. o remate às insignes benemerências já conquistadas para com a Universidade Católica que muito se há de ufanar de constá-lo entre os grandes mecenas que lhe bafejaram o berço⁴⁹ (grifo nosso).

Esse clima de colaboração entre poder secular e Igreja persiste apesar do fim do governo Vargas, em 1945. A Igreja e o Estado estavam em boa sintonia durante toda a era Vargas e essa situação não se alterou com o breve período de redemocratização pelo qual passou o Brasil de 1946 a 1964; antes pelo contrário, nos anos 1950, a Igreja continuou se aproximando do Estado e utilizando suas estruturas e recursos para se firmar e crescer enquanto instituição espiritual/social.

Note-se que a Igreja tinha como objetivo último propagar os ideais do catolicismo no Brasil, desde os grandes centros até os recantos mais distantes, enquanto que o Estado preconizava, desde a Revolução de 1930, a estabilidade econômica e política e a ordem social. Assim, é possível sugerir que durante a primeira metade do século passado, a Igreja Católica – sob o modelo da Neocristandade – foi a instituição que trabalhou no campo social em

⁴⁸ BRUNEAU, T. C. Op. Cit. p.84.

⁴⁹ SHUWARTZMAN, S.; BONEMY, H. M. B.; RIBEIRO COSTA, V. M. Op. cit. p.321.

cooperação com o Estado, na perspectiva de construir uma identidade nacional que estivesse pautada nos valores cristãos e em comunhão com os valores políticos de um poder secular que beneficiasse a implantação de sua política teológica em todo o território nacional, independentemente de este ser totalitário ou não.

Isto significa dizer que, mesmo após a queda de Vargas, a Igreja continuou a ser uma instituição que colaborou especialmente na fronteira agrícola, com o Estado na manutenção da unidade social e na formação de novos núcleos urbanos.

Vale ressaltar a atenção dada à questão da localização geográfica – fronteira – para identificar a influência da Igreja na sociedade pós era Vargas, posto que, nesse ínterim, uma mudança de mentalidade estava em processo no Brasil. Os valores da modernidade ganhavam cada vez mais espaço nos grandes centros durante as décadas de 1950 a 1980. Nesse contexto, verifica-se o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação em massa, a construção de uma cultura secular calcada nos valores da modernidade, a expansão da escolarização para as classes trabalhadoras e uma comunicação mais estreita com os países da Europa ocidental e os Estados Unidos da América⁵⁰. Esse período é muito bem definido por Novais⁵¹, quando este o identifica como uma “sociedade em movimento”.

Dessa forma, o modelo político/teológico da Igreja Católica – Neocristandade – durante os anos 1950 passava por uma crise, haja vista a crescente secularização do modo de vida dos brasileiros, especialmente nos grandes centros industrializados ou em fase de industrialização, além do intenso debate da *intelligentsia* brasileira em torno do nacionalismo. Isso nos leva à hipótese de que, nos grandes centros industrializados, a sociedade brasileira estava passando por um processo de mudança de seu modo de vida e, conseqüentemente, de sua cultura, o que nos sugere que havia um questionamento dos valores religiosos pregados pelo catolicismo. No entanto, nos espaços mais distantes, nos recantos do país, i.e., nas fronteiras agrícolas, o campo de atuação da Igreja da Neocristandade ainda era fértil e profícuo.

⁵⁰ A respeito das mudanças sociais ocorridas no Brasil durante o século XX, especialmente entre os anos 1950 a 1980, ver o excelente texto de João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais intitulado *Capitalismo tardio e sociabilidade Moderna*, na obra *História da vida privada no Brasil*, v. 4 (MELLO; NOVAIS, 1998).

⁵¹ MELLO, J. M. C. de; NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.585.

3.3 A Presença da Igreja Católica na fronteira agrícola do Brasil Central: um olhar sobre a Colônia Agrícola Nacional de Dourados

É sabido que a Igreja se tornou forte como instituição quando funde o poder espiritual com o poder temporal e, historicamente, a Igreja, no Brasil, está nas adjacências da elite política desde sua conquista pelos portugueses. Seja na Casa-Grande, seja nas irmandades urbanas, o que se observa é a Igreja se fundindo com os clãs rurais ou as famílias tradicionais e tornando-se uma instituição indispensável para o desenvolvimento das práticas sociais oriundas do modo de vida característico do Brasil dos quatro primeiros séculos. Não obstante, após uma rápida fase de separação de fato e direito entre Igreja e Estado, já assinalada anteriormente, o que se percebe é a aproximação da Igreja novamente ao poder secular, mas com peculiaridades próprias dessa época.

Na primeira metade do século XX, a luta da Igreja estava em se aproximar do poder secular para ampliar-se enquanto instituição, contribuir para a formação de uma sociedade conservadora e católica, combater as idéias da modernidade, do cientificismo racional, do positivismo e do liberalismo. A esse aspecto, pode-se sugerir que, durante algum tempo, os objetivos da Igreja foram alcançados quase que em sua totalidade. Ela aproximou-se, de fato, do Estado, opinou nos projetos educacionais, combateu os ideais de modernidade e tornou-se uma instituição indispensável para o controle e harmonia social nas primeiras décadas do século XX, a ponto de ser possível sustentar que a História do Brasil desse período não pode ser analisada se não percebermos nela a presença da Igreja.

Entretanto, convém salientar que o modo de vida brasileiro não é uniforme e homogêneo: ele apresenta características próprias das comunidades que lhe dão sustentação e vida, posto que, é composto de partes de diferentes naturezas. Assim, a dissimilitude já apontada nesta pesquisa entre a sociabilidade urbana e rural sugere a necessidade de se privilegiar, na escala de observação historiográfica, o micro, o localizado, uma vez que esse olhar possibilita compreender as peculiaridades que formam a identidade de um grupo social, mostrando que este não é mera cópia de uma sociedade maior. Isso significa dizer que a proposta metodológica desta pesquisa não compartilha da idéia de que a observação histórica constitui-se a partir de justaposições de resultados ou que considera o social como um quadro neutro utilizado para a acumulação de dados, cuja finalidade seria a apresentação de uma história geral com perspectiva de abranger o macro. Pelo contrário, o que se busca, ao analisar o papel político da Igreja no extremo sul de Mato Grosso é a possibilidade de variar a escala

de observação e demonstrar que há peculiaridades nesta sociedade que lhes são próprias e, por conseguinte, a tornam única, com identidade singular.

De maneira geral, podemos dizer que, devido o processo de criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND) acontecer em um governo marcado por uma relação de cordialidade com a Igreja Católica, é possível sugerir que esta esteve presente, desde o início dos anos 1940, no interior da Colônia Federal, E, tal presença pode ser percebida entre outros aspectos, pela localização da Igreja na sede da Colônia – Vila São Pedro –; pelo projeto de se construir uma Igreja Católica no centro urbano previsto para ser organizado no interior da CAND a aproximadamente 100 quilômetros da sede da administração; pela construção da Paróquia de São Pedro Apóstolo ter sido de responsabilidade do Estado; e pela presença constante, no cotidiano dos migrantes, dos padres franciscanos e palotinos. Assim, convém salientar que rugas houveram entre Estado e Igreja nessa região, mas não o suficiente para levar ao rompimento de relações entre ambos.

A localização da Igreja Católica na sede da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, já é, por si só, indício da boa convivência entre Estado e religião. Construída no centro da Vila, a Igreja Católica estava geograficamente posicionada para oferecer auxílio à política de colonização desenvolvida pelo Estado, mesmo uma década depois da queda do Estado Novo.

Estas relações benévolas e cúmplices entre Estado e Igreja tornam-se transparentes nas palavras do padre Jadir Zaro, publicadas no suplemento literário intitulado *50 anos dos Palotinos no Mato Grosso do Sul*. Comenta o texto que “[...] em São Pedro só existia a Igreja Matriz construída pelo Governo Federal e quatro capelinhas⁵²”.

Outrossim, a matéria intitulada *Paróquia de São Pedro Apóstolo*, de 03 de abril de 1955, assinada pelo padre José Daniel e publicada pelo jornal “O Progresso”, registra a criação da paróquia de São Pedro e reforça a hipótese de que, nessa região, o trabalho do Estado foi seguido de perto pelo trabalho religioso, i.e., percebe-se, nesse texto, que a idéia de crescimento material foi acompanhada pelo crescimento espiritual. Nada melhor para ilustrar esta postura, do que o texto do padre José Daniel:

Há muito tempo Dourados, no seu surpreendente progresso e nas suas necessidades espirituais, se ressentia da falta de novas paróquias, para crescer não só no material, mas também no espiritual [...] De parabéns está o povo douradense, por esse novo avanço na sua vida espiritual, e fazemos votos que essa marcha ascendente nunca esmoreça, mas prossiga sempre, para a dissipação da ignorância religiosa que, infelizmente, grassa em nosso município⁵³.

⁵² 50 ANOS DOS PALOTINOS NO MATO GROSSO DO SUL. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2004, p.9.

⁵³ O PROGRESSO. Dourados, 03 de abril de 1955, p.2.

Partindo dessas considerações, é possível sugerir que o projeto de expansão da fronteira agrícola por parte do Estado estava em sintonia com a proposta da Igreja da Neocristandade, i.e., expandir a fé católica e crescer enquanto instituição, combater os ideais da modernidade, o comunismo e o protestantismo, e apoiar-se na estrutura laica para levar conforto espiritual/católico às camadas menos favorecidas da sociedade.

Para tanto, a atuação dos padres no interior da Colônia tornou-se fundamental, pois, além de levar a religião católica para novos campos e, no caso em estudo, à fronteira considerada como “espaço vazio”, estes supriam as carências das populações menos abastadas que povoavam o interior da colônia no incipiente processo de exploração capitalista dessa região, assim como no processo de legitimação da presença do homem branco, substituindo, de certa forma, o Estado pela Igreja, devido, principalmente, à carência de políticas públicas voltadas para atender esta parcela da sociedade. Tal presença pode ser percebida por meio do auxílio material e espiritual que os padres franciscanos e, principalmente os palotinos, realizavam junto aos migrantes.

O relatório do padre José Daniel, publicado no jornal “O Progresso”, é esclarecedor no tocante ao papel político da Igreja Católica no interior da CAND na década de 1950, período considerado pela historiografia regional como a fase em que o projeto de colonização dirigida do Estado Novo deixou os migrantes abandonados à própria sorte.

Comenta o referido padre que:

Dentro de breves dias a presença da Igreja perfaz um ano de sacrifícios e trabalhos, na assistência religiosa e social ao povo desvalido da Colônia. Nesse curto tempo ela realizou algo de importante, seja às suas expensas, ou por sua influência:

1. Mantém duas paróquias, com três sacerdotes que moram com o povo.
2. Construiu 9 (nove) igrejas filiais.
3. Abriu sete cemitérios.
4. Fundou o patrimônio de Bocajá.
5. Mantém um hospital, na primeira zona e trouxe um Posto de Saúde na segunda zona.
6. Distribuiu inúmeros volumes de remédios gratuitos, transportou doentes para os hospitais.
7. Entregou milhares de folhetos sobre higiene e boa alimentação.
8. Mantém cursos permanentes e conferências sobre o bom aproveitamento das terras e do bom cultivo das lavouras.
9. Dá assistência religiosa a todas as escolas públicas.
10. Mantém o “instituto Espírito Santo” como escola profissional de Artes e Ofícios, para aprendizes.
11. Sustenta uma escola particular, dirigida pelas Rdas. Irmãs da Caridade⁵⁴.

Percebe-se, neste texto, que a participação da Igreja foi além das questões meramente religiosas, ultrapassando as preocupações com a fé. Assim, o sentido de **mundo cristão** neste contexto constitui-se a partir de uma Igreja ocupando o espaço social próprio do Estado.

⁵⁴ Idem, p.3.

Quando o relato acima registra que a Igreja construiu cemitérios, manteve hospitais, instruiu a população em hábitos de higiene e fundou patrimônios, esclarece o papel desta instituição religiosa no contexto social e, de quebra, deixa transparecer que estava presente, com sua visão de mundo, no cotidiano desta sociedade.

A hipótese sugerida, de que o sentido de **mundo cristão** na sociedade em estudo estava relacionado com a visão de mundo que atinge o contexto sublunar, é ratificada pelos relatos dos camponeses remanescentes daquele período, os quais relacionam duas categorias antagônicas como cidade e religião como algo que se complementam, como sugere o comentário da migrante Lair Nunes de Araújo, ao expressar o papel da Igreja no processo de formação da Colônia Federal:

Falam Mato Grosso e o mato era grosso mesmo, era fechado, aí o povo começou a fazer tudo coberto com folha de coqueiro as casas, inclusive a igreja, coberto de folha de coqueiro ou sapé, era uma coisa assim, era tudo rancho mesmo, o povo que vinha chegando ia abrindo e ficando ali, então o padre ia ali celebrar a missa, porque onde existiu um começo nunca tem fim a Igreja Católica. (Depoimento 4).

O colono Ivo de Araújo também observa a presença da Igreja Católica na assistência social aos migrantes nos primeiros anos da colonização, ao relatar:

[...] morreu muita criança, muita mulher grávida, tanto por causa do sarampo e também porque quando iam ter os filhos não tinha hospital, então morria em casa, porque ia ter o filho não tinha hospital, não ia para Dourados. Aí depois que criou ali em Indápolis [antiga sede da administração da Colônia] um hospital das irmãs, as freiras, uma maternidade para as mulheres ir ganhar neném. As enfermeiras eram essas freiras mesmo que eram as doutoras, até naquela época existia uma que eu me lembro muito bem, que era a irmã Clara, era fortuna [sic], e a roupa delas não era igual hoje, aquele tempo a gente conhecia quem era uma freira e quem era uma mulher qualquer. A roupa delas era aquela roupa branca e um chapéu cheio de bico assim na cabeça, bem branquinho, da cor da roupa. (Depoimento 5).

Essas palavras proferidas por homens e mulheres que vivenciaram, no seu dia-a-dia, o processo de constituição de uma nova sociedade, com riqueza de detalhes sobre a época, sugerem que a participação da instituição religiosa no cotidiano dos migrantes da CAND, durante o período de formação da Colônia, traçou uma característica própria do modo de vida daqueles homens e mulheres, qual seja: a participação da religião na construção dos valores materiais e morais daquela sociedade. E, acredita-se que este seria o sentido do religioso à sociedade aqui em estudo.

Como exemplo do papel político da igreja no processo de constituição do imaginário coletivo dessa sociedade pode-se destacar a participação desses homens e mulheres na construção do bem público.

Nos relatos dos camponeses, em artigos publicados em suplemento literário da ordem da Sociedade do Apostolado Católico (SAC), bem como em matérias publicadas no jornal *O Progresso*, não raras vezes foram evidenciadas a participação da comunidade na construção das escolas, dos hospitais, das igrejas, bem como nos eventos religiosos destinados a angariar fundos, o que reforça a idéia de que o universo cultural do migrante que povoa e forma a CAND não se aproxima do tipo de indivíduo característico das sociedades modernas. O que se percebe é um sujeito ligado culturalmente a valores que o constituem enquanto pessoa.

Em matéria publicada no dia 11 de dezembro de 1955 pelo jornal “O Progresso”, assinada pelo vigário da paróquia de Dourados, nota-se a contribuição da comunidade na construção dos bens religiosos:

Desde o dia 3 vai animadíssima a Festa da nossa Padroeira. Verificamos sempre crescido número de fiéis nas rezas na Novena de noite e grande movimento, depois, ao parque recreativo que funciona em frente a Matriz. A festa religiosa teve sua coroação no dia 8 passado, com a admissão de um belo número de Filhas de Maria na Pia União, a Primeira Comunhão das Crianças, a Missa Solene e a bem organizada e concorrida Procissão de Nossa Senhora, verdadeira apoteose da Nossa Augusta Padroeira.

Hoje vai se encerrar a festa com a Reza Solene de noite e com o último leilão no nosso parque recreativo. Apelamos, mais uma vez, à boa vontade e a generosidade dos nossos bons paroquianos que tão prontamente atenderam ao nosso convite e estão colaborando maravilhosamente para o bom êxito da festa. Já podemos adiantar que a festa deste ano é já a melhor de todas até hoje realizadas, incentivando não somente o fervor religioso de tão numerosos devotos de Nossa Senhora da Conceição, como também unindo mais estreitamente o nosso povo católico, formando assim a grande família paroquial, e dando finalmente, também uma boa renda para as nossas obras paroquiais e sociais⁵⁵.

Em um suplemento especial da revista dos padres palotinos há, também, uma referência à participação da comunidade na construção dos bens religiosos, digna de observação.

Muitos padres, que por ali passaram [Fátima do Sul], demonstraram-se surpresos pela intensa participação do povo nos atos litúrgicos. Mas isto acontece também nas comunidades vizinhas, visto ser o nordestino o resultado da fusão de três raças sentimentais: o índio, o negro e o português. Somando-se a isto a cultura mística do nordeste, difundida durante séculos, pode-se facilmente compreender donde se originou o grande coração do nordestino, que transborda plenamente ao menor gesto de fé⁵⁶.

Dessa maneira, as observações acima levam supor que a Igreja Católica, no interior da Colônia Federal, substituía o papel do Estado em diversas áreas sociais, oferecendo à

⁵⁵ Idem, p.3.

⁵⁶ NO PRINCÍPIO ERA A SELVA: 25 anos de missões palotinas no mato grosso – suplemento da revista Rainha, Porto Alegre: Gráfica Pallotti, 1979, p.15.

sociedade, além da assistência espiritual, assistência médica, educacional e profissional, assumindo, assim, a função de “missionária” da sociedade em formação, em sua organicidade, uma vez que essa instituição alcançou uma influência fundamental entre os migrantes, por ter oferecido a eles conforto tanto espiritual, quanto material.

Aqui merece ser enfatizada uma consideração quanto ao objetivo do funcionamento de uma instituição religiosa no interior de uma sociedade. Com base nos escritos de Pierre Bourdieu⁵⁷ em relação à gênese e estrutura do campo religioso no meio social, percebe-se que o “capital de autoridade” da instituição religiosa ora pesquisada foi capaz de compor o imaginário coletivo dessa sociedade, assim como, suas práticas materiais, no sentido de mobilizar a força simbólica e material da mesma para o modelo de Igreja característico do catolicismo, contribuindo, assim, de forma decisiva para o avanço dessa religião na fronteira agrícola do extremo sul de Mato Grosso nas décadas de 50 e 60 do século passado.

Acredita-se que o “campo simbólico” constituído em uma sociedade se torna fundamental para a formação de uma “ordem moral” e, conseqüentemente, para a harmonia social e expansão das instituições que sistematizam uma sociedade. Como observa, de forma lúcida, Bourdieu:

[...] as diferentes instâncias religiosas, indivíduos ou instituições, podem lançar mão do *capital religioso* na concorrência pelo monopólio da gestão dos bens de salvação e do exercício legítimo do poder religioso enquanto poder de modificar em bases duradouras as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes um *habitus* religioso, princípio gerador de todos os pensamentos, percepções e ações, segundo as normas de uma representação religiosa do mundo natural e sobrenatural, ou seja, objetivamente ajustados aos princípios de uma visão política do mundo social⁵⁸.

Nas palavras de Bourdieu, percebe-se que a religião não se constitui em um campo social independente no processo de organização sócio-espacial de uma cidade. Antes, convém perceber que a visão de mundo religiosa de determinada sociedade é o resultado da interação entre o sagrado e o laico, da relação entre o mundo espiritual e o contexto sócio-político-econômico-cultural. Assim, o pensamento e a prática religiosa de determinada instituição só pode ser compreendida a partir da análise relacional de seus projetos e missões com as esferas sociais específicas em que esses foram implantados.

A análise do papel do religioso no processo de formação de uma sociedade deve ser apreendida a partir de uma visão biunívoca, como bem sugere Angela Paiva: “em um

⁵⁷ BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

⁵⁸ Idem, p.57.

processo de mão dupla⁵⁹”. Neste aspecto, o texto sinaliza para o fato de que a visão de mundo religiosa contribui consideravelmente para a formação de uma sociedade, além de observar que a religião favorece a coesão social ao estabelecer um diálogo entre essa esfera e o econômico, o político e o cultural.

Dessa forma, a análise histórica aqui proposta deve ser compreendida no contexto específico em que a esfera religiosa e as esferas sociais se imbricam, por considerar que é neste fazer e des-fazer, nestes conflitos de visões de mundo, que se constitui as características próprias de determinado contexto social. E, partindo deste quadro para análise, procura-se destacar no contexto social da CAND a relação entre o religioso e o laico, pois é desta que podemos levantar sugestões que indiquem o estágio de inserção e participação do religioso na vida sublunar, bem como de percebermos o estágio de autonomia e participação na sociedade, da instituição religiosa aqui em estudo.

Acredita-se que colocando este olhar em micro-análise, torna possível verificar o católico da CAND inserido socialmente a partir de sua prática religiosa e construindo, nesta, um sentimento “orgânico de comunidade⁶⁰”, ou seja, sua inserção religiosa é fundamental para sua participação na sociedade, o que contribuiu sobremaneira para a formação da identidade coletiva do lugar.

Entretanto, acredita-se que a prática do catolicismo desenvolvida na CAND faz referência a um contexto mais amplo, que está ligado ao projeto político da Igreja Católica brasileira da primeira metade do século passado.

Lembre-se que a preocupação maior da Igreja Católica na primeira metade do século XX, como já relatado anteriormente, era com sua expansão e fortalecimento. Notemos que durante a República Velha e o início dos anos 1930 a Igreja Católica realizou uma série de ações que justificam esta proposição. Aumentou, consideravelmente, o número de dioceses em todo o país, abriu grande quantidade de escolas católicas nos diversos níveis de ensino, instituiu novamente o ensino religioso nas escolas públicas e, principalmente, construiu um novo rearranjo político entre Igreja e Estado que ampliou sua participação na ordem social brasileira. Note-se que se houve uma ampliação da ação da Igreja na ordem social e esta foi

⁵⁹ PAIVA, A. R. **Católico, protestante, cidadão**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 47.

⁶⁰ Quando o texto sugere a construção de um sentimento orgânico de comunidade, faz referência á visão holista de mundo, própria da Igreja Católica brasileira, que desenvolve uma unidade globalizante que orienta sua prática no sentido de prevalecer uma visão sempre “global”, o que sufoca o surgimento de valores que não sejam de interesse geral, do coletivo e, principalmente, do catolicismo.

em direção a uma ação paternalista, como observa Paiva: “Há um catolicismo humanizado, sim, principalmente a partir da década de 20...⁶¹”.

Partindo destas considerações, acredita-se que os reflexos desta política nacional têm influência na prática Católica do interior da CAND.

3.4 A Prática Pedagógica Católica de Moralização na Colônia Agrícola Nacional de Dourados

O nascimento e desenvolvimento de uma organização social são as bases de sustentação das práticas religiosas de qualquer sociedade⁶². Essas práticas são sustentadas pela “moralização”, que ocorre em decorrência da necessidade de sistematizá-las. Isto significa que o processo de “moralização”, que forma os valores de ordem ética e moral de qualquer sociedade, somente se torna inteligível se observarmos, além das condições econômicas e sociais, suas relações de produção simbólica, nas quais se configuram, por sua vez, as relações de interdependências próprias do tecido social.

Essas relações de produção simbólica remetem-nos, necessariamente, à reflexão sobre a função do poder simbólico⁶³ na construção da realidade social, a qual consiste, nas palavras de Bourdieu, “[...] num estado de campo em que se vê o poder por toda a parte⁶⁴”.

Isso sugere que as relações de produção simbólica são percebidas como formas sociais socialmente determinadas, que possuem certa autonomia e, portanto, contribuem para a construção da realidade social na medida em que estabelecem uma ordem para o sentido do mundo, especialmente do mundo social, proporcionando-lhe coesão.

Pierre Bourdieu registra a importância da produção simbólica para o funcionamento da sociedade e sua coesão ao observar que:

Os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação [...], eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração “lógica” é a condição da integração “moral”⁶⁵.

⁶¹ PAIVA, A. R. Op. Cit. p. 68.

⁶² Cf. Idem.

⁶³ A respeito da concepção do poder simbólico, ver a obra do sociólogo Pierre Bourdieu intitulada *O Poder Simbólico*, especificamente o 1.º capítulo, *Sobre o poder simbólico*, no qual o autor observa que os instrumentos de poder simbólico podem ser compreendidos “[...] como instrumentos de conhecimento e de construção do mundo objetivo, meios de comunicação e instrumentos de dominação” (BOURDIEU, 1998, p. 16).

⁶⁴ Idem, p.7.

⁶⁵ Idem, p.10.

A partir dessas considerações, procurou-se analisar as práticas dos padres que atuavam na CAND durante os anos de 1950 a 1960, com o objetivo de compreender a produção simbólica que constituiu a “ordem moral” que dava forma, sentido e coesão à sociedade em estudo, por considerar que é no campo simbólico que se constitui a legitimação de uma ordem em que se funda o sistema de dominação⁶⁶. Antes, portanto, convém conhecer a instituição da produção simbólica, *locus* de produção dos discursos e representação de cultura.

Nesta pesquisa, a instituição de produção simbólica estudada diz respeito à Igreja Católica, que atuava na sociedade por meio da ação pedagógica de seus agentes, os padres.

Registre-se que a presença da religião no interior da Colônia esteve ligada mais diretamente aos padres palotinos. Antes da chegada destes, havia a ordem de São Francisco de Assis, que atendia a paróquia de Dourados desde 1938, e, por extensão, toda a Colônia Federal, já que esta pertencia àquele município.

O ano de 1954 registra o início da caminhada dos padres palotinos na CAND, quando o bispo de Corumbá entrega a paróquia da Vila São Pedro a essa ordem, que chegou com a “missão” de desenvolver a evangelização em uma região em formação. Segundo o suplemento literário dos palotinos, sua preocupação estava em educar os migrantes, comenta o texto que:

A entrada na selva se deu em 1954, com os padres José Daniel e Luís Vandrúsculo. No ano seguinte, outros três lhes seguiram os passos: Genésio Trevisan, José Stefanello e Amadeu Amadori. O início foi duro. Imagine-se o isolamento e a solidão daqueles sertões. Também a pobreza era absoluta, pois faltavam os recursos mais primários. Uma carta do Pe. Vandrúsculo nos dá conta desta situação: “por aqui tudo por fazer, tudo por salvar. Com o povo tenho de começar pelo sinal-da-cruz⁶⁷.”

Os padres da ordem da Sociedade do Apostolado Católico (SAC), conhecidos como palotinos por pertencerem à ordem que tem como fundador São Vicente Pallotti, chegaram a Mato Grosso nos anos 1950 em função de sua política de expansão, sendo que, até aquele período, limitavam-se ao estado do Rio Grande do Sul. Comenta o padre Ládio Luiz Girardi que:

A história dos palotinos no Mato Grosso começa nos primeiros anos da década de cinquenta, quando a Província Nossa Senhora Conquistadora tomava consciência

⁶⁶ MICELI, S. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, p. Op. Cit.

⁶⁷ NO PRINCÍPIO ERA A SELVA... Op. Cit. p.5-6.

da necessidade de expandir seu campo de apostolado – até então restrito aos arredores de Santa Maria (RS) – para o Norte do País⁶⁸.

O trabalho dessa ordem começou na sede da administração, como já assinalado anteriormente, mas, a partir de 1955, os palotinos voltaram-se para o interior da Colônia, ocupando vários pontos onde se localizavam alguns povoados, como Vila Brasil – antigo Porto Ubatuba –, a sub-sede da Colônia – Vicentina –, e Glória de Dourados, principais focos de concentração humana na CAND dos anos 1950.

Analisando-se esses núcleos urbanos em formação, é possível levantar a hipótese de que a religião católica desenvolveu neles o papel de ordenar a sociedade, por meio de seus discursos e suas práticas.

Uma das preocupações pedagógicas dos padres palotinos era em relação à expansão do catolicismo no mundo, bem a caráter da proposta da Neocristandade. Segundo matéria publicada em “O Progresso”, assinada pelo padre José Daniel, a Inglaterra estava vivendo, no ano de 1956, uma verdadeira perturbação religiosa: o anglicanismo estava perdendo forças e o catolicismo avançava naquele país. Isso se daria em função de vários acontecimentos divergentes que estavam ocorrendo no interior da Igreja Anglicana, devido, principalmente, a suas inúmeras correntes de pensamento ou grupos, que acabavam por gerar conflitos entre si. Nas palavras do padre José Daniel,

Devido a estas controvérsias, dezenas de pastores já converteram-se ao catolicismo e vários grupos de outros pastores estão imitando o exemplo. O grupo alto conta com grandes personalidades, numerosos pastores e vários teólogos, estudam a conversão, em massa, dos ingleses ao catolicismo, notícias recentes de Londres anunciam que 17 clérigos anglicanos, converteram-se ao catolicismo [...]⁶⁹.

Observe-se que essa matéria, despreziosa em uma primeira leitura, ganha relevância quando se considera que o avanço do catolicismo, em um país distante e desenvolvido como a Inglaterra, justificava a necessidade da presença católica na CAND, uma vez que, aquele país representava o modelo a ser seguido pelo Brasil, tanto no campo econômico como no social, principalmente porque, internamente, o Brasil estava vivendo a década do desenvolvimento acelerado da economia, do avanço da industrialização; em outras palavras, da chegada do progresso e da modernização, ou seja, estava vivenciando a era do otimismo geral⁷⁰. E, se aquele país, que era avançado em muitas questões – que aqui levariam

⁶⁸ Idem, p.4.

⁶⁹ O PROGRESSO. Dourados, 10 de junho de 1956, p.3.

⁷⁰ A este respeito, ver o texto dos pesquisadores João Manuel Cardoso de Mello e Fernando A. Novais, intitulado *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*, assim como o texto intitulado *Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural*, da prof. Doutora Vânia Maria Losada Moreira.

ainda algumas décadas para serem resolvidas –, estava passando pelo processo de mudança em “massa” de religião, ou seja, estava optando ser católico, isso serviria como uma lição importante aos migrantes da CAND, qual seja, o catolicismo era a caminhada certa rumo ao futuro promissor desta região.

Assim, o processo de constituição de uma ordem moral na sociedade, a partir dos valores da Neocristandade procurava combater alguns princípios considerados perigosos a essa sociedade, tais como os perigos do comunismo e do protestantismo.

Na representação católica de sociedade, as idéias de um mundo secular e racional eram perniciosas e perigosas, uma vez que afastavam os homens e mulheres do tipo de vida recomendável às famílias que se propunham viver socialmente na moralidade; como redenção aos “perdidos” socialmente, a Igreja sugeria que “[...] repassemos em nós os sentimentos do batismo morrendo com Cristo para as loucuras do mundo para no dia da páscoa ressuscitarmos com Cristo cheios de vida, de amor, de caridade para com Deus e para com todos nossos irmãos⁷¹”.

Ou, ainda, a Igreja procurava desenvolver sua pedagogia, ao enfatizar que era necessário

[..] remediar os males públicos e particulares, para extirpar os vícios e abusos, extinguir os ódios e as inimizades, acabar com os concubinários, e outros escândalos, em uma paróquia, para chamar o povo à observância dos mandamentos da lei de Deus e da Igreja e estabelecer os bons costumes⁷².

Seguindo esse raciocínio, pode-se afirmar que a matéria jornalística que melhor evidencia a preocupação dos católicos em relação às idéias seculares seja a coluna “Palavras de vida”, do referido jornal acima, datada de 13 de abril de 1962. Apesar de ser extensa, acreditamos ser oportuno citá-la na íntegra, haja vista sua clareza em relação à ordenação do comportamento social e, também, quanto à relação entre Estado e Cristianismo:

Um dos heróis que propugnam pela causa mais correta da nação, com intenções puríssimas, no tocante à vanglória, é também a Mãe. Escondida aos olhos lisonjeiros do mundo, a Mãe despende liberalmente as suas horas de sono a saúde, os dotes para que seus filhos possam sair-se bem em todos os atentados próprios de sua tenra idade.

E enquanto nos vai proporcionando um físico sadio, pelo bom trato que para tal nos dá, vai justamente harmonizando as nossas paixões, amoldando o ódio, o desespero, a tristeza, já cultivando o amor, a esperança, a alegria. Tudo isto segundo o prisma com que ela encara o Ser Absoluto.

Nem se esquecerá de nos proporcionar os meios para que ponhamos em prática os seus ensinamentos, como também não nos deixará faltar oportunamente as correções.

⁷¹ O PROGRESSO. Dourados, 13 de maio de 1962, p.3.

⁷² O PROGRESSO. Dourados, 15 de setembro de 1963, p.2.

Ela faz, enfim, tudo para que seu filho possa aproveitar plenamente de seus dotes naturais. Forma o homem na pujança maravilhosa de seu sentir, do seu pensar, do seu querer, eis as intenções inatas no espírito educador de toda mãe.

De certo modo, mais do que qualquer escola técnica, mais do que o exército é ela quem dá para o Estado os futuros agricultores, artífices, soldados; é também ela o primeiro Mecenaz dos futuros Orácios [sic] da própria pátria.

Grande verdade, portanto exprimia Cícero quando falava: “A família é o seminário dos Estados”.

Mas a Mãe se torna educadora maravilhosa quando é Mãe cristã. Porque então a educação não só será de modo ao homem alcançar seus sonhos, senão que será realizada satisfatoriamente a educação na “ordem atual da Providência”, é como Pio XI chama a educação cristã [...]

É já nos albores da nossa inocência que queremos a palavra de Deus, divino monossílabo que a nós pode dar a explicação de todas as coisas. E nós, salvos dos graves desvarios da incredulidade, teremos a nossa cidadania térrea perfeita, porque vivida mais harmoniosamente com seu fim último. E, sobretudo, vivida na alegria [...]

E aqui os benefícios da Mãe cristã ao Estado são óbvios, se atentarmos para a prioridade que a pessoa deve ter sobre o Estado: pois terá como consequência lógica a estrutura do Estado como modo daquela.

E se a Mãe consegue tudo isto, é porque é a educadora do amor. E só o amor tem a sagacidade de ler no futuro da alma as aptidões do próximo, e há de se empenhar para cultivá-las satisfatoriamente. Só o amor tem a faculdade de dobrar a vontade para levá-la a crer.

Tantas dedicações hão de concluir: “deve o Estado para a Mãe os olhares, não só de simpatia, como também os de assistência eficaz por parte dos governantes da Nação. E isso para que a Mãe possa não só ser a protegida de um varão, como também a rainha de um lar; o que equivale dizer: confortavelmente criar os seus filhos”.

Tal, porém, não acontece. Pois hoje, [...] esta coluna da civilização está sendo destruída. Atentam de fato contra esta heroína remediável, sim, mas insubstituível [...]

Eu creio, porém, que o que é filho de família, que conheceu o mais puro interesse de alguém por sua pessoa, quem sentiu o frêmito do amor mais verdadeiro e santo, certo, há de se empenhar para que também as gerações de porvir possam gozar destas graças⁷³.

Note-se, nestas palavras, a preocupação em combater as idéias do mundo moderno e de constituir uma ordem moral cristã, a qual é representada simbolicamente pelo “amor de mãe”. Assim, este símbolo que circunda o universo familiar, denota algo puro, submisso, verdadeiro, opondo-se, claramente, aos valores do mundo “modernizante”.

De maneira geral, percebe-se que a preocupação pedagógica da Igreja estava relacionada com a família. Note-se, na coluna citada, a preocupação com a figura da “mãe” como modelo de sociedade, de Estado e, em outras matérias, a própria família se torna objeto de reflexão da Igreja. Esse microcosmo social era o exemplo de sociedade a ser seguido; entretanto, tal modelo deveria ser baseado nos valores bíblicos para seu bom funcionamento. Como em Gênese, a família somente se formaria quando um homem e uma mulher se transformassem em uma só carne após o casamento; quando há fidelidade masculina; quando

⁷³ O PROGRESSO. Dourados, 13 de abril de 1962, p.3.

surtem novos seres humanos; quando há autoridade por parte do homem e submissão por parte da mulher; e, quando houver amor entre seus membros, como bem esclarece o padre Lombardi, ao comentar, em sua nota jornalística:

Trata-se de uma verdadeira sociedade, a mais minúscula se se quiser, porém riquíssima, de meios e possibilidades, e a mais sugerida pela natureza [...] uma verdadeira força dentro da Igreja, quando bem entendida e executada a sua missão sublime [...] Um dos grandes esteios da autoridade dos pais dentro da família é a presença daquelas virtudes recomendadas pelo Apóstolo: “Esposas estais sujeitas a vossos maridos, como convém ao senhor. Maridos, amai vossas esposas, e não sejais ásperos para com elas. Pais, não provoqueis à indignação os vossos filhos, para que se não tornem pusilânimes”⁷⁴.

Registre-se, assim, que a formação de uma sociedade sadia dependia da “moralização” de seu povo, do combate aos valores terrenos e seculares, assim como às idéias subversivas de um mundo ateu. E, se tais idéias estavam sendo divulgadas no tocante à formação dos valores morais e éticos da sociedade em formação, uma preocupação ainda restava à Igreja: o posicionamento político desta.

Não há dúvidas de que a Igreja Católica da CAND, naquela época, não indicaria diretamente à sociedade um partido político, não desenvolveria um discurso **político/partidário** e não assumiria uma postura abertamente defensiva dos grupos marginalizados pelo sistema político-econômico dominante. Essa concepção de Igreja aberta às mudanças é própria dos agitados anos 1950 e 1960, porém, este comportamento católico diz respeito a outras regiões, como nos centros industrializados onde o proletariado estava se politizando, ou nas áreas rurais onde conflitos de terras estavam acirrados e a politização dos camponeses era uma realidade⁷⁵.

Entretanto, percebe-se nos documentos analisados para esta pesquisa uma clara preocupação da Igreja em combater a política partidária dos comunistas, o que também corrobora a hipótese de que a doutrina política da Igreja Católica da CAND estava em sintonia com as idéias da Neocristandade.

Em matéria de 1963, a coluna intitulada “Palavras de Vida” aborda a questão da liberdade sexual na sociedade, argumentando que tal assunto estava sobrepondo-se em importância às questões mais temerárias e importantes para a sociedade, tais como o

⁷⁴ O PROGRESSO, Dourados, 01 de setembro de 1963, p.3.

⁷⁵ Sobre a mudança política da igreja, ver a obra de Scott Mainwaring, *A Igreja Católica e a Política no Brasil 1916-1985*, especificamente o capítulo que discute a decadência da Igreja da Neocristandade, além da obra de Thomas C. Bruneau, *Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*, especialmente a segunda parte dessa obra, que discute a Igreja no mundo moderno.

comunismo e a bomba de hidrogênio. Vejamos o que comenta Fulton Sheen, em seu artigo intitulado “‘Libertação’ Sexual”:

Destes usos e abusos das palavras “libertação” e “liberdade”, até parece que isto de “sexos” era qualquer mistério ignorado, escondido no recanto mais tenebroso da África Equatorial ou da selva amazônica e só agora descoberto pelos audaciosos exploradores dos nossos dias. E dá-se ao caso mais importância e atenção do que ao futuro da humanidade em face do comunismo e da bomba de hidrogênio⁷⁶.

Fulton Sheen foi explícito no combate às idéias comunistas também em outro artigo, intitulado “Juízos Temerários”. A começar pelo título, o autor questiona o valor e importância das mudanças sociais que estão ocorrendo naquele período e demonstra-se preocupado com o tipo de sociedade que estava em formação, justamente por se desviar do modo cristão de viver. Observa Sheen que:

Quase que a única espécie de reforma de que hoje se ouve falar é a reforma social – e sabe Deus quão necessária é realmente. Importa, porém, que certas arvoram-se em reformadores a fim de não terem de se reformar a si próprios. O comunismo, por exemplo, é uma filosofia muitíssimo cômoda, porque, segunda ela, todas as nódoas estão exclusivamente no plano dos outros. Preenchia a condição prévia de haverem sujeitado cegamente o espírito à tirania de Moscou, os comunistas acham legítima todas as suas mentiras, imoralidades e traições [...] querem arrumar a casa alheia, mas deixam a casa própria cheia de lixo.

Foi contra esses falsos reformadores que o nosso Divino Mestre disse: “Por que olha a palha que está no olho do teu irmão e não vês a trave que está no teu?”⁷⁷.

Assim, percebe-se que o processo de “moralização” da Colônia, mesmo não se limitando ao trabalho jornalístico dos padres, é revelado claramente nos artigos aqui analisados, os quais divulgam os objetivos da prática pedagógica católica no interior da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, ou seja, formar uma sociedade fundada em uma ordem moral judaico-cristã-católica, a qual, na primeira metade do século XX, tinha como projeto político a Igreja da Neocristandade, procurando, portanto, expandir essa instituição, combater as idéias seculares e o comunismo, e, com a relativa autonomia que a Igreja conquistara no jogo político entre ela e o Estado, sistematizar esta instituição social no processo de organização sócio-espacial dos núcleos urbanos que estavam em formação no início dos anos 1950 no interior da CAND. Estas idéias vão ao encontro das observações que Scott Mainwarring faz sobre o posicionamento político da Neocristandade nos anos 50 do século passado, ao comentar que:

Por volta de 1955 havia três facções principais dentro da Igreja. Cada qual com uma visão diferente no tocante às mudanças sociais. Aqueles que continuavam a

⁷⁶ Idem, p.3.

⁷⁷ O PROGRESSO. Dourados, 15 de setembro de 1962, p.2.

endossar a estratégia da Neocrisandade passaram a ser os tradicionalistas, embora esse modelo não pudesse ser classificado como tradicional antes dos anos 50. Esse grupo acreditava que a Igreja deveria seguir no combate à secularização e no fortalecimento da presença da instituição na sociedade. Por exemplo, a Igreja deveria organizar campanhas contrárias aos meios seculares de comunicação, à educação pública e aos partidos políticos progressistas. Deveria operar como um grupo de interesse, usando o Estado para garantir tantos privilégios quanto fosse possível, como forma de tornar católica a sociedade⁷⁸.

Dessa forma, levando em consideração esta assertiva e fundamentando-se no que foi discutido nos capítulos iniciais, o capítulo a seguir procurará reconstruir, historicamente, o papel da Igreja Católica no processo de formação do núcleo urbano de Fátima do Sul, povoado que se formou às margens do rio Dourados, no interior da Colônia Federal, com o objetivo de compreender a atuação política desta instituição no mundo secular do final da década de 1940 ao ano de 1965.

⁷⁸ MAINWARRING, S. Op. cit. p.57.

4 A ORGANIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DE FÁTIMA DO SUL E A “MISSÃO” DA IGREJA CATÓLICA: INTER-RELAÇÕES NECESSÁRIAS?

4.1 Componentes Estruturais e Conjunturais da Cidade de Fátima do Sul

Nos capítulos anteriores, ocupamo-nos em analisar o período em que a região ora em estudo – parte do extremo sul de Mato Grosso – era Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Procurou-se conhecer seu contexto histórico a partir das políticas de colonização do Estado para esta área; das relações entre o poder secular e o religioso; e da influência deste último no comportamento da sociedade.

Com base nessas considerações, este capítulo pretende discutir a hipótese de que a cidade de Fátima do Sul se desenvolveu na premissa-chave do paradigma da Neocristandade, implantado no Brasil na primeira metade do século XX, i.e., na integração entre a Igreja e Estado ocorrida durante o primeiro governo Vargas. Assim, acredita-se que o papel da Igreja Católica foi preponderante no processo de formação dessa cidade, uma vez que esta – com seu modelo de instituição neocristã – participou da formação de seu imaginário social.

Fátima do Sul situa-se atualmente na região Centro-Oeste do país, estado de Mato Grosso do Sul e possui um índice populacional, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, de 19.111 habitantes, sendo 16.280 na zona urbana e 2.831 na zona rural. É atualmente um dos menores municípios do estado em extensão territorial com uma área de 315,24 km², representando 0,09% do estado⁶. Pertence à microrregião Campos de Vacaria e Mata de Dourados, localizada na região sul do estado de Mato Grosso do Sul e está a uma altitude de 352m acima do nível do mar, latitude 22°-22'-75'' S e longitude 54°-30'-50'' W. Seus limites e confrontações são os seguintes: Norte, município de Dourados; Sul, município de Vicentina; Leste, municípios de Glória de Dourados e Deodápolis; Oeste, municípios de Caarapó e Dourados. Seu relevo é dividido em duas unidades: a Oeste as sub-bacias meridionais com ondulações e topos tabulares e nas demais áreas o Planalto de Dourados. Sua vegetação é composta de culturas cíclicas e permanentes, cerrados e campos limpos para pastagem, o clima é tropical e a bacia hidrográfica à qual pertence o município é a Bacia Hidrográfica do Paraná. O principal curso d'água de Fátima

⁶ Aqui cabe uma observação importante, uma vez que Fátima do Sul até a década de 1980 tinha uma extensão territorial maior, ou seja, uma área de 462,00 quilômetros quadrados e compreendia os atuais municípios de Fátima do Sul e Vicentina. Sua população total era de 33.313 habitantes (SEPLAN, 1984).

do Sul é o rio Dourados, com alguns córregos como o Picada, o córrego do Engano, Água Limpa, São Francisco, córrego das Moças e o Tapei. O município possui atualmente 01 distrito – Culturama – e 01 povoado, Novo Planalto.

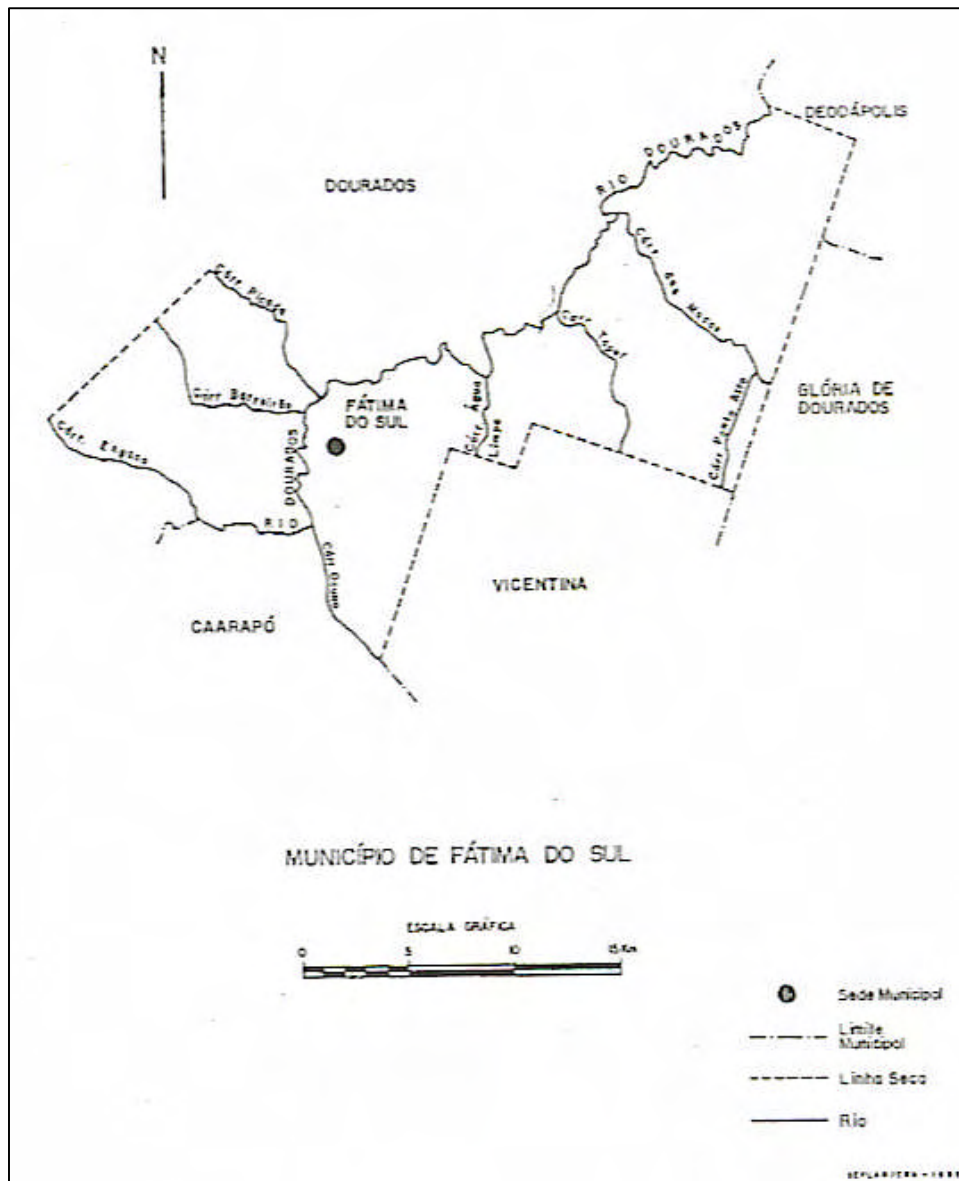
Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, senso de 2000, a lavoura permanente de maior expressão no município de Fátima do Sul é o café, com 09 toneladas de quantidade produzida, seguido da uva, com 07 toneladas de quantidade produzida. Já a lavoura temporária é composta dos seguintes produtos: milho, com 31.400 toneladas; soja, com 21.000 toneladas; arroz, com 3.550 toneladas; mandioca, com 750 toneladas; feijão, com 288 toneladas; tomate, com 240 toneladas; algodão herbáceo, com 216 toneladas; e trigo, com 60 toneladas. A pecuária é composta de 1.388.245 cabeças, divididas entre bovinos, suínos, eqüinos, muares, ovinos, aves (galos, galinhas, frangos, frangas e pintos) e caprinos.

Em relação à educação, Fátima do Sul possui um total de 05 escolas estaduais (04 na sede do município e 01 no distrito de Culturama), 02 municipais (01 na sede do município e outra no distrito de Culturama) e 04 particulares (todas na sede do município). Estas escolas pertencem à zona urbana, com 636 alunos matriculados na pré-escola e creche, 3.620 alunos matriculados no ensino fundamental e 911 alunos matriculados no ensino médio.

Quanto ao aspecto religioso, ainda embasado nos dados do censo de 2000 do IBGE, observa-se que dos 19.111 habitantes residentes em Fátima do Sul, 14.731 são católicos, em seguida estão os evangélicos com 3.343 habitantes, as religiões orientais com 38 e outras religiões com 75 habitantes praticantes. Há, também, 917 habitantes que se declararam sem religião ou que não determinaram qual sua religião. Destes dados, o que chama a atenção é o fato da maioria dos habitantes fátima-sulenses pertencerem à religião Católica Apostólica Romana, i.e., mais de 77% dos habitantes deste município declararam serem católicos no final do século XX. Outra constatação que não pode passar despercebido, é que não há, segundo o censo, praticante da religião espírita, umbanda/candomblé e judaica, entretanto, empiricamente sabe-se da existência de terreiros de candomblés na periferia da cidade e de um centro espírita originário dos anos 1950, o que sugere que estes praticantes preferiram dizer pertencerem a outras religiões a assumi-la.

Fátima do Sul possui, também, 03 instituições bancárias (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco Bradesco), 04 indústrias extrativas, 52 indústrias de transformação, 06 indústrias de construção civil, 435 empresas comerciais (dados do IBGE, senso de 2000).

Divisão territorial do Município de Fátima do Sul



Fonte: CAPILÉ, C. C. **História de Fátima do Sul**. Dourados: Gráfica Caiuás, 1999, p. 85.

4.2 As Lutas Político-Sociais no Processo de Formação de Fátima do Sul

A radiografia atual da cidade de Fátima do Sul, apresentada aqui, serve como “comissão de frente” de um estudo que tem como interesse maior demonstrar como

historicamente homens e mulheres desta cidade construíram sua identidade a partir da sua ação cotidiana.

Dessa acepção, podemos inferir tendo por base as observações do antropólogo Robert Erza Park em seu artigo intitulado “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” que “... a cidade é o habitat natural do homem civilizado. Por esta razão, ela é uma área cultural caracterizada pelo próprio tipo cultural peculiar²” e complementa o pesquisador argumentando que o “homem civilizado”, é um campo de investigação complexo e instigante, uma vez que ele é mais acessível à observação e ao estudo do que os povos não citadinos, e sua cultura e modo de vida “são mais variadas, sutis e complicadas³”.

Levando em consideração esta assertiva, acredita-se que a análise sobre a cidade do século XX, portanto, cidade moderna, torna-se pertinente, já que o estereótipo de homens e mulheres ocidentais deste período baseia-se em uma concepção de ser humano citadino e com um modo de vida urbano.

Dessa forma, torna-se necessário, pois, analisar os aspectos determinantes que contribuíram para a formação de uma cidade, uma vez que estes são peculiares, únicos, o que desperta interesse particular em compreender o processo de formação de Fátima do Sul ao discutir a participação da Igreja Católica na organização sócio-espacial desta.

No entanto, que de maneira geral devemos pensar a categoria cidade como algo mais que um amontoado de homens, mulheres, crianças, estruturas sociais e físicas, ruas, casas, carros, tribunais e escolas. Cidade é também um estado de espírito, de atitude, de sentimentos, de costumes e tradições⁴.

Pode-se sugerir que cidade pode ser compreendida como um corpo físico, construção artificial, porém, envolvida na cultura de um conjunto de pessoas que falam a mesma língua, têm costumes e interesses semelhantes, história e tradição comuns. Assim, a cidade tem sua cultura e esta permeia sua geografia, ecologia, economia, comunicação e sua política. Isto nos leva a perceber que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam e sua organização física interage mutuamente com sua organização

² PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O G. (Org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1979, p. 27.

³ Idem, p.28.

⁴ Idem, passim.

moral, que é formada pelas instituições religiosas, pelos partidos políticos, instituições caritativas, instituições escolares entre outras.

Em função disto, pode ser que a primeira impressão de uma cidade seja sua estrutura física, mas não se deve esquecer que esta está calcada na história de seus habitantes, como demonstra Park quando observa que: “É a estrutura da cidade que primeiro nos impressiona por sua vastidão e complexidade visíveis. Mas, não obstante, essa estrutura tem suas bases na natureza humana, de que é uma expressão⁵”.

Coaduna-se com estas reflexões outro estudioso da categoria cidade, Lewis Mumford. Este observa em seus estudos que a cidade é uma unidade formada pelas condições de vida específica do ser humano, entretanto, esta foi constituída a partir da junção em um único espaço da evolução tecnológica e da formação moral.

Comenta este pesquisador que apenas o aumento numérico de habitantes das aldeias não seria capaz de transformar estas em cidades. Para alcançar esta mudança foi necessário surgir uma “nova configuração⁶”, uma transformação no todo que alterasse suas propriedades inerentes.

Os antigos componentes da aldeia foram incorporados e recompostos a uma nova unidade urbana, “graças à ação de novos fatores, foram eles recompostos num padrão mais complexo e instável que o da aldeia – e, apesar disso, de uma forma que promoveu ulteriores transformações e desenvolvimentos⁷”. Assim, a composição humana na unidade urbana ficou mais complexa, incorporando aos hábitos do caçador, do camponês e do pastor, outros tipos primitivos, tais como o mineiro, o lenhador, o pescador. Em outra origem primitiva, comenta Mumford, surgiu também o barqueiro, o marinheiro, que contribuiu ainda para o desenvolvimento de outros grupos como o mercador e o sacerdote, os quais acabaram por criar uma unidade superior denominada de cidade.

Esta complexidade social própria da unidade urbana expandiu a capacidade humana, uma vez que:

A cidade efetuou uma mobilização de potencial humano, um domínio sobre os transportes entre lugares distantes, uma intensificação da comunicação por longas distâncias no espaço e no tempo, uma explosão de inventividade, a partir de um

⁵ Idem, p.29.

⁶ MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1991, p.37.

⁷ Idem, p37.

desenvolvimento em grande escala da engenharia civil, e, o que não é menos importante, promoveu uma nova e tremenda elevação da produtividade agrícola⁸.

Mumford observa, ainda, que a mudança ocasionada pela unidade urbana nos meios de sobrevivência foi acompanhada também pelo “inconsciente coletivo”, quiçá, precedido por este⁹. Nas cidades os deuses familiares foram substituídos pelos deuses celestiais, “identificados pelo sol, água, lua¹⁰”. O chefe local passou a exercer o poder dominante utilizando-se de atributos divinos ou quase divinos. Houve, também, alterações nos hábitos e costumes, e a sabedoria dos anciãos não mais representava a autoridade. Na nova unidade urbana, a audácia da juventude e sua vocação contavam mais que as ligações de famílias para caracterizar o novo tempo.

Assim, para este pensador a “civilização urbana” “pode ter sua origem na combinação de criatividade e controle, de expressão e repressão, de tensão e libertação, cuja manifestação exterior foi a cidade histórica¹¹”. E o autor ainda observa que:

[...] a cidade pode ser descrita como uma estrutura especialmente equipada para armazenar e transmitir os bens da civilização e suficientemente condensada para admitir a quantidade máxima de facilidades num mínimo de espaço, mas também capaz de um alargamento estrutural que lhe permite encontrar um lugar que sirva de abrigo às necessidades mutáveis e às formas mais complexas de uma sociedade crescente e de sua herança social acumulada¹².

Mumford ainda procura mostrar que esta transformação proporcionada pela cidade ao homem não pode ser considerada como uma revolução, uma vez que a ascensão da cidade não significa necessariamente o declínio abrupto de culturas antigas. Para o autor, ocorre o contrário, i.e., a ascensão da cidade contribuiu para juntar e aumentar a eficácia e o alcance de antigos elementos culturais, próprios das sociedades não citadinas. Desse modo, a ascensão da cidade serviu para organizar em uma área restrita algumas funções sociais que em sociedade aldeãs eram fortuitas e dispersas, ou seja, sugere esse pensador que a cidade consegue manter em estado de tensão e interação todos os componentes culturais que se constituíam isoladamente em sociedade não citadinas.

⁸ Idem, p. 38.

⁹ Idem, p.38.

¹⁰ Idem, p.38.

¹¹ Idem, p.38.

¹² Idem, p.38-9.

No contexto maior que a cidade proporcionou é que devemos pensar a técnica, a política e a religião. Lembra Mumford que principalmente a religião deve ser analisada no contexto citadino, por ser esta quem primeiro manifestou sua condição de prioridade na cidade. O autor justifica sua hipótese ao analisar as projeções coletivas e o imaginário social que dominava a realidade, ao comentar que: “Monumentos e documentos sobreviventes mostram que essa ampliação geral do poder [religioso] foi acompanhada por imagens igualmente exorbitantes, que brotavam do inconsciente [coletivo urbano] e eram transpostas nas formas ‘eternas’ da arte¹³”.

Neste sentido, é importante ressaltar que a cidade não é uma formação social exclusiva do modo de vida moderno e, portanto, não foi somente a partir do século XVI que adquiriu *status* de imprescindível para a compreensão da história dos seres humanos. A cidade fez-se presente, também, nas sociedades anteriores, como chama a atenção Penalva Santos:

As cidades não são uma categoria típica do capitalismo. Na antiguidade, por exemplo, existiram muitas e importantes cidades – centros de controle político e militar – cujo papel era eminentemente político, a partir das quais se estabeleceram impérios, como é o caso notável do Império Romano. Na Idade Média, apesar da descentralização política e econômica, muitas cidades se destacaram como centros de comércio, a exemplo de Brugges, na Bélgica, e de tantas outras na Europa, cujo sítio geográfico sempre incluía um rio, quando não se localizavam na costa marítima¹⁴.

Dessa forma, acredita-se que o que chama a atenção da categoria cidade na sociedade moderna é sua função história, ou seja, neste período, sob a égide do capitalismo, o papel da cidade é peculiar.

Igualmente, lembra Mumford que há uma distância considerável entre as primeiras cidades construídas antes da era cristã às cidades da modernidade. Segundo este pensador, nas cidades modernas verifica-se avanços tecnológicos voltados apenas para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

[...] vivemos num explosivo universo de invenções mecânicas e eletrônicas, cujas partes se movem num ritmo rápido, distanciando-se cada vez mais do seu centro humano e de quaisquer finalidades humanas racionais e autônomas. Essa explosão tecnológica produziu uma explosão semelhante na própria cidade: a cidade [moderna] arrebentou-se e se espalhou, em órgãos e organizações complexas, por toda a paisagem¹⁵.

¹³ Idem, p.41.

¹⁴ SANTOS, A. M. S. P. **Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.25.

¹⁵ MUNFORD. L. Op. Cit. p.42.

Entretanto, podemos dizer que há entre os séculos XIX e XX, características diferentes que explicam o surgimento das cidades. No século XIX a população era essencialmente rural e as cidades foram surgindo em função do crescimento da industrialização, que alimentava a dinâmica da economia urbana e atendia suas necessidades internas, características, principalmente, das cidades européias¹⁶. E, durante aquele século, as cidades que não estavam integradas naquela conjuntura tinham importância ínfima no contexto supranacional, uma vez que eram controladas por cidades externas, que ficavam nas metrópoles, *locus* do controle político, econômico, religioso e militar.

No século XX, o processo de urbanização que aconteceu em países de industrialização tardia, como é o caso do Brasil, apresentou como característica essencial um crescimento urbano incontestável se comparado ao número de habitantes que residiam na zona rural até as primeiras décadas desse século.

Observando a tabela do IBGE em relação à urbanização do Brasil durante o século XX, nota-se um deslocamento populacional substancial do campo para a cidade, ocorrido essencialmente a partir da década de 1960.

DADOS DOS CENSOS DO IBGE

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E POR SEXO 1940-1996

ANOS	TOTAL		URBANA		RURAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1940	20.614.088	20.622.473	6.164.473	6.715.709	14.449.615	13.906.518
1950	25.885.001	26.059.396	8.971.163	9.811.728	16.913.838	16.247.668
1960	35.055.457	15.120.390	15.120.390	16.182.644	19.935.067	18.832.356
1970	46.331.343	25.227.825	25.227.825	26.857.159	21.103.518	19.950.535
1980	59.123.361	39.228.040	39.228.040	41.208.369	19.895.321	18.670.976
1991	72.485.122	53.854.256	53.854.256	57.136.734	18.630.866	17.203.619
1996	77.442.865	59.360.442	63.360.442	17.726.476	17.726.476	16.266.856

Fonte: LIBANIO, J. B. *As lógicas da cidade*. 2. ed. São Paulo : Edições Loyola, 2002. p.30.

¹⁶ Cf. SANTOS, Op. Cit.

Segundo as estatísticas, é entre 1960 a 1996 que o aumento da população urbana ganhou proporções irrestritas. Em 1940, de um total de 41.236,315 habitantes, apenas 12.880,182 residiam na cidade, ou seja, pouco mais de 30% residiam na zona urbana e aproximadamente 70% residiam no campo. Nos anos 1960, o número de habitantes entre a zona urbana e a zona rural no país quase que se equiparou, contudo, havia ainda uma leve tendência para um maior número de habitantes residentes no campo. Veja-se que, de um total de 70.070,457 habitantes, 31.303,034 habitantes residiam na zona urbana e 38.767,423 habitantes residiam na zona rural. Nos anos 1970 aconteceu à primeira inversão nos números entre os habitantes residentes na zona urbana e os habitantes residentes na zona rural. De um total de 93.139,037 habitantes do país, 52.084,984 habitantes já residiam na zona urbana ao passo que a zona rural contava com uma população de 41.054,053. E, segundo os dados do censo de 1996, a inversão do número de habitantes residentes à zona urbana em relação à zona rural, se comparado ao censo de 1940, é inquestionável, o que demonstra que no final do século XX o Brasil passou a ser um país com alta taxa de urbanização, uma vez que, de um total de 157.070,163 habitantes, 123.076,831 residem na zona urbana, enquanto que apenas 33.993,332 residem na zona rural. Isto equivale dizer que no final do século XX, 80% dos habitantes brasileiros estão nas cidades e 20% no campo.

Partindo desta conjuntura histórica e fixando o olhar nos anos 1960 e 1970, período em que se processam algumas mudanças na ordem social brasileira, como a multiplicação de cidades de pequeno porte, é oportuno observar que há um fenômeno de crescimento do número de cidades em regiões até então com pouca densidade populacional, tais como as regiões Centro-Oeste e Norte.

Segundo o geógrafo Milton Santos¹⁷ este fenômeno ocorreu devido à necessidade de incorporar à economia nacional, regiões inexploradas economicamente pelo capitalismo e que eram detentoras de excelentes recursos naturais, bem como, à necessidade que o Estado tinha de marcar presença no interior do território brasileiro. Assim, nota-se que durante as décadas de quarenta a setenta do século XX, houve no Brasil um crescimento da urbanização a partir das migrações do campo para a cidade, o que contribuiu de forma considerável para o aumento do número de cidades de pequeno porte por todo interior brasileiro.

No entanto, uma ressalva aqui é conveniente por considerar que esse movimento migratório campo/cidade, não deve ser pensado a partir de uma única via, i.e., migrantes do campo procurando se estabelecer nos grandes centros urbanos do Centro-Sul do país, como

¹⁷ Cf. SANTOS. M. **A urbanização brasileira**. São Paulo : Hucitec, 1996.

Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, entre outras metrópoles daquela região. Se este é um movimento predominante em âmbito nacional, há, um grande número de cidades de pequeno porte surgindo no interior do Brasil, oriundas, sobretudo, da política de ocupação dos “espaços vazios” organizado pelo Estado Novo, denominada “Marcha para Oeste”.

A constatação desta asserção pode ser subsidiada pela tabela abaixo que apresenta a criação de 14 municípios somente entre os meses de novembro e dezembro do ano 1963, em sua maioria no sul do estado de Mato Grosso, área que, segundo Vargas, deveria ser ocupada pelos brasileiros, conforme observou a política de colonização dirigida do Estado Novo.

DADOS HISTÓRICOS DO INSTITUTO MEMÓRIA

Criação dos municípios no estado de Mato Grosso entre os meses de novembro e dezembro de 1963

NÚMERO DA LEI	DATA DE PÚBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL	AUTOR	EMENTA
1.940	20.11.1963	Dep. Valdon Varjão	Cria o município de Luciara
1.941	11.11.1963	Dep. Weimar Gonçalves torres	Cria o município de Glória de Dourados
1.943	27.11.1963	Dep. Valdon Varjão	Cria o município de Nobres
1.944	22.11.1963	Dep. Weimar Gonçalves Torres	Cria o município de Naviraí
1.945	22.11.1963	Deps. Agapito Boeira e Walderson Coelho	Cria o município de Porto dos Gaúchos
1.946	22.11.1963	Dep. Manoel José de Arruda	Cria o município de Araguainha
1.948	22.11.1963	Dep. Wilson Loureiro	Cria o município de Anaurilândia
1.949	25.11.1963	Dep. Vivaldo Oliveira e Alves Duarte	Cria o município de Ivinhema
1.950	25.11.1963	Dep. Weimar Gonçalves Torres	Cria o município de Jatei
1.951	25.11.1963	Dep. Alexandrino Marques	Cria o município de Iguatemi
1.967	22.11.1963	Dep. Alves Duarte	Cria o município de Bataiporã
1.971	28.11.1963	Dep. Carlos Medeiros	Cria o município de Caracol
2.051	03.12.1963	Dep. Valdon Varjão	Cria o município de General Carneiro
2.057	13.12.1963	Dep. Weimar Gonçalves	Cria o município de Vila

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados levantados no Instituto Memória do Poder Legislativo do Estado de Mato Grosso, 2005.

Segundo as estatísticas, nove municípios que foram emancipados no final de 1963 faziam parte da região sul do estado de Mato Grosso, são eles: municípios de Naviraí, Anaurilândia, Glória de Dourados, Ivinhema, Jatei, Iguatemi, Bataiporã, Caracol¹⁸ e Vila Brasil. Assim, mais de 60,0% dos municípios que conquistaram sua autonomia política no estado de Mato Grosso no final de 1963 localizavam-se na região sul deste estado.

Direcionando o olhar a uma dessas localidades, município de Vila Brasil, pode-se sugerir que sua emancipação política ocorrida em 11/12/1963 foi o resultado de lutas endógenas de migrantes nordestinos oriundos, sobretudo, do interior do estado de São Paulo para esta região, a partir do final dos anos 1940.

É sabido que a extensão geográfica da CAND – situada entre os atuais municípios de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Jatei, Glória de Dourados, Deodápolis e Angélica; a qualidade de seu solo; e a possibilidade de conquista da terra por parte de parcela da sociedade que vivia à margem do sistema econômico vigente, transformou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados em um atrativo para inúmeras famílias oriundas de diversas partes do país. Segundo Ponciano¹⁹, estes migrantes eram originários dos estados da Bahia, Alagoas, Ceará, Pernambuco, Piauí, Sergipe, São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de um pequeno número de imigrantes japoneses, portugueses e paraguaios.

O movimento desses migrantes para o interior do Brasil durante a maior parte do século XX, considerado por Martins como “o movimento de fuga [dos pobres] das áreas que os grandes proprietários e as grandes empresas vêm ocupando progressivamente²⁰”, foi acompanhado por diversas dificuldades.

Acredita-se que um dos aspectos a ser apontado como fator de complicação na fixação desses migrantes no interior do Brasil, em específico à Colônia Agrícola Nacional de Dourados, na década de 1950, está relacionado à mudança macro-política do Estado.

¹⁸ Caracol localiza-se na região sudeste do antigo estado de Mato Grosso.

¹⁹ Cf. PONCIANO, N. P. **Um olhar nos crimes de sedução**: a mulher da família de Fátima do Sul (1967/1977). 2000. 166p. Dissertação (mestrado em História) – UNICENTRO – UNESP/ASSIS. Especificamente o primeiro capítulo.

²⁰ MARTINS, J. de S. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, F. A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo : Companhia das Letras, 1998, p.664.

O primeiro governo Vargas prometeu ajuda aos “novos bandeirantes” para que estes se instalassem em regiões de “espaços vazios” da Amazônia legal. Entretanto, conforme alguns depoimentos dos remanescentes daquele período, sabe-se que apenas os primeiros migrantes receberam apoio estatal²¹. Os colonos que chegaram a partir da década 1950 não alcançaram esta base de sustentação e viram-se desprotegidos da assistência do Estado no processo de povoar esta região. O depoimento de Dulce de Oliveira, migrante remanescente daquela década e que reside atualmente na periferia de Fátima do Sul, corrobora com esta assertiva:

Nós chegamos aqui em 51, era mata virgem, essas estradas foi aberta pelo olho do colono, não foi maquinário, foi com o olho do colono. As famílias se juntava e, ali, juntava 20 homem e arrancava uma peroba, e ia prosseguindo a estrada. Foi muito difícil a vida aqui para pessoa pobre, nós sofremo muito, nós era fraco. Vinha aqui comprava um pedaço de terreno e plantava. Muitas pessoas sofreram como a gente. Um tanto dessas pessoas não moram mais aqui, uns morreram e outros mudaram (depoimento 3).

Veja-se, também, o que observa o aposentado Belmiro de Oliveira, antigo colono da CAND, sobre a ajuda do Estado no processo de fixação dos migrantes na Colônia:

Os lotes foi feito aqui, os lotes foi dado aqui [lado esquerdo do rio Dourados]. Aqui era Colônia, era Colônia Federal, que quando veio aqui naquela ocasião a cooperativa, que hoje é a vila São Pedro, o governo dava, quando começou, um machado, uma foice, uma enxada e fazia a casa, você pode olhar que ainda em casa antiga pregada assim [com tábuas em transversal], pois é, aquela foi dada pelo governo [...], mas então o pessoal veio demais e o pessoal [do governo] já não fez mais. O governo não deu conta, o governo no início ajudava... (depoimento 8).

Com base nestes depoimentos, é possível destacar que a partir do final da década de 1940, intensificou-se a chegada de migrantes para a área do extremo Sul de Mato Grosso, destinada pelo Estado Novo à implantação de uma Colônia Agrícola, como observa a pesquisadora Damarci O. da Costa em seu artigo “Colonização, especulação fundiária e Terra de índio”: “[...] a busca pelos ‘espaços vazios’ e por melhor sorte na vida provocou a avalanche de migrantes para a região de Dourados²²”. Outrossim, argumenta Ponciano em sua dissertação de mestrado, quando registra que: “[...] nos anos 50, quando acontece de forma maciça a migração para esta área [CAND], tais recursos já não existe, a assistência do Estado

²¹ O texto de Benícia Couto de Oliveira e Valdeir Justino, intitulado “Projeto colonizador na região da Grande Dourados: encontros e desencontros na malha fundiária” é esclarecedor em relação a ausência do Estado no processo de fixação dos colonos na CAND.

²² COSTA, D. O. da. Colonização, especulação fundiária e terra de índio: a Colônia Agrícola Nacional de dourados e a Aldeia Panambi. In: **Fronteiras** – Revista de História. Campo Grande, 2 (4), 1999, p.38.

se torna totalmente inoperante e os migrantes se vêm sozinhos no processo de povoar os ‘espaços vazios’²³”.

As famílias que chegavam eram orientadas a estabelecer-se provisoriamente no pátio da administração da Colônia – onde situa atualmente vila São Pedro, distrito do município de Dourados –, para poder preencher o requerimento de doação do lote e o administrador se certificar de que tais famílias estavam aptas para serem contempladas. Após alguns dias ali, “[...] só com a roupa do corpo, exposto ao sol, a chuva, ao frio, sem qualquer recurso²⁴”, os migrantes começavam por iniciativa própria sua caminhada para o interior da CAND.

Assim, deslocavam-se para o Sudeste da Colônia, terminando por se concentrar à margem esquerda do rio Dourados, lugar denominado de Porto Ubatuba. Convém registrar que o referido rio serviu como linha demarcatória para estabelecer no interior da Colônia a área destinada à primeira Zona e segunda Zona, sendo, respectivamente, o lado esquerdo e o lado direito do referido rio.

As notas registradas pelo padre Amadeu Amadori no livro tombo da Igreja Católica é esclarecedora no tocante ao surgimento deste povoado:

Vila Brasil teve início nos primórdios de 1950, quando tomados todos os lotes da margem esquerda do Rio Dourados, os migrantes que vinham em massa de todos os recantos do Brasil, começaram a embrenhar-se nas matas virgens à margem direita do mesmo rio. Devido à difícil passagem do rio (só canoas) e por causa do sertão bruto, as numerosas famílias que vinham chegando acampavam temporariamente na barranca do rio, enquanto fosse aberta uma clareira nos lotes. Assim começaram aparecer barracos e ranchos de sapé. Em poucas semanas a rancharia marginava uma longa rua lado a lado. De um dia para outro apareciam botequins, pousos, casinhas de comércio. Quem passava por aí via, senão dinheiro e progresso, ao menos, barulho da manhã à noite (LIVRO TOMBO, 1963, p.4).

Neste período, os primeiros administradores da Colônia havia mapeado e dividido a primeira zona em lotes rurais de 30 hectares aproximadamente, no entanto, a área demarcada era pequena frente ao número de famílias que desalojavam diariamente no pátio da administração e, estas, desciam, por iniciativa própria, até a margem do rio Dourados a procura de seu lote rural, esperando a administração cortar a segunda Zona da Colônia. Entretanto, desta área, os agentes do governo procederam somente a reserva de dois lotes, contíguos ao rio, correspondente a 60 hectares aproximadamente, localizados do lado contrário ao local que ficaria conhecido como Porto Ubatuba.

²³ PONCIANO, N. P. Op. Cit. 2000, p.40.

²⁴ INFORMATIVO REGIONAL SUL, Fátima do Sul, 09 de julho, 1999, p.7.

Desse modo, os migrantes terminaram por concentrar-se junto à margem esquerda do Porto Ubatuba, na expectativa de que fosse iniciada a abertura e demarcação da segunda Zona da Colônia, com a conseqüente distribuição da terra. No entanto, como este processo foi sendo postergado pelos administradores da Colônia, por volta do início dos anos 1950 era considerável o número de famílias de migrantes reunidas naquele local.

Este aspecto histórico justifica dois fatores importantes no processo de colonização desta região. Primeiro, é que este proporcionou a ocupação das terras localizadas na segunda Zona da Colônia pela iniciativa dos próprios colonos, ante a letargia do governo; segundo, é que esta concentração de famílias à margem do Porto Ubatuba é a gênese de um povoado que inicialmente era denominado Porto Ubatuba, posteriormente Vila Brasil e, finalmente, em 1965, Fátima do Sul.

Sobre o processo de ocupação das terras do lado direito do rio Dourados pelos colonos, o próprio relatório do governo federal faz o seguinte registro:

Transcorrido 13 (treze) anos [da criação da CAND], muitos agricultores e homens sem terra, atraídos pela vertiginosa valorização da terra na região da Grande Dourados, começaram a pressionar o governo do estado para que lhes fosse destinado aquele excedente. Sem qualquer critério, em desrespeito ao próprio Instrumento Estadual de Doação, e antes mesmo de serem encerrados os trabalhos de medição, ante aquela avalanche de pedidos de concessões, atingindo aproximadamente 1.000 requerimentos protocolados, o estado concedeu mais de 130.000 (hectares) prejudicando à época, o projeto de loteamento e colonização em curso (INCRA, CR16, 1984).

Esta transcrição vem corroborar com a idéia de que os migrantes começaram a transpor o rio para proceder, por eles mesmos, a demarcação e ocupação dos lotes da segunda Zona da Colônia em total descumprimento da ordem estatal.

Como já observado, normalmente o tamanho dos lotes era de aproximadamente 30 hectares. Assim, conforme depoimentos, para facilitar esta demarcação os migrantes mediam 250 metros de frente 1.250 metros de comprimento, e iam fazendo a marcação de sua propriedade, respeitando apenas a área reservada de 60,00 hectares, que correspondia aos dois primeiros lotes do lado direito do rio Dourados. Coaduna-se com esta assertiva, o depoimento do padre católico Amadeu Amadori, quando ressalta que:

[...] o povo foi chegando, chegando, naquela época tinha tanta gente que vinha aos borbotões. A colonização não conseguiu instituir o corte. O agrimensor, o engenheiro não conseguiu dar conta [...] vinha gente para a Terceira Linha, Vicentina, para a banda de São José, Quarta Linha, Glória de Dourados e foi avançando, eles iam à frente do agrimensor, não tinha marcação. Mediam de cipó mais ou menos e ia embora. Depois que veio o agrimensor e ai deu aquela briga, porque ele mudava o lugar da linha naturalmente. Pensa que na mata é fácil tirar uma linha reta? Ia mais ou menos, quando um tirava até ali, outro continuava, de repente, sabe lá? Mudava de rumo, tinha que cortar um pedaço, a estrada não

passava mais aqui, às vezes ficava no fundo, no meio do lote. Bem, mas o povo vinha chegando [...] (depoimento 7).

É perfeitamente compreensível, partindo destas citações, argumentar que o planejamento do governo para a ocupação do interior do Brasil, durante o segundo quartel do século XX sofreu alterações após a queda do Estado Novo e, sobretudo, após a eleição de Juscelino Kubitschek à presidência do país. Além do mais, como observa argutamente a professora Cláudia Capilé: “[...] seduzidos pela oportunidade, os migrantes desmontavam todo o sistema de planejamento da administração do Núcleo²⁵”. Assim, sugere-se que dois aspectos impulsionaram os migrantes a ocuparem aquele espaço por iniciativa própria. Primeiro, a mudança no rumo da macro-política brasileira no início dos anos 1950, que os deixou sem os recursos prometidos pelo Decreto-Lei 3.059 de 14 de fevereiro de 1941; segundo, o desejo do migrante de ser proprietário rural, i.e., de alcançar o sonho feliz de ser “o dono de sua terra”.

Dessa forma, á medida que aumentava o número de famílias oriundas de várias partes do país adentrando o interior da Colônia na busca de sua propriedade, formava uma aglomeração de migrantes, à margem do Porto Ubatuba, a qual deu origem a um autêntico povoado.

Este povoado contrariava, assim como a ocupação livre da segunda Zona da Colônia, todo o projeto de colonização do governo Vargas. Segundo Lenharo (1986), o projeto oficial previa na área da Colônia a formação de um núcleo urbano em local situado a aproximadamente 30 quilômetros da margem direita do rio Dourados. Este historiador comenta que a perspectiva do projeto original de Vargas para a CAND era a construção de um centro urbano no meio da Colônia, vejamos: “o centro do núcleo era riscado com preocupação urbanística, de modo a prever uma bela cidade [...] Em volta do núcleo as glebas iriam sendo demarcadas progressivamente, das maiores às menores²⁶”.

Porém, acredita-se que o rio representou um obstáculo de difícil superação na movimentação das famílias, assim, enquanto os homens atravessavam o rio com embarcações individuais para demarcar suas terras, suas famílias permaneciam junto ao Porto Ubatuba.

A dificuldade de locomoção de uma margem à outra do rio é logo percebida não só pelos migrantes, como pelo próprio administrador da Colônia, que em cooperação com os

²⁵ CAPILÉ, C. C. Op. Cit. 2000. p.14.

²⁶ LENHARO, A. Op. Cit., p.48.

moradores do povoado, pensou em organizar um meio de transporte mais ágil para realizar a travessia.

Destarte, a construção de uma embarcação maior, que facilitasse o trânsito dos colonos solucionava dois problemas: por parte dos colonos, o ir e vir não representava mais obstáculos, o que possibilitava a ida de famílias inteiras aos lotes conquistados; por parte dos administradores, a balsa seria a solução para diminuir o número de famílias que teimavam em se aglomerar em um canto do núcleo.

Contudo, a vida útil da balsa foi curta. O intenso trânsito na travessia do rio fez com que houvesse um naufrágio alguns dias depois de inaugurada. Vejamos o que comenta sobre este acontecimento o colono e comerciante Antonio Vicente Rodrigues, de origem portuguesa, que veio trabalhar inicialmente na serraria da Colônia e ajudou na construção deste meio de transporte:

[...] aquilo a balsa quando chegava no meio do rio tinha assim: Tim! Tim! Tim! E eu falei: vai estourar este cabo. Não deu outra. Durou quinze dias a embarcação. A primeira enchente que deu estourou o cabo e despejou todo o pessoal dentro da água. Morreram 14 pessoas. (depoimento 6).

Segundo um jornal local dos anos 1990, Informativo Regional Sul, que também faz referência a este acontecimento ao produzir uma matéria sobre a história desse município, o naufrágio ocorreu em função da quantidade excessiva de carga que a balsa carregava, descreve este noticiário que:

De certa vez, quando muitas das marcações dos lotes já estavam abertas e com ranchos construídos, prontos para receberem seus primeiros habitantes, Evaristo, o balseiro, colocou carga demasiada sobre a balsa, tanto de pessoas como de sacarias, animais, etc., que o cabo não resistiu, quebrando-se, virando a balsa e matando, de uma só vez, mais de 15 pessoas entre adultos e crianças²⁷.

Porém, este acontecimento em nada arrefeceu os ânimos dos colonos e o povoado continuou crescendo, levando o espaço com características urbanísticas, denominado Porto Ubatuba, a ficar insuficiente para abrigar todos os colonos que chegavam, em apenas alguns anos. O depoimento de uma moradora da época, Sra. Josefa Ferreira de Oliveira, hoje sexagenária de fala lenta e com um olhar contemplativo, registra a seguinte observação sobre o inchaço populacional nos primeiros anos naquele povoado:

Lá já estava tudo localizado [margem esquerda do rio Dourados], cheio de gente. Lá na época até crescia mais que Dourados, e também era baixada, era varjão, na época quando chovia alagava tudo, enquanto na margem oposta já era subida, então a tendência da cidade foi vir para cá [lado direito do rio Dourados] (Depoimento 2).

²⁷ INFORMATIVO REGIONAL SUL. Op Cit. p.7.

Ante a maciça aglomeração de famílias à margem esquerda do Porto Ubatuba nos primeiros anos de 1950, mais uma vez os próprios colonos tomaram iniciativa de ocupar o lado direito do rio, justamente a área de 60 hectares reservada à Colônia.

Acredita-se que essa expansão foi fator preponderante no processo de formação de Fátima do Sul. De fato, como já exposto, a administração da Colônia não havia definido fundar um centro urbano em Porto Ubatuba, o plano era construir uma cidade no centro da Colônia, porém, frente aos obstáculos encontrados pelos migrantes no processo de fixação dos lotes, decidiram por iniciativa própria “invadir” o lado direito do rio Dourados ocupando a área de reserva até então intocada.

A ação ocorreu no dia 09 de julho de 1954 e, segundo depoimentos, a invasão aconteceu no período noturno e de forma organizada. Os colonos ocuparam a margem direita, dividiram a reserva em lotes urbanos (datas, segundo o termo regional) e fixaram prazo para a construção de residências. Belmiro de Oliveira ao comentar sobre esta ocupação diz: “os colonos foi fazendo as casas de tábuas, falavam assim: eu quero fazer uma casa aqui, fazia” e acrescenta mais adiante: “[...] de noite é que se fazia a casa porque o pessoal [administrador da CAND] não deixava; o fiscal não deixava” (depoimento 8).

Os colonos prepararam-se também para resistir à ação repressiva da administração, que se insurgiu contra a ocupação daquele espaço e convocou a ação da polícia, na tentativa de impedir a fixação dos colonos naquela área. O folheto Informativo Regional Sul detalha a estratégia de resistência dos colonos:

Quando chegasse ao local, alguém para impedir aquela invasão, Orlando Preto, fingindo estar roçando o pé de uma canafístula oca, batia no tronco da mesma com um machado e, todos quantos estivessem ali por perto, ao ouvirem aquele som característico, fugiam para o interior da mata para não entrarem em choque com a polícia. Quando os policiais regressavam, eles continuavam com a marcação, roçada e derrubada da mata, para a abertura das primeiras datas e a construção imediata de casas de tabuas²⁸.

Sabe-se que esta disputa não durou muito e, mais uma vez, a iniciativa dos colonos modificou não só a paisagem da CAND, como, também, alterava os planos de colonização da política estatal para esta região.

Não obstante, também este espaço urbano se tornou pequeno frente ao crescimento da população que chegava à busca de seu pedaço de terra, o que deu margem a mais um episódio de confronto entre os colonos e a administração. Ocorreu que os colonos que possuíam lotes na periferia da cidade os dividiram em lotes urbanos e passaram a vendê-los.

²⁸ INFORMATIVO REGIONAL SUL. Op. Cit. p.8.

E, mais uma vez a administração da CAND incomodou-se, pois havia uma lei que impedia os colonos dividir ou vender suas propriedades a terceiros. Basta lembrar que nenhum colono tinha o título definitivo da terra: o núcleo colonial só outorgaria a propriedade da terra para o colono depois de dez anos de trabalho sobre a mesma, ou seja, depois de uma década de posse de fato da terra.

Mas, se este era o problema, uma solução foi encontrada pelos migrantes: os contratos particulares de compromisso, de uso comum no interior do Brasil. Estes funcionavam como documento de compra e venda, ficando convencionado que o primeiro proprietário, ao conseguir o título definitivo da terra, o passaria ao comprador. Assim, a compra e venda de “datas” foi uma constante no povoado naquele período, ainda mais considerando que o mesmo não parava de crescer e, juntamente com ele, o comércio agrícola, o comércio varejista, as festas comunitárias, as religiões. Vejamos o que comenta a Sra. Josefa: “o comércio foi crescendo, um fez uma casa, outro fazia outra, um bolichinho ali. Aí começou uns caminhões vim de São Paulo para pegar feijão, arroz, milho, o que se plantava naquela época dava. Meu Jesus dava tudo, arroz, feijão, milho, algodão” (depoimento 2).

De fato, os anos 1950 foram de crescimento e otimismo para os moradores do povoado. Surgiu a construção de uma ponte de madeira sobre o rio Dourados, uma feira livre próspera movimentava o centro do povoado uma vez por semana, foi instalado a empresa de Correios e Telégrafos, o povoado logo nos primeiros anos chegou a elevação de Vila e, em seguida, de distrito do município de Dourados, foram instalados a subprefeitura, a sub-delegacia, o cartório de paz e a exatoria estadual, e sua área territorial abrangia nos anos 1950 os atuais municípios de Fátima do Sul, Vicentina, Jatei e Glória de Dourados²⁹.

Registre-se, ainda, que o anseio de alcançar a liberdade política daquela cidade em formação foi sendo construído durante a década de 1950, mas, segundo se observou, foi no início dos anos 1960 que tal projeto tomou corpo, conforme abaixo assinado de alguns moradores do distrito, encaminhado ao deputado estadual Weimar Gonçalves Torres – o autor da Lei 2.057 –, enaltecendo as vantagens da Vila.

Apesar de extenso, cabe transcrever a exposição de motivos elencados no abaixo assinado, pois identifica a dimensão que em pouco tempo, menos de uma década, havia tomado aquele povoado.

²⁹ Cf. CAPILÉ, C. C. Op. Cit.

VILA BRASIL [antigo Porto Ubatuba] é, indiscutivelmente, a capital política, moral e econômica de toda uma vasta região agrícola; VILA BRASIL, desbravada, fundada e habitada por descendentes daqueles heróis que fizeram com que a Linha de Tordezilhas [sic] não ficasse além de um risco num grande mapa, de homens que em si trazem o mais vivo, o mais sacrossanto amor a pátria, na terra deixando o suor e dela tirando o necessário para viver altivamente; VILA BRASIL, por sua privilegiada situação geográfica tornou-se centro comercial de uma laboriosa população, habitantes de sua região agrícola, VILA BRASIL é ligada por uma rústica rodovia ao Porto Caiuá, no rio Paraná, essa estrada não foi construída pelo erário público, sim pelo esforço e tenacidade de um povo que quer ver agigantar-se a região, o Estado e a Pátria; VILA BRASIL, num futuro próximo será ligada a Naviraí, pelos esforços que nesse sentido estão sendo feito por ambas as populações; VILA BRASIL, sem favor algum, está colocada entre as maiores populações do Estado, seu crescimento é vertiginoso e mesmo impressionante, constatados pelos dados estatísticos seguintes: Renda da Coletoria Estadual no ano de 1.961.....Cr\$19.987.174,30. Renda da Coletoria Estadual no ano de 1.962.....Cr\$52.306.211,40. Número de inscrições comerciais no Distrito.....744. Número de agências bancárias no distrito.....3. Número de veículos a motor emplacados na sede do Distrito.....120. Número de charretes de praça da sede do distrito.....22. Número de carroças emplacadas no Distrito.....332. Número de bicicletas emplacadas no Distrito.....683. Número de alunos do Ginásio D. Pedro II [escola católica].....203. Número de alunos do Ginásio Batista [escola protestante].....42. Número de alunos do Grupo Escolar Isabel Mesquita.....250. Número de alunos na Escola paroquial.....860. Número de escolas da sede do Distrito...3. Número de escolas particulares na sede do Distrito.....5. Número de escolas públicas do Distrito.....16. População do perímetro urbano do Distrito.....3.545. População do interior do Distrito.....21.447. População estimada do Distrito.....79.000. Número de prédios da sede do Distrito...1142. Temos ainda: 14 máquinas de beneficiar arroz, 2 máquinas de beneficiar café, 2 hospitais, 1 cinema, 16 templos religiosos, 9 farmácias, 10 olarias, 1 cerâmica, 1 fábrica de ladrilhos, 4 oficinas mecânicas, 4 postos de gasolina, 8 marcenarias, 1 alambique para beneficiar essência, 5 padarias, 1 torrefação de café e finalmente UM PRÉDIO DE ALVENARIA PARA A INSTALAÇÃO DA MUNICIPALIDADE. Pelos dados acima, muitos dos quais já ultrapassados numa porcentagem assustadora, principalmente no que se refere a população, este Distrito merece e precisa ser elevado a categoria de MUNICÍPIO E COMARCA.

Esta transcrição apresenta informações importantes, principalmente em relação à população pois, se no Brasil a tendência é de crescimento da população urbana, neste município há apenas 3.545 habitantes urbanos nos anos de 1960, assim, nesta década, ainda é a zona rural quem sustentava as inúmeras atividades desenvolvidas no comércio local, as diversas fábricas e máquinas de beneficiamento, bem como, a renda da coletoria estadual. Por outro lado, o excesso da população na estimativa apresentada, claramente vê-se como um exagero digno de texto de cunho político e, além do mais, não se deve esquecer que o abaixo assinado tinha clara intenção ideológica, ou seja, alcançar autonomia político-administrativa daquele distrito.

Segundo os dados registrados, observou-se que com o crescimento do povoado em todas as esferas, o interesse de seus moradores passou a ser o da emancipação política. Levados pelo seu crescimento populacional, econômico e social, pela distância do município

sede (Dourados), começaram a fomentar a necessidade de lutar pela autonomia política da cidade. Assim, uma comissão foi organizada em meados de 1963 para ir a capital, Cuiabá, falar com os representantes da Assembléia Legislativa do estado. Munidos de dados estatísticos que fundamentavam sua reivindicação³⁰ e em audiência com o secretário do interior e justiça do estado de Mato Grosso, marcaram uma audiência com o governador, Fernando Corrêa da Costa, no Palácio Alencastro. Desta audiência conseguiram apoio do chefe do executivo para que os deputados votassem a Lei de emancipação do distrito. E, no Diário Oficial de 13 de dezembro de 1963, foi publicado a Lei n.º 2.057, que criava o município de Vila Brasil, conforme seu artigo 1.º: “fica criado o município de Vila Brasil, desmembrado do de Dourados, tendo como sede a localidade do mesmo nome que passa a ter foros de cidade³¹”.

Não obstante, as lutas endógenas no processo de formação de Fátima do Sul aconteceram também em outras instâncias além do campo político. Sabe-se que a presença da religião nesta região é marcante desde o final da década de 1940. A presença da religião católica, especificamente por intermédio de seus agentes pastorais (padres), é uma constante no povoado que se formava à margem do Porto Ubatuba no início da década de seguinte.

4.3 A Atuação da Igreja Católica no Cotidiano de uma Cidade em Formação

É sabido que a presença da religião na CAND aconteceu desde o seu surgimento. Esta presença pode ser constatada em diversas matérias publicadas no jornal O Progresso, bem como, nos diversos depoimentos de colonos que ainda residem na cidade. Segundo o Sr. Ivo de Araújo e a Sra. Lair Nunes de Araújo, casal sexagenário que chegaram ainda solteiros à Colônia, o interior da CAND

[...] era tudo rancho mesmo, dessas condições [coberto de coqueiro ou sapé], onde o povo que vinha chegando ia abrindo e ficando ali sabe? Então o padre ia ali celebrar a missa [...], porque onde existe um começo nunca tem fim a Igreja Católica (Depoimento 4).

³⁰ O documento que embasava o pedido de emancipação política de Vila Brasil era a abaixo assinado transcrito acima, que foi cientificado por várias pessoas envolvidas na política local da época, tais como Antonio Ruiz Cabello, Lazaro Berto Gonçalves, Claudionor Albuquerque, Lucas Mamédio do Nascimento, Domingos Nunes Pacheco, entre outros.

³¹ CAPILÉ, C. C. Op. Cit. p.33.

Outrossim, o padre Amadeu Amadori, que chegou nestas áreas em meados dos anos 1950 e trabalhou em comunidades do interior da Colônia por mais de 50 anos, fez a seguinte observação em seu depoimento concedido em 2002:

Eu fundei a primeira escola chamada Vicente Pallotti, depois eu fundei o ginásio, depois o técnico. Primeiro começou com o ginásio, depois veio o técnico em contabilidade, depois para formar o professor veio o normal e depois vieram outras como o corte e costura, datilografia [...]. Sempre a Igreja que formava a cidade, sem saber (depoimento 7).

Mas, se por um lado, a presença da religião católica é incontestável desde os primórdios da colonização desta região, por outro, há que se observar que o catolicismo não estava sozinho nesta conquista. Outras religiões também estão presentes desde o início da Colônia. O jornal “O Progresso” do dia 17 de fevereiro de 1952 registrou em suas páginas a presença da Igreja Batista nesta região quando publicou a seguinte matéria: “Estatuto da Primeira Igreja Evangélica Batista da Colônia Federal de Dourados”. Além deste, outros registros dessa presença também aparecem em depoimentos colhidos durante o trabalho de campo desta pesquisa, veja o que comenta a Sra. Josefa:

A minha religião é a Batista. Lá onde nós ficamos 7 meses [linha do barreirão, primeira zona] tinha a Igreja [...] aí veio para a barranca do rio [Porto Ubatuba], para a casa de um senhor que é falecido hoje, Jofre Damasceno, ali começou a congregação. De congregação passou para a Igreja, mas já do outro lado [lado direito do rio Dourados], organizou a igreja porque já tinha cento e tantos crentes [...], quem começou aqui foi a Assembléia de Deus e a Batista (depoimento 2).

Contudo, vale observar que este trabalho delimitou como objeto de pesquisa abordar a presença da Igreja Católica e sua participação no processo de formação da cidade em estudo, considerando outras religiões apenas quando houve, no conjunto das ações, conflitos políticos entre católicos e protestantes.

A religião católica está presente no sul de Mato Grosso de forma esparsa e fragmentada desde o século XIX e sua intensificação ocorre após o primeiro quartel do século XX, quando acontece o incremento populacional desta região, decorrido, sobretudo, dos projetos colonizadores oriundos da iniciativa privada ou estatal³².

Vale observar que até meados dos anos 1930, toda a região que compreende atualmente os municípios de Ponta Porã, Dourados, Rio Brillhante, Maracaju, Fátima do Sul, Vicentina, Jatei, Glória de Dourados, Campo Grande, Coxim, Santana do Parnaíba, entre

³² Cf. MARIN, J. R. **O acontecer e ‘desacontecer’ da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia**. 2000. 566p. Tese (doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis.

outros, pertencia à diocese de Corumbá³³ e, ainda no início dos anos 1950 esta abrangia a imensa área de 360.000 km², conforme sugere padre Ládio Girardi:

convém lembrar que naquele tempo (1953) a diocese de Corumbá englobava todo o sul do Mato Grosso, com as cidades de Campo Grande, Dourados, Três Lagoas, Coxim e outras, numa área de 360.000 quilômetros quadrados, portanto, maior que toda a Itália³⁴.

Dessa forma, acredita-se que procurando intensificar a presença do catolicismo no interior do estado de Mato Grosso, em meados dos anos 1930, o bispo da diocese de Corumbá, D. Vicente B. M. Priante, instituiu a criação da Paróquia Imaculada Conceição de Dourados, desvinculando esta da Paróquia São José de Ponta Porã e a confiando aos freis franciscanos.

Segundo Jerry Marin³⁵, os padres da ordem franciscana, oriundos da Alemanha, estavam atuando na diocese de Santa Cruz de Corumbá neste período devido a perseguição religiosa ocorrida em seu país natal e, mesmo interrompendo este fluxo imigratório no período da Segunda Grande Guerra, continuou após 1945. Comenta Marin que:

A expansão dos Franciscanos foi rápida, seja em recursos humanos, como no apostolado. Na diocese de Corumbá, assumiram as paróquias de Entre Rios [Rio Brilhante], Maracaju e Dourados, em 1938; Herculânea (atual Coxim) e Ladário, em 1939; Porto Murtinho e Santana do Parnaíba, em 1940; Aparecida do Taboado (1941); Campo Grande (1942), Itaporã, Cassilândia e Terenos, em 1956³⁶.

Note-se, que em 1938 os Franciscanos receberam de D. Vicente Priante não somente a paróquia de Dourados, como também as paróquias de Entre Rios e Maracaju. No entanto, somente a paróquia de Dourados correspondia a uma área de 20.000 quilômetros, abrangendo grande parte da futura Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

No final da década seguinte, com a CAND já criada e delimitada sua extensão, os migrantes começaram a chegar em quantidade considerável, como já sugerido nos capítulos anteriores, e a presença da religião passou a ser não somente uma necessidade destes, como da própria Igreja, que tinha como missão levar a fé à territórios ainda “selvagens”.

³³ Cf. Idem, passim.

³⁴ GIRARDI, L. L. No princípio era a selva: 25 anos de missões palotinas no Mato Grosso. In: **Revista Rainha** – suplemento. 1979, p.4.

³⁵ MARIN, J. R. Op. Cit. p.348.

³⁶ Idem, p.348.

Neste período, os padres Palotinos estavam se dirigindo para o interior brasileiro na tentativa de expandir seu campo de atuação, o objetivo da ordem Sociedade do Apostolado Católico (SAC)³⁷ era trabalhar com a catequização dos índios.

Neste contexto dois fatores se complementavam, a expansão da fronteira agrícola do país, que levou à ocupação do interior brasileiro; e a expansão da ordem Sociedade do Apostolado Católico, que estava procurando novas áreas para atuação.

Segundo registros³⁸, consta-se que no início dos anos 1950 os padres palotinos estavam pregando missão no Oeste do Paraná, quando souberam dos projetos de colonização que estava acontecendo tanto naquele estado como em Mato Grosso. Assim, padre José Daniel se deslocou até Campo Grande, na tentativa de ir à Diamantino, pois queria “trabalhar com índios³⁹”.

Em Campo Grande, José Daniel encontrou o bispo da diocese de Corumbá, D. Orlando Chaves. Deste encontro ficou apalavrado que os padres palotinos expandiriam sua missão para o interior do Sul de Mato Grosso, como observa Ademar L. Fighera:

Diante do propósito obstinado de Pe. Daniel de trabalhar com os índios. Dom Orlando o deteve dizendo-lhe que não precisava ir tão longe porque lhe daria duas grandes regiões com índios: Amambai, no sul do estado [Mato Grosso] e Colônia Federal, na região de Dourados [...] em meados de fevereiro de 1954, Pe. Casimiro Tronco e Pe. José Daniel visitaram a região e acertaram com o bispo Dom Orlando Chaves o atendimento de duas paróquias: Amambai e Colônia Federal⁴⁰.

Em maio 1954 chegaram à Ponta Porã os padres José Daniel e Luis Augustino Ventrúsculo e de lá se deslocaram para suas áreas de atuação. Inicialmente a SAC destacou dois padres para atender as paróquias da Colônia Federal e Amambai, sendo que, José Daniel passou por Amambai alguns meses e depois veio se instalar na capela da Vila São Pedro, local da instalação da sede da administração da Colônia Agrícola Nacional de Dourados. No ano seguinte, chagaram mais três padres para fazer companhia a Pe. José Daniel e Luiz Ventrúsculo foram eles: Amadeu Amadori, José Stefanello e Genésio Trevisan.

³⁷ Os padres da ordem da Sociedade do Apostolado Católico são conhecidos popularmente como palotinos, em razão de seu fundador ser São Vicente Pallotti. Esta ordem surgiu na Itália em 1846 e em 1886 chegou ao Brasil, acompanhando os imigrantes italianos que se instalavam no sul do país. Conforme o padre Ademar Luiz Fighera, o objetivo último da SAC é “[...] pela glória de Deus e salvação dos homens. É a força motriz de todo esse apostolado endereçado e reavivar a fé e a caridade na dúplice dimensão, espiritual e temporal” (50 ANOS DOS PALOTINOS... 2004, p.5).

³⁸ A este respeito ver os escritos dos padres palotinos na revista Rainha, especialmente nos dois suplementos especiais lançados em comemoração da presença de 25 anos dos palotinos no Mato Grosso e 50 anos.

³⁹ FIGHERA, A. L. Os palotinos no Brasil. IN: **Revista Rainha**. Editora Pallotti, 2004. p.6. (suplemento especial - 50 anos dos palotinos no Mato Grosso do Sul).

⁴⁰ Idem, p.6-7.

Segundo consta em um suplemento especial da revista Rainha, o objetivo dos palotinos não era se estabelecer na Vila São Pedro, mas chegar ao local destinado para ser a cidade que se localizaria no centro da CAND, Glória de Dourados, que ficava aproximadamente 100 quilômetros da referida Vila. Portanto, logo que chegaram os padres se colocaram a caminho, juntamente com os migrantes, na tentativa de alcançar seu objetivo. Pe. Ládio Girardi corrobora com esta assertiva ao comentar que:

Os palotinos penetraram nesta área, acompanhando os primeiros desbravadores. No projeto [da administração da CAND] fora prevista apenas uma cidade: Glória de Dourados – 180 quilômetros de Dourados – [sic] na qual seria instalada a sede. Como esta paróquia se destinava aos palotinos, Pe. Daniel só aguardava a abertura do caminho e a demarcação dos lotes para lá se estabelecer⁴¹.

Desta “arte de fazer o cotidiano”, note-se que a religião está em consonância com o Estado, pois, como já observado anteriormente, a capela da Vila São Pedro, local provisório da primeira instalação dos palotinos foi construída pelo Estado, além do que, o projeto missionário dos padres – catequizar as famílias e educá-las na fé cristã católica – acompanhava a marcha dos trabalhadores na busca da terra prometida e do centro da Colônia, local que estava previamente destinado para a ordem da SAC.

Assim, a SAC foi a ordem religiosa que participou diretamente no processo de formação dos diversos núcleos urbanos que iam se formando no interior da CAND devido dois aspectos: o primeiro tem relação com sua missão de expandir a fé cristã romana para o interior do Brasil; o segundo, que surge em decorrência do primeiro, acontece em função desta ordem estar presente no cotidiano dos primeiros migrantes, servindo como auxílio espiritual e modelo organizacional, já que os migrantes chegavam de forma desordenada, sem planejamento, e os padres palotinos, que havia traçado um plano de ação bem delineado a partir das vivências missionárias do sul do país, chegava com experiência em trabalhar com projetos de colonização, além de procurar desenvolver sua política institucional, baseada no modelo de Igreja da Neocristandade.

As dificuldades em alcançar o centro da Colônia foram muitos, como já observado algumas vezes neste estudo, portanto, até atingir seu objetivo central – chegar a Glória de Dourados ou alcançar seu pedaço de terra na Segunda Zona –, aquela marcha de homens, mulheres e crianças, depois de caminhar 30 quilômetros aproximadamente e atravessarem o rio Dourados⁴², paravam para descansar a aproximadamente 10 quilômetros da

⁴¹ GIRARDI, L. L. No princípio era a selva. IN: **Revista Rainha**. Editora Pallotti, 1979. p.6-7. (suplemento especial - 25 anos de missões palotinas em Mato Grosso).

⁴² A maioria dos migrantes que chegavam à margem esquerda do rio Dourados entre os anos de 1948 a meado de 1954, deixavam suas famílias ali e atravessavam sozinhos em busca do seu pedaço de terra, posteriormente,

margem direita. Assim, ali logo passou a ser considerado sub-sede da CAND, por ser um local em que as pessoas paravam para descansar a fim de continuar seu intento. E, neste, foi construído a primeira Igreja Católica do interior da Colônia, a Igreja de São Vicente Pallotti, cuja padroeira passou a ser Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos.

Contudo, dois anos antes, em 1953, a margem esquerda do rio Dourados havia recebido o nome de Vila Brasil por intervenção direta do frei Frederico Mies, da ordem Franciscana, mas ali ainda não havia igreja construída, tais construções somente vão acontecer com a chegada dos padres palotinos. Vale lembrar, também, que ficou designada, a partir dessa data, que a santa protetora de Vila Brasil seria Nossa Senhora Aparecida.

Padre José Daniel mesmo residindo na sub-sede (atual Vicentina), fazia atendimento aos moradores de Vila Brasil se deslocando a esta até o ano de 1956. Porém, no final de 1954, este padre iniciou a construção da primeira capela de Vila Brasil, ainda do lado esquerdo do rio Dourados e o primeiro padre a assumir a capela foi Amadeu Amadori, em dezembro de 1956, depois de ficar quase um ano na Vila São Pedro.

Passado três anos, chegou a Vila Brasil o padre José Pascoal Busato, que foi nomeado vigário cooperador em 1963, ano em que Amadeu Amadori foi nomeado primeiro pároco⁴³.

Porém, com a ocupação do lado direito da margem do rio Dourados, logo surgiu a necessidade de construir outra Igreja do lado direito da cidade e, em 1957 foi edificado a segunda Igreja Católica de Vila Brasil, próxima à praça central do vilarejo, denominada Nossa Senhora de Fátima, santa que passou a ser padroeira do local⁴⁴.

Com a ocupação do lado direito não somente foi construída outra capela, como a primeira mudou de nome, passou a ser capela Nossa Senhora dos Navegantes. Além disso, houve, também, mudança da padroeira protetora da Vila. Antes, a padroeira do povoado era Nossa Senhora Aparecida, depois da ocupação do lado direito, passou a ser Nossa Senhora de Fátima. Vale lembrar que a Igreja definitiva da cidade iniciou suas obras somente em 1964 há algumas quadras da praça, no lugar mais no alto da cidade.

Entretanto, antes da construção definitiva da igreja foi criada a Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Vila Brasil, por Dom Calos Schmitt, bispo de Dourados, conforme seu decreto de 31 de agosto de 1963:

quando já havia cortado seu lote, retornavam e levavam toda a família. Entretanto, uma minoria continuava a marcha com a família, atravessando o rio em canoas ou pequenas embarcações do gênero.

⁴³ CF. LIVRO TOMBO da Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Vila Brasil, 1963. p.3.

⁴⁴ Cf. LIVRO TOMBO... 1963.

Tendo em vista a densidade crescente da população desta Diocese, na sua zona rural, atendendo ao proveito espiritual maior de uma porção do querido rebanho confiado à nossa fraternal solicitude e desejando que os fieis vivam uma vida paroquial intensa de acordo com os diretrizes emanadas da Santa Sé, depois de ouvir os pareceres favoráveis dos respectivos vigários e seus superiores religiosos, por esse Nosso Desejo e usando da Nossa Jurisdição Ordinária, seguindo os cânones 1.427 e 1428 do Código de Direito Canônico, havemos por bem criar, como de fato criamos, em território das paróquias de Nossa Senhora da Glória e São Pedro Apóstolo do Núcleo Colonial de Dourados, a paróquia de Nossa Senhora de Fátima de Vila Brasil⁴⁵.

As condições geográficas de operacionalização dos vigários no interior da CAND estavam dadas no início dos anos 1960. Todo o processo de instalação da instituição Igreja Católica estava consolidada neste período, havia as paróquias Nossa Senhora da Glória de Glória de Dourados, São Vicente Pallotti de Vicentina e Nossa Senhora de Fátima de Vila Brasil. Contudo, a ação da Igreja junto aos migrantes não começa após sua instalação, o trabalho de catequizar e educar a sociedade ocorre simultaneamente com seu processo de fixação, o que ressalta o papel organizador desta instituição.

Assim, convém observar que o importante desta caminhada histórica é perceber que a esfera religiosa da sociedade que estava em formação nos anos 1950, no interior do Brasil Central, especificamente sul de Mato Grosso, construiu por meio de sua interação com a esfera social, traços próprios que habilita a visão de mundo religiosa ser condição *sine qua non* para a construção da sociedade em estudo. Alguns fatores que favorecem a leitura desta proposição podem ser percebidos claramente, ainda mais quando se constrói a compreensão do religioso por meio da relação com os outros campos sociais.

Acredita-se, que dois fatores são preponderantes para esclarecer o papel da religião Católica no processo de formação da cidade em estudo: o primeiro deles diz respeito aos instrumentos de integração social utilizados pela Igreja Católica, que acabaram por construir um **programa de ações** que determinava o modo de ser católico na sociedade; o segundo, tem relação direta com o primeiro, faz referência à **atuação do padre** no cotidiano da cidade e procura destacar como a ação destes no interior da CAND foi crucial na relação entre prática religiosa e esfera social.

A análise destes fatores é um caminho propício para entender o objetivo último deste estudo, qual seja: o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul, por acreditar que é no interior das relações sociais construídas a partir das experiências de vida, que se revela o grau de envolvimento da esfera religiosa na formação

⁴⁵ DECRETO de criação da Paróquia Nossa Senhora de Fátima de Vila Brasil. In: LIVRO TOMBO..., 1963, p.1.

social de determinada sociedade. Partindo desta consideração, a discussão dos valores religiosos na formação sócio-espacial de uma cidade pode fazer mais sentido, uma vez que está sendo analisado em um contexto específico.

No contexto mais amplo é sabido que o fortalecimento da instituição Igreja Católica na sociedade brasileira foi uma realidade nas primeiras décadas do século XX, uma vez que esta estava mais forte devido a romanização ser uma realidade, bem como, a ampliação do número de dioceses em todo o país, o aumento das escolas católicas e o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas.

Como observa Angela Paiva, o fortalecimento da Igreja Católica durante a República Velha e a Era Vargas é uma realidade inquestionável, porém, o que deve ser destacado é o objetivo traçado pela Igreja neste período:

O que existe é um movimento numa direção clara de maior atuação que se traduz por seus esforços em manter, e mesmo ampliar, sua esfera de influência na ordem social brasileira. Os esforços de D. Leme são todos nessa direção, culminando com a reforma educacional de Vargas de 1934, que re-estabelece o ensino religioso nas escolas públicas do país. Por conseguinte, a Igreja se vale de um Estado cada vez mais regulador e centralizador para a manutenção de suas prerrogativas de religião oficial do país⁴⁶.

Assim, a idéia de que a prática católica tinha uma forte tendência assistencialista, é uma hipótese não desprezada neste estudo, mesmo porque, toda a ação católica era no sentido caritativo, mais paternal e amável do que educativo, no sentido transformador. “Nessa visão de mundo, o pobre [da primeira metade do século XX] era visto como objeto de caridade e motivava uma prática assistencialista...⁴⁷”.

No entanto, para desenvolver a prática assistencialista, a Igreja precisava construir uma visão de mundo junto à sociedade em que estava atuando que se relacionasse com seu projeto e isto de daria por meio de instrumentos que reforçassem a integração social.

Dessa forma, procura-se analisar aqui quais foram os elementos utilizados pela Igreja Católica no interior da CAND que contribuíram não somente como fator de integração social como, principalmente, para a concepção de mundo desta comunidade.

É sabido que para compreendermos o homem religioso é necessário olhá-lo “de dentro”, como sugere Eliade: “[...] o único meio de compreender um universo mental alheio é

⁴⁶ PAIVA, A. R. Op. Cit. 2003. p.58.

⁴⁷ Idem, p66.

situar-se *dentro dele*, no seu próprio centro, para alcançar, a partir daí, todos os valores que esse universo comanda⁴⁸”.

Os valores aos quais Mircea Eliade se refere diz respeito aos conceitos que os seres humanos adquirem e formam nas vivências do seu dia-a-dia. Por sua vez, estas vivências têm como modelo um programa de ações previamente estabelecido, que determina o comportamento coletivo da sociedade, i.e., que acaba por determinar a ação coletiva desta.

Especificando o olhar para a atuação da Igreja na CAND, na perspectiva de perceber como este programa de ações contribuiu para a formação do lugar, notamos sua presença em duas frentes: no projeto de sociedade traçado por esta instituição, bem como, na atuação dos padres.

Tal projeto de sociedade da Igreja Católica para a CAND estava claramente definido nas preocupações que esta tinha com a sociedade, i.e., estava relacionado com o trabalho social desenvolvido pela Igreja Católica na Colônia, tanto na zona rural como nos pequenos núcleos urbanos que estavam se formando.

É sabido que a frente de atuação da SAC na CAND estava direcionada às várias esferas sociais. Esta ia do atendimento espiritual, como ensinar o nome do pai, batizar e celebrar missa, até os gestos mais corriqueiros do dia-a-dia, como ensinar hábitos de higiene pessoal.

A preocupação com o atendimento espiritual é inquestionável a qualquer Igreja, e antes mesmo da chegada dos palotinos, os freis Franciscanos passavam esporadicamente no vilarejo para cumprir esta função e celebrar missa e batizados.

Há vários registros no livro Tombo da Igreja Católica que elucidam esta preocupação: “A 21/2/1954 Frei João Damasceno celebrou 2ª missa em vila Brasil, administrando 18 batismos. A 2/5/01954 Frei João Damasceno celebrou a 3ª missa, tendo nesta ocasião administrado 19 batizados⁴⁹”.

Passado quase dez anos, observou-se que este tipo de atendimento foi intensificado com a chegada e fixação dos palotinos na Vila. No relatório da paróquia de 1963, percebe-se que foram realizados 750 batizados, 92 casamentos, 15.000 confissões, 120 primeiras

⁴⁸ ELIADE, M. Op. Cit. 2001. p.135.

⁴⁹ Cf. LIVRO TOMBO..., p.5.

comunhões, 28 unções, 21 viáticos, além de óbitos, pregações, catequeses, visitas às capelas e crismas⁵⁰.

Assim, de maneira geral acredita-se que o padre é um personagem imprescindível para se pensar a Igreja Católica no Brasil da primeira metade do século XX, e na formação da CAND em particular, mesmo considerando que o papel do clero no interior da Igreja representa hierarquicamente um membro que, em geral, possui autonomia limitada em relação às instâncias superiores. Sugere Mainwarring, que este quadro se alterou um pouco a partir do fim da década de 1960, quando os movimentos leigos organizados, os agentes pastorais (padres e freiras e laicato) e os institutos eclesiais, passaram a assumir importância capital no processo de aproximar a Igreja das camadas populares e levar até ela um modelo de sociedade.

Destarte, ao lembrar que a Igreja Católica da Neocristandade tinha como uma de suas características “promover uma presença mais marcante na sociedade⁵¹”, faz-nos refletir, necessariamente, sobre a importância dos agentes pastorais – especificamente os padres – para a implantação da política teológica pensada para o Brasil na primeira metade do século XX, uma vez que esta tinha como missão: “[...] cristianizar a sociedade e conquistar maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico⁵²”.

Neste contexto, acredita-se que o clero passa a ser pedra angular na comunicação entre hierarquia eclesiástica e as diversas camadas da sociedade, uma vez que eles se preocupariam com seu papel de “pastores” que encaminhariam o povo à superação de sua deficiência religiosa⁵³, tirando, assim, a sociedade da ignorância, transformando-a.

⁵⁰ Idem, p. 10 verso.

⁵¹ MAINWARRING, S. Op. Cit. p.42.

⁵² Idem, p.45.

⁵³ Segundo Scott Mainwarring, o que poderia ser conceituado como deficiência religiosa da sociedade nas primeiras décadas do século XX, diz respeito a outras práticas religiosas (protestantismo e espiritismo) que começaram a crescer neste período no Brasil. Observa este pesquisador que: “Práticas religiosas populares que a igreja desprezara previamente ou até mesmo aprovava tacitamente, começaram a ser desaprovadas. A visão predominante era de que a igreja necessitava lutar contra esta ‘religião’ primitiva e implantar uma fé mais madura (MAINWARRING, 2004, p. 51).

A proposta da Igreja Católica para a transformação da sociedade aqui em estudo era contribuir para a superação das limitações desta, o que se daria pautado no princípio pedagógico de que o homem comum, o ser humano ordinário, nada tinha a ensinar, e o padre, ser superior, tinha que elevar esta fé rudimentar ao nível da sua.

Sobre a ação pedagógica dos padres segundo a igreja da Neocristandade, comenta Scott Mainwarring que:

O processo de aprendizado era tão hierárquico quanto às estruturas da Igreja: o padre concedia o seu saber ao rebanho. O paternalismo estava explícito na linguagem religiosa do período. Os padres assumiam o papel de pastores que iriam guiar o rebanho⁵⁴.

Assim, é notório que esta profissão era reconhecida e privilegiada naquela sociedade. Segundo Novaes e Mello, na década de 1950 a figura do padre ainda estava entre as melhores profissões na hierarquia social, comentam estes pensadores que: “a alta avaliação do padre reflete a presença ainda decisiva da Igreja e dos valores católicos na constituição da subjetividade e das formas de compreensão do mundo⁵⁵”.

Simetricamente, não seria difícil dizer que este panorama amplo apresentado por Novaes e Mello está presente, também, no interior brasileiro, ainda mais se pensarmos que o migrante é, antes de tudo, um ser que tem fé.

No entanto, a figura do padre deveria corresponder a um estereótipo: deveria ser um homem simples, mas de personalidade não tacanha, virtuoso, com conduta irreparável, educado e religioso, pois, assim, ao mesmo tempo em que estaria convivendo no cotidiano das pessoas comuns, manteria distância destas por meio do respeito e da obediência do leigo em relação ao clero, e seria o pastor que conduziria seu rebanho ao caminho da salvação eterna⁵⁶.

Dessa forma, parte-se da hipótese de que a política pedagógica religiosa da Neocristandade fez se presente no processo de formação de Fátima do Sul tanto por intermédio do programa de ações da Igreja Católica, que conduziu politicamente esta cidade,

⁵⁴ MAINWARRING, S. Op. Cit. p.51.

⁵⁵ MELLO, J. M. C.; NOVAES, F. A. Op. Cit. p.588.

⁵⁶ A preocupação da Igreja da Neocristandade com a salvação do homem frente a outros modos de vida, especificamente o moderno, levou Scott Mainwarring a argumentar que “[...] a missão da Igreja da Neocristandade era triunfalista [...] A Igreja queria conquistar o mundo. A missão da ação católica era de ‘restituir a Nosso Senhor Jesus Cristo o mundo moderno’. ‘Ganhar católicos’ e competir com outras religiões eram desafios que assumiam importância considerável” (MAINWARRING, 2004, p. 46).

desde suas origens até sua emancipação política; como na construção de uma ética moral católica na vida familiar de seus moradores, desenvolvida pela atuação dos padres.

Se, como observa Mainwarring⁵⁷, a política da Neocristandade era triunfalista e tinha como missão salvar a sociedade das mazelas que a cometia, caberia à Igreja, por intermédio de seus pastores, o papel de educar a sociedade e, também, participar da vida política local.

Os documentos aqui analisados deixam evidências da aproximação entre Igreja e Estado, muitas vezes procurando mostrar que ambas se constituem, por vezes, em uma única instituição, o que corrobora com a assertiva de que a Igreja assumia o papel do Estado no processo civilizatório da região em estudo, ante a inoperância deste.

A 13 de maio de 1962, uma matéria veiculada na coluna “palavras de vida”⁵⁸ do jornal O Progresso, deixa transparecer o conceito de Estado que a Igreja defendia. Partindo da construção de uma imagem que aproxima o exemplo de mãe cristã ao modelo de Estado perfeito, percebe-se que este será alcançado quando estiver sob a doutrina do cristianismo, senão vejamos:

De certo modo, mais do que qualquer técnica, mais do que o exército, é ela [mãe] quem pari para o Estado os futuros agricultores, artífices, soldados, é também ela o primeiro Mecena dos futuros Orácios [sic] da própria pátria. Grande verdade, portanto, exprimia Cícero quando falava: “a família é o seminário dos Estados”. Mas a mãe só se torna educadora maravilhosa quando é mãe cristã. [...] E aqui, os benefícios da mãe cristã ao Estado são óbvios se atentarmos para a prioridade que a pessoa deve ter sobre o Estado: pois terá como consequência lógica a estrutura do Estado como modo daquela⁵⁹.

Entretanto, os discursos da Igreja não estavam reservados somente às questões relativas ao Estado enquanto instituição política, ao analisar as matérias publicadas no já citado jornal, os assuntos são diversos e possuem sempre uma preocupação: a de educar, ensinar, esclarecer e orientar, ou seja, construir um modo de vida e, matérias com títulos como “Juízos temerários”, “A família como sociedade maravilhosa”, “Libertação sexual”, “Mãe, mãe cristã e o Estado”, dizia respeito aos aspectos sociais que incomodavam a Igreja em

⁵⁷ MAINWARRING, S. Op. Cit. passim.

⁵⁸ Esta coluna era destinada às publicações da Igreja Católica e em sua maioria eram discursos cristãos direcionados, sobretudo, à família.

⁵⁹ O PROGRESSO... 1962.

tempos de mudança, além de traçar diretrizes para suas ações⁶⁰. Assim, assuntos referentes à reforma social, libertação sexual, princípios da família cristã, o papel da mãe e da mulher na família, eram comuns em sua coluna.

Cabe lembrar que estamos analisando um tempo histórico considerado pelos historiadores como um período em que a sociabilidade moderna se implantava no Brasil. Os valores desse modo de vida e, por conseguinte, a dessacralização do mundo, são palavras de ordem na década de 1950 e 1960 e, neste contexto, o confronto entre o modo de vida do homem religioso e do homem a-religioso é uma realidade, ainda mais de considerarmos que este nega a transcendência e é, por excelência, homem histórico. Neste sentido, comenta Eliade que:

O homem moderno a-religioso assume uma nova situação existencial: reconhece-se como o único sujeito e agente da História e rejeita todo apelo à transcendência. Em outras palavras, não aceita nenhum modelo de humanidade fora da condição humana tal como ela se revela nas diversas situações históricas. O homem *faz-se* a si próprio, e só consegue fazer-se completamente na medida em que se dessacraliza e dessacraliza o mundo. O sagrado é o obstáculo por excelência à sua liberdade. O homem só se tornará ele próprio quando estiver radicalmente desmistificado. Só será verdadeiramente livre quando tiver matado o último Deus⁶¹.

Os valores do modo de vida moderno que estava sendo implantado no Brasil durante do século XX perpassa pelo conflito que Eliade se refere acima. As pessoas estavam preocupadas com sua condição social, a qual seria medida pelos bens materiais que poderiam adquirir, pela adoração aos bens sublunar, pelo comportamento individual e anti-clerical, i.e., a sociedade em formação durante o segundo quartel do século XX no Brasil estava em sintonia com o discurso moderno que a Igreja Católica da Neocristandade procurava combater.

Dessas observações cabe discutir aqui a necessidade que a Igreja sente, frente à disseminação do modo de vida moderno, de preservar e divulgar sua doutrina de vida e, conseqüentemente, expandir esta a partir de um programa de ações a ser desenvolvido junto à

⁶⁰ A década de 50 e metade da década seguinte podem ser consideradas como a fase do otimismo, várias transformações estavam ocorrendo na economia, na política e na sociabilidade brasileira. Segundo Mello e Novaes, naquele período “Entre 1945 e 1964, vivemos os momentos decisivos do processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados, que exigiam investimentos de grande porte; as migrações internas e a urbanização ganham um ritmo acelerado” (1998, p.560-61).

⁶¹ ELIADE, M. Op. cit. p.65.

comunidade. Para tanto, a Igreja utiliza-se dos meios de comunicação e da participação direta na vida política da sociedade.

A participação da religião na política e no cotidiano dos migrantes que chegavam à CAND é percebida desde o começo do povoado. Note-se no livro tombo da Igreja Católica, que há inúmeros registros que constata tal presença. Um destes registros diz respeito à visita pastoral do bispo diocesano Carlos Schimitt à matriz de Vila Brasil e suas capelas, cuja finalidade era cristianizar, vejamos: “[...] considerando a ignorância religiosa do nosso povo, resolvemos dar à visita um cunho de s. missões, com várias pregações. Visitamos as três capelas da paróquia e a matriz, constatamos a boa vontade do nosso povo humilde⁶²”.

Durante essa década, há várias passagens documentadas no livro tombo que descreve a participação da Igreja Católica em obras e festejos sociais, assim como, na construção do hospital e maternidade da cidade, na educação escolarizada, nos esportes e nas festas religiosas. Uma das anotações analisadas e que vale a transcrição literal, constata que:

A 20/07/64 foram reiniciados os trabalhos de construção do hospital e maternidade, que há um ano estava paralisada. Este hospital que passou a ser propriedade do “Movimento Social Palotino” está sendo acabado com numerários que vem de uma benfeitora da suíça, através do padre Baur. A construção está recebendo o telhado, o equipamento será dos Estados Unidos⁶³.

Uma observação a ser feita nesta nota é que a obra foi retomada e assumida pela Igreja, i.e., este registro torna claro que a Igreja desenvolvia, com certa constância, as funções do Estado nesta região, angariando fundos mesmo que no exterior.

Já no início da década de 1950 a Igreja Católica e o povoado que estava nascendo no interior da CAND desenvolvia uma relação de cumplicidade. Note-se, que inicialmente este núcleo populacional era chamado de Porto Ubatuba e as famílias que dirigiam se para o lugar se acomodavam em ranchos de sapés e barracos. E, como já registrado, em 1953 quando um frei franciscano, Frederico Mies, se deslocou até o povoado para celebrar uma missa, foi indagado pelos ouvintes como deveria chamar aquele local, o que respondeu: Vila Brasil. Assim, o Porto Ubatuba acabara de alterar seu nome com a participação direta da Igreja. Veja o que registrou o padre Amadeu Amadori:

O nucleozinho aumentava dia a dia. Aparecia gente de quase todos os estados do Brasil, assim, que pelos fins de 1953, já era um povoado, o maior de todo o Núcleo

⁶² LIVRO TOMBO DA IGREJA CATÓLICA DA PARÓQUIA DE VILA BRASIL. 1962, p.10.

⁶³ Idem, p.12-3.

Colonial. O padre foi convidado para rezar missa. A 8 de novembro de 1953, à quatro horas da tarde, frei Frederico Mies, celebra a 1ª missa neste local, bem na barranca esquerda do rio Dourados, a uns 20 metros acima da atual ponte, em frente do escritório dos agrimensores, feito pela administração da Colônia, sendo então a única casa de tábuas existente. Assistiram a essa 1.ª missa local mais de 500 pessoas. Vendo tanto povo simples, mas cheio de fé e devoção, provindo de quase todos os recantos do Brasil, frei Frederico, lançou a idéia de denominar este lugar de “Vila Brasil”. Entre palmas e vivas, o nome foi aprovado por todos os presentes, como uma mensagem do céu⁶⁴.

Igualmente, a professora Claudia Capilé em sua obra “História de Fátima do Sul”, bem como, a dissertação de mestrado “Um olhar nos crimes de sedução: a mulher da família de Fátima do Sul (1967-1977)” comungam da idéia de que a primeira troca de nome da cidade aconteceu em função da presença marcante do representante da Igreja Católica, que conseguiu aglutinar a favor da sua idéia as famílias presentes naquela tarde de novembro. Comenta Capillé que:

Em 8 de novembro de 1953, aproveitando a presença do Frei Frederico Mies, que aqui viera para rezar uma missa, solicitaram-lhe sugestão para o nome que identificasse adequadamente aquele povoado. Nomes como Barranca, Porto Vitória e Porto Ubatuba (como até então era chamado), não satisfaziam os moradores. “Porque não Vila Brasil?” indagou o Frei, lembrando-lhes as suas mais diversas origens. Não houve qualquer contestação. Foi como o se todos já estivessem aguardando este nome. A partir de então, o lugarejo já tinha sua verdadeira identidade: Vila Brasil⁶⁵.

Uma leitura destes escritos e outros⁶⁶ reforçam o papel do projeto colonizador traçado pela Igreja à região, bem como, a importância do padre neste processo, uma vez que estes preenchiam as lacunas abertas ante a não-presença do Estado.

Porém, nenhuma passagem é tão clara em relação à presença do padre no tocante à política local como a segunda troca de nome da cidade, que acontece em 1965. Além do mais, este episódio marca indelevelmente uma querela entre católicos e protestantes.

Desde 1963, quando a cidade alcançou sua autonomia política, o descontentamento da sociedade com o nome de Vila Brasil era claramente percebido. Observa Capilé que:

O nome Vila Brasil, que os moradores haviam se acostumado, era um nome já bastante querido pelos habitantes e traduzia o encontro de forasteiros que aqui

⁶⁴ LIVRO TOMBO ... Op. Cit. p.4-5.

⁶⁵ CAPILÉ, C. C. Op. Cit. p.15.

⁶⁶ Há vários textos que descreve a passagem histórica da troca de nome de Porto Ubatuba para Vila Brasil. Entre eles pode ser citado o artigo “Um rio no meio do caminho: aspectos históricos de Fátima do Sul” e a monografia “Breve histórico sobre a formação do município de Fátima do Sul (1940 a 1970)”.

chegaram de todos os rincões do País [...] Entretanto, aquele nome trazia alguns constrangimentos aos seus moradores quando a ele se referiam em outros lugares. Concebia-se, e até hoje é assim, quer vila é um pequeno lugar vinculado a uma cidade e que não dispunha de autonomia administrativa. Isto trazia alguns prejuízos à imagem de um município que buscava o seu crescimento e reconhecimento. Assim, atendendo ao anseio da maioria da população, principalmente comerciantes, o então prefeito Reinaldo dos Santos Morais, em 17/05/1965, nomeou uma comissão que tinha por finalidade organizar a coleta de diversos nomes sugeridos pela comunidade⁶⁷.

Ressalte-se, aqui, que a obra de Capilé não analisa um aspecto importante nesta conjuntura política, qual seja: a disputa ocorrida entre católicos e protestantes na tentativa de eleger para a cidade um futuro nome que tivesse relação com sua prática religiosa.

Este conflito entre católicos e protestantes não é especificidade desta região, o período em estudo apresentou um crescimento vertiginoso de outras religiões no Brasil, o que preocupava sobremaneira o catolicismo. Mainwarring ao analisar este período comenta que:

a expansão do protestantismo e do espiritismo tornou aparente o que era verdade há algum tempo: a Igreja não estava afetivamente atingindo as massas. Embora uma percentagem esmagadora da população se declarasse católica, somente uma pequena maioria tinha participação ativa na Igreja. Os protestantes, embora constituíssem uma singular minoria da população, aumentavam em número rapidamente. O censo de 1940 registrava pouco mais de um milhão de protestantes, um número que aumentou em 150% em 1964⁶⁸.

Assim, partindo do pressuposto de que as políticas da Igreja Católica da CAND dos anos 1950 e 1960 foram baseadas na doutrina da Neocristandade, logo, é notório que seria uma disputa acirrada entre as religiões para fazer com que o futuro nome do município estivesse relacionado com sua prática religiosa.

Porém, se o processo de mudança de nome da cidade deu início oficialmente em 17/05/1965, com o prefeito Reinaldo de Morais nomeando uma comissão que ficaria com a responsabilidade de organizar um pleito que definiria como iria se chamar Vila Brasil, vale lembrar que, na realidade, a luta para eleger um nome que correspondesse à prática religiosa dos moradores da cidade vem de longa data, uma vez que esta eleição era apenas para tornar velada a disputa acirrada entre católicos e protestantes, i.e., esta eleição tinha como pano de fundo uma luta maior que, conseqüentemente, alimentou este processo eleitoral. Consta em

⁶⁷ CAPILÉ, c. c. Op. Cit. p.21.

⁶⁸ MAINWARRING, S. Op. Cit. p.53.

diversos documentos analisados que nos anos 1950 e 1960 os conflitos entre protestantes e católicos eram abertos, chegando esporadicamente, a vias de fato⁶⁹.

A partir da liberação do prefeito, um grupo de pessoas expoentes daquele período formou a comissão designada para organizar a eleição que, de forma livre e democrática, levaria a população de Vila Brasil a escolher o futuro nome de sua cidade. E, em reunião, vários nomes foram sugeridos, tais como: Porto Mercedes, Novo Planalto, Porto Vitória, Campinas do Sul, Rio Brasil, Brasiporã, Marechal Rondon, Fátima do Sul, Culturama e Novo Brasil⁷⁰.

Segundo o padre Amadeu Amadori, que acompanhou aquele pleito, a escolha dos nomes para a população votar se deu da seguinte maneira:

Depois que criaram em 1963 o município, em 60 o distrito, em 1963 o município, já estava ali, ali município de Vila Brasil. Município e Vila. Tinha que mudar o nome. Mas que nome vamos dar? Aí uma briga. Então foi feita uma reunião com umas dez pessoas mais expoentes: o padre, médico, doutores, professores. Vamos ter que mudar o nome disso aqui. Então começou a vim Porto Vitória, Porto Mercedes, Vila Dourados, Culturama, aí o padre José falou: já que vamos mudar o nome, vamos mudar o nome para a padroeira da cidade, porque não vamos chamar isto aqui de Fátima? Está bom, é isto mesmo. Naquele tempo era um Mato Grosso só, não existia a divisão do estado, isto já foi em 1977. Então lá perto do Norte tinha uma Fátima, eu conheci. Fátima do São Lourenço. Aí, ficar dois municípios com o nome de Fátima: Fátima de lá e Fátima de cá. Então ficou Fátima do Sul, para distinguir. Então, os nomes que forem mais votados aqui vamos escolher. Os nomes mais votados por aquele grupinho foi Culturama e Fátima do Sul (depoimento 7)

A escolha dos nomes não se dá ao acaso. Se compreendermos que Culturama representava terra de culto, levar-nos-ia pensar que Culturama passaria a ser defendida pelos protestantes. Por outro lado, o nome Fátima do Sul era uma clara referência à padroeira da cidade, Nossa Senhora de Fátima, o que, naturalmente, passaria a ser defendida pelos católicos.

O depoimento do padre Amadori, que participou diretamente daquele processo, é esclarecedor, vejamos:

Os nomes mais votados por aquele grupinho foram: Culturama e Fátima do Sul. [...] Culturama era terra da cultura, Culturama terra das palmeiras, Culturama! Ramo é palmeira, palmeira era terra de culto, onde tinha muita palmeira, eles queiram a terra do culto. Então, nos fizemos a campanha para nós, e eles fizeram a campanha para eles [...] (Depoimento 7).

⁶⁹ Cf. LIVRO TOMBO... 1962., passim, assim como, o depoimento 2.

⁷⁰ CAPILE, C. C. Op. Cit. p.22.

Assim, os dois nomes mais votados – Culturama e Fátima do Sul – foram, então, submetidos a um plebiscito e a campanha em defesa deles foi aberta. Ainda embasado no depoimento do padre Amadori, percebe-se que a disputa para eleger o nome da cidade foi ostensiva:

Aí pegar uma urna e fazer campanha, trazer o pessoal lá, se dormir no ponto Culturama tinha um expoente forte que fazia campanha, era mais os evangélicos que faziam campanha para eles [...] Então nós fazíamos campanha para nós e eles faziam a campanha para eles. Quase que nós perdemos. Ganhamos aquele dia com dez ou onze votos só, mas também, ia quem queria, não disputava dinheiro na campanha, nós tivemos que trazer meio na marra e, a maioria dos nossos votos foram ainda perdidos porque escreveram Fátima e não Fátima do Sul. E tinha que escrever, não tinha célula própria, era à mão [...]. Cada um dizia, bota o nome em um pedaço de papel que distribuía, então bota o nome: Culturama ou Fátima do Sul. Muitos eram analfabetos, mal desenhavam o nome, então, botavam Fátima e não saía mais nada, aí a maioria dos votos era Fátima, aí perdemos uns sessenta e oitenta votos, perdemos a maioria dos votos. Você sabe, na hora da apuração, se não for o nome certo... O camarada tinha a intenção de botar Fátima do Sul, mas não aparecia, então, o encarregado lá falou: ou é Culturama ou é Fátima do Sul, se aparecer outra coisa, é nulo. Então, com isto, quase perdemos. O nome saiu por causa da Igreja, do padre, Fátima do Sul (depoimento 7).

A 09 de junho de 1965 foi realizada a eleição que elegeu o terceiro nome aquele povoado, conforme registrou o livro tombo da Igreja Católica,

Em 9/6/65, no prédio da prefeitura Municipal houve eleição democrática para a escolha do novo nome desta cidade e Município de Vila Brasil. Eram 10 os “nomes candidatos”. Os mais votados foram “Fátima do Sul” e “Culturama”. O preferido foi “Fátima do Sul”, que venceu com margem de 10 votos. **Deve-se esta vitória aos padres**, os quais não mediram esforços em favor da escolha do nome da padroeira da Paróquia⁷¹.

Em 16 de junho do mesmo ano, a Câmara Municipal, através da Lei n.º 6, decretou e promulgou a alteração do nome do município de Vila Brasil para Fátima do Sul, conforme seus artigos primeiro e segundo:

Art. 1º - A Câmara Municipal de Vila Brasil, resolve modificar o nome do Município.

Art. 2º - Fica modificado o nome de Vila Brasil para Cidade de Fátima do Sul.

Baseado nos documentos escritos e depoimentos das pessoas remanescentes daquele período, é possível sugerir que a participação da Igreja Católica foi decisiva no processo de formação de Fátima do Sul, o que confirma uma tendência do período estudado,

⁷¹ LIVRO TOMBO ... Op. Cit. p.27.

qual seja, a igreja se projetar como a instituição que planejava a organização sócio-espacial das cidades do interior do Brasil, haja vista a ausência de políticas estatais para a consolidação do projeto de colonização dirigida, pensado na época do Estado Novo, bem como, seu papel de educadora da sociedade, traçado pelo modelo de Igreja presente no Brasil na primeira metade do século XX. Vale lembrar, contudo, que esta inter-relação entre Igreja e sociedade aconteceu devido a dois fatores discutidos aqui: A) a Igreja Católica desenvolveu seu projeto de educar a sociedade baseado em um programa de ações previamente traçado; B) a atuação dos padres no cotidiano das cidades em formação, que agiam como mentores espirituais, conselheiros e líderes políticos i.e., como pastores que procuravam conduzir seu rebanho sob as luzes da Santa Sé.

4.4 A Igreja Católica e a Organização Sócio-Espacial de Fátima do Sul

Dessa forma, torna-se necessário pensar o projeto de cidade construído pela Igreja Católica a partir de um referencial teórico que analisa como o sagrado interfere na composição e organização do profano, i.e., do terreno.

Segundo Lewis Mumford⁷², as mudanças ocorridas entre os séculos XV a XVIII no campo cultural, repercutiram no modo de vida urbano. O novo tipo de economia, o capitalismo mercantilista; a nova estrutura política, o Estado Nacional; as novas possibilidades de pensar o mundo, e a ciência mecanicista demonstraram que ocorreram modificações em todas as esferas da vida humana, constituindo um novo modelo de cidade, que Mumford o chamou de barroca. E, segundo este pensador, para compreender o plano barroco de cidade é necessário observar as mudanças ocorridas no conceito de autoridade e poder entre os séculos XII a XVII.

Este historiador trabalhou com o termo barroco por considerar que

O conceito de barroco como tomou forma no século XVII, é particularmente útil, porque contém em si os dois elementos contraditórios da época. Primeiro, os aspectos matemático e abstrato, expresso com perfeição no seu rigoroso plano de ruas, nos seus traçados urbanos formais e nos seus desenhos geometricamente ordenados em jardins e paisagens. E ao mesmo tempo, na pintura e na escultura do período, abrange o lado sensual, o rebelde, o extravagante, o anti-clássico, o antimecânico, expresso nas suas roupas e na sua vida sexual, **bem como no seu fanatismo religioso** e no airado estatismo. Entre os séculos XVI e XIX, esses dois elementos existiram juntos: às vezes, agindo separadamente, às vezes mantidos em tensão dentro de um todo maior⁷³ (grifo meu).

⁷² MAMFURD, I. Op. Cit. 1991.

⁷³ MUNFORD, L. Op.382

Em essência, acredita-se que seja qual for a estrutura sócio-organizacional de uma sociedade, estes elementos apontados por Mumford estarão presentes e serão fundamentais para exemplificar a disposição geográfica dos habitantes de uma cidade.

No mais, segundo Mircea Eliade⁷⁴ para o homem religioso o espaço não é homogêneo. Existem espaços para o homem religioso e, o espaço fundamental, imprescindível, é o espaço sagrado; o outro, o não-sagrado, é sem estrutura, sem consistência. Para o homem religioso esta diferença entre espaço sagrado e espaço não-sagrado é primordial porque determina qual espaço é real.

A experiência da não-homogeneidade do espaço vivida pelo ser humano – que separa o espaço sagrado, definido por Eliade como o espaço que permite que se obtenha um “ponto fixo”, um real absoluto, uma orientação, do espaço não-sagrado, percebido como caótico e relativo e que, portanto, não permite qualquer estabilidade – representa, para o ser religioso a “fundação do mundo⁷⁵” por considerar que a experiência religiosa primária antecede qualquer reflexão teórica sobre a explicação do mundo e o epicentro dessa explicação, para o ser religioso, está na quebra do espaço.

Por sua vez, esta não-homogeneidade do espaço é manifestada por uma hierofania⁷⁶ que revela uma realidade absoluta, como observou Eliade:

[...] quando o sagrado se manifesta por uma hierofania qualquer, não só há rotura na homogeneidade do espaço, como também revelação de uma realidade absoluta, que se opõe à *não-realidade* da imensa extensão envolvente. A manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo⁷⁷.

Assim, o valor do sagrado tem um valor existencial para o homem religioso porque revela o “ponto fixo”, o qual representará uma orientação prévia, uma realidade

⁷⁴ ELIADE, M. Op. Cit. 2001.

⁷⁵ Idem, p.26.

⁷⁶ Hierofania, para Mircea Eliade, é a manifestação do sagrado no mundo profano. “O homem toma conhecimento do sagrado porque este se *manifesta*, se mostra como algo absolutamente diferente do profano. A fim de indicarmos o ato da manifestação do sagrado, propusemos o termo *hierofania*. Este termo é cômodo, pois não implica nenhuma precisão suplementar: exprime apenas o que está implicando no seu conteúdo etimológico, a saber, que *algo de sagrado se nos revela*. Poder-se-ia dizer que a história das religiões – desde as mais primitivas às mais elaboradas – é constituída por um número considerável de hierofanias, pelas manifestações das realidades sagradas. A partir da mais elementar hierofania – por exemplo, a manifestação do sagrado num objeto qualquer, uma pedra ou uma árvore – e até a hierofania suprema, que é, para um cristão, a encarnação de Deus em Jesus Cristo, não existe solução de continuidade. Encontramos-nos diante do mesmo ato misterioso: a manifestação de algo ‘de ordem diferente’ – de uma realidade que não pertence ao nosso mundo – em objetos que fazem parte integrante do nosso mundo ‘natural’, ‘profano’” (ELIADE, 2001, p.17).

⁷⁷ Idem, p.26.

absoluta, um centro e será identificado pelo homem religioso como a “criação do mundo”, já que a homogeneidade do espaço profano gera o “caos”, a neutralidade, a relatividade.

Entretanto, há diferenças entre o espaço geométrico e o profano, o qual se contrapõe ao espaço sagrado e, o que interessa nesta pesquisa, é pensar a experiência do espaço profano e do espaço sagrado a partir das suas inter-relações no processo de formação de Fátima do Sul.

De maneira geral, acredita-se que toda experiência do espaço profano apresenta, sempre, um grau da experiência do espaço religioso. Os seres humanos, que vivenciam sua experiência de vida em um mundo dessacralizado, não são capazes de alcançar o estado mais puro da existência profana⁷⁸, uma vez que estarão, sempre, culturalmente permeados pelo comportamento religioso. Observa Mircea Eliade que no interior da

[...] experiência do espaço profano ainda intervêm valores que, de algum modo, lembram a não-homogeneidade específica da experiência religiosa do espaço. Existem, por exemplo, locais privilegiados, qualitativamente diferentes dos outros: a paisagem natal ou os sítios dos primeiros amores, ou certos lugares na primeira cidade estrangeira visitada na juventude⁷⁹.

Ao observar a hierofania como elemento que comunga o sagrado e o profano para demonstrar a inter-relação vivida pelo homem religioso entre estes campos, Eliade procurou analisar uma igreja em uma cidade moderna. Comenta este pensador que a igreja representa, na cidade moderna, um espaço diferente da rua onde ela se encontra e sua porta significa um limiar entre o sagrado e o profano, entre o real e o “caos”. Para Eliade a porta passa a representar a fronteira que distingue dois mundos e, conclui argumentando que:

A porta que se abre para o interior da igreja significa, de fato, uma solução de continuidade. O limiar que separa os dois espaços indica ao mesmo tempo a distância entre os dois modos de ser, profano e religioso. O limiar é ao mesmo tempo o limite, a baliza, a fronteira que distinguem e opõem dois mundos – é o lugar paradoxal onde esses dois mundos se comunicam, onde se pode efetuar a passagem do mundo profano para o mundo sagrado⁸⁰.

Assim, a igreja pode ser percebida na cidade moderna como o limiar entre o sagrado e o profano, uma vez que representa uma abertura para o alto, para a comunicação com o transcendente. E, dessa forma passa a se tornar fundamental para a vida em sociedade do homem e da mulher religiosa, uma vez que desvela o “ponto fixo”, o real, a experiência do

⁷⁸ Idem, p.27

⁷⁹ idem, p.28.

⁸⁰ Idem, p.29.

espaço sagrado, que é revelado por meio da hierofania, i.e., da transformação de um objeto qualquer em objeto sagrado por meio da revelação.

Note-se, que é a hierofania que abre a comunicação entre os dois mundos, o sagrado e o profano, transformando o primeiro em real, em absoluto, como revela Eliade: “o sagrado é o real por excelência, ao mesmo tempo poder, eficiência, fonte de vida, fecundidade⁸¹”.

No entanto, a igreja contribui, ainda, para a construção do cosmos⁸². É preciso observar que há território habitado conhecido como “Cosmos” e o espaço desconhecido representado pelo “caos”. E, o espaço conhecido só se tornou um Cosmos porque foi consagrado pelo homem e está em comunicação com o mundo transcendental. Assim, o mundo, o espaço conhecido, é um universo onde o sagrado se manifestou e, portanto, revelou a realidade absoluta, a “fundação do mundo”.

De maneira geral, Eliade sugere que todo território que será ocupado ou foi ocupado deverá ser ou foi transformado em Cosmos pelo homem por meios de símbolos. Toda ocupação acontece também por meio da criação que se revela no sagrado, i.e., o mundo é criado por meio de ritos que simbolizam a presença do centro, do “ponto fixo”, do real, que em última instância é representado pelo sagrado, uma vez que é este que funda a realidade absoluta, que organiza a relatividade dando-lhe estrutura, forma e norma⁸³.

Para Eliade, aí reside justamente a importância do sagrado para o homem. Segundo este pensador a existência humana só é possível graças a sua comunicação com o sagrado, porque sem esta comunicação não se consegue construir um cosmos.

Quando se operou a hierofania se operou também uma abertura, uma comunicação entre os três níveis cósmicos, o alto (céu) o meio (terra) e o baixo (inferno), por meio da imagem de uma coluna universal que liga a terra ao céu e cuja base está fincada no inferno. Eliade chama a atenção que nas sociedades tradicionais esta coluna imaginária situa-se no centro do universo, no centro do cosmos e a sociedade espalha-se no entorno deste centro criando um “sistema do mundo”. Vejamos:

⁸¹ Idem, p.31.

⁸² O conceito de Cosmos nesta pesquisa parte da interpretação que Eliade apreendeu a este termo: “[...] o que caracteriza as sociedades tradicionais é a oposição que elas subentendem entre o seu território habitado e o espaço desconhecido e indeterminado que o cerca: o primeiro é o mundo, mais precisamente, “o nosso mundo”, o Cosmos; o restante já não é um Cosmos, mas uma espécie de “outro mundo”, um espaço estrangeiro, caótico, povoado de espectros, demônios, “estranhos” (equiparados, aliás, aos demônios, e às almas dos mortos) (1992,p. 32).

⁸³ Cf. ELIADE, M. Op. Cit. p.34.

[...] temos, pois, de considerar uma seqüência de concepções religiosas e imagens cosmológicas que são solidárias e se articulam num “sistema”, ao qual se pode chamar de “sistema do mundo” das sociedades tradicionais: (a) um lugar sagrado constitui uma rotura na homogeneidade do espaço; (b) essa rotura é simbolizada por uma “abertura”, pela qual se tornou possível a passagem de uma região cósmica a outra (do Céu à Terra e vice-versa; da Terra para o mundo inferior); (c) a comunicação com o Céu é expressa indiferentemente por certo número de imagens referentes todas elas ao *Axis mundi*: pilar [...], escada [...], montanha, árvore, cipós, etc.; (d) em torno desse eixo cósmico estende-se o “Mundo” (“nosso mundo”) – logo, o eixo encontra-se “ao meio”, no “umbigo da terra”, é o Centro do Mundo⁸⁴.

Esse pensador chama a atenção à comunicação entre os mundos cósmicos acontecer por meio do simbolismo religioso centrado no meio do mundo – que tanto pode ser uma árvore como um pilar –, por considerar que este simbolismo representa o “centro do mundo” para as sociedades tradicionais e acredita-se que é este “centro do mundo” que permite compreender o comportamento religioso em relação ao “espaço em que se vive⁸⁵”, ou seja, o espaço cosmológico.

Nas sociedades tradicionais o conceito de mundo se encontra sempre a partir do meio, do centro e, mesmo que em escala cada vez menor, i.e., particularizada, há sempre uma reiteração da imagem do mundo pelo centro, uma representação do centro a partir do templo, do santuário, da igreja, da moradia. Eliade sugere que “O homem religioso desejava viver o mundo mais perto possível do centro do mundo⁸⁶”.

O centro tornou-se importante para o homem religioso porque foi o lugar de onde se organizou o espaço, identificando a partir do centro, o espaço sagrado e o não-sagrado e, conseqüentemente, o real e o caos. Assim, toda criação necessita do meio, o qual revela a irrupção do mundo.

Grosso modo, parte-se do princípio de que toda criação do mundo, ou todo gesto criador humano, tem como referência a cosmogonia, i.e., toda criação humana origina-se de um cosmos que se organiza a partir do centro, de um “umbigo”.

Logo, parte-se da concepção de que as cidades que tem na sua formação aspectos do comportamento religioso apresentarão um centro que organizará a sociedade no seu entorno. Assim, a cidade deve partir de um cruzamento onde se cortam dois caminhos e, do ponto de intercepção destes dois caminhos, surge o centro, “*imago mundi*”, que será habitado pelo sagrado e se construirá a casa cultural. Desse modo, acredita-se que a partir de um centro

⁸⁴ Idem, p.38.

⁸⁵ Idem, p.39.

⁸⁶ Idem, p.43.

se projeta a organização cosmogônica da cidade que sofre influência do religioso no seu processo de formação.

Partindo da concepção de que o mundo é um cosmos, e que foi fundado a partir da imagem do sagrado, i.e., sempre do centro, acredita-se que este mundo está sujeito a transformar-se em “caos”, através de ataques do exterior, de adversários que são considerados os inimigos de Deus, o representante do “caos”.

Os inimigos do sagrado na cidade serão representados simbolicamente como o amorfo, o desequilíbrio, o descentralizado, o inferno, segundo Eliade:

[...] notemos que nos nossos dias ainda são utilizadas as mesmas imagens quando se trata de formular os perigos que ameaçam certo tipo de civilização: fala-se do “caos”, de “desordem”, das “trevas” onde “nosso mundo”, se afundará. Todas essas expressões significam a abolição de uma ordem, de um Cosmos, de uma estrutura orgânica, e a reimersão num estado fluido, amorfo, enfim, caótico. Isto prova, ao que parece, que as imagens exemplares sobrevivem ainda na linguagem e nos estribilhos do homem não-religioso. “Algo da concepção religiosa do Mundo prolonga-se ainda no comportamento do homem profano, embora ele nem sempre tenha consciência dessa herança imemorial”⁸⁷.

Eliade recorre à habitação para demonstrar que a modernidade e o avanço da ciência contribuíram para a dessacralização do Cosmos. Comenta Eliade que a diferença entre o comportamento do homem religioso e do homem não-religioso manifesta-se na habitação, a qual revela uma concepção de mundo e um comportamento que mesmo em seu estado profano mais puro, manifesta aspectos do sagrado.

A habitação, seja em que sociedade foi construída, sociedade rural, sociedade urbana, sociedade tradicional, sempre se constituiu como um micro universo, um mundo, um cosmos e “comporta um aspecto sagrado pelo próprio fato de refletir o mundo”⁸⁸.

Esta característica aproxima a habitação de um simbolismo cósmico próprio da concepção de mundo do homem religioso, mesmo porque, a casa, assim como a cidade e o santuário, é santificada por um ritual cosmológico. Isto equivale a dizer que a habitação representa a “criação do mundo”. Assim, lembra Eliade que “A habitação não é um objeto, uma máquina para habitar; é o universo que o homem construiu para si, imitando a Criação exemplar dos Deuses, a cosmogonia”⁸⁹, e complementa dizendo que “Mesmo nas sociedades modernas, tão fortemente dessacralizadas, as festas e os regozijos que acompanham a

⁸⁷ Idem, p.48.

⁸⁸ Idem, p.51.

⁸⁹ Idem, p.54.

instalação numa nova morada guardam ainda a reminiscência da exuberância festiva que marcava, outrora, o *incipit vit nova*⁹⁰.

Eliade procura mostrar que toda habitação situa-se no “centro do mundo”, já que o espaço sagrado não se preocupa com questões geométricas, mas com questões existenciais e que trabalha, portanto, com a possibilidade de possíveis rupturas, com a não-homogeneidade do espaço. Isto nos leva a sugerir que todos os símbolos que se referem à habitação e à cidade, derivam em maior ou menor grau, do religioso.

Assim sendo, em certo sentido, acredita-se que podemos analisar a formação de Fátima do Sul a partir do trinômio apresentado por Eliade: **ordem/moral/centro**, por entender que estas categorias fazem-se presentes no mundo profano, mas tem sua gênese no campo religioso.

Desde o final da década de 1940 é sabido que vinha chegando uma avalanche de famílias para tomar posse de seus lotes rurais no interior da CAND e, conseqüentemente, a população do povoado de Vila Brasil não parava de crescer. Assim, o espaço geográfico no qual se formou um povoado, se tornou em pouco tempo, insuficiente para abrigar aqueles colonos, além de mostrar-se disperso, não-homogêneo e em desequilíbrio. O depoimento de uma senhora que chegou aqui nos primeiros anos da década de 1950, observa justamente a necessidade de aumentar a área de moradia em função destes fatores: “[...] lá [lado esquerdo do Porto Ubatuba] já estava tudo localizado, **cheio de gente**, lá na época até crescia mais que Dourados e também era baixada, era varjão, na época de chuva alagava tudo” (depoimento 2).

Dessa forma, devemos pensar que a área de brejo no entorno do rio existia e servia como obstáculo para a ampliação da vila naquele espaço e, conseqüentemente, contribuía para que houvesse uma concentração humana. Assim, se esta concentração não foi a causa primeira que estava presente entre os moradores de Vila Brasil quando atravessaram o rio e ocuparam o lado direito, o que ressalta nos depoimentos é a necessidade da ordem neste conglomerado de pessoas. Lembre-se, que o povoado desde os primeiros tempos apresentava problemas de organização social, e diversos depoimentos e registros escritos despertam para este aspecto, vejamos o que comenta uma migrante, Sra. Diva, católica praticante e professora daquele período: “tinha muita bagunça de noite, muita mulher, mas de dia era tudo fechado [...] **era quase tudo em comum**” (depoimento 1). Outrossim, o padre Amadori também comenta a desorganização do povoado:

Naquela época o forte era os anos de 55, 56, 57, 58, 59 e 60, ali [Vila Brasil] era aquela aluvião de gente, e tudo gente pobre, a foram **desgovernados** ali. A Colônia

⁹⁰ Idem, ibidem.

não teve nada de controle. O começo sim, depois foi assim como um bando de gato, avançando no interior desse sertão aí, aquela correria, difícil. E assim se formou Fátima do Sul, que era Vila Brasil [...] só tinha o lado de lá, e chamava um banhadal que tinha lá e as pessoas se aglomeravam ali. E domingo então era aquele cheio de botequim, de cachaça [...], e começou a vila lá do outro lado do rio. A rua, fizemos uma capelinha, naquele local que é a Nossa Senhora dos Navegantes. Não é aquela [construída atualmente, que é de alvenaria], mas nós fizemos uma capela naquele local, era uma capelinha de madeira que tinha para lá, uns 5 metros da única rua, do lado direito. Era uma ruazinha, depois, quando cheguei, ainda tinha aquela capela lá, cheguei no natal de 1956 (depoimento 7).

Analisando as questões manifestadas nestes relatos, é possível aproximar-se da representação de que nos primeiros anos de formação desta cidade, problemas em relação à ordem naquele espaço parecem ser flagrantes. Primeiro, por concentrar-se em um espaço geográfico que impedia sua ampliação com facilidade, haja vista, que havia um rio que dificultava ultrapassar de uma margem à outra, assim como, ampliar a área do lado esquerdo devido sua insalubridade – brejo, enchentes –; segundo, devido à falta de uma “ética moral”, i.e., de um “equilíbrio”.

Grosso modo, convém observar que os habitantes do povoado são em sua maioria migrantes com formação religiosa, i.e., homens e mulheres educados sob o cristianismo e, como demonstra Eliade (2001), necessitam de uma ordem, de um cosmos. Assim, sugere-se que, além da necessidade de ampliar o espaço geográfico, a ação dos migrantes em ocupar o lado direito do rio Dourados, ocorrido em 09 de julho de 1954, tinha outro interesse, qual seja: construir uma cidade baseada na ordem, na moral (religiosa) e com um centro. Basta lembrar que, segundo depoimentos, no povoado que estava se formando havia uma preocupação de seus moradores em relação à sua organização sócio-espacial, uma vez que era “cheio de gente”, “desgovernados”, e “era quase tudo em comum”.

Um depoimento da época da coleta de dados desta pesquisa é lúcido em relação à preocupação com a moral daquele lugar:

O padre Amadeu veio celebrar uma missa aqui, foi onde ele fundou aquela escolinha onde é a Igreja da Nossa Senhora dos Navegantes. Ali ele fundou a escolinha. A zona era ali, dali para cá. A zona do meretrício. A zona chegou primeiro que a Igreja [...] Tinha muita bagunça de noite, muita mulher, mas de dia era tudo fechado, parecia que não tinha aquelas mulheres ali, mas as meninas delas que eram mocinhas também, elas mandavam para a escola [...] Elas vinham matricular as filhas porque têm que dar estudo. As meninas ficaram colegas das outras, quando era na hora do recreio elas em vez de ficar no pátio, elas iam brincar lá, para a casa das colegas (depoimento 1).

Percebe-se, neste e em outros registros, que no início da formação da cidade de Fátima do Sul não havia uma separação nítida entre o sagrado e o profano, e a “liberdade” era

a “lei”, ou melhor, o caos, o desequilíbrio e a descentralização era uma marca do povoado, a qual deveria ser superada por seus moradores.

Assim, o lado direito surgiu como solução de dois problemas sociais: primeiro, a distribuição e acomodação das famílias que estavam chegando de várias partes do país; segundo, serviu para organizar a cidade a partir de um centro, com uma ética moral religiosa e uma ordem social.

Em relação à distribuição e acomodação das famílias, já foi fartamente analisado nesta pesquisa, no entanto, acredita-se ser necessário destacar alguns aspectos que evidenciam o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul.

O primeiro aspecto diz respeito à ordem geográfica. A cidade que surge do lado direito não pode ser vista como algo que nasce sem orientação, da vontade individual das pessoas que se acomodavam ali por ter pela frente um obstáculo: o rio. A ocupação do lado direito se dá em conjunto e de forma pensada, mesmo que precariamente. Para tanto, basta lembrar que havia um conjunto de leis para ocupar aquele lado, quais sejam: construir as casas no prazo de 90 dias, levantar as igrejas em torno da praça central, construir as escolas. Além do mais, as ruas foram cortadas em linha reta, formando uma cidade tipo “tabuleiro de xadrez”. Ruas estreitas com pequenos espaços entre o espaço da rua e o da casa – a separação entre a rua e a casa era mínima e quase não havia jardins. As casas estavam sempre com suas portas voltadas para o público.

Esta tendência pode ser compreendida, haja vista que a relação do homem do campo com seus vizinhos e parentes, o não estranho, é de integração e não de exclusão (ver capítulo 2), e, vale lembrar que o homem e a mulher que ocupa o lado direito do rio Dourados tinha uma cultura rural. Estes eram, sobretudo, homens e mulheres do campo, portanto, com um modo de vida não-citadino, e isto reflete na composição das casas, na construção dos bens públicos, na participação da população nas questões coletivas. Veja o que comenta uma migrante:

Lá no sítio nós vendemos. Vendemos lá e compramos aqui [lado direito do rio], e olha que vou dizer uma coisa, aqui em quase tudo eu estava no meio, eu, a Irma, o padre José Daniel, o padre Amadeu Amadori e o povão, o povo ajudava também, o povo ajudava muito (depoimento 1).

O segundo aspecto a ser analisado é a ordem cosmológica. Se, como argumenta Eliade, o homem religioso necessita de um cosmos, de um centro, i.e., de uma referência que possa fazer a ligação entre o mundo espiritual e o mundo terreno, note-se que, uma das preocupações primeiras do povoado quando ocuparam o lado direito foi construir as igrejas no seu centro. Assim, sugere-se que a comunicação entre o mundo transcendental e mundo

terreno se daria a partir do centro da cidade. Estas construções foram as seguintes: uma praça central e, no seu entorno, as igrejas católica, Assembléia de Deus e Batista.

Registre-se, que foi deste centro que a cidade se planejou, tanto que, os números das casas eram duplos. Havia duas casas com o mesmo número, um do lado direito da praça central e outro do lado esquerdo. Igualmente aconteceu com as ruas, que ficaram conhecidas por uma ordem numérica. A primeira rua era a rua principal, a avenida, depois, havia a segunda rua do lado esquerdo, segunda rua do lado direito e, assim, sucessivamente.

O terceiro e último aspecto a ser considerado está relacionado à ordem moral. Como já observado, o lado esquerdo era visto por alguns moradores e pelo padre da comunidade como um lugar de festas, de arruaças, i.e., como o lugar da bagunça. Assim, com a ocupação do lado direito, a divisão entre dois campos ficava cada vez mais nítida. Vejamos o que observa um depoimento:

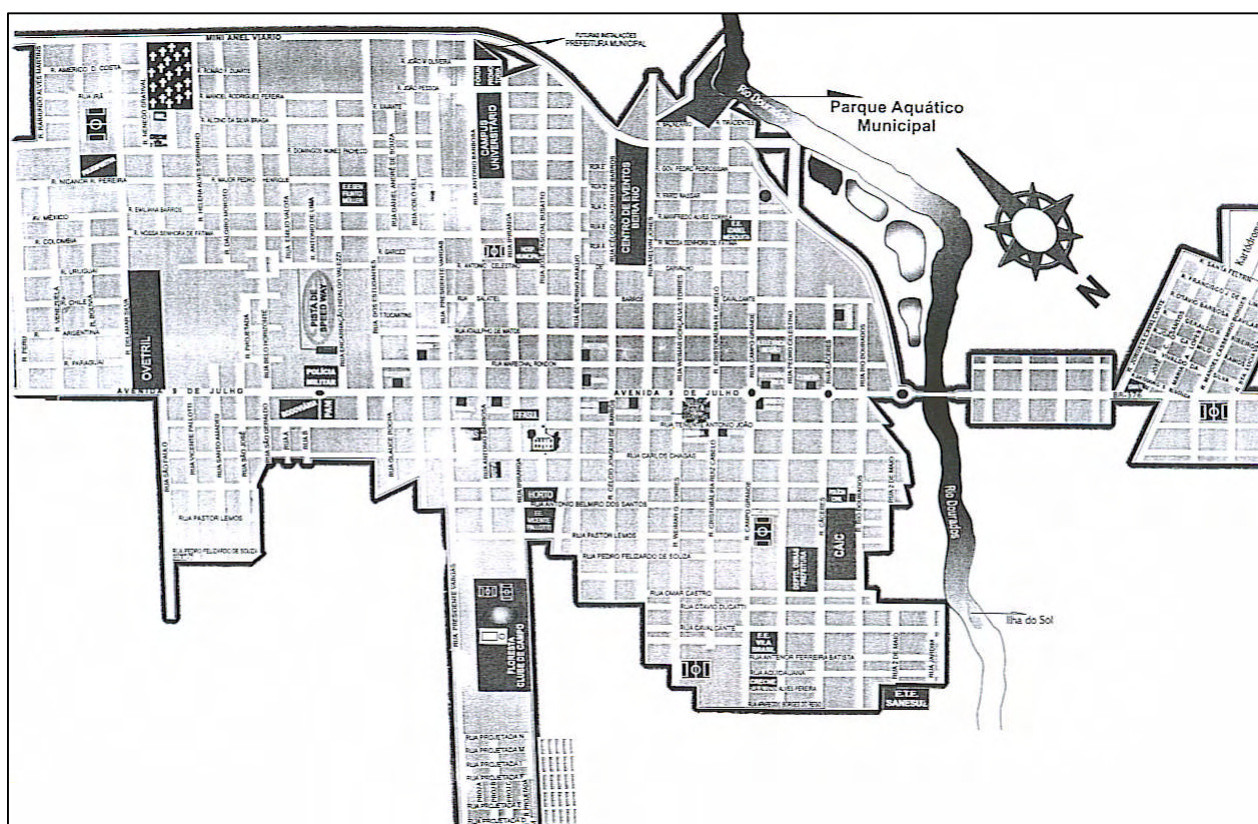
E tinha zona lá [lado esquerdo], mas era separado, não era como hoje que está ai no meio. Ficou separado lá, aí tirou a escolinha de lá. O padre tirou a escola de lá e ficou para lá, tudo para lá e as famílias para cá. E as meninas vinham de lá estudar aqui. Nós fazíamos tudo lá, depois o padre não quis mais, estava crescendo, a mulherada chegando, a escola em cima da ... Só tinha uma rua, de lá se enxergava tudo. Então foi retirada assim, aí foi crescendo a cidade, crescendo a cidade (depoimento 1).

Note-se que o lado esquerdo, próprio das festas, do *rendez-vous*, ficou marcado como o lugar do profano, do “caos”, e o lado direito, o lugar da família, do trabalho, do sagrado. No lado direito concentrava-se o baluarte da ordem moral e sua hierofania, cruz, templos, torres, entre outros, ao passo que, do lado esquerdo, ficava a libertinagem, a falta de regras, o desejo, as casas de prostituição.

Convém sublinhar, nesta observação, que a fronteira entre estes mundos era a ponte construída sobre o rio. Passar sobre a ponte tinha um significado importante, especialmente durante a noite. Aos jovens não era aconselhado, mas tinha uma atenuante, o fervor da juventude. Aos homens casados, que deveria prezar pela família, era agravante, já que estava cometendo uma contravenção ao código de ética moral, enquanto que, às mulheres, era a ruína total, já que não preenchia mais o estereótipo de mulher construído pela sociedade, qual seja, mulher dócil e preparada para o casamento⁹¹.

⁹¹ Sobre esta discussão, a dissertação de mestrado “um olhar nos crimes de sedução: a mulher da família de Fátima do Sul (1967-1977)” apresenta em seu terceiro capítulo “as duas faces de Eva: a bela e a fera” uma vasta discussão sobre a imagem da mulher e do homem na sociedade aqui em estudo.

MALHA URBANA DE FÁTIMA DO SUL



Fonte: Prefeitura Municipal de Fátima do Sul, 2006.

Assim, percebe-se que a religião permeia todo o tecido social desta cidade, desde sua origem, no início dos anos 1950, até a cidade passar a chamar-se Fátima do Sul, em 1965. A Igreja Católica teve participação em todos os acontecimentos marcantes da cidade, bem como, no cotidiano, na educação escolarizada, na construção do bem público como hospital, participando, de forma decisiva, na organização sócio-espacial desta cidade.

Pode-se notar, a propósito, que em sua maioria os municípios do interior da CAND apresentam no seu eixo central a edificação de algumas igrejas, e no seu entorno se desenvolve sua malha urbana. A cidade de Jatei tem sua Igreja Católica edificada no centro da praça, a qual se localiza no núcleo central da cidade; Vicentina começou sua formação a partir da Igreja Católica, que fica estrategicamente na praça central e, em Fátima do Sul, como já observado, as igrejas estão localizadas em seu núcleo.

Atualmente, em Fátima do Sul, ainda encontra-se neste local as Igrejas: Adventista do Sétimo Dia, Batista, Presbiteriana e, até o final da década de 1950, a Igreja Católica, conforme registrado em seu livro tombo: “os trabalhos da nova igreja tiveram início à 06/03/1957 e em 30/05/1957, foi inaugurada [...] Acha-se localizada na quadra norte da Praça

Getulio Vargas [...] está servindo de matriz provisória enquanto não se erguer a nova matriz de alvenaria no ponto mais alto da Vila⁹²”.

Esta, nos anos sessenta, foi construída a algumas quadras da praça central como já mencionado, entretanto, continuou exercendo seu papel de guia espiritual e terreno junto aos moradores de Fátima do Sul, como observa um migrante:

O padre Aquiles [padre que chegou a Fátima do Sul nos anos 1970], aquele que é um padre que ajudou a população todinha. O pessoal chegava aqui e falava, ou o pessoal chegava lá na casa dele e pedia comida, ele dava. Ele falava: O Rosa dá comida aí! Dava de barriga cheia viu! E era homem trabalhador. Aqui em Fátima do Sul é o pai da população. É o padre Aquiles, trabalhou muito e ajudou a desenvolver a cidade. Aquele padre trabalhador apesar de não poder ficar aqui. Ele fazia festa, pedia, dava, saía na rua e ganhava gado, porco, galinha [...] igual ao padre Aquiles é difícil, o padre Aquiles é até um pai (depoimento 8).

⁹² LIVRO TOMBO ... Op. Cit. p.6.

CONCLUSÃO

Este estudo procurou desenvolver uma análise sobre o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul, MS, entre o período de 1943 a 1965, destacando, para tanto, o processo de colonização do extremo sul de Mato Grosso, as condições econômicas e sociais desta região naquele período, bem como, a influência da cultura religiosa presente na formação histórica deste espaço. Procurou-se ilustrar como a visão de mundo religiosa contribuiu para a formação da cidade em estudo, as quais permearam não somente as ações cotidianas, mas, e, sobretudo, a constituição da identidade deste lugar.

Dessa forma, a contextualização deste estudo partiu da Revolução de 1930 por considerar que é neste período que surgiu um novo tipo de Estado, que se diferenciava do tipo de Estado anterior a esta Revolução. O tipo de Estado que surgiu após a Revolução de 1930 apresentava características novas pelo menos em três frentes: em relação à questão econômica – promoveu a industrialização; em relação à questão social – construiu uma legislação trabalhista que protegeu os trabalhadores urbanos e ajustou-os a uma aliança de classes entre sociedade e poder estatal; e em relação ao papel das forças armadas – a qual participou ativamente da criação de uma indústria de base e foi preponderante na garantia da ordem interna.

Assim, vimos que a Revolução de 30 tirou do centro do poder estatal os tradicionais oligarcas paulistas da Primeira República e, amparada pelas forças armadas, fez surgir uma nova proposta de Estado para a nação brasileira, ancorada na pessoa de Getúlio Vargas.

O projeto político e econômico deste período visava conduzir o Brasil para a modernização da sociedade, dentro de uma ordem centralizada e ditatorial. Para tanto, Vargas articulou e aplicou o golpe de 1937, alterando o regime político do país e permanecendo no seu epicentro. Após 1937, vimos que o Estado brasileiro ficou submetido a uma política autoritária e centralizadora, que perdurou até 1945.

Procuramos demonstrar, também, que este período conhecido como Estado Novo pode ser identificado a partir de alguns aspectos importantes, tais como: o desenvolvimento de uma política autoritária, uma economia ligada à industrialização com a presença marcante do Estado, e a reconstrução da identidade brasileira a partir dos valores oriundos do discurso da modernização. Assim, as palavras de ordem do discurso estado-novista eram evolução, progresso, trabalho, moderno, entre outras.

A preocupação com esta análise era mostrar que a política desenvolvida pelo Estado Novo foi fator importante para a colonização do interior brasileiro, porém, não pretendemos

superdimensionar o papel do Estado Novo neste processo, como se este fosse a única instituição responsável pela articulação e efetivação da colonização do Centro-Oeste brasileiro na primeira metade do século XX. É inegável que um novo estilo de desenvolvimento econômico do país estava surgindo com o Estado Novo, pautado, sobretudo, na ação do Estado na economia e, conseqüentemente, nos incentivos à expansão da fronteira agrícola. Porém, o Estado Novo contou com outras instituições sociais para desenvolver seu projeto de Estado, e, entre elas, a Igreja Católica foi elemento imprescindível para a harmonia social e formação do novo homem brasileiro, especialmente em regiões que estavam sendo ocupadas pelos migrantes, como é o caso de Mato Grosso, Goiás e Amazonas.

A influência religiosa na formação das comunidades do interior brasileiro na primeira metade do século XX – especificamente no extremo sul de Mato Grosso, região que foi escolhida por Vargas para implantar a Colônia Agrícola Nacional de Dourados –, contribuiu para a implementação da cultura política do Estado Novo, mesmo que o auge do povoamento desta área tenha acontecido somente nos anos 1950. Este fenômeno pode ser constatado nos depoimentos colhidos para a realização deste estudo, o qual aproximava a figura de Getúlio Vargas à de pai, à de protetor, i.e., a representação de Vargas para os remanescentes do período de formação da CAND é simbolizada na figura do “solucionador dos problemas sociais”, do elemento indispensável para o avanço econômico, político e social do Brasil e, esta figura paternalista, mesmo que indiretamente, era trabalhada exaustivamente pela religião.

Procuramos, nesta pesquisa, compreender porque se deu a construção desta representação e, acreditamos que este processo histórico aconteceu em função de um fenômeno típico da política de Vargas durante o Estado Novo. Construiu-se, neste período, uma cultura política que trabalhava enfaticamente duas questões importantes: uma individual e outra coletiva. A primeira era retratada na figura do presidente da República, Getúlio Vargas, a segunda era retratada pela várias camadas da sociedade, dos trabalhadores aos burgueses, as quais, durante certo período, foram harmoniosas e coesas. Assim, o tempo histórico aqui analisado levou-nos a sugerir que a cultura política desenvolvida neste período foi importante para a construção do jogo relacional ocorrido no interior da sociedade entre governante e governado, principalmente quando analisada a cultura política pelo viés da interiorização pelo indivíduo de determinadas propostas políticas do Estado, o que se constituiu durante o primeiro governo Vargas por meio de ações intencionais do Estado e em um fenômeno político coletivo.

A “Marcha para Oeste” acreditamos ser uma ação do Estado criado por Vargas e um fenômeno político coletivo, que levou parcela da sociedade, especialmente os menos

abastados, com ocupações marginais nos grandes centros industrializados ou agricultores destituídos da terra que trabalhavam em sua maioria em regime de colonato nas fazendas de café do interior paulista, a acreditar neste no plano de colonização dirigida.

Note-se que este plano solucionou questões sociais para o governo federal, uma vez que, implementou em área ainda trabalhada de forma primitiva, sua exploração de forma capitalista; e colonizou com brasileiros, uma região conflituosa, que até a década de 1920 mantinha a presença marcante de estrangeiros.

Um aspecto importante neste processo foi perceber a “Marcha para Oeste” como o plano integrador do Brasil, que conseguiu unir territorialmente e socialmente a sociedade brasileira entre as regiões densamente povoadas e desenvolvidas economicamente, com as vastas regiões de terras devolutas do interior, o que se deu com o “espírito bandeirante”, no qual, principalmente a população carente, passou a acreditar.

O significado desta proposta de colonização para os camponeses tornou-se conhecida amplamente em função do aspecto propagandístico desenvolvido pelo Estado. A regulamentação do Decreto nº.3.059/41 foi muito trabalhada pela mídia da época como algo benéfico para a população agrícola carente, divulgando as vantagens que o Estado proporcionava para quem adquirisse um pedaço de terra na fronteira agrícola, mesmo que tenha ocorrido o auge da colonização no segundo governo Vargas, ou seja, praticamente uma década depois do surgimento do referido Decreto.

Discutimos, também, nesta pesquisa, a separação do estudo da CAND em 3 fases distintas. Acreditamos ser possível visualizar três momentos distintos no processo de colonização desta área, o primeiro que vai de 1943 a 1948, período de definição da área a ser demarcada; o segundo de 1949 a 1963, período em que aconteceu o auge da colonização que culminou com o surgimento de vários núcleos urbanos no interior da CAND; e o terceiro momento, que vai de 1964 a 1968, ano em que foi extinta a Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Mas, devemos registrar que não é possível analisar estas fazes de forma independente, acreditamos que os três estágios fazem parte de um projeto maior do Estado brasileiro, que foi o de colonizar com brasileiros uma região que tinha uma densidade demográfica pífia e desenvolvia uma relação econômica que estava em contraponto com a macro-política econômica do Brasil da época. Portanto, este estudo defende a idéia de que estes estágios são interdependentes e, somente assim analisando-os, somos capazes de compreendê-lo no seu conjunto.

Procurou-se, também, tocar um outro ponto crucial neste trabalho: o papel do camponês no processo de colonização desta região e seus conflitos de sociabilidades. É sabido

pela historiografia atual as dificuldades que os camponeses encontravam para sua implantação nas terras da colônia, uma vez que esses se viam sozinhos no processo de povoar os “espaços vazios”, entretanto, o viés adotado aqui foi valorizar a ação cotidiana dos colonos, por considerá-la carregada de significados que deram pistas para compreendermos a formação moral da sociedade e, por sua vez, recompor sua identidade. Certamente o ponto fundamental desta análise foi o conflito envolvendo os camponeses e o administrador Ubatuba. Assim, a partir do conflito entre Lloyd Ubatuba e trabalhadores, percebe-se muito mais do que uma simples disputa corriqueira entre governante e governado. Nesta querela procurou-se explorar as duas visões de mundo que estava em jogo no processo de organização da colônia, uma considerada como “civilizada”, com um estilo de vida moderno e urbano, e a outra, constituída por uma visão de mundo “rural”, com forte apego aos valores religiosos. E, deste embate, percebemos a constituição de uma sociedade baseada na moral cristã, religiosa e rural, com forte tendência a valorizar a condição do ser humano como pessoa, como um ser formado por um núcleo social maior que sua família biológica.

Esta formação cultural do colono que povoou a CAND é condição fundamental para explicar a relação entre capital e trabalho nesta região. Para tanto, lembremos do estilo de vida dos trabalhadores na CAND dos anos 1950, qual seja, uma vida comunitária. Aqui se percebe a presença da religião no cotidiano da Colônia, o que permite confirmar a hipótese de que a consciência do camponês que formou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados estava ligada ao sentimento de um “sujeito coletivo”, uma moral cristã e pertencente a um corpo social que mantinha relações com os outros pelo nascimento e pelo pertencimento do lugar.

Esta hipótese foi confirmada quando se analisou a relação entre o público e o privado na CAND, e, basta lembrar que os bens públicos ao serem construídos tiveram a participação direta dos colonos: a igreja, a escola, a praça, e até mesmo as residências foram construídas pela comunidade. Dessa forma, não surpreende a exploração da terra na CAND também ter acontecido de forma comunitária, i.e., a exploração da terra trazia consigo a herança cultural de se trabalhar em comum com os vizinhos, com os parentes e agregados na limpeza do solo, no plantio e na colheita.

Aqui estamos tocando um ponto fundamental da pesquisa, pois nos permitiu construir a idéia de que a relação entre camponês e mercado na década de 1950 na CAND ocorreu de forma parcial e, foi somente com sua sedentarização, a partir dos anos 1960, que esta relação acabou por transformar o camponês que permaneceu neste local, em indivíduo capitalista.

Para comprovar nosso estudo procurou-se compreender o comportamento do camponês na esfera de seu convívio social, i.e., sua casa, por considerar que este espaço representa o maior tempo de convivência do camponês com sua família, bem como, com os vizinhos, com o padre, com os agregados. É neste espaço que os significados da sociabilidade deste sujeito histórico afloram, torna-se perceptível.

Neste sentido, conclui-se que a sociabilidade do camponês da CAND, típica do comportamento camponês do interior brasileiro da primeira metade do século XX, estava em interação com a educação religiosa cristã da Igreja Católica. Assim, a igreja fez-se presente pela atuação dos padres no cotidiano da Colônia, desde o início dos anos 1950, o que se constitui como um fato importante na formação da identidade desta sociedade.

Convém lembrar, ainda, que a Igreja Católica do início do século XX contribuiu para a colonização desta região, haja vista sua história no Brasil, especialmente neste período, coadunava com o poder secular em relação à estabilidade política e social, aderindo à idéia de que a organização da sociedade passaria, necessariamente, pela solução dos problemas sociais e, inextricavelmente, pela liberdade da Igreja.

Dessa forma, percebe-se que o apoio da instituição Igreja ao Estado, durante as décadas de 1930 e 1940 no Brasil sugere, grosso modo, uma prática política de submissão à ordem vigente, assim como, suas práticas pastorais paternalistas e as atitudes políticas conservadoras dos padres e dos leigos católicos, ação esta, típica da Igreja Católica daquele período nesta região. Cabe lembrar que, durante a primeira era Vargas, estavam dadas as condições de ampliação do poder do Estado, consubstanciadas na prática da ação católica e, a missão da Neocrisandade era criar uma sociedade fundamentada moralmente nos princípios cristãos. No entanto, o Estado Novo terminou em 1945, mas seus ideais avançaram por décadas além, especialmente em regiões de fronteira agrícola, que não participou ativamente das mudanças políticas ocorridas naquele período no país.

Esta asserção confirma a hipótese de que, mesmo após a queda de Vargas, a Igreja continuou a ser uma instituição que colaborou, especialmente nas fronteiras agrícolas, com o Estado, na manutenção da unidade social e na formação de novos núcleos urbanos.

Diante dessa conjuntura, conclui-se que a sociedade em constituição durante as décadas de 1940, 50 e 60 no extremo sul de Mato Grosso, ou mais especificamente, na Colônia Agrícola Nacional de Dourados, pode ser interpretada historicamente como sendo uma sociedade que apresentava dois pilares de sustentação: A) um Estado forte e centralizador, representante dos direitos civis, que fomentou a implantação da CAND; B) A Igreja Católica que organizou os camponeses no interior da Colônia, colaborando para a manutenção do

status quo, i. e., a nação politicamente organizada necessitou da mediação da Igreja para dirigir o projeto de colonização do interior do Brasil durante as décadas de 1950 e 1960.. Assim, nessa sociedade percebe-se que entre o Estado e as bases sociais que lhe davam sustentação, formou-se uma burocracia religiosa que serviu ao poder secular.

Aqui estamos tocando um aspecto crucial deste trabalho no que se refere à formação da cidade de Fátima do Sul, uma vez que, como já citado, durante a primeira metade do século passado a Igreja Católica foi uma instituição que trabalhou no campo social em cooperação com o Estado e contribuiu, decisivamente, para construir uma identidade nacional pautada nos valores cristãos. Ao mesmo tempo, comungava com os valores políticos de um poder secular que beneficiasse a implantação de sua política teológica em todo o território nacional, independentemente de este ser totalitário ou não. E, a presença mais consistente do catolicismo no Sul do estado de Mato Grosso, a partir dos anos 1930, é uma clara referência da presença desta política da “boa vizinhança” entre Estado e Igreja.

Com a CAND já criada e delimitada sua extensão, no final dos anos 1940 e início da década seguinte, a Igreja Católica tornou-se importante porque os migrantes necessitavam alimentar sua fé, bem como, porque essa necessitava ampliar-se enquanto instituição. Os padres Palotinos se dirigiram a esta região, primeiramente para expandir o campo de atuação da sua instituição. Neste contexto dois fatores se coadunam: A) a expansão da fronteira agrícola do país, que levou à ocupação do interior brasileiro; B) a expansão da ordem Sociedade do Apostolado Católico, que estava procurando novas áreas para atuação.

Para desenvolver seu objetivo, a Igreja Católica trabalhou com um programa de ações, instrumentos de integração social, que determinava o modo de ser católico na sociedade, bem como, contou com a atuação marcante do padre no cotidiano da cidade.

Dessa forma, observou-se que em Fátima do Sul, antiga Vila Brasil, a participação da Igreja foi além das questões espirituais, atuando em um espaço próprio do poder secular. A Igreja Católica construiu cemitérios, administrou hospitais, educou a população em hábitos de higiene, fundou patrimônios, investiu na educação escolarizada e, nesta “invenção” do cotidiano, levou consigo sua visão de mundo, seu posicionamento político e sua cultura, o que contribuiu, de forma decisiva, para a construção da identidade dessa sociedade. Isto nos leva a considerar que o universo cultural do migrante que povoou e formou a CAND não se aproxima do tipo de indivíduo característico das sociedades modernas. O que se percebeu foi um sujeito ligado culturalmente a valores que o constitui enquanto pessoa, enquanto ser do campo. A Igreja Católica assumiu sua função de “missionária” no interior da Colônia

Nacional, substituindo o papel do Estado em diversas áreas sociais e, conseqüentemente, alcançando uma influência considerável entre os migrantes.

Em relação ao núcleo urbano que se formava no interior da CAND – Fátima do Sul –, conclui-se que a religião católica desenvolveu neste o papel de ordenar a sociedade por meio de suas práticas e discursos. Dessa forma, a Igreja Católica foi uma instituição determinante para a constituição desta sociedade, uma vez que uma cidade se constrói, também, a partir dos hábitos, valores e cultura de seus habitantes.

Fátima do Sul surgiu no início dos anos 1950, com uma aglomeração de famílias de migrantes que chegavam de todas as partes do país à CAND em busca de terra para plantar e se dirigiam para seu interior, até encostar à barranca do rio Dourados, margem esquerda, lugar denominado à época de Porto Ubatuba. Ali mulheres e crianças ficavam em casas improvisadas, dando margem para a formação de uma vila, enquanto seus genitores atravessavam o respectivo rio e demarcavam suas terras por iniciativa própria. Note-se, que aí já tem registro da participação da Igreja Católica, uma vez que o primeiro nome daquele povoado, Vila Brasil, foi pensado por um frei.

Quando em 1954, por iniciativa própria os colonos passaram a ocupar o lado direito do respectivo rio, ficou registrado que aquele aglomerado de homens, mulheres e crianças, definitivamente estavam marcando sua presença no processo de colonizar a fronteira agrícola, alterando o processo de colonização pensada pelo Estado para esta área no início da década passada.

Neste contexto, a Igreja Católica foi uma instituição que participou por intermédio de seus agentes pastorais, os padres, de todo o processo de formação de Fátima do Sul, tanto no que diz respeito ao processo político, como na construção de uma ética moral religiosa.

Convém sublinhar, mais uma vez, que havia uma aproximação por afinidades entre Igreja e Estado. Cabe lembrar que os discursos da Igreja não estavam reservados somente às questões relativas ao campo espiritual, juntamente com esta, a Igreja Católica assumiu o papel de educar, ou seja, construir um modo de vida para esta sociedade.

Acredita-se que foi neste contexto religioso conservador que se manufacturou a organização sócio-espacial de Fátima do Sul. Esta assertiva confirma uma tendência do período estudado, qual seja: a igreja projetar-se como a instituição que planejava a organização sócio-espacial das cidades do interior do Brasil, ante a ausência de políticas estatais para a consolidação do projeto de colonização dirigida, arquitetado durante a ditadura varguista.

Convém registrar, ainda, que a igreja aqui foi percebida como o limiar entre o sagrado e o profano, como a experiência do real, do absoluto, como a instituição que ofereceria o centro, o meio, e, conseqüentemente, a ordem e o equilíbrio.

Note-se que Fátima do Sul se organizou a partir do centro após a ocupação do lado direito e, o lado esquerdo foi lembrado várias vezes pelos entrevistados desta pesquisa como o lugar do desequilíbrio.

Registre-se, ainda, que os habitantes daquele povoado eram em sua maioria migrante formado em uma cultura religiosa. Isto sugere que, além da necessidade de ampliar o espaço geográfico, a ação daqueles quando ocuparam o lado direito do rio Dourados, ocorrido em 09 de julho de 1954, tinha o interesse de construir uma cidade baseada na ordem e na moral religiosa.

Este registro pode ser facilmente observado nos discursos dos migrantes remanescentes. Bem como, quando se evidencia o papel da Igreja Católica no processo de organização sócio-espacial de Fátima do Sul.

A cidade surge do lado direito com preocupações urbanísticas, como a construção da praça central, de igrejas e escola no seu entorno, suas ruas em linha reta, mas havia, também, uma cultura religiosa presente, sobretudo quando observado a composição das casas, a construção da coisa pública, a participação da população nas questões coletivas. A própria ordem cosmológica constituída na cidade é marca definitiva da presença da religião na sua formação.

Um último aspecto a ser considerado diz respeito ao imaginário coletivo do conceito de moral apreendido nesta pesquisa. Como já observado, o lado esquerdo era visto como o lugar da festa, da alegria, da liberdade, do desequilíbrio, e o lado direito era o lugar da família, da ordem, do trabalho e, conseqüentemente, do equilíbrio e, o limite entre estes mundos era a ponte sobre o rio Dourados. Assim, tráfegar sobre a ponte era algo mais que fazer uma caminhada, andar por sobre a ponte tinha uma conotação moral de relevância, que enquadrava socialmente homens e mulheres.

Logo, é sugestivo argumentar que a Igreja Católica entremeia toda a formação desta cidade, desde sua origem, no início dos anos 1950, até a cidade passar a chamar-se Fátima do Sul, em 1965. A Igreja Católica teve participação em todos os acontecimentos marcantes da cidade, bem como, em seu cotidiano, participando, de forma decisiva, na sua organização sócio-espacial.

Assim sendo, salientamos que Fátima do Sul se constituiu na relação amistosa que houve entre Igreja e Estado durante a primeira metade do século XX no Brasil, da cultura

religiosa desenvolvida pela Igreja Católica por intermédio dos padres e da idiosincrasia entre a cidade em formação e os sentimentos peculiares de seus habitantes.

Na sociedade em estudo, aspectos da sociedade moderna aparecem e tornam-se importantes para sua constituição, no entanto, valores de um mundo que salta para fora da modernidade, ou que ainda não foi totalmente absorvido pelos valores modernos, são características marcantes desta comunidade, tais como o trabalho em família, a presença marcante da religião, a cultura do coletivo. Isto esclarece que na sociedade fátima-sulense, há uma mistura de valores que a torna uma sociedade construída no limiar entre dois modos de vida antagônicos, o citadino e o rural, fazendo surgir deste confronto uma cidade com características próprias e singulares.

DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Fontes Primárias Manuscritas:

ABAIXO-ASSINADO para criação do município e comarca de Vila Brasil. [1961?]

ATESTADO DE CONDOTA da Delegacia de Polícia de Dourados, Território Federal de Ponta Porã. [s.d]. Dispõe sobre nada consta que desabone a conduta de Otacílio Cardoso Primo.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.941, de 28 de outubro de 1943. Dispõe sobre a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados.

BRASIL. Decreto n. 34.592, de 13 de novembro de 1953. Dispõe sobre a fixação de preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhido no ano de 1954.

CAARAPÓ (Município). Ofício n.41, de 5 de junho de 1963. Dispõe sobre o limite territorial de Caarapó e o distrito de Vila Brasil.

COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS. Edital n.2, de 12 de julho de 1951. Dispõe sobre a posse dos lotes rurais requeridos pelos migrantes junto à CAND.

COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS. Portaria n.2, de 21 de julho de 1941. Dispõe sobre licitação para construção de estradas no interior da CAND.

COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS. Ofício s.n., de 27 de junho de 1949. Dispõe sobre a compra de material pelo administrador da CAND.

COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS. Circular n.1, de 27 de setembro de 1954. Dispõe sobre legislação de colonização no Brasil.

COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS. Atestado de saúde, de 7 de julho de 1956. Dispõe sobre vacinação e doença infecto contagiosa.

COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS. Ata da Inauguração da escola mista da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, de 9 de fevereiro de 1947.

COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE DOURADOS. Termo de entrega n.67, de 5 de janeiro de 1954.

DECLARAÇÃO de compra e venda. 13 de agosto de 1955.

DECLARAÇÃO de compra e venda. 23 de outubro de 1958.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1944, seção 1, [p. ?].

DOURADOS (Município). Ofício n.26, de 22 de junho de 1963. Dispõe sobre a área a ser desmembrada para a criação do município de Vila Brasil.

LIVRO TOMBRO DA IGREJA CATOLICA APOSTÓLICA ROMANA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA DE VILA BRASIL. 02 de setembro de 1963 – [197?].

MATO GROSSO (Estado). Projeto de Lei, de 18 de outubro de 1957. Cria o distrito de paz de Vila Brasil, município de Dourados.

MATO GROSSO (Estado). Lei n.1076, de 31 de dezembro de 1957. Dispõe sobre o excesso de terras no Núcleo Colonial de Dourados.

MATO GROSSO (Estado). Lei n.1.125, de 17 de novembro de 1958. Cria o distrito de paz de Vila Brasil, município de Dourados.

MATO GROSSO (Estado). Projeto de Lei, de 20 de junho de 1962. Cria o município de Brasilândia.

MATO GROSSO (Estado). Folha de Ata da Assembléia Legislativa, de 14 de junho de 1963. p.4, 5 e 6.

MATO GROSSO (Estado). Folha de Ata da Assembléia Legislativa, de 20 de junho de 1963. p. 5 a 15; 21, 21, e 27.

MATO GROSSO (Estado). Projeto de Lei n.63, de 14 de junho de 1963. Cria o município de Vila Brasil.

MATO GROSSO (Estado). Lei n.2.057, de 11 de dezembro de 1963. Cria o município de Vila Brasil.

MATO GROSSO (Estado). Lei n.106, de 25 de abril de 1968. Cria o distrito de Culturama.

MATO GROSSO (Estado). Projeto de Lei n.182/65, de 27 de agosto de 1965. Dispõem sobre nova denominação ao município de Vila Brasil.

RECIBO do Sr. Adelar Inácio da Silva ao Sr. Manoel Paulino da Silva, de 9 de dezembro de 1955. Dispõe sobre a venda de lote urbano no núcleo urbano de Vila Brasil.

REQUERIMENTO da Associação Rural de Fenandópolis à Colônia Agrícola Nacional de Dourados, de 28 de outubro de 1954. Dispõe sobre as condições exigidas para a aquisição de lotes na CAND.

REQUERIMENTO do Sr. Arno Ecke, Horizontina – Santa Rosa – Rio Grande do Sul, à Colônia Agrícola Nacional de Dourados, de 18 de agosto de 1949. Dispõe sobre informações gerais a respeito dos lotes da CAND.

REQUERIMENTO do Sr. Otacílio Cardoso Primo à Colônia Agrícola Nacional de Dourados. Dispõe sobre concessão de lote rural na CAND.

VILA BRASIL (município). Lei n.1, de 17 de maio de 1965. Dispõe sobre a mudança de nome do município.

VILA BRASIL (município). Lei n. 6, de 16 de junho de 1965. Homologa a modificação do nome do município.

VILA BRASIL. Of. n.48, de 07 de novembro de 1965. Dispõem sobre a mudança de nome do município de Vila Brasil.

Fontes Orais:

ENTREVISTA Diva Pires Soares (fita cassete). Produção: Nilton Paulo Ponciano, Fátima do Sul, 08/08/1999. (Depoimento 1)

ENTREVISTA Josefa Ferreira de Oliveira (fita cassete). Produção: Nilton Paulo Ponciano, 28/08/2001. (Depoimento 2)

ENTREVISTA Dulce de Oliveira (fita cassete). Produção: Nilton Paulo Ponciano, Fátima do Sul, 03/08/1999. (Depoimento 3)

ENTREVISTA Lair Nunes de Araújo (fita cassete). Produção: Nilton Paulo Ponciano, Vicentina, 23/08/1999. (Depoimento 4)

ENTREVISTA Ivo de Araújo (fita cassete). Produção: Nilton Paulo Ponciano, Vicentina, 24/08/1999. (Depoimento 5)

ENTREVISTA Antonio Vicente Rodrigues (fita cassete). Produção: Nilton Paulo Ponciano, Fátima do Sul, 14/08/2000. (Depoimento 6)

ENTREVISTA Amadeu Amadori (fita cassete). Produção: Nilton Paulo Ponciano, Deodápolis, 18/08/2002. (Depoimento 7)

ENTREVISTA Belmiro de Oliveira (fita cassete). Produção Nilton Paulo Ponciano, Fátima do Sul, 04/08/1999. (Depoimento 8)

Obs. Todos os depoimentos colhidos nesta pesquisa encontram-se arquivados no Centro de Documentação da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

Fontes Secundárias:

Estatuto da primeira Igreja Evangélica Batista de Dourados – Mato Grosso. **O Progresso**, Dourados, p. 2, 17 de fevereiro de 1952.

Desocupação de todos os lotes da Colônia Federal adquiridos por terceiros. **O Progresso**, Dourados, p. 4, 2 de março de 1952.

A Colônia Federal: um núcleo de riqueza, trabalho e patriotismo dentro de Dourados. **O Progresso**, Dourados, p. 1, 21 de abril de 1952.

Uma demonstração de civismo e brasilidade. **O Progresso**, Dourados, p. 1, 11 de janeiro de 1953.

Não faltará terra para quem quer trabalhar: numa atitude elevada e humana o Sr. Lloyd Ubatuba promete colocar na Colônia todos que estiverem nas condições exigidas por Lei. **O Progresso**, Dourados, p. 3, 8 de fevereiro de 1953.

Expressiva carta do Sr. Lloyd Ubatuba. **O Progresso**, Dourados, p. 2, 22 de março de 1953.

Novo administrador da C.A.N.D. **O Progresso**, Dourados, p. 2, 29 de março de 1953.

200 mil cruzeiros para a Cooperativa da CAND. **O Progresso**, Dourados, p. 3, 8 de novembro de 1953.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados através de um valioso relatório. **O Progresso**, Dourados, p. 2, 1 de agosto de 1954.

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados através de um valioso relatório: continuação do número passado. **O Progresso**, Dourados, p. 4, 8 de agosto de 1954.

DANIEL, J. Paróquia de São Pedro Apóstolo. **O Progresso**, Dourados, p. 2, 3 de abril de 1955.

CARMELLO, A. Vila Brasil. **O Progresso**, Dourados, p. 5, 30 de outubro de 1955.

Chegaram no dia 12 deste mês, com avião da REAL, as Irmãs Vicentinas para o Hospital da Colônia. **O Progresso**, Dourados, p. 3, 11 de dezembro de 1955.

DANIEL, J. Profundas modificações nos tios da Igreja. **O Progresso**, Dourados, p. 2, 5 de fevereiro de 1956.

De Dourados a Vila Brasil. **O Progresso**, Dourados, p. 2, 5 de fevereiro de 1956.

DANIEL, J. A presença da Igreja na Colônia Federal. **O Progresso**, Dourados, p. 3, 18 de março de 1956.

DANIEL, J. A crise da Igreja Anglicana. **O Progresso**, Dourados, p. 3, 10 de junho de 1956.

CARMELLO, A. Lembrando Vila Brasil e Vila Glória. **O Progresso**, Dourados, p. 2, 1 de agosto de 1956.

Santas missões na Paróquia da Nossa Senhora da Glória. **O Progresso**, Dourados, p. 2, 1 de agosto de 1956.

BAGIOS, A. Missões: um filme em três dimensões. **O Progresso**, Dourados, p. 4, 21 de outubro de 1956.

Cidade prodígio. **Jornal de Dourados**, Dourados, p. 4, 26 de janeiro de 1958.

Grandes transformações sofrerá o Núcleo Colonial de Dourados: em pouco tempo a emancipação do Colônia Agrícola Nacional de Dourados terá uma cooperativa que dará orientação aos futuros proprietários agricultores da região. **Jornal de Dourados**, Dourados, p. 3, 9 de fevereiro de 1958.

Nota oficial do P.T.B. de Vila Brasil. **O Progresso**, Dourados, p. 2, 4 de março de 1962.

Mãe, Mãe Cristã e o Estado. **O Progresso**, Dourados, p. 3, 13 de maio de 1962.

BUSATO, J. P. Mais um aniversário de Vila Brasil. **O Progresso**, Dourados, p. 2, 15 de julho de 1962.

A família como sociedade maravilhosa. **O Progresso**, Dourados, p. 3, 20 de janeiro de 1963.

Vereadores enviam manifesto aos deputados de Dourados, para asseverar suas posições, com referência aos limites do Município de Dourados. **O Progresso**, Dourados, p. 4, 23 de junho de 1963.

Deputados de Dourados expedem nota oficial sobre criação dos municípios de Vila Brasil e Vila Glória. **O Progresso**, Dourados, p. 2, 23 de junho de 1963.

SHEEN, F. “Libertação” Sexual. **O Progresso**, Dourados, p. 3, 1 de setembro de 1963.

Limites da paróquia de Nossa Senhora de Fátima de Vila Brasil. **O Progresso**, Dourados, p. 5, 1 de setembro de 1963.

SHEEN, F. Juízos temerários. **O Progresso**, Dourados, p. 2, 15 de setembro de 1963.

Assim falou o governador do estado Dr. Fernando C. da Costa, em Vila Brasil, por ocasião da entrega dos títulos pelo presidente da República. **O Progresso**, Dourados, p. 4, 6 de outubro de 1963.

Celebrada a primeira missa em português. **O Progresso**, Dourados, p. 5, 19 de julho de 1964.

O senador Filinto Muller sentirá saudades de Dourados e Vila Brasil. **O Progresso**, Dourados, p. 1, 10 de dezembro de 1964.

Os padres e o dinheiro. **O Progresso**, Dourados, p. 2, 16 de dezembro de 1964.

Houve fraudes nas eleições de Vila Brasil. **O Progresso**, Dourados, p. 1, 12 de maio de 1965.

Um nome para a fabulosa Vila. **O Progresso**, Dourados, p. 5, 26 de maio de 1965.

O núcleo colonial de Dourados é área da União: prefeituras de Vila Brasil, Jatey e Glória de Dourados estão ilegais – Busca-se uma solução para o problema – Mais setecentos títulos novos serão entregues aos colonos – confiança no INDA. **O Progresso**, Dourados, p. 4, 2 de junho de 1965.

Novo nome para Vila Brasil: Fátima do Sul. **O Progresso**, Dourados, p. 1, 19 de junho de 1965.

Em pleno funcionamento a prefeitura de Fátima do Sul. **O Progresso**, Dourados, p. 4, 26 de junho de 1965.

Prefeito Antonio Gabriel Moreira revoluciona a administração em Fátima do Sul. **O Progresso**, Dourados, p. 5, 17 de julho de 1965.

Ilegal a mudança do nome de Vila Brasil. **O Progresso**, Dourados, p. 3, 24 de julho de 1965. Vida autônoma do município só se integra com a emancipação do núcleo. **O Progresso**, Dourados, p. 1, 1 de setembro de 1965.

INFORMATIVO REGIONAL SUL. Fátima do Sul, 09 de julho, 1999. p.7-8.

REVISTA RAINHA. No princípio era a selva – 25 anos de missões palotinas no Mato Grosso. Porto Alegre: 1979. Suplemento especial.

REVISTA RAINHA. 50 anos dos palotinos no Mato Grosso do Sul – uma história construída com o povo. Porto Alegre: 2004. Suplemento especial.

Referências

Referências de Livros no todo ou em partes, artigos, revistas, dissertações e teses:

ABREU, S. de. Ocupação, racionalização e consolidação do Centro-Oeste brasileiro: o espaço mato-grossense e a integração nacional. In: MARIN, J. R.; VASCONCELOS, C. A. de. (Org.). **História, região e identidades**. Campo Grande: Ed. da UFMS, p. 263-290, 2003.

ALBERTI, V. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.

BASTOS, M. R. Política cultural na Era Vargas (1930-1945): inobservância das regras comuns. In: **Unifio** – Revista do Centro Universitário FIEO, Osasco, n.4, p. 23-40, 2001.

BERSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, J.-P.; SIRINELLI, J.-F. (dir.) **Para uma história cultural**. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1998.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo : Perspectiva, 2004.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em: www.presidência.gov.br/ccvil_03/constituição/constitui%3%A7ao34.htm Acesso em: 23/01/05.

BRUNEAU, T. C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. Trad. Margarida Oliva. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V. **História de Mato Grosso do Sul**. 5. ed. Campo Grande: Gibim Gráfica Papelaria e Editora, 2002.

CAPELATO, M. H. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. p.107-146.

CAPILÉ, C. C. **História de Fátima do Sul**. Dourados: Gráfica Caiuás, 2000.

CARONE, E. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo : Ática, 1989. 312p.

CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 2. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, T. de. **História documental do Brasil**. Rio de Janeiro : Biblioteca do Exército, 1995. 462p.

50 anos dos palotinos no Mato Grosso do Sul. : uma história construída com o povo (1954-2004). Porto Alegre : s.n. 2004.

CORRÊA FIHO, V. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

COSTA, D. O. da. Colonização, especulação fundiária e terra de índio: a Colônia Agrícola Nacional de Dourados e a Aldeia Panambi. In: **Fronteiras** – Revista de História. Campo Grande, 2 (4), 1999. p.9-38.

COUTROT, A. Religião e política. In: RÉMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru : Ed. EDUSC, 1999.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. Trad. Rogério Fernandes. São Paulo : Martins Fontes, 2001.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 12. ed. São Paulo : Globo, 1997. 752p.

FAUSTO, B. A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: _____ (Dir). **O Brasil Republicano**, vol. 2: sociedade e instituições (1889-1930). 5. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997. p.401-426.

_____. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 664p.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: _____; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. p.13-46.

FERREIRA, M. de M. A reação republicana e a crise política dos anos 20. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v.6, n.11. 1993. p.9-23.

_____; PINTO, S. C. S. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. p.387-415.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. 20. ed. Rio de Janeiro Livraria Jose Olympio Editora, 1980.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 21. ed. São Paulo : Editora Nacional, 1986. 248p.

GIDDENS, A.; PIERSON, Ch. **Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade**. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2000.

GOULD, J. Ideologia. In: DICIONÁRIO de ciências sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1987.

GOMES, A. de C. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: NOVAIS, F. A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo : Companhia das Letras, 1998. p.489-659.

_____. **História e historiadores**. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GRESSLER, L. A.; SWENSSON, L. J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul: Destaque especial ao município de Dourados**. Dourados: LAG, 1988.

HELLER, A. **O cotidiano e a História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 7. ed. São Paulo : Paz e Terra, 2004.

KING, A. R. Mito. In: DICIONÁRIO de ciências sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1987.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1997.

LEMOS, M. T. T. B. **Alberto Torres: contribuição para o estudo das idéias no Brasil**. Rio de Janeiro : Quartet Editora e Comunicação, 1995.

LIMA, L. G. de S. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis : Vozes, 1979.

LENHARO, A. A nação em marcha. In: _____. **Sacralização da política**. Campinas : Papyrus, 1986.

_____. **Colonização e trabalho no Brasil**. 2. ed. Campinas : Editora da UNICAMP, 1986.

LEOPOLDI, M. A. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil**

Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. p.241-285.

MARTINS, J. de S. **A chegada do estranho**. São Paulo : Hucitec, 1993.

_____. **Subúrbio**. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. 2. ed. São Paulo : Hucitec, 2002.

_____. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis : Vozes, 2002.

_____. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2003.

_____. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: NOVAIS, F. A. (Coord.) **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

MAINWARING, S. **Igreja Católica e política no Brasil (1916-1985)**. Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo : Brasiliense, 2004.

MELLO, J. M. C. de.; NOVAIS, F. A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F. A. (Coord.) **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

MENDONÇA, S. R. de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro : Campus, 2000. p.316-326.

_____. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. 9. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro : Campus, 2000. p.327-350.

MICELI, S. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo : Perspectiva, 2004.

MORAIS PESSOA, J. de. **A igreja da denúncia e o silêncio do fiel**. Campinas: Alíneas, 1999.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Trad. Neil R. da Silva. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 1991.

OLIVEIRA, B. C. de. **A política de colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937-1945)**. 1999. 253 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis.

_____; JUSTINO, V. O. Projeto colonizador na região da Grande Dourados: encontro e desencontro na malha fundiária. **Revista de Geografia**, Campo Grande, n.5, p. 10-14, 1997.

OLIVEIRA, L. L. Sinais de modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. p.323-350.

PADEN, W. E. **Interpretando o sagrado**: modos de conceber a religião. Trad. Ricardo Gouveia. São Paulo : Paulinas, 2001.

PAIVA, A. R. **Católico, protestante, cidadão**: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Belo Horizonte : Ed. UFMG, 2003.

PANDOLFI, D. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. p.13-38.

PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre : Editora UFRGS, 2002.

PESSOA, J. de M. **A igreja da denúncia e o silêncio do fiel**. Campinas : Editora Alíneas, 1999.

PIERRARD, P. **História da Igreja**. Trad. Álvaro Cunha. 4. ed. São Paulo : Paulus, 1982.

PILAGALLO, O. **A história do Brasil no século 20 (1920-1940)**. São Paulo : Publifolha, 2002.

PONCIANO, N. P. **Um olhar nos crimes de sedução**: a mulher da família de Fátima do Sul (1967-1977). 2000. 166 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro-Oeste em convênio com a Universidade Estadual Paulista, Guarapuava.

_____. Um rio no meio do caminho: aspectos históricos de Fátima do Sul. **Revista Fronteiras** – Revista de História. Campo Grande, n. 6, p.131-153, 2002.

QUEIROZ, P. R. C. Condições econômicas do sul de Mato Grosso no início do século XX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 2., 1996. Niterói. **Anais...** Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1996. p. 232-248.

_____. Temores e esperanças: o antigo sul de Mato Grosso e o Estado Nacional Brasileiro. In: MARIN, J. R.; VASCONCELOS, C. A. de (Org.). **História, região e identidades**. Campo Grande : Ed. da UFMS, p. 19-46, 2003.

REIS, J. C. **História e teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

REVEL, J. (Org.). **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro : Editora FGV, 1998.

RICARDO, C. **Pequenos ensaios de bandeirologia**. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Cultura, [19-].

_____. **Marcha para Oeste**. 4. ed. Rio de Janeiro : José Olympio, São Paulo : EDUSP, 1970. 2v.

ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado**: crítica ao populismo católico. São Paulo : Kairós, 1979.

SADRONI, P. Empresa de economia mista. In: DICIONÁRIO de economia. 2. ed. São Paulo : Circulo do livro, [19--].

SANTOS, A. M. S. P. **Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo : Hucitec, 1996.

SCHWARTZMAN, S.; BONEMY, H. M. B.; RIBEIRO COSTA, V. M. **Tempos de Capanema**. São Paulo : Paz e Terra, 2000.

SILVA, F. C. T. da. Vargas e a questão agrária: a construção do fordismo possível. **Revista Diálogos**. Disponível em: http://www.dhi.uem.br/publicacoesclhi/dialogos/volume_01/vol_02_atg5.htm. Acesso em: 02/02/2005.

TEIXEIRA, M. A. **As mudanças agrícolas no Mato Grosso do Sul**: o exemplo da Grande Dourados. 1989. 132 p. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

VARGAS, G. D. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

_____. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

_____. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

_____. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

_____. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1945.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2. ed. São Paulo: Difel, 1979.

VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003. p. 145-180.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. Trad. Alda Baltar Auxiliadora Kneipp. 3. ed. Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1995.

VIANNA, H. **História do Brasil** vol. II. 7. ed. São Paulo : Edições Melhoramentos, 1970. 340p.

VILLAÇA, A. C. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro : Zahar editores, 1975.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo : Martin Claret, 2004.

Bibliografia Consultada

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2004.

ANDRADE, C. S. de. **Palotinos em Mato Grosso do Sul**: um estudo sobre as missões em Fátima do Sul, Vicentina e Glória de Dourados (1950-1980). 2000. 87 p. Monografia (Licenciatura em História) – Centro Universitário de Dourados, Dourados.

BALDIN, O. M. **Em busca do céu**: um olhar sobre as igrejas de Rio Brilhante. 1998. 58 p. Monografia (Especialização em História) – Centro Universitário de Dourados, Dourados.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1998.

BOURTIER, J.; LUIA, D. (Org.). **Passados recompostos**: campos e canteiros da História. Trad. Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro : Editora UFRJ; Editora FGV, 1998.

BURKE, P. **História e teoria social**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo : Editora UNESP, 2002.

CAMARGO, C. P. F. de. **Igreja e desenvolvimento**. São Paulo : CEBRAP, 1971.

CASAGRANDE, R. A. **Igreja Católica e companhias colonizadoras na (re) ocupação da região Oeste do estado do Paraná (1940-1970)**. 2002. 155 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis : Vozes, 1994.

CORDEIRO, G. I. Território e identidade: sobre escalas de organização sócio-espacial num bairro de Lisboa. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 125-142. 2001.

FERREIRA, M. L. F. **O poder de arregimentação do Estado**: a utopia nos seringais amazônicos (1940-1945). Curitiba : Aos quatro ventos, 2003.

GADAMER, H-G. **O problema da consciência histórica**. Trad. Paulo César Duque Estrada. 2. ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

GEERTZ, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. **A interpretação das culturas**. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.

_____. O beliscão do destino: a religião como experiência, sentido, identidade e poder. In: _____. **Nova luz sobre a antropologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001.

GOMES, A. de C. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 157-186. 2004.

GOMES, L. G.; BARBOSA, L.; FRUMOND, J. A. (Org.). **O Brasil não é para principiantes: carnavais, malandros e heróis, 20 anos depois**. 2. ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2001.

HOBSBAWM, E. **Sobre história**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.

HOONAERT, E. (Coord.). **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. 4. ed. Petrópolis : Vozes, 1992.

LEAL, J. P. **O conflito campo-cidade no Brasil: os homens e as armas**. 2. ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1988.

LEMOS FILHO, A. **Os catolicismos brasileiros**. 2. ed. Campinas : Alínea, 2000.

LIBANIO, J. B. **As lógicas da cidade: o impacto sobre a fé e sob o impacto da fé**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MARIN, J. R. **Ora et Labora: o projeto de restauração católica na ex-colônia Silveira Pinto**. 1999. 212 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MEDEIROS, J. P. **O eldorado de Dourados: a colônia dos Baianos e a colônia Café Porã – 1950 a 1960**. 2001. 237 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro Universitário de Dourados, Dourados.

PONCIANO, N. P. Contexturas e olhares: o trabalho historiográfico pelo viés das relações sociais – notas introdutórias. In: TORCHI, G. da F. Ch.; BRUN, S. A. (Org.). **Leituras diversas: escritos vários ao Sul do Pantanal**. Pereira Barreto : Academia Editorial, 2006.

RÉMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2003.

SANTOS, V. D. G. dos. **A contribuição da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND – no processo de ocupação e desenvolvimento do Mato Grosso do Sul Meridional**. 2000. 82 p. Monografia (Especialização em Geografia) – Centro Universitário de Dourados, Dourados.

SEGNA, E. V. **Análise crítica do catolicismo no Brasil e perspectivas para uma pastoral de libertação**. Petrópolis : Vozes, 1977.

SOUZA, L. de M. e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: periferia e religiosidade no Brasil Colonial**. São Paulo : Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, R. S. **A presença dos imigrantes sírio-libaneses no povoamento e nas relações comerciais da região de Dourados (1920-1960)**. 2003. 42 p. Monografia (licenciatura em História) – Centro Universitário de Dourados, Dourados.

STACCONI, G. **Filosofia da religião**: o pensamento do homem ocidental e o problema de Deus. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1991.

TORRES, J. C. de O. **História das idéias religiosas no Brasil**: a Igreja e a sociedade brasileira. São Paulo : Editorial Grijalbo, 1968.

VELHO, O. G. (Org.). **O fenômeno urbano**. 4. ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1979.

VENANCIO, G. M. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. In: **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 23-47. 2001.

WILGES, I. **Cultura religiosa**: as religiões no mundo. 6. ed. rev. Atual. Petrópolis : Vozes, 1994.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo : Companhia das letras, 1989.